



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KAI HENRIQUE SILVA FERNANDES

**ENTRE A FORMAÇÃO E A (TRANS)FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E
RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ**

MACAPÁ/AP

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KAI HENRIQUE SILVA FERNANDES

**ENTRE A FORMAÇÃO E A (TRANS)FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E
RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades.
Linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira.

MACAPÁ/AP
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

F363e Fernandes, Kai Henrique Silva.

Entre a formação e a (trans)formação experiências e resistências de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá / Kai Henrique Silva Fernandes. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico.
287 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, Macapá, 2025.
Orientador: Alexandre Adalberto Pereira.
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Ensino superior. 2. Trans epistemologias. 3. Resistência. I. Pereira, Alexandre Adalberto, orientador. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

CDD 23. ed. – 372.37

KAI HENRIQUE SILVA FERNANDES

**ENTRE A FORMAÇÃO E A (TRANS)FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E
RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação. Linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades.

Texto de qualificação de mestrado defendido e aprovado em: 17 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira (PPGED/UNIFAP)
Orientador/Presidente

Profa. Dra. Eliana Do Socorro de Brito Paixão (PPGED/UNIFAP)
Avaliadora interna

Profa. Dra. Lucélia de Moraes Braga Bassalo (DFCS/PPGED/UEPA)
Avaliadora Externa

Profa. Dra. Arthane Menezes Figueiredo (PPGED/UNIFAP)
Suplente Interna

Prof. Dr. Fábio Wosniak (PROFARTES/URCA)
Suplente Externo

AGRADECIMENTOS

Confesso que deixei os agradecimentos para o final deste processo de escrita porque, ao encerrar este ciclo, não quero correr o risco de esquecer ninguém. Precisei e continuo precisando de cada pessoa até aqui. Reconheço que cada passo, das vitórias às quedas, foi vivido com profunda cumplicidade, amizade e apoio. A todos e todas que fizeram parte da minha trajetória de vida, de escrita, de arte e de academia desejo prosperidade, alegria e afeto. Incluo, com amor, aqueles e aquelas que já não habitam mais este tempo e espaço, como minha amada avó **Juraci**, com quem aprendi, desde cedo, o sentido do cuidado e do amor incondicional. Agradeço com carinho às minhas tias meus tios, à minha mãe, aos meus irmãos, primas e familiares que, à sua maneira, foram essenciais nesse percurso. Em especial, agradeço às pessoas que me orientaram com generosidade e presença constante. Ao **professor Alexandre**, meu orientador, que me fez acreditar na escrita como processo de cura. Ele partilhou comigo seu tempo, sua sabedoria, suas risadas e um afeto que ultrapassa os muros da universidade e se manifesta na militância, na luta e, sobretudo, na alegria. Sempre lembrarei de Alexandre com um sorriso curioso no rosto, pois desde o início me acolheu com cuidado e atenção. Hoje, afirmo com convicção: ganhei muito mais do que um orientador ganhei um amigo. Agradeço também ao **professor Flávio**, que me guiou na graduação e nos palcos da vida, sendo referência de escuta e sensibilidade. E a Cléber, que me recebe de braços abertos e com muito aprendizado em minha nova etapa – o Doutorado – para que, com todos os ensinamentos, eu possa partilhar a cura através dos estudos do conhecimento que tanto foi negado a meu povo. E sim, **Emerson**, meu querido, você foi abrindo caminhos e possibilidades com a sua luz, generosidade e presença, assim como todos do colegiado de Teatro. Assim como você, **Nelma**, minha doce amiga, que emana sabedoria e afeto: que alegria ter encontrado você nesta travessia! logo vamos matar a saudade em uma roda de samba ou Marabaixo, né? rs. E a Elisângela, minha linda amiga, que cuidou tanto de mim e ofereceu todo o seu carinho: obrigado por me acolher. Ao **PPGED/UNIFAP**, à Audiodescrição Tucuju, Ong Humanizart, minha gratidão sincera. Ao meu amigo **Guilherme** que veio lá de Serra do Navio e em sua casa juntos pudemos avançar em nossa jornada. Meu muito obrigado André, por me acolher em seu lar quando mais precisei; aprendi tanto ao seu lado, meu caro sábio, e a Renan meu amigo de coração. Aos **filhos do Alê** – rs –, que cada dia mais crescem: meu imenso obrigado. Aos amigos que foram como família: **Marcelo, Vera, Amanda, Socorro** que me acolheram com os braços abertos junto à sua família; e sim, você, **Bê**, minha amiga intensa, sorridente e incrível, que a vida me deu no mestrado – eu já estava a sua espera –, assim como Fausto e Tainá: obrigado por existirem com

tanta beleza e verdade. A Jaqueline, minha amiga de mesmo aniversário – rs –, obrigado por ter me acolhido quando pôde. A cada pessoa que, mesmo com o gesto mais sutil, me trouxe paz e me fez sorrir, como **Dona Esmeraldina**, com sua companhia luminosa, sua alegria e sabedoria ancestral. Eu lhe amo, minha amiga. E a você, **Erlis Karipuna**, amigo doce, gentil, cheio de cultura: você é luz no meu caminho. A minha **mãe**, novamente, porque demorei muito a compreendê-la, mas mesmo à distância, a vida foi me ensinando a reconhecer o quanto aprendi com ela. A todos os professores e professoras que passaram por mim no PPGED: vocês mudaram minha jornada, fizeram florescer um caminho mais colorido e alegre, seja no teatro na escrita, na educação e me ajudaram a encontrar o meu Norte. Aos professores, professoras e ao corpo técnico que, com esforço e compromisso, **lutam** por uma **educação inclusiva, afetiva e alegre**: obrigado por manterem esse espaço vivo, acolhedor e potente. Às professoras **Arthane** e **Lucélia**, que me ensinaram tanto ao me acolherem e me oportunizarem viver novos recomeços, o meu carinho e agradecimento. Ao **professor Gustavo**, com seu jeito leve e divertido, obrigado, meu amigo “*já deu certo*”, como você sempre me diz. Que bom que pude fazer isso ao lado de vocês, nesta casa do saber. Agradeço profundamente às pessoas da **comunidade LGBTQIAPN+**, em especial aos meus **irmãos e irmãs trans**, que compartilharam suas vozes e narrativas com tanta generosidade. Suas histórias falaram de vocês, mas também falaram de mim. São atravessamentos potentes que nos unem na luta diária por existência, dignidade e amor. A cada pessoa que estive ao meu lado – seja por palavras de afeto, gestos de incentivo, como vocês: Marcos, Marlucia, Heiron, Simão, Diego, Angelo, Brenda, Talita, Jean, Ravena, Rayssa, Grupo cia Tucuju, Alice, Washigton, Cia Cangapé, ou por uma presença silenciosa – o meu mais sincero obrigado; vocês são parte fundamental desta caminhada. E a você, caro(a)(e) leitor(a)(e), desejo boa leitura. Que esta pesquisa possa ser uma oportunidade de abrir o seu coração, de se deixar atravessar e que, juntos, possamos **TRANSbordar** afeto, escuta e aprendizado. Ainda que em minha ignorância eu acreditasse estar só, hoje, depois de tanto aprender com vocês, afirmo: estou cercado de pessoas incríveis que me ajudaram a chegar até aqui. Este não é um fim, é apenas o começo de novos aprendizados. Por fim, meu agradecimento ao **Grupo Espírita Fabiano** às amigas que encontrei nesse espaço de afeto, escuta e cura, que me acolheram como realmente sou e me ensinaram que, no fim das contas, *só o amor importa*.

SUMÁRIO

1 MINHA JORNADA, TRANSITANDO PELA PESQUISA	11
2 TRANS-EXISTIR RESISTIR E SOBREVIVER	27
2.1 Estado do conhecimento	37
2.1.2 Lócus da pesquisa	49
2.1.3 Sujeitos da pesquisa	49
2.1.4 Critérios de Inclusão:	49
2.1.5 Critérios de Exclusão:	50
3. SUBVERÇÃO DAS FRONTEIRAS	60
3.1 Tratamento e análise de dados	75
3.2 PERSPECTIVAS DECOLONIAL: INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	84
3.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	89
4. O MANIFESTO TRANSEPISTEMOLÓGICO	94
4.2 TRANSEPISTEMOLOGIAS E PEDAGOGIAS TRANS	114
5. OUVIR, SENTIR E (TRANS)FORMAR SABERES MARGINALIZADOS	128
5.1 A construção da transepistemologia	129
5.1.2 Experiências de estudantes trans e políticas de inclusão	130
5.1.3 Políticas afirmativas para pessoas trans no ingresso universitário no norte do Brasil ..	132
5.1.4 Resistência e (trans)formação social	133
6. Sobre o ouvir existências, exercitar escutas e Transcendências	152
6.2 Transbordamentos Narrativos	166
6.2.1 Amarelo – Luz do sol	167
6.2.2 Vermelho – Vida	176
6.2.3 Laranja – Cura	194
6.2.4 Verde - Natureza	206
6.2.5 Azul – Serenidade	211
ARCO-IRIS – (Trans)formando Silêncios em Palavras	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS	227
ANEXO 1 TCLE	237
ANEXO 2 – RESPOSTA INSTITUCIONAL DA UNIFAP VIA PLATAFORMA	240
ANEXO 3 – PARECER COMITÊ	247
APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO	250

APENDICE 2 - PERGUNTA NORTEADORA PARA AS ENTREVISTAS NARRATIVAS	260
APENDICE 3 – ENTREVISTAS TRANSCRITAS	260
1 TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA AMARELO	260
2 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - VERMELHO	264
3 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - LARANJA	269
4 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - VERDE	276
5 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - AZUL	285

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartografia da analética:	73
Figura 2- Cartografia da entrevista narrativa	82
Figura 3 – QR Code com os documentos das Universidades do Norte do Brasil	112
Figura 4 – Gráfico - Identificação de gênero	134
Figura 5 – Gráfico Você sofreu alguma violência (verbal, simbólica ou física) ?	138

RESUMO

ENTRE A FORMAÇÃO E A (TRANS)FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Esta pesquisa investiga as experiências e estratégias de resistência de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), analisando as interseções de gênero, raça e classe no ensino superior. O problema de pesquisa busca compreender como as trajetórias e experiências de vida de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) são afetadas por esses marcadores sociais, especialmente no enfrentamento de micro e macro violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência frente aos sistemas de opressão coloniais presentes no ambiente educacional (me parece que a hipótese é uma afirmação, como ela tá, ta parecendo um objetivo). O estudo tem como objetivo geral compreender como essas interseções constroem sentido nas trajetórias desses estudantes, com foco nos processos de enfrentamento de violências, na formação de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência nos espaços educativos. Especificamente, busca-se (1) analisar, sob uma perspectiva interseccional e decolonial, os processos de enfrentamento das violências e as estratégias de resistência desses estudantes; (2) mapear a diversidade das experiências educacionais de pessoas trans matriculadas nos cursos de Licenciatura e Bacharelado da UNIFAP, por meio de suas narrativas e relatos; e (3) examinar as percepções dos estudantes trans sobre o clima institucional da UNIFAP, identificando barreiras para a inclusão e redes de apoio existentes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e análise documental. A análise dos dados será conduzida com base na analética de Dussel (1999), permitindo compreender as relações entre exclusão e resistência no ambiente acadêmico. Os resultados esperados incluem contribuições para políticas educacionais mais inclusivas e a valorização das trans epistemologias na universidade.

Palavras-chave: Estudantes trans; Ensino superior; Trans epistemologias; Resistência; Educação; Interseccionalidade.

RESUME

ENTRE FORMACIÓN Y (TRANS)FORMACIÓN: EXPERIENCIAS Y RESISTENCIAS DE ESTUDIANTES TRANS EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE AMAPÁ

Esta investigación investiga las experiencias y estrategias de resistencia de estudiantes trans en la Universidad Federal de Amapá (UNIFAP), analizando las intersecciones de género, raza y clase en la educación superior. La hipótesis central busca comprender cómo las trayectorias y experiencias de vida de estudiantes trans (travestis, transexuales, transgéneros y personas no binarias) se ven afectadas por estos marcadores sociales, especialmente en el enfrentamiento de las micro y macro violencias, en la construcción de redes de apoyo y en el desarrollo de prácticas de resistencia frente a los sistemas de opresión colonial presentes en el ámbito educativo. El objetivo general del estudio es comprender cómo estas intersecciones construyen sentido en las trayectorias de estos estudiantes, centrándose en los procesos de enfrentamiento de la violencia, la formación de redes de apoyo y el desarrollo de prácticas de resistencia en los espacios educativos. En concreto, buscamos (1) analizar, desde una perspectiva interseccional y decolonial, los procesos de afrontamiento de la violencia y las estrategias de resistencia de estos estudiantes; (2) mapear la diversidad de experiencias educativas de las personas trans matriculadas en los cursos de Licenciatura y Pregrado de la UNIFAP, a través de sus narrativas e informes; y (3) examinar las percepciones de los estudiantes trans sobre el clima institucional de la UNIFAP, identificando las barreras a la inclusión y las redes de apoyo existentes. La investigación adopta un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas narrativas, cuestionarios semiestructurados y análisis documental. El análisis de datos se realizará con base en el enfoque analítico de Dussel (1999), lo que permitirá comprender las relaciones entre exclusión y resistencia en el entorno académico. Los resultados esperados incluyen contribuciones a políticas educativas más inclusivas y la valorización de las epistemologías trans en la universidad.

Palabras clave: Estudiantes trans; Educación superior; Epistemologías trans; Resistencia; Educación; Interseccionalidad.

1 MINHA JORNADA, TRANSITANDO PELA PESQUISA

Desde a infância até a entrada na universidade, busquei ilustrar os desafios enfrentados por muitos estudantes trans, desde a invisibilização de suas identidades até a discriminação e a falta de apoio familiar e institucional. Ao mesmo tempo, evidencio a força e a resistência que nos impulsionam a encontrar na educação como ferramenta de transformação e empoderamento. Por meio da minha história, convido aos/as leitor (es/as) a refletir sobre as barreiras que ainda persistem no acesso ao ensino escolar e superior para pessoas trans¹, e a importância de ações afirmativas e políticas inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Nasci no dia 4 de julho de 1997, em Piracicaba, São Paulo, onde vivi até os meus 18 anos, durante este período, morei no bairro Jupia, localizado na zona oeste de Piracicaba. Fundado em 1970 através de uma parceria pioneira entre a Prefeitura e a COHAB/Campinas, o bairro é conhecido por suas ruas com nomes de peixes, como Rua dos Mandis, Avenida dos Peixes e Rua das Piracanjubas, entre outras, um fato intrigante encontra apenas naquela comunidade. Bom, para narrar a minha história, irei explicar um pouco sobre meus familiares, sobre minha infância, formação na educação básica até chegarmos à minha formação no nível superior e a pesquisa acadêmica.

Havia uma expectativa dos meus familiares sobre mim, principalmente pelo fato de que eu seria uma menina e a primeira filha dos meus pais. Sou fruto do casamento de um homem branco, semianalfabeto, que estudou somente até a 4ª série do ensino fundamental I, trabalha até os dias de hoje como pedreiro e veio de Cuiabá – Mato Grosso, para Piracicaba, São Paulo, em busca de trabalho, já minha mãe é uma mulher negra, que também não concluiu os estudos, “parando” no 8º ano do ensino fundamental II, e trabalha como diarista. Ambos possuíam expectativas de que eu seguiria os padrões impostos pela sociedade hétero-cis-normativa², mesmo que eles não tivessem noções sobre gênero e sexualidade, impondo assim seus padrões de gênero sobre mim.

¹ Trans em seu sentido mais amplo e inclusivo, refere-se a todas as pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Essa definição abrange não apenas pessoas transgênero, mas também indivíduos não-binários, travestis e qualquer outra pessoa que não se encaixe nas expectativas tradicionais de gênero.

² Esse sistema se manifesta em diversos aspectos da sociedade, desde as leis e políticas públicas até as representações na mídia e as relações interpessoais. A hetero-cis-normatividade impõe padrões rígidos de gênero e sexualidade, gerando exclusão e discriminação contra pessoas LGBTQIAP+, especialmente contra aquelas que não se encaixam nas expectativas sociais de masculinidade e feminilidade.

Minha infância foi muito conturbada. No ano em que nasci, meu avô materno faleceu e minha mãe, que era muito jovem, desenvolveu depressão pós-parto. Isso resultou em uma série de situações complicadas para alguém que havia acabado de nascer presenciar tais situações. Embora eu não me lembre dessas coisas, sei pelos relatos familiares que sofri muito nessa época. Enquanto minha mãe estava no hospital psiquiátrico tratando dos problemas decorrentes da depressão, minha avó materna, com auxílio de minha tia, que enfrentava o luto e essa série de situações complicadas, cuidaram de mim. Graças a elas, principalmente minha avó, que lutou a vida inteira para que seus filhos e netos sobrevivessem, pude continuar minha jornada. Com o passar do tempo, minha mãe melhorou, mas nossa aproximação nunca foi tão forte. Meu pai se separou dela e foi embora para outra cidade do interior de São Paulo, o que aumentou ainda mais a distância entre nós.

Minha avó acabou assumindo o papel de mãe, tanto que até os nove anos eu a chamava de “mãe”. Por pedido dela, voltei a chamar a minha mãe de “mãe”, mas a nossa relação nunca foi tão próxima quanto a que tive com minha avó. O pouco que sei sobre a história da minha avó é que, aos 15 anos, ela perdeu os pais e saiu de Francisco Sá, Minas Gerais, vindo morar com os irmãos mais velhos em Piracicaba. Ela trabalhou em fábricas, como diarista e na lavoura, enfrentando uma rotina árdua e desgastante. Lembro-me de olhar para as cicatrizes que marcavam os joelhos dela, sinais de tantas horas passadas esfregando os pisos das casas dos patrões. O brilho do chão, exigido com rigor pelos patrões, parecia um reflexo distante daquilo que ela e tantos outros enfrentavam: o desgaste físico que tirava o brilho dos seus olhos.

A partir dos relatos da minha avó, hoje compreendo o quanto ela e seus irmãos foram profundamente explorados. Eles não eram apenas submetidos a jornadas intermináveis e salários miseráveis, mas carregavam também o peso do racismo, sendo todos negros. O fato de serem negros tornava sua exploração ainda mais brutal, uma vez que a sociedade os via como descartáveis, como se suas vidas e seus trabalhos não tivessem o mesmo valor.

Essa realidade, tão cruel e injusta, me faz refletir sobre as diversas formas de opressão que marcaram a vida de minha avó e seus irmãos, as cicatrizes que não eram apenas físicas, mas também sociais e emocionais. Cada história, cada dificuldade que eles enfrentaram, é um lembrete do quanto a luta pela dignidade e pelo reconhecimento das pessoas negras continua sendo um desafio, que ecoa no presente.

Minha história já começava de forma conturbada; na verdade, minha família nunca teve uma trajetória fácil. Ao olhar para trás, vejo o quanto de sofrimento cada um carregou ou ainda carrega em suas vidas, mas não aceito justificativas para as repressões e violências que também sofri, seja pela exploração do trabalho, pelo machismo, ou pelas diversas formas de violência

que surgiram ou foram impostas em nossas vidas. Minha mãe e o restante da família que convivia comigo, principalmente minha tia materna, com a qual tenho uma relação de amizade e carinho até os dias de hoje perceberam que meus gestos e gostos fugiam dos padrões estabelecidos por eles e pela sociedade. Por conta disso, sofri diversas repressões durante a construção da minha identidade e personalidade. Sempre tive preferência por brinquedos e roupas consideradas masculinas e, ainda na infância, imitava comportamentos de figuras masculinas presentes em minha casa, a exemplo meu tio materno e meu irmão mais novo. Para mim, todos esses gestos eram completamente normais; eu não tinha noção de que estava fugindo dos padrões esperados.

Aos 5 anos, adentrei a educação infantil em uma escola municipal localizada na cidade de Piracicaba – São Paulo e, durante esse período, pude conhecer outras crianças na sala que estudei além do meu irmão e minha prima que conviviam comigo fora deste espaço de ensino. Foi nesse período que eu também, pude aprender a ler, foi uma grande conquista para mim, pois acreditava que, se soubesse ler, poderia identificar um possível erro em minha certidão de nascimento. Em algum momento da minha infância, cheguei a acreditar que eu realmente era um menino (cisgênero³) e que me tivessem registado com o sexo errado.

Pode-se perceber que, desde esse momento, minha angústia já se iniciava visto que ao ter contato com outras crianças além de parentes percebi que era uma criança diferente pois não seguia os padrões de usar roupas ditas femininas e de realizar brincadeiras que as professoras diziam que eram de meninas pois eu gostava de ficar perto dos meninos e brincar com eles mas a escola tinha padrões em que eles imponham a mim e as demais crianças de separar as meninas e meninos e dizer o que é ou não de cada gênero por cores, vestimentas, brinquedos e brincadeiras.

Durante minha adolescência, esses comportamentos considerados masculinos se tornaram mais evidentes. Comecei a sentir interesse por outras garotas e as transformações corporais femininas passaram a me causar muito desconforto e sofrimento. Desconhecendo a palavra transexualidade e suas experiências, eu acreditava estar destinado a viver preso em um corpo com o qual não me identificava, ou seja, ser visto como mulher aos olhos da sociedade na realidade eu ainda não sabia o que estava acontecendo comigo e me senti por muito tempo perdido.

Durante esse período, fui alvo de atitudes homofóbicas e machistas tanto dentro de casa quanto no ambiente escolar, na EE Luciano Guidotti, onde estudei do 1º ano do ensino

³ Termo que se refere a pessoas que se identificam com o sexo biológico que lhes foi atribuído no nascimento.

fundamental até o fim do ensino médio. O preconceito começou com xingamentos e, com o tempo, se agravou: fui reprimido, constantemente vigiado por desconfiança, impedido de ter amizades com meninas e pressionado a me relacionar com meninos.

Essas situações desencadearam conflitos familiares, como o fato de meu irmão mais novo ser perseguido na escola por eu ser considerado lésbica, o que o obrigava a me defender e, muitas vezes, o fazia sofrer com toda essa pressão. Além disso, enfrentei períodos de evasão escolar e episódios de depressão. Para mim, a escola se tornou uma tortura, não porque eu não queria estudar, mas porque era um ambiente hostil desde o momento em que eu colocava os pés lá. Em casa, não havia com quem conversar, e na escola, parecia que eu era constantemente punido por não me encaixar nos padrões impostos por professores, professoras e colegas de sala se é que posso chamá-los assim.

Braga (2023) discute que, embora as regras hegemônicas de gênero e sexualidade não favoreçam os indivíduos LGBT, é por meio da subversão dessas normas que esses colaboradores encontram brechas de resistência em ambientes hostis. O “afronte” e o “incômodo”, desde que não extremos ou incisivos, constituem formas possíveis de presença LGBT nas escolas. Esses momentos de resistência, mesmo que sutis, foram formas de afirmar minha existência em um ambiente que insistia em me apagar. Ainda na minha adolescência, buscava suprir essa insatisfação com o meu corpo, que já estava tomado por características femininas. Busquei encontrar, em minhas vestes, maneiras de modificar os olhares das pessoas quando direcionados a mim, utilizando roupas ditas masculinas, largas e folgadas. Enquanto a minha postura buscava modificar, me posicionando de forma curvada para esconder a silhueta feminina, podendo me intitular um *degenerado* visto pelos olhos cis-heteronormativos. Nesse movimento, eu buscava perder ou ter as qualidades da minha espécie/natureza modificadas, como alguém corrompido que deixaria de ser aquela pessoa original (cis).

Essa reflexão sobre identidade e percepção social me leva a considerar a maneira como a sociedade, com seu olhar cis-heteronormativo, vê aqueles que se afastam das normas rígidas e preestabelecidas. Ao me intitular “degenerado” sob essa ótica, faço referência ao estigma que recai sobre aqueles que se distanciam do modelo de identidade tradicionalmente aceito. No imaginário coletivo, a pessoa trans é frequentemente vista como alguém que se submete a um processo de “degeneração”, no qual a própria natureza da sua identidade é considerada corrompida ou distorcida.

Na visão cis-heteronormativa, a transição, seja ela de gênero ou de qualquer outro aspecto de identidade, é tratada como uma perda de algo essencial, uma ruptura com uma “verdade” natural e imutável. Nesse contexto, tornar-se trans é visto como algo que faz com

que a pessoa "deixe de ser quem era", como se a essência de quem somos fosse algo estático e intocável, a ponto de uma transformação de gênero representar uma degeneração do que é considerado “normal”. O preconceito se baseia, portanto, na ideia de que há uma ordem natural das coisas, e qualquer tentativa de desviar-se dessa ordem é entendida como um desvio moral ou biológico.

Entretanto, essa concepção está imersa em uma visão limitada e restritiva sobre identidade. O que é esquecido é que a identidade humana é fluida e multifacetada, e não há uma “essência original” a ser preservada. A ideia de uma “degeneração” do gênero, ao contrário, pode ser encarada como um processo de autodescoberta e afirmação, no qual a pessoa trans reconquista um espaço para si mesma, livre das imposições externas e das limitações de um molde pré-determinado. Assim, a noção de “degeneração” se transforma, passando a representar não uma perda, mas uma evolução da própria liberdade de ser.

Essa perspectiva traz à tona a tensão entre as imposições de uma sociedade cisnormativa e a realidade de quem se encontra fora dessa normatividade. A sociedade, ao rotular como “degenerado” aquilo que foge da sua visão limitada, revela a dificuldade de lidar com as multiplicidades de experiências humanas. Contudo, a resistência e o processo de afirmação da identidade trans tornam-se uma forma de ressignificar essa “degeneração”, provando que a verdadeira natureza humana não está em manter uma forma estática, mas na possibilidade de transformação e reinvenção, no espaço onde a autenticidade pode finalmente se manifestar, livre da pressão para se conformar.

Comecei a me aproximar e participar de espaços onde circulavam trans homens, mulheres trans tais como grupos nas quais participei, e movimentos LGBTQIAP+ como a ONG CASVI⁴ de Piracicaba – São Paulo, que foram importantes para eu me compreender e me fortalecer. Aos 18 anos, percebi que fui expulso de casa, embora não tenha sido expresso em palavras. Senti que minha presença ali já não era valorizada e percebi que meus sentimentos não estavam sendo considerados. Foi nesse momento que decidi que talvez fosse melhor partir, pois a vida parecia sem sentido e eu precisava descobrir as razões do meu sofrimento e se um dia eu seria digno de amor, carinho e felicidade.

Por conta de diversos conflitos familiares relacionados à minha sexualidade, até então eu me identificava como uma mulher lésbica, ainda lidando com conflitos em relação à minha identidade de gênero e com poucas informações sobre transexualidade. Após várias mudanças

⁴ Centro de Apoio e Solidariedade à Vida (ONG Casvi) é uma organização não governamental de Direitos Humanos que atua com enfoque nas questões da Sexualidade.

de cidade em busca de moradia, acabei me mudando de estado e fui parar em Macapá, no Amapá, uma região completamente desconhecida para mim. Foi lá que encontrei refúgio entre amigos ligados ao movimento LGBTQIAP+, como a UNALGBT⁵. O termo "sexílio", desenvolvido pelo sociólogo Manuel Guzmán (1997), descreve o exílio de pessoas forçadas a deixar seu país de origem devido à sua orientação sexual. Guzmán cunhou essa expressão a partir de suas observações em uma boate gay em Nova York, onde estudou a experiência de homossexuais porto-riquenhos que migraram para os Estados Unidos em busca de um espaço mais seguro e livre.

Originalmente relacionado à migração internacional, o conceito de "sexílio" foi ampliado por estudiosos como Norma Mogrovejo (2017) e Lawrence La Fountain-Stokes (2004) para incluir deslocamentos de menor escala, como mudanças de bairro ou cidade. Ou seja, o "sexílio" pode ocorrer em diferentes contextos geográficos, quando um indivíduo, por questões de orientação sexual, se vê na necessidade de se mover para um lugar que ofereça maior aceitação e proteção.

No meu caso, esse deslocamento se manifestava em mudanças constantes de residência, enquanto eu transitava da condição de mulher lésbica para homem trans. Durante esse processo, vivia frequentemente de favor com amigos LGBTQ+ em Macapá - Amapá, e enfrentei diversas situações de vulnerabilidade socioeconômica. Cada mudança não era apenas uma alteração geográfica, mas uma busca por um espaço onde eu pudesse, finalmente, viver de maneira mais autêntica e segura.

Segundo Rezende (2018), a mudança espacial para o sujeito *queer*⁶, seja em deslocamentos entre áreas rurais e grandes centros urbanos, dentro do território nacional ou atravessando fronteiras internacionais, oferece uma nova oportunidade de reproduzir suas identidades longe das estruturas de coerção sexual e de gênero presentes em seus locais de origem. A migração, portanto, se torna um processo de autoexílio, no qual esses indivíduos buscam espaços onde possam existir de forma autêntica, longe das pressões de conformidade com padrões cisnormativos e heteronormativos.

O conceito de sexílio, reflete a ideia de um exílio autoimposto não apenas em termos geográficos, mas também emocionais e identitários. Para muitos sujeitos queer, esse movimento migratório é uma resposta direta à opressão, exclusão e violência psicológica ou

⁵ União Nacional LGBT Amapá é uma Organização de Sociedade Civil que luta pela promoção e garantias de direito da comunidade LGBTQIA+ no extremo norte no Brasil, o Estado do Amapá.

⁶ A teoria queer defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

física experimentada em seus locais de origem. A migração deixa de ser simplesmente uma questão de sobrevivência econômica ou uma busca por melhores condições de vida, tornando-se uma tentativa de reconstruir a identidade e de viver plenamente, sem medo de perseguições ou repressões relacionadas à sexualidade e ao gênero.

Na Região Norte, deparei-me com expectativas em relação ao sexílio que vivi. Grande parte delas estava ligada à busca por oportunidades, especialmente ao me aproximar de pessoas envolvidas em movimentos sociais como a UNALGBT em Macapá, fiz diversos amigos que me proporcionaram um lar temporário. Meu maior objetivo era ingressar no ensino superior, em qualquer universidade que fosse possível, para poder estudar e viver minha identidade como um homem trans, resistir e contribuir academicamente. Foi na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) que consegui realizar esse sonho. Em 2018, fui o primeiro da minha família a cursar uma universidade, ingressando no curso de Licenciatura em Teatro por meio de uma vaga destinada a alunos que estudaram em escola pública e eram de baixa renda pois até aquele momento as universidades do Amapá não possuíam cotas para pessoas trans por meio da graduação.

Nunca havia considerado seguir uma carreira na área artística; na verdade, sempre desejei atuar na área da saúde tanto que fiz um curso técnico em farmácia integrado pelo PRONATEC no SENAC – Piracicaba que durou de 2014 a 2016. Mas, no entanto, as circunstâncias nunca estiveram a meu favor, pois estava constantemente me mudando ou lutando para sobreviver. Diante dessa realidade, não podia deixar passar nenhuma oportunidade que surgisse. Após muita luta, aproveitei todas as pequenas, para não dizer únicas, oportunidades que apareceram e consegui ingressar no curso de Licenciatura em Teatro na Universidade Federal do Amapá. Essa decisão representou uma busca por novos horizontes e a chance de aprender em um ambiente totalmente desconhecido para mim. Sempre me considerei uma pessoa tímida, mas por circunstâncias do destino, vi-me obrigado a assumir o controle das minhas escolhas e seguir por esse caminho. Hoje, olhando para trás, posso afirmar que essa jornada me proporcionou momentos de coragem e fortalecimento quanto a minha autoestima e confiança de que eu tanto precisava.

Durante minha graduação na Universidade Federal do Amapá, deparei-me com a ausência de cotas específicas para pessoas trans, tendo apenas o direito ao uso do nome social, que utilizei até o ano de 2019. Com o passar do tempo, consegui fazer a retificação dos meus documentos. Sendo assim, em meu registro civil e em minha certidão, agora posso ler meu nome Kai Henrique Silva Fernandes. Quando fui escolher meu nome, logo pensei em algo que me identificasse muito. Apesar de ainda não me conhecer por completo, entendi que sempre fui

uma pessoa de sentimentos profundos e intensos, então escolhi Kai, que significa mar, oceano. Agora eu tinha um papel que continha o início da minha história reeditada, então poderia seguir e buscar me conhecer melhor, contribuir academicamente e artisticamente, relatando meus processos de construção de identidade e enfrentando a transfobia.

Meu objetivo sempre foi fortalecer e dar visibilidade ao movimento transgênero, valorizando a diversidade e ajudar as pessoas que também passam ou passaram por situações como as minhas. Em 2019, iniciei meus estudos com uma bolsa de iniciação científica orientada pelo professor Dr. José Flávio Gonçalves da Fonseca, a quem agradeço imensamente por toda a paciência e contribuição para com os meus estudos, além de seu profissionalismo excepcional. Graças ao seu empenho em me ensinar, colho os frutos de nossos trabalhos até hoje. Essa bolsa foi fundamental não apenas para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso, mas também para minha sobrevivência e resistência.

No primeiro ano, exploramos a criação do ator na cena intermedial, onde as fronteiras entre as diferentes formas de expressão artística se tornam fluidas, permitindo que uma mídia complemente, transforme ou até reinterprete a outra. Essa fusão de elementos pode gerar novas formas de narrativa e experiências sensoriais que não seriam possíveis em uma mídia isolada. Por exemplo, uma performance teatral pode incorporar projeções de vídeo, música ao vivo, animações digitais e interatividade com o público, criando uma experiência híbrida e multidimensional. Esse processo culminou no experimento cênico “(Trans)Midiático”, apresentado no Festival Insolus Tucuju de Macapá.

Este trabalho foi premiado nas categorias de melhor dramaturgia, melhor ator e 2º melhor solo, narrando meus processos de transição de gênero e “detalhe” “nunca achei que ganharia algum prêmio nessa vida” e acabei ganhando 03 de uma vez só. Posteriormente, foi apresentado como comunicação oral no IX Fórum Bienal de Pesquisa em Arte da Universidade Federal do Pará – UFPA quando viajei pela primeira vez de barco e conheci Belém-PA. Em 2020, continuei minhas pesquisas na bolsa de iniciação científica, explorando dramaturgias digitais. Esse estudo resultou no desenvolvimento do trabalho cênico "Degenerado", realizado *online* devido à pandemia. Este projeto recebeu o 1º lugar no Prêmio destaque de iniciação científica 2021 e também apresentação no X Congresso Amapaense de Iniciação Científica, na área de educação, linguística, letras e artes foi a primeira vez que o curso de Licenciatura em Teatro ganhou esse prêmio.

Na peça teatral Degenerado, tento capturar essa jornada de transformação, onde a transição de gênero não é apenas um movimento físico, mas também um espaço de

desmantelamento das expectativas impostas, um processo de reinvenção que desafia a noção de identidade fixa. Em um trecho destaco:

Muitas pessoas que me amam se preocupam se vou chegar em casa no final do dia. Quando eu saio encontro meus amigos e os abraço. Tento viver o agora de uma maneira intensa e feliz. Às vezes me lembro de quando ficava assistindo TV com meu irmão e via aqueles surfistas. Ah! Eu já quis ser um surfista quando criança. Eu até tinha o cabelo longo e liso e vivia sem camisa, igual aqueles caras de filme ou talvez era só uma maneira de justificar porque eu era um garotinho de cabelo grande diferente dos demais. Ah, num sei, só sei que eu amo, amo o mar, afinal eu sou o menino do mar eu sou o Kai (Fernandes, 2021).

Este trecho reflete a busca por identidade e pertencimento, enquanto destaca a transição entre a infância e a adolescência, um período repleto de sonhos e descobertas. Ao revisitar minhas memórias de infância, quando sonhava em ser surfista, faço uma reflexão sobre como me via e como os outros me viam, especialmente por conta do meu cabelo longo e liso, que me fazia sentir diferente. A frase “eu sou o menino do mar” simboliza minha conexão profunda com a natureza e a busca por um lugar onde pudesse me sentir genuíno e aceito, além de traduzir o meu nome. Esse momento de nostalgia também revela o desejo de viver o presente intensamente, com pressa, ao perceber que pessoas como eu correm o risco de viver menos e de ter suas vidas interrompidas, muitas vezes pelos julgamentos externos, violências. Essa urgência reflete uma tentativa de afirmação pessoal e uma busca por liberdade emocional.

Durante esse período, também participei do projeto do Festival *online* Niterói em Cena Resiste, que explorou possibilidades artísticas e ferramentas do teatro *online*. Patrocinado com recursos internacionais, este projeto contribuiu para a criação do experimento cênico “Apagão⁷”, uma narrativa sobre o evento ocorrido no Amapá em 2020, onde vivenciei pessoalmente suas consequências. Essas experiências não apenas consolidaram meu compromisso com a pesquisa e minha busca por aprender sobre a arte, mas também reforçaram minha determinação em promover o ativismo e o respeito à diversidade, especialmente no contexto das artes e das questões de gênero.

Neste mesmo ano, participei da bolsa de pesquisa da Universidade Federal de Brasília, no “Estudo Multicêntrico sobre os Perfis Socioeconômicos, Geográficos, Culturais e de Vulnerabilidades de Travestis e Transexuais”. Esta pesquisa, com duração de 6 meses, envolveu entrevistas com pessoas travestis e transexuais, sendo eu responsável pela estação norte,

⁷ O apagão afetou 13 dos 16 municípios do Estado e atingiu diretamente 700 mil pessoas por cerca de 22 dias sem energia elétrica.

intitulada Núbia Lafaieth⁸. O objetivo era compreender melhor as vidas desse grupo social e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam sua inclusão e bem-estar. É importante ressaltar que, eu que participei ativamente da pesquisa, fiquei profundamente frustrado ao perceber que, durante todo o processo minha contribuição, enquanto pesquisador e, ao mesmo tempo, sujeito da pesquisa, deveria ter sido reconhecido de maneira justa e respeitosa. Infelizmente, a falta de transparência sobre os dados, a ausência de certificados ou qualquer tipo de reconhecimento formal, e o distanciamento da equipe quanto ao acompanhamento dos resultados reforçam uma dinâmica onde, mais uma vez, a nossa presença quanto pessoa trans foi reduzida a uma simples ferramenta, sem que tivéssemos o devido respeito e consideração.

Esse tipo de abordagem não só desvalorizou o trabalho, como também reiterou a forma em que muitas vezes somos tratados no campo acadêmico e profissional sem o devido reconhecimento e sem o devido espaço. Isso não apenas comprometeu a qualidade do trabalho, como também reforça práticas excludentes e desumanizadoras que precisam ser urgentemente questionadas e transformadas. Além disso, participei de um módulo de curso *online* ministrado pela Professora Pós - Doutora Fernanda Areias, intitulado "Encenações Indóceis", pelo projeto Mapa das Mulheres. Este curso foi destinado a mulheres cis, trans, travestis, homens trans e não binários, proporcionando uma reflexão profunda sobre as representações e experiências desses grupos na sociedade contemporânea.

Dando continuidade aos meus estudos na bolsa de iniciação científica da Universidade Federal do Amapá, realizei uma publicação de artigo em formato alvorecer⁹ intitulado “AS IMAGENS TÉCNICAS COMO DISPOSITIVO POÉTICO: Memórias e experiências fragmentadas de um corpo trans” na revista Cidade Nuvens da Universidade Regional do Cariri – URCA, publicado no ano de 2022. No primeiro semestre de 2022, realizei a defesa do trabalho de Conclusão de Curso em formato memorial, intitulado “(Trans)Midiático: Autobiografia Trans” Adiantei a defesa do meu TCC, pois ainda havia algumas disciplinas para concluir e a bolsa de iniciação científica do ano de 2022, seguindo o plano de trabalho “Laboratório de Criação em Teatro e Mídia” Neste período, realizei uma apresentação de resumo expandido intitulado “(Trans)Midiático: Autobiografia Trans” a respeito do processo de criação da obra e

⁸ Pode se referir a duas personalidades distintas: (1) Núbia Lafayete (1937–2007), cantora brasileira de música romântica, conhecida pelo sucesso “Devolvi”; (2) Núbia Lafayette, mulher trans, negra, acreana e militante do movimento LGBTQIA+ em Rondônia, que viveu no Acre na década de 1960.

⁹ Formato de artigo para revista que está surgindo com um foco em novas áreas do conhecimento, abordagens frescas ou uma tentativa de renovação na forma de se comunicar a ciência. **Fonte:** <https://revistas.urca.br/index.php/rcn>

do trabalho de conclusão de curso para o IX Seminário de Teatro, Direção de Arte e Educação da Universidade Federal de Goiás.

Além disso, publiquei na revista *Iaçá Artes da Cena* da Universidade Federal do Amapá o artigo “TRANSESCREVIVÊNCIAS: Relato sobre a construção de presença de um corpo trans no meio acadêmico” Também houve uma publicação em e-book do seminário Franco-brasileiro de Pesquisa-Criação.

Após todos esses trabalhos, no início de 2023, mais precisamente no dia 23 de fevereiro, minha avó morreu em decorrência de um câncer que ela estava tratando. Devido à idade avançada, com seus 76 anos, ela partiu. Não pude me despedir, pois estava a aproximadamente 2544,88 km de distância. Na verdade, estive por muitos anos distante do seu abraço, do seu carinho, das suas palavras, do seu sotaque mineiro, do seu jeito fofo de nos dar um puxão de orelha e de nos ensinar o amor, mesmo quando ele nunca nos foi dado. Não que eu não fosse visitá-la com o tempo, mas depois que fui embora, comecei a cuidar de mim e a buscar uma vida melhor. Acabamos nos distanciando. Essa distância nunca quis que existisse. Na verdade, sempre quis dar uma vida melhor para ela, mas ela sempre esteve ocupada tentando cuidar dos seus filhos e muitas vezes esquecia de si mesma.

Devo dizer que minha avó, que era muito religiosa e tinha uma visão de mundo completamente diferente da minha, nunca deixou de me amar ou de pedir para que eu voltasse para casa. Mas ela entendia que eu tinha muitos conflitos com minha mãe e meu tio, então era muito difícil estarmos juntos sob o mesmo teto. Sempre sentirei a falta dela, sempre vou tentar buscar em minha memória o som da sua voz, lembrar das palavras erradas que ela dizia, que hoje entendo serem por conta do seu sotaque ou do seu jeitinho de ser. Ela sempre esteve nos protegendo em nosso território, tanto eu quanto meu irmão mais novo, ou qualquer pessoa que ela amava. Quando ela se foi, de fato, já não existiam nem sequer quilômetros de distância ou horas de voo que fossem capazes de nos reunir. Meu coração parou, fiquei doente, a ansiedade tomou conta e eu sofri, pois realmente senti que estava sozinho no mundo.

Hoje, reflito sobre um desejo dela: “Eu teria gostado de viajar como você, mas na minha juventude, o medo me impediu. Nunca tive a chance de explorar o mundo ou descobrir novos lugares.” Na verdade, a vida que ela viveu nunca lhe oportunizou o direito de fazer escolhas, seja por ser mulher em uma época extremamente machista ou por não ter condições financeiras suficientes. O ato de poder fazer escolhas é verdadeiramente libertador e repleto de desafios.

Sempre escolhi estudar e seguir um caminho que, muitas vezes, se mostrou árduo e repleto de obstáculos. O ingresso e a continuidade nesse percurso não foram fáceis, principalmente devido às dificuldades que enfrentei ao longo dessa jornada. As barreiras que

tive de superar foram muitas, sendo as mais predominantes as questões econômicas, sociais e emocionais. Essas dificuldades se somaram ao distanciamento da minha família, o que me levou a viver uma solidão constante, tanto nos relacionamentos familiares quanto afetivos.

Em muitos momentos, pensei em desistir. A sensação de que minha capacidade estava sendo questionada, especialmente por ser trans, foi algo que me perseguiu — seja no ambiente escolar, onde fui desafiado pela falta de acolhimento e compreensão, seja no campo acadêmico, onde minha identidade muitas vezes parecia ser mais uma barreira do que um ponto de fortalecimento. Essas experiências, que em muitos momentos me fizeram duvidar de minha própria habilidade e valor, reforçaram a ideia de que o meu caminho seria ainda mais difícil por não me encaixar nas normas estabelecidas pela sociedade.

A sensação de ser constantemente questionado, seja nas interações diárias, seja nas próprias instituições educacionais, foi um peso que carreguei e, por vezes, me fez considerar a desistência. E, quando falo em desistir, falo da vida como um todo, como se fosse uma saída mais fácil. No entanto, a persistência, embora difícil e marcada por momentos de dúvida e solidão, se tornou minha principal aliada. A busca por uma educação, por uma vida melhor, e o esforço em continuar e superar todas as adversidades — incluindo o preconceito e as dificuldades de pertencimento — tornaram-se não apenas uma forma de resistência, mas uma afirmação da minha identidade e da minha capacidade de seguir em frente. Cada passo dado no sentido de concluir meus estudos representou não só uma vitória pessoal, mas também uma reafirmação de que, apesar das dificuldades, o conhecimento e a educação eram as únicas alternativas para minha liberdade e para minha reinvenção como ser humano e como sujeito de direito.

Esse percurso me proporcionou um profundo autoconhecimento e a oportunidade de aprender muitas coisas. Por isso, busco dar continuidade aos meus estudos, seja no mestrado em Educação ou em outros cursos, sempre com o objetivo de continuar contribuindo com a minha comunidade, sobrevivendo e, ao mesmo tempo, compartilhando o que sei e aprendendo continuamente.

Como homem transgênero, minha própria jornada acadêmica, que se iniciou ao sair do estado de São Paulo e ir para o Norte do Brasil, no ano de 2018, para cursar Licenciatura em Teatro na Universidade Federal do Amapá, me levou a refletir sobre as experiências que compartilho como parte da população trans. Durante meu processo de escolarização, temas relacionados à sexualidade e gênero nunca foram debatidos nas escolas. Isso colaborou para que meu processo de compreensão e identificação fosse tardio, iniciado a partir dos meus 19

anos, após minha entrada na universidade. Enfrentei o desafio de vivenciar diversos estereótipos de gênero e preconceitos, carregando marcas e afetações ao longo do caminho, pois,

Travestis e transexuais não sofrem apenas através das manifestações diretas de outras pessoas no ambiente escolar, mas também em razão do despreparo de professores e demais profissionais de educação para com a realidade vivenciada por essa população. É comum que o corpo docente não saiba como lidar com alunas e alunos transexuais e travestis, desrespeitando seus nomes sociais (alegando a “necessidade”, imaginamos o porquê, de chamar-lhes pelo nome que consta em seus registros civis), invisibilizando as violências sofridas em razão dos colegas de classe, diminuindo as pautas dessas alunas e alunos, etc (Oliveira, 2016, p.330).

Assim, uma pessoa transgênero muitas vezes passa a vida inteira interpretando um papel que a sociedade lhe atribui. Pois é preciso performar uma estética, um vocabulário e trejeitos, tentando se enquadrar nos parâmetros sociais, morais e hegemônicos impostos para que possa sobreviver. Esse contexto transfóbico e a ausência de diálogo sobre identidade de gênero nas instituições educacionais dificultam a jornada de autodescoberta e aceitação, impactando profundamente a experiência de estudantes transgêneros e tornando fundamental abordar essa questão de forma mais inclusiva e respeitosa nas escolas.

Acredito que minha escolarização ocorreu porque boa parte de minha vida dediquei-me a tentar me enquadrar nesses espaços como um mecanismo para poder sobreviver, embora a educação seja um direito humano fundamental, ela é para nós pessoas trans frequentemente marcada por desafios únicos e persistentes, que vão desde o acesso à educação até a busca por um ambiente escolar seguro e inclusivo. Durante minha própria trajetória, deparei-me com momentos de transfobia e discriminação que, à medida que progredia nos estudos, percebi serem apenas uma fração do que muitos de nós enfrentam, e ao compreender todo o percurso que vivenciei para chegar no ensino superior e avançar nos estudos, via que poucos como eu estavam nesses espaços.

Infelizmente, para muitos de nós, a trajetória escolar e familiar é marcada por uma luta diária pela sobrevivência e proteção. Em momentos de grande desgaste, cheguei a considerar desistir da própria vida. Embora alguns aspectos financeiros tenham melhorado e eu tenha alcançado certa “passabilidade”, ou seja, muitas pessoas que não me conhecem podem me enxergar como um homem cisgênero devido ao uso da hormonioterapia, mas isso não faz com que deixamos de vivenciar situações transfóbicas no decorrer de nossas vidas e é importante enfatizar que nem todas as pessoas trans desejam ou sentem necessidade de recorrer a processos hormonais ou cirurgias.

Esses procedimentos exigem recursos financeiros e o acesso a profissionais especializados, como médicos, psicólogos e outros profissionais da saúde, o que revela uma

estrutura altamente burocrática e muitas vezes inacessível para a população trans. A dificuldade de acesso a esses serviços não se limita apenas à questão financeira, mas também está relacionada à escassez de profissionais capacitados e à falta de políticas públicas adequadas que atendam às necessidades específicas dessa população. Em muitos casos, as pessoas trans enfrentam longas filas de espera, exigências excessivas de documentação e uma abordagem médica que nem sempre é sensível ou respeitosa às suas realidades e necessidades.

Além disso, a burocracia envolvida nesse processo muitas vezes está impregnada de preconceitos e estigmas, o que agrava ainda mais a situação. Profissionais da saúde nem sempre estão preparados para lidar com a diversidade de identidades de gênero, o que pode resultar em diagnósticos equivocados ou em um atendimento desumanizador.

A inacessibilidade a esses serviços é um reflexo de uma sociedade que ainda marginaliza e exclui as pessoas trans, dificultando o acesso à saúde de forma integral e humanizada, o número de ambulatorios especializados em atendimento trans no Brasil é bastante limitado, dificultando ainda mais o acesso a cuidados de saúde. De acordo com (SINDHOSFIL, 2023), apenas 13 estados brasileiros possuem serviços do SUS habilitados para a atenção integral de pessoas trans. Esse tipo de atendimento é fundamental, considerando que a população trans enfrenta significativas dificuldades e preconceitos no acesso à saúde. “Estima-se que existam cerca de 4 milhões de pessoas trans ou não binárias no Brasil conforme dados do Banco Mundial” (Brasil, 2023) o que ressalta a necessidade urgente de ampliar esses serviços. Essa realidade é preocupante, pois, além de enfrentarmos discriminação, nos pessoas trans temos necessidades de saúde específicas que são frequentemente negligenciadas.

Gostaria de destacar que, ao longo dos anos, após todos os desdobramentos que minha vida tomou, minhas relações familiares tornaram-se progressivamente mais harmoniosas. Costumo visitar meus familiares, especialmente minha tia, e ocasionalmente minha mãe, ao menos uma vez por ano. A cada visita, observo não apenas as mudanças físicas que ocorreram em mim, mas também as transformações emocionais e nas interações familiares.

Atualmente, percebo que tenho uma rede de amigos mais ampla, especialmente mulheres, o que não acontecia na minha infância e adolescência. Tenho me aproximado cada vez mais de pautas relacionadas à acessibilidade cultural, tanto que me graduei em Educação Especial no final de 2024. Essa escolha foi motivada pela percepção de que, para mim, era estranho praticar teatro, arte e lecionar sem questionar o acesso das pessoas com deficiência aos espaços escolares e de lazer. Esse processo de conscientização me sensibilizou não apenas para as questões que envolvem o grupo ao qual pertenço, mas também para a criação de um mundo mais acessível e afetuoso para todas as pessoas.

Talvez eu seja uma pessoa sonhadora e muito afetuosa, mesmo que o afeto, muitas vezes, tenha sido negado a mim. No entanto, continuo acreditando que podemos transformar muitas coisas através dos nossos gestos de carinho e amor. E por que não questionarmos nossas amizades? Por que sigo com um determinado grupo e não acolho outras pessoas? Por que no meu círculo de amigos há apenas pessoas sem deficiência, brancas ou de um gênero e sexualidade específica? Essas questões às vezes me atravessam e me fazem refletir, me impulsionando a aprender novas formas de viver e de amar.

Neste estudo evidencio que adoto a autoetnografia como método de escrita, pois ela permite uma análise profunda da minha vivência pessoal, à medida que busca compreender a experiência cultural em que estou inserido. Conforme Ellis (2004), a autoetnografia descreve e analisa sistematicamente a experiência do “eu”, transcendendo a mera descrição para estabelecer diálogos entre o individual e o coletivo. Ao me posicionar como sujeito pesquisador, analiso as nuances de minha história de vida, buscando intersecções entre minhas experiências e as vivências de outros indivíduos. Essa abordagem facilita uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e culturais que moldam nossas identidades, além de contribuir para uma pesquisa decolonial que questiona as narrativas dominantes.

As histórias, longe de serem fixas ou acabadas, são processos contínuos de construção e reconstrução, frequentemente modeladas pelas experiências culturais e intersubjetivas. As autobiografias, por exemplo, são uma das muitas formas de narrar essas experiências, sempre passíveis de revisão e reinterpretação. As autoetnografias, nesse contexto, oferecem uma oportunidade única de reposicionar o conhecimento científico, ao valorizar a pluralidade de experiências e histórias, especialmente aquelas marginalizadas. Ao dar voz às vivências subjetivas dos indivíduos, as autoetnografias contribuem para a desconstrução de narrativas hegemônicas, permitindo a construção de um conhecimento mais inclusivo e descolonizador.

Minha vivência como homem trans, por exemplo, é central para entender as intersecções entre identidade, marginalização e resistência. Refletir sobre minha trajetória me permite identificar as dinâmicas sociais e culturais que me impactaram, bem como as formas de resistência que surgem no cotidiano em uma sociedade cisnormativa. Ao compartilhar minha história, estabeleço um espaço de diálogo e compreensão intersubjetiva, no qual a experiência individual se conecta com as de outros.

A autoetnografia, portanto, não busca apresentar uma narrativa fechada ou definitiva. Pelo contrário, ela reconhece que as histórias que contamos são sempre passíveis de revisão e reinterpretação, à medida que somos constantemente moldados pelas experiências culturais.

Dessa maneira, este método se torna mais do que uma ferramenta de pesquisa oferecendo um novo olhar sobre o campo acadêmico.

2 TRANS-EXISTIR RESISTIR E SOBREVIVER

A motivação para a condução desta pesquisa surge de uma indagação profundamente conectada à minha trajetória pessoal e à minha experiência como pesquisador, especialmente por ser um homem transgênero. Ao longo do meu percurso educacional e na exploração da minha própria identidade de gênero, enfrentei vivências de transfobia, tanto no contexto familiar quanto no ambiente escolar. O desconhecimento sobre os termos "transexualidade" e "transgênero", combinado com a falta de compreensão das vivências associadas a essas identidades, foi agravado pela escassez de diálogo sobre o tema, tanto na escola quanto na família. Essa ausência de informações e a falta de um ambiente acolhedor e educativo me levaram, por muito tempo, a acreditar que minha existência estava predestinada a se desenrolar em um corpo com o qual eu não me identificava.

O silêncio e o estigma em torno das questões de gênero criaram um cenário em que minha identidade era distorcida e invisível, limitando minhas perspectivas e dificultando a aceitação de quem eu realmente era. A lacuna de conhecimento e a falta de uma discussão aberta e respeitosa nos ambientes mais próximos fortaleceram a sensação de isolamento e inadequação, nutrindo a internalização da ideia de que minha identidade de gênero não tinha legitimidade ou espaço na sociedade. A ausência de representatividade e o desinteresse em abordar essas questões em círculos sociais íntimos, como a escola e a família, não apenas perpetuaram a ignorância, mas também tornaram mais difícil a busca por uma compreensão mais profunda de mim mesmo e de meu corpo.

Essa falta de acesso ao entendimento dos termos "transexualidade" e "transgênero" perpetua a desinformação e a exclusão, tornando ainda mais desafiador para aqueles que, como eu, buscam viver plenamente sua identidade. O contexto de marginalização e invisibilidade reforça as dificuldades enfrentadas por pessoas trans, que muitas vezes são impedidas de se reconhecer e de ter suas existências respeitadas, seja no âmbito pessoal, familiar ou acadêmico.

Diante desse cenário, finalmente consegui ingressar no ensino superior esse momento representou uma oportunidade de vislumbrar uma nova etapa em minha vida, onde pude ter expectativas e trilhar novas formas de obter oportunidades. O ingresso na universidade não foi uma simples conquista, mas uma jornada repleta de desafios impostos pela falta de representação, pelas barreiras institucionais e pela resistência a minha identidade. Embora o ensino superior tenha se mostrado um espaço de crescimento e descoberta, ele também foi marcado pela necessidade de provar constantemente minha capacidade, enfrentando estigmas

ligados à minha identidade de gênero. Assim, as oportunidades que surgiram não foram um reflexo automático de um sistema educacional igualitário, mas sim frutos de um processo árduo de superação das dificuldades impostas pela sociedade cisnormativa, que tende a não reconhecer ou validar as trajetórias de pessoas trans.

As novas oportunidades que pude visualizar e alcançar não se restringem apenas ao acesso ao conhecimento formal, mas também à possibilidade de construir uma narrativa própria, de ocupar um espaço que me permitisse redefinir minhas expectativas de futuro, de superar a invisibilidade e de afirmar minha identidade. No entanto, é preciso reconhecer que, para indivíduos como eu, essas oportunidades são frequentemente construídas na luta contra barreiras históricas e estruturais, e não resultam de uma inclusão plena e equitativa. Assim, embora minha trajetória na universidade tenha representado um avanço significativo para mim, ela também revelou as limitações e os desafios que ainda persistem para garantir que pessoas trans tenham suas oportunidades de forma genuína e sem a constante necessidade de enfrentar preconceitos e discriminação.

Foi nesse ambiente educacional que busquei construir um espaço de visibilidade, acreditando inicialmente que, ao ter minha identidade reconhecida, poderia contribuir de maneira significativa para a luta das pessoas trans. No entanto, com o tempo, compreendi que a visibilidade por si só não é suficiente para sanar os problemas estruturais e as desigualdades que enfrentamos. Embora a visibilidade seja importante, ela não garante a eliminação do preconceito, da discriminação ou da exclusão que ainda permeiam nossas experiências, tanto no contexto educacional quanto em outras esferas da sociedade.

Ao longo da minha trajetória, busquei na universidade um refúgio, um lugar onde pudesse viver minha identidade de forma plena e sem medo, especialmente após tantos anos de silenciamento e invisibilidade. A universidade, para mim, sempre foi um espaço de esperança, onde sonhava em finalmente ocupar um lugar legítimo, em que minha identidade fosse reconhecida e respeitada. Contudo, ao refletir de maneira crítica sobre essa experiência, percebo que a mera visibilidade não resolve as barreiras institucionais e culturais que ainda existem. A busca por aceitação e respeito precisa ser acompanhada de mudanças profundas nas estruturas que regem o ambiente acadêmico e social, garantindo não apenas a presença, mas também a efetiva inclusão e valorização das identidades trans.

No início da minha graduação, adotei o uso do nome social, o que representou um marco significativo no início da minha vida pessoal e acadêmica. A Universidade Federal do Amapá foi pioneira no Brasil, sendo a primeira instituição a permitir que alunos transexuais e travestis utilizassem seus nomes sociais em documentos acadêmicos, com exceção do diploma. Essa

medida foi formalizada pela Resolução nº 013/2009 do Conselho Universitário (CONSU), garantindo a inclusão do nome social em registros acadêmicos, como diários, cadastros, históricos, certificados e outros documentos internos.

A adoção do nome social é fundamental para o reconhecimento da identidade de gênero e para a criação de um ambiente mais respeitoso e acolhedor. Em 2009, a UFAP deu um passo importante ao aprovar a Resolução Nº 013/2009, permitindo que estudantes transexuais e travestis usassem seus nomes sociais em documentos acadêmicos. No entanto, vale ressaltar que o simples reconhecimento do nome social não elimina a violência simbólica, a transfobia ou a exclusão que muitas pessoas trans ainda enfrentam nas universidades.

Embora a resolução seja pioneira no Brasil e represente um avanço importante, ela também levanta questões sobre os limites e as ambigüidades das políticas de inclusão em instituições acadêmicas. A exclusão do nome social no diploma, por exemplo, revela uma resistência implícita à total reconhecimento da identidade trans e travesti dentro dos espaços formais e institucionais. Isso reflete uma realidade em que, mesmo com a implementação de medidas inclusivas, as barreiras simbólicas e estruturais permanecem, perpetuando a marginalização desses indivíduos em outros contextos fora da universidade.

Além disso, a adoção do nome social em documentos acadêmicos e em chamadas de presença nas aulas representa um avanço gradual, mas não abarca completamente as necessidades e desafios enfrentados por estudantes trans e travestis. A invisibilidade de outras questões, como o acesso à saúde, ao acolhimento psicológico, e a adequação de espaços, não é resolvida por essa medida, o que evidencia a necessidade de políticas mais amplas e efetivas que promovam a inclusão integral. Portanto, embora a resolução seja um passo importante para o reconhecimento das identidades de gênero não cisnormativas, ela também destaca as limitações de um processo de inclusão que, muitas vezes, ainda é fragmentado e parcial, sem uma transformação profunda das estruturas que sustentam as normas de gênero na sociedade.

Pois a trajetória das pessoas trans ao longo da história é marcada por desafios e violências sistemáticas. A falta de reconhecimento de suas identidades de gênero, associada a preconceitos arraigados e à negação de suas existências, gera exclusão social e diversas formas de discriminação, como violência física, psicológica, verbal e institucional. Essas experiências são reproduzidas e reforçadas tanto no ambiente familiar, frequentemente o primeiro lugar onde essas violências ocorrem, podendo levar à expulsão de casa e à rejeição, quanto nos espaços educacionais, onde a tendência é silenciar e negar suas existências sem abertura para o debate.

Nesse contexto, a escola frequentemente adota uma postura resistente ao abordar temas relacionados à sexualidade, revelando dificuldades em integrar questões de gênero e orientação

sexual ao currículo educacional. Essa resistência, expressa na proibição de discussões e manifestações que envolvem a sexualidade, perpetua o silenciamento e a negação de identidades de gênero diversas, impedindo que o ambiente escolar se torne um espaço inclusivo e respeitador das diferenças.

A escola, enquanto instituição central na vida dos jovens, não tem se mostrado eficaz na disseminação de conhecimento e no empoderamento de indivíduos LGBTQIAPN+. Pelo contrário, é um ambiente onde esses jovens enfrentam frequentes situações de bullying LGBTfóbico, que muitas vezes levam à evasão escolar e, conseqüentemente, à violação do direito à educação (Ventimiglia, 2020). Essa violência, que se manifesta tanto de forma física quanto psicológica, não só compromete a saúde emocional dos estudantes, mas frequentemente resulta na evasão escolar, o que coloca em risco a educação e o futuro dessas pessoas.

A evasão, no entanto, não deve ser entendida apenas como uma consequência de um ambiente hostil, mas como uma falha estrutural da própria escola em assegurar o direito à educação de maneira plena e digna. A realidade é que a escola, longe de ser um espaço de acolhimento e aprendizagem, se configura como uma instituição excludente que se recusa a lidar com as questões de gênero e sexualidade de forma profunda e informada. Em muitos casos, a ausência de políticas efetivas de inclusão não é uma simples negligência, mas uma forma sutil de perpetuar a normatividade cis-heteronormativa que caracteriza a sociedade em geral.

O direito à educação, garantido por lei, se torna uma falácia para muitos jovens LGBTQIAPN+, que não encontram na escola um espaço de acolhimento ou aprendizado, mas sim uma continuação da opressão e do isolamento. A simples visibilidade ou tolerância não são suficientes para garantir que esses jovens tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver. É necessário que a escola abra mão da rigidez de sua estrutura tradicional e passe a entender e apoiar as diversas formas de existir, para que o ambiente educacional não seja, de fato, um espaço de reprodução das desigualdades sociais que deveriam ser combatidas pela própria instituição.

No contexto do ensino superior, amplamente visto como um espaço de produção de conhecimento e avanço das lutas sociais, é essencial que se reconheçam as contradições que permeiam esse ambiente. A trajetória dos estudantes trans no ensino superior brasileiro ilustra uma luta constante contra uma realidade histórica de exclusão, onde, muitas vezes, as promessas de pluralidade e acolhimento esbarram nas barreiras concretas da discriminação e da marginalização.

Embora as universidades sejam teoricamente vistas como locais de desenvolvimento intelectual e de promoção da diversidade, a experiência de muitos estudantes trans demonstra

que, em muitos casos, as instituições de ensino superior perpetuam um ambiente hostil, onde as políticas de inclusão ainda são superficiais ou, no “melhor” dos cenários, seletivas. A inclusão no discurso acadêmico é frequentemente descolada da prática cotidiana, criando um abismo entre o que é dito sobre diversidade e o que é efetivamente vivido dentro das universidades.

Em muitos casos, a presença de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas trans nas universidades se dá de maneira limitada, com poucas ações efetivas que tratam da realidade vivida por esses estudantes. Embora existam avanços, como o reconhecimento do nome social e a implementação de algumas políticas de apoio, esses passos, por si só, não garantem um acolhimento real e transformador. A experiência de estudantes trans no ensino superior continua a ser marcada por desafios como o preconceito explícito, a falta de representatividade e a escassez de apoio psicológico e pedagógico adequados às suas necessidades específicas.

Assim, o discurso acadêmico de pluralidade e combate à opressão se esvai diante das práticas cotidianas de discriminação, mostrando que, apesar das iniciativas pontuais, o ensino superior ainda precisa caminhar muito mais em direção a uma verdadeira inclusão, que não se limite a reconhecer a diversidade, mas que efetivamente a respeite e a valorize em todos os aspectos da vida universitária. Em um ambiente que se propõe a ser promotor de lutas sociais, a real inclusão dos estudantes trans é uma exigência urgente, que exige não apenas mudanças em políticas institucionais, mas uma reconfiguração da própria cultura acadêmica, que precisa ser profundamente transformada para se tornar verdadeiramente plural e justa.

Apesar dos avanços significativos em termos de direitos e visibilidade para a população LGBTI+, como a criminalização da homofobia, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de retificação de nome e gênero em documentos, a realidade de violência contra essa comunidade continua alarmante. Os dados apresentados pela pesquisa da ABGLT (2023), que registraram 230 mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil, ilustram de forma clara a persistente vulnerabilidade e a crescente hostilidade enfrentada por esses indivíduos. A taxa de 1,13 mortes por milhão de habitantes, em um país com mais de 203 milhões de pessoas, evidencia a magnitude do problema e revela que, embora alguns avanços tenham sido alcançados, a violência e a discriminação seguem sendo uma ameaça constante.

Esses números não devem ser tratados como meras estatísticas; são representações cruéis de uma realidade em que indivíduos são constantemente deslegitimados, perseguidos e, em casos extremos, mortos, simplesmente por serem quem são. A violência contra pessoas LGBTI+ reflete uma sociedade que ainda não consegue romper com preconceitos arraigados,

que continuam a marginalizar e a desumanizar essa população. A cada agressão, a cada morte, a narrativa de aceitação e igualdade se torna ainda mais distante da realidade vivida por essas pessoas.

Embora os avanços jurídicos e a maior visibilidade pública possam sugerir progresso, a persistência da violência evidencia que os direitos formais não são suficientes para garantir a segurança e a inclusão social da comunidade LGBTI+. Isso demonstra que, além das vitórias legais, é necessária uma transformação cultural profunda, que envolva a mudança das mentalidades e atitudes em relação a essa população, desde a educação básica até os espaços de trabalho e convivência social. O simples reconhecimento legal não pode ser visto como a solução definitiva, já que as estruturas de discriminação, violência e marginalização ainda estão muito presentes.

Em uma pesquisa realizada pelo IBRAT (2023, p.23)

No quesito educacional, principal foco deste mapeamento, vale detalhar que, das 406 respostas obtidas, temos que 3 pessoas possuem o Ensino Fundamental em andamento e 2 possuem o Ensino Fundamental incompleto (e não em andamento), somando 1,23%; 0,24% possui somente o Fundamental completo; 6,9% possuem o Ensino Médio incompleto; 20 possuem Ensino Médio em andamento; 52 possuem Ensino Médio completo; 9 possuem Ensino Técnico em andamento; 12 possuem Ensino Técnico completo; 151 possuem Ensino Superior em andamento; 54 possuem Ensino Superior completo; 24 possuem Ensino Superior incompleto (e não em andamento); 13 possuem Especialização em andamento; 23 Especializações completa; 12 Mestrados em andamento; 9 Mestrados completo; 2 Mestrados incompleto; 8 Doutorados em andamento; 2 Doutorados completo; 1 Pós doutorado completo. Sendo assim, das principais respostas, 34,7% dos participantes do mapeamento estão cursando o ensino superior; 13,8% tem o curso superior completo e 13,1% possuem o ensino médio completo. Das demais respostas, 5,9% tem o curso superior incompleto e 5,6% tem especialização.

O cenário educacional da população transmasculina, refletido nos dados do mapeamento do IBRAT (2023), evidencia desigualdades estruturais profundas que exigem uma revisão urgente das políticas educacionais, à luz de uma abordagem decolonial e de justiça social. A distribuição dos níveis de escolaridade entre os participantes, com uma parcela significativa em níveis mais baixos, como o Ensino Fundamental e Médio incompleto, ou até mesmo com o Ensino Superior incompleto, expõe as barreiras sistêmicas enfrentadas por essa população. O acesso à educação e a permanência no sistema escolar para pessoas transmasculinas são impactados por uma série de fatores, como a discriminação, a falta de acolhimento e o desamparo institucional, que dificultam não apenas o ingresso, mas principalmente a conclusão dos estudos.

Ao focarmos no Ensino Superior, a presença de 34,7% de transmasculinos em andamento e 5,9% com o curso incompleto revela as dificuldades persistentes para essa população em acessar e concluir seus cursos. Apesar de uma busca clara por ascensão social e profissional, o caminho até a formação superior está repleto de obstáculos invisibilizados, como a falta de um ambiente educacional seguro e inclusivo. A estrutura das universidades, frequentemente cisnormativa e excludente, não oferece suporte adequado para as pessoas trans, o que resulta em discriminação, invisibilidade e evasão escolar. Esse cenário não é apenas um reflexo de desafios individuais, mas de uma estrutura educacional que, em muitos casos, impede a permanência e a conclusão dos cursos, limitando as possibilidades de mobilidade social.

Além disso, o número significativo de participantes com especialização, mestrado e doutorado incompletos ou em andamento pode ser lido como um reflexo da constante luta da população trans para validar seus saberes em um espaço educacional que ainda opera sob uma epistemologia colonial, eurocêntrica e cisnormativa. A produção acadêmica, ainda predominantemente dominada por normas hegemônicas, é, para muitos pertencentes a comunidade trans um espaço hostil e excludente, onde suas experiências e formas de conhecimento são marginalizadas. Essa exclusão é resultado de um sistema educacional colonizado, que ignora ou desvaloriza o saber trans e, em muitos casos, reforça uma hierarquia de saberes que perpetua a marginalização das identidades trans.

Por fim, o quadro educacional da população transmasculina não pode ser dissociado da violência estrutural que também atinge essa comunidade. Dados do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2023), revelam que, entre os sete grupos analisados, dois segmentos sofreram a maior parte das violências, representando mais de 87% dos casos registrados. A população de travestis e mulheres trans foi a mais afetada, respondendo por 61,74% das mortes (142 casos), seguida pelos homens gays, que corresponderam a 25,65% do total de mortes (59 casos). Também foram registrados casos de violência contra homens trans e pessoas transmasculinas, com 5,65% dos casos (13 mortes). Outros grupos, como mulheres lésbicas, pessoas não-binárias e pessoas identificadas com outros segmentos, somaram um número menor de casos, totalizando 3,04% (7 mortes), 0,43% (1 morte) e 3,48% (8 mortes), respectivamente.

Esses dados apontam para a necessidade urgente de uma transformação profunda no sistema educacional, que precisa ser descolonizado e despatologizado. Isso significa eliminar abordagens que tratam diferenças culturais, sociais e identitárias como desvios ou problemas a serem corrigidos. Envolve também o fim de práticas que reforçam estigmas sobre determinados grupos e a promoção de uma educação mais inclusiva, que respeite a diversidade sem tratá-la

como algo anormal ou inadequado. A educação deve ser um espaço de acolhimento, onde as pessoas trans não apenas sejam reconhecidas, mas também valorizadas, e onde o conhecimento produzido por essas comunidades seja integrado e respeitado. A transformação do sistema educacional e o combate à violência estrutural são passos essenciais para garantir que as pessoas transmasculinas possam acessar uma educação plena, inclusiva e transformadora. Nesse contexto, as universidades desempenham um papel crucial na implementação de medidas que garantam o acesso, a permanência e a segurança das pessoas trans.

De fato, a implementação de políticas como o uso do nome social é um avanço, mas ainda está longe de proporcionar um ambiente de acolhimento efetivo. A realidade é que muitas instituições de ensino superior não oferecem uma estrutura institucional robusta para lidar com as especificidades de gênero, o que resulta em um espaço acadêmico que, muitas vezes, continua a ser hostil, microagressivo e excludente para pessoas trans. Mais crítico ainda é o fato de que, mesmo com o reconhecimento do nome social, as universidades brasileiras não garantem uma verdadeira política de segurança para pessoas trans, que continuam a ser vítimas de assédio, violência simbólica e até mesmo agressões físicas dentro do espaço acadêmico.

Outra medida importante adotada pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi a Resolução nº 39/2017, de 29 de novembro de 2017, que reserva uma vaga em cada curso de pós-graduação para pessoas transexuais ou travestis. Essa política de ações afirmativas é essencial não apenas para mim, que ingressei através dela, mas para muitas outras pessoas — trans, travestis, transexuais e não binárias, proporcionando acesso à educação. Aspirando a aprofundar meus estudos, decidi me candidatar ao Mestrado em Educação da UNIFAP.

Optei pelo processo seletivo diferenciado da turma de 2023, que reservou duas vagas para pessoas trans, em conformidade com a Resolução nº 21, de 13 de dezembro de 2022. Essa resolução estabelece uma política de cotas para os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu da UNIFAP, com 25% das vagas numéricas destinadas a negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, incluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, cada curso oferece, no mínimo, duas vagas supranumerárias para grupos específicos, como indígenas, quilombolas, pessoas trans, populações do campo e migrantes internacionais, reconhecendo suas especificidades identitárias.

Sou um dos primeiros alunos trans do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED a ingressar por meio dessa política, que foi fundamental para a continuidade dos meus estudos. Durante o processo seletivo, compartilhei minha trajetória como homem trans e meu percurso acadêmico em um memorial, com o objetivo de avançar na minha formação e pesquisa. Essa seleção representou uma oportunidade mais acessível do que em outras

instituições que ainda não oferecem cotas para pessoas trans, permitindo que eu superasse desafios e buscasse novos horizontes acadêmicos. Não é uma questão de falta de capacidade para continuar os estudos sem a política de cotas, mas de reconhecer que, ao longo da minha vida, nem sempre tive um ambiente acolhedor e seguro para estudar muito menos para viver.

Desde 2023, com a implementação da Resolução nº 21 CONSU/UNIFAP no PPGED da UNIFAP, tenho a honra de ser um dos alunos que ingressaram no programa por meio do processo seletivo diferenciado, que reserva vagas para a população travesti e transexual. Essa medida reflete uma tentativa de reverter a histórica exclusão de pessoas trans no ambiente acadêmico, proporcionando-lhes acesso ao ensino superior.

No entanto, ao olharmos para a adoção de políticas de cotas para pessoas trans nas universidades públicas brasileiras, podemos perceber que, embora algumas iniciativas representem avanços significativos, elas ainda são insuficientes para garantir a verdadeira inclusão da população trans. De acordo com o (ANDES, 2024), a UnB se junta a um grupo de 17 universidades públicas que já adotaram políticas de cotas para pessoas trans na graduação, sendo 13 federais e 4 estaduais. A primeira universidade a implementar essa medida foi a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, seguida pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que aderiram em 2019. Outras universidades que adotaram políticas afirmativas para a população trans incluem a Universidade Federal de Lavras (UFLA), de Santa Catarina (UFSC), de Santa Maria (UFSM), do Rio Grande (FURG), de Rondônia (UNIR), de Goiás (UFG), além da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Em setembro, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Federal Fluminense (UFF) e a Federal de São Paulo (UNIFESP) também passaram a adotar cotas para pessoas trans. Entre as universidades estaduais, destacam-se a Universidade do Estado do Amapá (UEAP), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Essas iniciativas representam um passo significativo na construção de um sistema educacional mais justo, que reconheça e valorize a diversidade da população trans. Elas visam corrigir desigualdades históricas, proporcionando acesso a uma parte da população que, tradicionalmente, foi excluída do ensino superior. A adoção de cotas e outras políticas afirmativas é fundamental para que a população trans possa garantir e ter oportunidades de acessar o ensino superior e outros ambientes educacionais e melhorar sua formação e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

No entanto, é necessário analisar criticamente o cenário atual, pois a implementação de políticas afirmativas, por mais essencial que seja, não garante automaticamente um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e acolhedor para a comunidade trans. Embora as cotas para pessoas trans abram portas para o ingresso nas universidades, elas não abordam completamente as condições que garantem a permanência e o sucesso acadêmico dessas pessoas. As universidades ainda carecem de infraestrutura, apoio psicológico, orientações pedagógicas adequadas e, acima de tudo, de uma mudança profunda na mentalidade institucional. O simples fato de garantir acesso por meio de cotas não elimina os desafios que a população trans enfrenta, como a transfobia, a violência simbólica e a marginalização que ainda ocorrem dentro do ambiente universitário.

Além disso, muitas vezes, as políticas afirmativas se concentram apenas no ingresso e não nas condições necessárias para que as pessoas trans possam permanecer e prosperar academicamente. A implementação de nome social, por exemplo, é um avanço, mas não resolve as situações de discriminação diária, a falta de reconhecimento de sua identidade de gênero e a exclusão em espaços acadêmicos, como salas de aula, grupos de pesquisa e eventos acadêmicos. O sistema educacional, ainda fortemente influenciado por normas cisnormativas e patriarcais, precisa ir além de medidas formais para garantir que as pessoas trans se sintam respeitadas, seguras e reconhecidas por sua experiência e saberes.

Outro ponto essencial para analisar e que precisa ser discutido é que uma parte significativa da população trans não conclui o ensino médio, o que torna o acesso ao ensino superior ainda mais desafiador. A evasão escolar, impulsionada por um ambiente hostil, transfóbico e exclusivo, faz com que muitas pessoas trans não tenham sequer a chance de chegar à universidade. Assim, a reflexão deve começar muito antes do ensino superior, nos anos fundamentais, repensando a educação desde a infância e adolescência para garantir que as pessoas trans possam, de fato, concluir o ensino básico e médio. Isso implica na criação de políticas educacionais inclusivas desde os primeiros anos de escolarização, com programas que combatam a transfobia, ofereçam apoio emocional e pedagógico, e promovam um ambiente de respeito às identidades de gênero.

Portanto, a crítica se volta para a necessidade de ações mais integradas e profundas que tratem tanto da acessibilidade quanto da permanência e sucesso de pessoas trans nas universidades, sem deixar de lado a importância de garantir a conclusão do ensino básico e médio para essa população. O combate à transfobia, o fortalecimento de políticas de apoio psicológico e social, a inclusão de conteúdos sobre questões de gênero e diversidade nos currículos e a promoção de um ambiente de respeito e acolhimento são imprescindíveis para

que as políticas afirmativas se transformem em um verdadeiro processo de inclusão, e não apenas em uma formalidade que não transforma a estrutura educacional em si.

Diante desse cenário, esta pesquisa propõe-se a investigar as experiências de formação e as estratégias de resistência de estudantes trans (transexuais, transgêneros, travestis e não binários) na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O objetivo é compreender como suas trajetórias acadêmicas são influenciadas por suas identidades de gênero e como eles ressignificam o espaço universitário. Ao elucidar essas vivências, este estudo contribuirá para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e acolhedor, promovendo a (trans)formação¹⁰ da universidade em um espaço de respeito à diversidade e de garantia dos direitos de todas as pessoas.

A persistência de estruturas institucionais discriminatórias, práticas arraigadas e a falta de sensibilidade para as nuances das experiências trans continuam a representar desafios consideráveis. A inclusão transcende a mera implementação de regras ou políticas, demandando uma transformação profunda das estruturas e mentalidades dentro das instituições educacionais. É imperativo questionar criticamente as normas sociais e preconceitos arraigados, repensando a educação de forma mais plural e abrangente. A criação de espaços que deem voz e visibilidade às experiências marginalizadas, como as da comunidade trans, é fundamental para a construção de um sistema educacional verdadeiramente equitativo e inclusivo.

A realidade demonstra que a exclusão da população trans se inicia muito antes do ensino superior. Dados alarmantes revelam que a evasão escolar e o baixo nível de escolaridade são problemas persistentes nessa comunidade. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) 2022, estima-se que 70% das pessoas trans não concluíram o ensino médio, o que limita significativamente suas chances de acessar o ensino superior, mesmo com a existência de políticas de cotas. Essa realidade evidencia que a inclusão exige ações que vão além da reserva de vagas, demandando um enfrentamento efetivo das desigualdades estruturais que impedem o acesso e a permanência dessa população na educação básica.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Antes de adentrarmos na discussão dos estudos realizados sobre a temática da pesquisa, é importante compreender o papel central da revisão da literatura no processo de construção do

¹⁰ Essa expressão busca enfatizar a complexidade e a dualidade da transformação a partir de uma ótica trans. O termo remete tanto à identidade trans quanto a processos de transformação que ultrapassam as categorias binárias e normativas. Ao utilizar a palavra trans, busca-se destacar a natureza simultaneamente literal e metafórica dessa transformação, que envolve tanto mudanças visíveis quanto processos internos de autoconhecimento e redefinição.

conhecimento acadêmico. o estado do conhecimento serve como um ponto de partida para qualquer investigação, pois oferece uma visão panorâmica das produções anteriores em uma área específica como aponta (Silva 2020). Além de proporcionar um panorama das abordagens e resultados já alcançados, esse processo permite identificar os avanços na área, as lacunas a serem preenchidas e as questões que permanecem em aberto. É a partir dessa revisão que se pode construir a base para novas investigações e direcionar o foco da pesquisa para aspectos ainda não suficientemente explorados ou entendidos. No caso da presente pesquisa, buscou mapear o conhecimento existente sobre as experiências e resistências de estudantes trans, particularmente no contexto da Universidade Federal do Amapá.

Sendo assim para compor o estado do conhecimento sobre a temática “Entre a Formação e a (Trans)formação: Experiências e Resistências de Estudantes Trans na Universidade Federal do Amapá”, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, durante o mês de novembro de 2024, utilizando os descritores “estudantes trans” e “vivências trans” e “ensino superior”.

A busca pelo termo “**Estudantes Trans**”, sem a aplicação de filtros, resultou na identificação de **30 pesquisas**, distribuídas entre mestrado acadêmico (20), mestrado profissional (02) e doutorado (08). Deste total, **18 pesquisas** (14 de mestrado acadêmico e 04 de doutorado) estão na área de Educação. Quanto à distribuição geográfica, apenas duas pesquisas estão localizadas na região Norte, uma no estado do Pará (mestrado acadêmico) e outra no estado do Amapá (mestrado acadêmico). As demais estão concentradas majoritariamente na região Sul (09 pesquisas), seguidas por Minas Gerais (05), Bahia (04), São Paulo (03), Rio de Janeiro (03), Mato Grosso (01), Mato Grosso do Sul (01), Brasília (01), João Pessoa (01) e Juiz de Fora (01).

A seguir, o Quadro 1, apresenta a distribuição das pesquisas com o descritor “Estudantes Trans”, destacando a presença ainda reduzida na Região Norte.

Quadro 1 – Levantamento Bibliográfico do descritor “Estudantes trans” – Região Norte

AUTOR(A)	TÍTULO	DATA	GRAU ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Mayanne Adriane Cardoso de Souza	Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas	2019	Mestrado	Universidade Federal do Pará
Rômulo Cambraia Ribeiro	TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?! Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de	2019	Mestrado	Universidade Federal do Amapá

	travestis e transexuais de Macapá, AP			
--	--	--	--	--

Fonte: SOUZA, Mayanne Adriane Cardoso de. **Transgeneridades e heteronormatividade na escola:** tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. RIBEIRO, Rômulo Cambraia. **TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?!** Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

A dissertação *Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas*, de Souza (2019), constitui uma contribuição relevante ao aprofundar a análise das experiências de estudantes transgêneros e professores/as em escolas da cidade de Belém do Pará. A pesquisa evidencia o impacto da heteronormatividade no ambiente escolar, compreendida como uma norma social reguladora de gênero e sexualidade que marginaliza sujeitos que não se alinham aos padrões heterossexuais e cisnormativos.

O estudo revela um cenário de intensas violações de direitos, no qual estudantes trans enfrentam violências físicas, verbais e psicológicas, além da negação sistemática de suas identidades. Souza (2019, p.83) denuncia a invisibilidade dessas experiências no campo educacional e destaca o silenciamento das discussões de gênero nas escolas, frequentemente mediadas por discursos moralistas que reiteram a ideia de uma “família tradicional” como referência normativa.

A autora opta por uma abordagem qualitativa, valendo-se da Fenomenologia Social, da pesquisa biográfica e do método documentário para compreender as trajetórias de vida de seus sujeitos. O Capítulo III, intitulado “*Os corpos que falam e suas transgressões à norma heterossexual*”, aprofunda os desafios vividos por estudantes e docentes trans, problematizando o chamado “pânico moral” que a presença de corpos dissidentes gera nas instituições escolares.

Entre os relatos analisados, destaca-se o de João, estudante trans que, ao ser convidado a compartilhar sua vivência, inicia com uma pausa significativa, sinalizando o impacto emocional do tema. Ele descreve experiências de dor associadas à negação de sua identidade de gênero e à violência cotidiana sofrida na escola. O jovem enfatiza o desejo de ser respeitado e relata sua tentativa de se manter emocionalmente equilibrado, mesmo diante das agressões.

A escolha da Região Norte como locus da pesquisa reflete o compromisso da autora com a descentralização do conhecimento e a valorização das realidades regionais. Souza (2019) reconhece a carência de estudos voltados à população trans na Amazônia Legal e propõe, com sua investigação, um panorama que articula as dimensões da violência, saúde e educação nas vidas de pessoas trans na cidade de Belém.

Assim, esta dissertação amplia o escopo do debate sobre as transgeneridades no campo educacional brasileiro, ao denunciar os mecanismos de exclusão e sugerir possibilidades de transformação por meio de práticas pedagógicas mais inclusivas e políticas públicas efetivas.

A dissertação “*TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?! Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP*” traz à tona a realidade de travestis e transexuais no contexto da educação básica em Macapá, explorando a resistência e a construção de formas de enfrentamento das violências e da exclusão dentro do ambiente escolar. A pesquisa se insere em um recorte social específico, abordando a experiência dessas pessoas ao longo de suas trajetórias educacionais e como a vivência do preconceito, da marginalização e da violência simbólica impactam suas vidas cotidianas. O estudo propõe-se a investigar como essas populações resistem e constroem formas de enfrentamento a essas diversas formas de discriminação, o que é um ponto fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e para o fortalecimento das lutas da população trans no Brasil.

A abordagem metodológica, busca uma escuta sensível e empática para com as colaboradoras, refletindo uma tentativa de descolonizar a pesquisa acadêmica, colocando o sujeito subalternizado no centro da narrativa e permitindo que as suas histórias sejam ouvidas em suas próprias vozes. Ao adotar uma metodologia de pesquisa participativa, o estudo coloca em prática um compromisso com a decolonialidade, ao transformar a própria prática de pesquisa em um espaço de resistência, onde as vozes dessas pessoas subalternizadas se tornam essenciais para a construção do conhecimento.

Outro aspecto da dissertação é a discussão sobre a escola enquanto um espaço de reprodução das lógicas hegemônicas do binarismo de gênero e da heteronormatividade. A dissertação aponta para a ideia de resistência ativa que transcende as limitações do espaço escolar. Ao invés de se conformarem com as regras da segregação e da marginalização, as pessoas trans e travestis constroem suas próprias redes de apoio, desafiando a lógica do biopoder que pretende segregá-las e isolá-las. Ao formar laços de fraternidade com outros estudantes e com os funcionários da escola, essas pessoas estabelecem formas de resistência que não se limitam a uma reação passiva ao preconceito, mas a uma ação contra-hegemônica que visa transformar a própria estrutura escolar em um espaço mais inclusivo e acolhedor.

Em suma, a dissertação não só expõe as violências que travestis e transexuais enfrentam no espaço escolar, mas também revela as estratégias de resistência e de superação que elas desenvolvem para garantir sua permanência e conquista de espaços educacionais. A partir dessa análise, fica claro que, para além das políticas afirmativas, é necessário um aprofundamento

nas práticas educacionais que realmente acolham e valorizem a diversidade de gênero, reconhecendo a existência e a luta das pessoas trans dentro das escolas e universidades.

A concentração de estudos na área da Educação reforça a relevância dos ambientes escolares na vida das pessoas trans, configurando-se tanto como espaços de potencial emancipação quanto de desafios e exclusões. No entanto, a distribuição desigual dos estudos pelo território brasileiro, com apenas duas pesquisas na região Norte, evidencia uma lacuna significativa no desenvolvimento de investigações em regiões menos contempladas, como a Amazônia. Esse contexto demanda maior atenção, uma vez que as dinâmicas culturais, sociais e econômicas dessas áreas se entrelaçam com questões de gênero de forma singular. A predominância de pesquisas nas regiões Sul e Sudeste reflete uma concentração histórica de recursos e infraestrutura acadêmica, ao passo que a menor representatividade de estudos em nível de doutorado destaca a necessidade de aprofundamentos teóricos mais robustos e abrangentes.

Na busca pelo termo “**Vivências Trans**”, foram encontrados **51 resultados**, distribuídos entre doutorado (09), mestrado acadêmico (39) e mestrado profissional (02). Desse total, apenas três (03) pesquisas estão localizadas na região Norte, sendo duas no estado do Pará e uma no Amazonas, todas em nível de mestrado acadêmico. Esses estudos abordam temáticas como a despatologização das identidades trans e seus impactos nos direitos dessa população, as microagressões vivenciadas em contextos urbanos e a construção de relações humanizadoras em ambientes educacionais.

Quadro 2 – Levantamento Bibliográfico do descritor “Vivências Trans” – Região Norte

AUTOR(A)	TÍTULO	DATA	GRAU ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Edina Fialho Machado	Afetividade na formação docente: a relação professor aluno como processo humanizador	2007	Mestrado	Universidade do Estado do Pará
Manoel Rufino David de Oliveira	Despatologização das vivências trans: o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans	2017	Mestrado	Universidade Federal do Pará
Gabriel Ponce de Leão Lima Almeida	Perspectivas e vivências de microagressões de pessoas trans na cidade de Manaus	2022	Mestrado	Universidade do Estado do Amazonas

Fonte: MACHADO, Edina Fialho. **Afetividade na formação docente: a relação professor–aluno como processo humanizador**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007; OLIVEIRA, Manoel Rufino David de. **Despatologização das vivências trans: o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans**. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém, 2017; ALMEIDA, Gabriel Ponce de Leão Lima. **Perspectivas e vivências de microagressões de pessoas trans e travestis na cidade de Manaus**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional

em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos) – Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Manaus, 2022.

A dissertação de Edina Fialho Machado, intitulada *Afetividade na Formação Docente: A Relação Professor-Aluno como Processo Humanizador*, investiga a presença da afetividade no contexto escolar, especialmente nas relações entre professores e alunos. A pesquisa foca na percepção dos professores sobre as questões afetivas em sala de aula e sua influência no processo de ensino-aprendizagem. A dissertação explora a relação entre afetividade e cognição, analisando como a afetividade afeta a formação pessoal e profissional dos docentes. Utilizando um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas com três professores do curso de Pedagogia da UEPA, os resultados evidenciam a relevância da afetividade nas relações educacionais e no processo de humanização, além de apontar que as políticas de formação docente não priorizam adequadamente esse aspecto. A pesquisa também aborda as dimensões afetivas na relação professor-aluno e a importância da afetividade como instrumento humanizador na educação.

A segunda dissertação, intitulada *Despatologização das vivências trans: o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans*, analisa o impacto dessa abolição nos direitos das pessoas trans no SUS. A pesquisa, que utiliza fontes bibliográficas, documentais e entrevistas com usuários do Protocolo Transexualizador, discute a construção histórica da transexualidade e as políticas públicas de saúde voltadas para a população trans.

O estudo aborda a patologização das vivências trans e investiga a despatologização da transexualidade, avaliando suas implicações jurídicas e bioéticas. Ao final, a pesquisa conclui que a despatologização é viável como modelo de inclusão, desde que garanta o bem-estar integral e os direitos das pessoas trans por meio de uma lei de identidade de gênero.

A terceira dissertação intitulada: *Perspectivas e vivências de microagressões de pessoas trans na cidade de Manaus*. Investiga as microagressões vivenciadas por pessoas trans em Manaus, destacando como essas violências simbólicas, presentes no cotidiano, causam danos psíquicos e morais. A pesquisa questiona as microagressões mais comuns, suas variações conforme a identidade e o contexto das pessoas trans. Foram analisados os 12 temas de microagressões contra pessoas trans propostos por Nadal, Skolnik e Wong (2012), com entrevistas semiestruturadas realizadas com 09 participantes de diferentes identidades trans.

Os resultados revelam que as microagressões mais frequentes estão relacionadas ao desrespeito ao nome social e pronomes, assédio, microagressões familiares e sistêmicas. A pesquisa também destaca a prevalência de microagressões em serviços de saúde e educação. Conclui-se que as microagressões contribuem para a continuidade da discriminação contra

peessoas trans, sendo essencial continuar estudando esse tema para minimizar suas ocorrências, além de sugerir a inclusão da violência financeira como um fator relevante.

A busca utilizando a combinação dos descritores “**estudantes trans**” e “**transfobia**” resultou na identificação de apenas de uma pesquisa em nível de mestrado acadêmico.

Quadro 3 – Levantamento Bibliográfico do descritor “estudantes trans” e “transfobia”

AUTOR(A)	TÍTULO	DATA	GRAU ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Edna Carvalho da Silva	A transfobia e suas implicações na permanência e afirmação da identidade de gênero de estudantes travestis e transexuais, da graduação, na universidade federal do paraná	2022	Mestrado	Universidade Federal do Paraná

Fonte: SILVA, Edna Carvalho da. **A transfobia e suas implicações na permanência e afirmação da identidade de gênero de estudantes travestis e transexuais da graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2022.

A dissertação em questão, fruto da experiência profissional da autora como assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPR Universidade Federal do Paraná, dedica-se a analisar as violências estruturais que impactam a afirmação da identidade de gênero de estudantes trans na universidade, interseccionando essa análise com outros marcadores sociais como raça. A pesquisa, ao longo de sua abordagem, busca compreender como as políticas institucionais e o ambiente universitário, muitas vezes, reproduzem práticas discriminatórias que dificultam a inclusão plena de pessoas trans no espaço acadêmico.

Os dados evidenciam, portanto, a necessidade de ampliar a produção acadêmica em regiões historicamente marginalizadas no cenário científico, além de fomentar investigações mais aprofundadas e diversificadas sobre as vivências de pessoas trans no Brasil, especialmente em contextos educativos. Além disso, a autora propõe a criação de práticas e políticas institucionais mais inclusivas, que considerem as especificidades de cada grupo social e possibilitem a construção de um ambiente mais acolhedor e igualitário para todos os estudantes. O estudo reforça, ainda, a importância de uma atuação interdisciplinar que articule as áreas de gênero, raça, e direitos humanos, visando à promoção da equidade no acesso ao ensino superior.

Dentre os trabalhos encontrados, utilizando os dois descritores “**estudantes trans** e “**vivências trans**” temos 03 pesquisas (02) a nível de doutorado e (01) a nível de mestrado acadêmico Vale destacar que, dessas três pesquisas, apenas uma aborda especificamente a temática das pessoas trans sendo esta:

Quadro 4 – Levantamento Bibliográfico do descritor “estudantes trans” e “vivência trans”

AUTOR(A)	TÍTULO	DATA	GRAU ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Cibelle Cristina Lopes e Silva	Vivências de estudantes trans na Universidade Federal do Maranhão	2023	Doutorado	Universidade Federal de Juiz De Fora

Fonte: SILVA, Cibelle Cristina Lopes e. **Vivências de estudantes trans na Universidade Federal do Maranhão**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2023.

A tese em questão aborda a experiência de estudantes trans na Universidade Federal do Maranhão, com foco na entrada e permanência dessas pessoas no ambiente universitário público. A autora problematiza como a presença e a vivência de pessoas trans no contexto universitário desafiam a educação brasileira, levando à reflexão sobre as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e as relações com as identidades de gênero e sexualidade. A pesquisa surgiu de inquietações geradas a partir de experiências docentes na universidade, especialmente de diálogos com estudantes trans que estavam cursando as disciplinas Didática I e II, cujas histórias e desafios foram fundamentais para a construção do estudo.

Metodologicamente, a pesquisa adota a entrevista narrativa e a análise do discurso de inspiração foucaultiana. A estratégia de compreender como as pessoas trans são constituídas como sujeitos dentro do contexto acadêmico, e como os modos de subjetivação se manifestam ao longo de suas vivências. A análise dos encontros e desencontros, das descobertas e desafios enfrentados por essas pessoas, revela os complexos processos de subjetivação e resistência que marcam sua trajetória na universidade.

A autora discute diversos elementos centrais nas experiências dos participantes, como a luta pelo reconhecimento do nome social, o uso de banheiros adequados, os silenciamentos nas abordagens curriculares e a vivência da transfobia e da passabilidade. Esses temas, que emergem nas narrativas, são problematizados de forma a evidenciar os desafios enfrentados pelas pessoas trans em seu processo de inclusão acadêmica.

A tese também argumenta que, embora as experiências de pessoas trans compartilhem certos aspectos em comum, elas geram diferentes formas de ser e agir, refletindo a singularidade e a heterogeneidade das trajetórias vividas por essas pessoas no mundo acadêmico. Dessa forma, a pesquisa contribui para a construção de um entendimento mais profundo sobre a diversidade das vivências trans no ambiente universitário, sublinhando as complexidades das identidades de gênero e a necessidade de um olhar mais inclusivo nas práticas educacionais.

Utilizando os descritores “**ensino superior**” e “**transfobia**” encontra-se 02 pesquisas a nível de mestrado uma localizada na universidade do sudoeste da Bahia e outra na Universidade Federal de Uberlândia:

Quadro 5 – Levantamento Bibliográfico do descritor “ensino superior” e “transfobia”

AUTOR(A)	TÍTULO	DATA	GRAU ACADÊMICO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Camila Pina Brito	“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras	2016	Mestrado	Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
Rosilaine Cristina Silva	(Trans)Formando no ensino superior: trajetórias de estudantes travestis e transexuais na Universidade Federal de Uberlândia	2022	Mestrado	Universidade Federal De Uberlândia

Fonte: BRITO, Camila Pina. “**Já é negro e ainda quer ser travesti?**” – experiências trans de mulheres negras. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016; SILVA, Rosilaine Cristina. **(TRANS)formando no Ensino Superior:** trajetórias de estudantes travestis e transexuais na Universidade Federal de Uberlândia. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2022.

A dissertação intitulada “*Já é negro e ainda quer ser travesti?*” – *Experiências trans de mulheres negras*” investiga como a transfobia e o racismo afetam as vivências educacionais de mulheres trans negras no ensino superior e como elas enfrentam essas discriminações. O estudo busca compreender os mecanismos institucionais que reforçam a transfobia, examina a interação dessas mulheres com colegas, docentes e funcionários, e identifica outros elementos que impactam suas experiências. A pesquisa utiliza entrevistas narrativas e fundamenta-se em teorias de feminismo negro, transfeminismo, afrotransfeminismo e relações étnico-raciais.

A dissertação inclui uma análise histórica da construção da transexualidade, destacando como os modelos médicos e jurídicos marginalizam as experiências trans. Defende a importância da abordagem interseccional de gênero e raça para compreender as vivências das mulheres trans negras. O estudo aborda temas como confrontos, uso do banheiro, nome social, solidão, relações familiares e inserção no mercado de trabalho, e conclui que a perspectiva cis-heteronormativa branca ainda controla e pune aquelas que transgridem as normas, com poucas formas de escape, como apoio familiar, solidariedade de colegas, e participação em coletivos.

A dissertação intitulada “*(TRANS)formando no Ensino Superior: Trajetórias de Estudantes Travestis e Transexuais na Universidade Federal de Uberlândia*” busca compreender o processo de acesso, permanência e as vivências de estudantes travestis e transexuais nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória, com base nos Estudos Pós-

críticos e Pós-estruturalistas sobre gênero e sexualidade. Foram aplicados questionários online e entrevistas semiestruturadas, realizadas remotamente devido à pandemia. Os resultados indicam que, embora o ingresso na universidade tenha contribuído para a descoberta e socialização das identidades de gênero e sexualidade, os estudantes enfrentaram desafios financeiros, dificuldades burocráticas no uso do nome social e transfobia em várias formas. A pesquisa aponta que, embora as políticas afirmativas da UFU representem um avanço, ainda é necessário expandir o debate e implementar ações concretas para transformar a realidade de estudantes travestis e transexuais na instituição. A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da UFU foi destacada como fundamental para promover direitos e identificar áreas que necessitam de reparação.

Ao buscar os descritores “**estudantes trans**”, “**vivências trans**” e “**ensino superior**”, não foram encontradas publicações diretamente sobre esses temas combinados. A relevância da pesquisa está intrinsicamente ligada à lacuna existente nas investigações sobre as experiências de estudantes trans, particularmente no contexto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Ao realizar um levantamento bibliográfico, constatei que, embora a produção acadêmica sobre a vivência de estudantes trans esteja crescendo, a maior parte das pesquisas se concentra nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, com uma escassa presença de estudos na região Norte, onde se encontra a UNIFAP. Há apenas duas pesquisas realizadas no Norte do Brasil, uma no estado do Pará e outra no Amapá, que destacam as tensões e desafios enfrentados por estudantes trans no ambiente escolar.

Embora essas investigações sejam valiosas para iluminar aspectos da realidade educacional dessa população, elas são insuficientes para abarcar a complexidade das experiências vividas na região. A necessidade de aprofundar essa discussão nos contextos acadêmicos do Norte é evidente, especialmente considerando as dinâmicas sociais, culturais e econômicas locais, que diferem substancialmente das de outras regiões do país e moldam de forma singular as vivências de exclusão, resistência e enfrentamento desses estudantes.

A produção científica sobre questões de gênero e a permanência de estudantes trans no ensino superior, apesar de estar em expansão, permanece limitada e sub-representação em nível de doutorado. Essa escassez reflete uma lacuna crítica no entendimento das experiências, resistências e processos de inclusão ou exclusão enfrentados por essa população, perpetuando sua invisibilização no campo acadêmico. Nesse contexto, o recorte específico da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), uma instituição pública federal situada na Amazônia, oferece uma oportunidade ímpar de explorar as dificuldades enfrentadas por estudantes trans em um espaço geograficamente e culturalmente distante dos tradicionais centros acadêmicos do Brasil.

Tal abordagem não apenas amplia o conhecimento sobre a realidade educacional no Norte, mas também desafia os paradigmas predominantes, propondo uma leitura mais inclusiva e decolonial das práticas acadêmicas e pedagógicas.

Dessa forma, o eixo central do problema desta pesquisa se fundamenta em compreender: **Como as trajetórias e experiências de vida de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) na Universidade Federal do Amapá são afetadas pelas interseções de gênero, raça e classe, especialmente no que se refere ao enfrentamento de micro e macro violências, à construção de redes de apoio e ao desenvolvimento de práticas de resistência frente aos sistemas de opressão coloniais presentes no ambiente educacional?**

Sendo assim, o estudo tem como objetivo geral:

Compreender como as interseções de gênero, raça e classe constroem sentido nas trajetórias e experiências de vida de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) na Universidade Federal do Amapá, com foco no enfrentamento de micro e macro violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência às dinâmicas de poder e violência dos sistemas de opressão em espaços educativos. Desse modo, os Objetivos específicos são:

- Compreender, sob a perspectiva interseccional e decolonial, os processos de enfrentamento, às experiências de micro e macro violências, e as práticas de resistência de estudantes trans, considerando as interseções de gênero, classe, raça e outros marcadores sociais.
- Mapear a diversidade das experiências educacionais de pessoas trans matriculadas (os / es) em cursos de Licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal do Amapá, por meio da escuta de suas narrativas e relatos de suas vivências em Espaços educativos
- Analisar, a partir das narrativas orais, as percepções de estudantes trans sobre o clima institucional da UNIFAP, identificando as principais barreiras para a inclusão, Redes apoio para o bem-estar do grupo e estratégias de Enfrentamentos e resistência frente aos sistemas opressão dos ambientes Educacionais.

O foco principal desta pesquisa é entender a vida acadêmica desses(as) estudantes, analisando os desafios que enfrentam desde o momento em que decidem ingressar em um curso de licenciatura e bacharelado até sua permanência e progresso ao longo desse percurso educacional. A ausência de um estudo aprofundado sobre essas experiências impede que sejam reconhecidos os obstáculos reais e implicações disso na obtenção de uma educação de qualidade

e na formação profissional desses estudantes, bem como dificulta a implementação de políticas de ações afirmativas específicas para essa comunidade.

A pesquisa busca, assim, revelar os fatores que dificultam ou facilitam o acesso e a permanência dessas pessoas no ambiente universitário, explorando suas perspectivas pessoais e narrativas. Isso inclui entender como questões relacionadas à identidade de gênero, discriminação, falta de apoio e preconceito podem influenciar seu desempenho acadêmico.

Esta pesquisa almeja não apenas reconhecer, mas também compreender mais profundamente as vivências e barreiras enfrentadas por estudantes trans (transexuais, transgêneros, travestis e não binários) nos cursos de licenciatura e bacharelado da Universidade Federal do Amapá. O objetivo não é apenas enxergar os desafios existentes, mas sim trazer à tona as narrativas frequentemente marginalizadas e negligenciadas. Propõe-se criar um espaço de escuta genuína, proporcionando reflexões críticas sobre as estruturas e práticas acadêmicas que têm um impacto significativo na vivência desses estudantes na instituição. Essa abordagem busca privilegiar as vozes desses(as) colaboradores(as), permitindo que suas perspectivas direcionem a compreensão das dinâmicas institucionais e identifiquem áreas passíveis de transformação.

A ausência de representações contribui para a invisibilidade, o que, por sua vez, tem impactos significativos nas instituições de ensino. Essa invisibilidade prejudica não apenas as pessoas trans que acabam sendo desumanizadas nesse processo, mas também reforça as normas de gênero e os padrões corporais hegemônicos. A construção social do corpo, como argumenta Corrigan (1991), submete indivíduos a processos de normatização e controle, tornando-os objetos de ensino, avaliação e classificação. Essa dinâmica, ao invisibilizar as experiências de pessoas trans, limita o potencial da academia como espaço de aprendizado, pesquisa, debate e acolhimento.

Nesse contexto, a epistemologia tradicional, que se baseia em representações conceituais da realidade externa e considera a razão e a linguagem como ferramentas de controle Schwandt (1986), pode ser insuficiente para abordar as complexas vivências dos grupos marginalizados. Essa perspectiva epistemológica contribui para práticas acadêmicas que não reconhecem plenamente a diversidade e, assim, perpetuam exclusões e estigmas. Portanto, é essencial que a academia transcenda essas limitações e promova uma abordagem mais inclusiva e participativa, que priorize as vozes de estudantes trans, permitindo que suas experiências sejam reconhecidas e valorizadas como parte fundamental do processo educacional. Essa abordagem pode transformar a universidade em um espaço que não só reflete

criticamente sobre suas práticas institucionais, mas também acolhe a pluralidade de identidades e narrativas como uma riqueza indispensável para o desenvolvimento do conhecimento.

2.1.2 Lócus da pesquisa

O lócus da pesquisa é a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campus Marco Zero, em Macapá – Amapá. A escolha dessa instituição é intencional, pois, como ex-aluno da graduação e atualmente mestrando na mesma universidade, vivenciei de perto os desafios enfrentados por estudantes trans nesse contexto educacional. Minha trajetória acadêmica permite compreender as dificuldades impostas por um ambiente frequentemente marcado por práticas excludentes e discriminatórias. Embora minha experiência seja individual, reconheço que muitos dos desafios que enfrentei são comuns a outros estudantes trans, independentemente de suas origens ou circunstâncias.

A decisão de realizar a pesquisa na UNIFAP surgiu das inquietações observadas ao longo da minha vivência acadêmica. Essa trajetória suscitou questionamentos sobre as dinâmicas institucionais e sociais, impulsionando a investigação das barreiras enfrentadas pela comunidade universitária. As questões de gênero, raça, classe e identidade se manifestam de maneira complexa nesse espaço, o que demanda uma análise crítica sobre os processos de exclusão e resistência.

A pesquisa não se limita a uma abordagem teórica, mas reflete também a experiência concreta de quem atravessa essas barreiras no próprio espaço acadêmico. Busca compreender como as práticas educacionais e institucionais podem perpetuar ou mitigar processos de exclusão, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo.

Apesar da familiaridade com o lócus da pesquisa, a imparcialidade e a qualidade da investigação não são comprometidas. Pelo contrário, a experiência pessoal permite um olhar mais aprofundado sobre as questões observadas, proporcionando uma base sólida para uma análise crítica e sensível.

2.1.3 Sujeitos da pesquisa

Os colaboradores da investigação consistem em estudantes trans (Travestis, Transexuais, Transgêneros e Não Binários) matriculados(as) na Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero em Macapá.

2.1.4 Critérios de Inclusão:

- Estudantes autodeclarados Trans (travestis, transexuais, não binários).

- Possuir matrícula ativa na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
- Concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- Possuir no mínimo 18 anos ou mais.

2.1.5 Critérios de Exclusão:

- Estudantes cisgênero.
- Pessoas que não aceitarem assinar o TCLE.
- Estudantes sem matrícula ativa na UNIFAP.
- Menores de 18 anos.
- Possuir enfermidade que impeça o contato com o entrevistador

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como as trajetórias de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) são moldadas pelas interseções de gênero, raça e classe, com ênfase nas micro e macro violências enfrentadas, nas redes de apoio construídas e nas práticas de resistência aos sistemas de opressão presentes no ambiente educacional. A ausência de estudos aprofundados sobre essas vivências contribui para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e exclusão, dificultando o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior.

A pesquisa buscou compreender como essas interseções influenciam as experiências desses estudantes, investigando os desafios enfrentados, as estratégias de resistência adotadas e as redes de apoio desenvolvidas para lidar com as dinâmicas de poder e violência no ambiente acadêmico. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, o estudo examinou como as violências sutis (microviolências) e estruturais (macroviolências) impactam suas trajetórias, além de refletir sobre suas percepções do ambiente institucional e as barreiras à inclusão.

Adotando uma pesquisa qualitativa, o foco está em entender como questões de identidade, discriminação e a falta de apoio institucional afetam o desempenho e a formação profissional dos estudantes trans. O estudo não só visa destacar essas experiências, mas também propõe uma reflexão sobre as mudanças necessárias para transformar a educação superior, tornando-a verdadeiramente inclusiva e equitativa para essa população.

A adoção de uma abordagem qualitativa interseccional nesta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as experiências subjetivas de estudantes trans e os múltiplos fatores que influenciam suas trajetórias acadêmicas. A abordagem qualitativa permite explorar em profundidade essas experiências, considerando as especificidades e complexidades das vivências individuais.

A perspectiva interseccional, por sua vez, é fundamental para analisar como as interações entre gênero, raça e classe impactam essas trajetórias, revelando desigualdades que não seriam captadas por abordagens lineares ou isoladas. Essa metodologia possibilita uma análise mais completa das dinâmicas de opressão e resistência, essenciais para entender as barreiras e desafios enfrentados por essa população no contexto universitário.

Ao invés de buscar generalizações ou quantificar dados, a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão detalhada de como os estudantes trans vivenciam o ambiente universitário, considerando seus contextos individuais e as diversas formas de discriminação e marginalização que podem enfrentar. Para compreender as múltiplas dimensões da identidade dos estudantes trans e como essas dimensões se entrelaçam e interagem com outras formas de opressão, como o racismo, a homofobia e as desigualdades econômicas. Ao adotar uma abordagem interseccional, a pesquisa permite uma análise mais completa e aprofundada das interações entre as diferentes formas de discriminação de raça, classe e gênero e como elas se manifestam nas trajetórias acadêmicas desses estudantes.

O Quadro 6 apresenta as escolhas metodológicas adotadas neste estudo, as quais sustentam o desenvolvimento e a análise da experiência de estudantes trans na UNIFAP.

Quadro 6 – Perspectiva Metodológica da Pesquisa:

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Abordagem da pesquisa	Qualitativa interseccional
Bases epistemológicas e procedimentais	Decolonialidade
Lócus e colaboradores da pesquisa	Universidade Federal do Amapá campus Marco Zero Macapá – Amapá, os participantes serão os estudantes trans matriculados na instituição. Colaboradores: estudantes trans matriculados na instituição
Instrumento e técnica de coleta dos dados	Entrevistas narrativas, questionário semiestruturado (instrumentos principais); análise de documentos institucionais (instrumento complementar). Técnica de amostragem: não probabilística intencional.
Tratamento e análise dos dados	Analética

Fonte: Organizada pelo pesquisador, 2024.

O Quadro 6 apresenta de maneira estruturada as escolhas metodológicas que fundamentam o estudo, alinhando os objetivos e perspectivas de forma coerente. Ela sintetiza aspectos essenciais, como a abordagem qualitativa e a perspectiva decolonial, destacando a valorização das narrativas individuais e a superação de paradigmas hegemônicos. Além disso, contextualiza o lócus da pesquisa na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campus Marco Zero, e define os colaboradores como estudantes trans matriculados na instituição,

justificando a escolha dos instrumentos de encontro com os dados: entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e análise de documentos institucionais por sua vez, o Quadro 7 descreve as etapas, objetivos e instrumentos para o encontro dos dados, detalhando o processo de instrumentação.

Quadro 7 – Descrição resumida sobre instrumentos e encontro com os dados

Etapa	Descrição	Objetivo
Pesquisa documental	Análise de documentos institucionais da UNIFAP (taxas de matrícula de alunos trans em cursos de graduação). Utilização da plataforma de acesso a informação (Fala.BR)	Obter informações preliminares sobre a população trans na universidade e contextualizar a pesquisa.
Questionário Sociodemográfico	Encontro de dados sobre identidade de gênero, perfil socioeconômico, e outras dimensões relevantes.	Encontrar dados sobre a população trans na UNIFAP, dimensionar essa população e identificar possíveis participantes para as entrevistas.
Entrevistas narrativa	Realização de entrevistas com estudantes trans selecionados a partir do questionário, aprofundando a investigação sobre suas vivências, desafios e expectativas na universidade.	Compreender as trajetórias e experiências dos estudantes trans na UNIFAP a partir de suas próprias vozes e perspectivas, com foco nas dinâmicas de poder e resistência em um contexto decolonial.

Fonte: Tabela criada pelo pesquisador, 2025.

A pesquisa se fundamenta na perspectiva teórico metodológica decolonial, que desafia as normas e práticas acadêmicas convencionais, frequentemente moldadas por uma visão eurocêntrica. A decolonialidade propõe uma ruptura com essas abordagens hegemônicas, oportunizando vozes que historicamente foram silenciadas e valorizando saberes e práticas marginalizadas, como as vivências de estudantes trans. Nesse contexto, a pesquisa não apenas realiza uma análise crítica dos processos de exclusão e opressão presentes no ambiente educacional, mas também destaca a potência das experiências trans na reinvenção de novas formas de sociabilidade, afetividade e resistência. Ao invés de simplesmente submeter-se a um modelo dominante, essa perspectiva abre espaço para a criação de alternativas que ressignificam o conhecimento, a convivência e a transformação social no campo acadêmico.

O Instrumento e técnica para os encontros serão as entrevistas narrativas, o questionário semiestruturado e a análise de documentos. O encontro com os(as) colaboradores(as) da pesquisa tem a finalidade de produzir um encontro com os dados e será realizado por meio de entrevistas narrativas, que possibilitam uma exploração profunda das experiências pessoais dos estudantes trans. Questionários semiestruturados serão usados para garantir a coleta de informações específicas, mas ao mesmo tempo permitir certa flexibilidade nas respostas. Além disso, será feita análise de documentos institucionais (como políticas acadêmicas e relatórios)

como instrumento complementar, para entender o contexto institucional e identificar eventuais lacunas nas políticas de inclusão. A técnica de amostragem não probabilística intencional significa que os participantes são selecionados de forma deliberada, com base em critérios específicos (estudantes trans da UNIFAP), em vez de uma amostra aleatória.

O tratamento e a análise dos dados serão realizados por meio da **analética**, uma metodologia que combina análise crítica e hermenêutica das narrativas, documentos e outros dados coletados. Essa abordagem permite que o pesquisador faça uma interpretação crítica e profunda dos dados, considerando as complexas interações entre as dimensões de gênero, raça, classe e a experiência universitária.

O estudo estabelece um diálogo com autores que denunciam a violência contra pessoas trans, como Benevides (2018) e analisa criticamente a imposição da binariedade de gênero, entendendo-a como uma herança colonial que ainda reverbera nas estruturas sociais contemporâneas. Nesse contexto, a pesquisa busca refletir sobre como as normas rígidas de gênero são perpetuadas e os impactos disso na vida das pessoas trans, especialmente no que tange à exclusão e discriminação. Discutindo o movimento de travestis e seu impacto na sociedade, o estudo aprofunda-se nas epistemologias trans, oferecendo uma visão que desafia as narrativas hegemônicas e apresenta novas formas de conhecimento e resistência.

No contexto da produção de saberes e da luta por reconhecimento acadêmico, Benevides afirma:

Fazemos uma ciência de guerrilha porque temos que minar aos poucos a ciência hegemônica que nos excluiu, adoeceu e desacreditou do valor das teorias que somos capazes de produzir. Subversivas que somos, adotamos a posição de ruir os poderes instituídos com nossos saberes, nossos corpos, nossa capacidade e das oportunidades que tivemos, para lutar por uma legitimidade científica e lugares de enunciação na academia (Benevides, 2018, p. 03).

Em um ambiente acadêmico ainda profundamente cisnormativo e eurocêntrico, é essencial destacar o caráter de resistência e a urgência do movimento trans na construção do saber. Isso exige questionar as formas tradicionais de produção de conhecimento e desafiar os conceitos e estruturas de poder hegemônicos que dominam a academia. A integração dos saberes trans não se limita a um ato de resistência; ela é uma proposta de reconfiguração do próprio conceito de conhecimento, tornando-o mais inclusivo e sensível à diversidade humana. Ao fazê-lo, reforça-se a ideia de que a ciência tradicional, sustentada por um paradigma excludente, se revela insuficiente para compreender e integrar as múltiplas realidades de gênero.

Por outro lado, Mbembe (2016), embora não trate diretamente da questão das pessoas trans, oferece uma análise pertinente sobre as formas de soberania e a violência sistêmica que afeta corpos

marginalizados. Ele define a necropolítica como a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos e populações. Em suas palavras: Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar (*droit de glaive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos; de fato, eles podem ser vistos como elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade. Segundo Foucault, o Estado nazista era o mais completo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar. Esse Estado, ele afirma, tornou a gestão, proteção e cultivo de vida coextensivos ao direito soberano de matar. Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida (Mbembe, 2016, p. 04).

Embora Mbembe não se refira diretamente às pessoas trans, sua análise da necropolítica pode ser aplicada para entender as dinâmicas de violência e exclusão que afetam outros corpos, outros sujeitos, outras vivências experimentadas na contemporaneidade. Hoje as pessoas trans estão na linha de frente dessa destruição simbólica e física, uma vez que suas identidades são frequentemente negadas ou anuladas dentro de uma estrutura de gênero binária imposta pela herança colonial e pelos modelos de Estado contemporâneos. Essa violência não é apenas física, mas também afetiva, estética, política, ontológica e epistemológica: o próprio conhecimento e reconhecimento das identidades trans são sistematicamente invalidados e negados, perpetuando um ciclo de marginalização e silenciamento.

A necropolítica, assim, se conecta com a análise da herança colonial, na medida em que ambas as abordagens tratam do controle e da exclusão de populações que não se alinham aos moldes hegemônicos, sejam eles de gênero, raça ou etnia e classe. O controle sobre as identidades de gênero, principalmente as identidades trans, não pode ser dissociado do legado colonial, que impôs modelos rígidos de identidade e de normatividade. O impacto dessa imposição histórica ainda reverbera na marginalização das pessoas trans, que continuam a ser vistas como corpos que não se conformam, ou mesmo ameaçam, a ordem estabelecida.

Além disso, conceitos como os *espaços heterotópicos*¹¹ de Abreu e a *Pe-drag-ogia*, que utiliza a estética drag como ferramenta pedagógica, são incorporados, assim como a *Pedagogia da Desobediência* de Odara, que propõe uma reflexão sobre as práticas educacionais a partir da perspectiva travesti. A pesquisa também se fundamenta nas *Pedagogias das Travestilidades* de Dos Passos, que valorizam os saberes construídos por travestis fora do ambiente acadêmico, e

¹¹ Foucault descreveu os espaços heterotópicos em contraste com as utopias. Utopias são lugares ideais, imaginários, sem existência real. Heterotopias, por outro lado, são lugares reais – espaços físicos e concretos – que coexistem dentro do espaço social, mas que operam segundo regras e lógicas próprias, distintas das regras que governam os espaços cotidianos.

no conceito de *colonialidade cisgênera* de Cello e Bruno Latini Pfeil, que analisa a intersecção entre cisnormatividade e estrutura colonial. Referências como o *Manifesto Contrassexual* de Preciado, que desafia as normas biopolíticas, e a autobiografia de João W. Nery, que ilumina as experiências de homens trans, também são essenciais para embasar a investigação, a pedagogia da liberdade de bell hooks é uma proposta de educação que valoriza a participação dos alunos e a transformação social e faz parte do seu livro *Ensinando a Transgredir: Educação como prática da liberdade*, (2013) que valoriza identidades e experiências individuais, e a *Pedagogia do Oprimido*, (2014) de Paulo Freire, que defende uma educação dialógica e libertadora, complementam o arcabouço teórico da pesquisa.

A pesquisa se fundamenta em uma análise crítica das **micro** e **macroviolências**, conceitos essenciais para entender as complexas dinâmicas de discriminação vivenciadas por estudantes trans no ensino superior. A partir dessa abordagem, busca-se não apenas compreender as manifestações explícitas e implícitas de opressão, mas também refletir sobre os efeitos profundos e duradouros que essas violências têm tanto no campo acadêmico quanto no campo social e afetivo. As microviolências, muitas vezes invisíveis, e as macroviolências, institucionalizadas e estruturais, afetam diretamente a trajetória acadêmica e as experiências de vida dos estudantes trans, impactando suas identidades, relações sociais e saúde mental.

As microviolências, como pontuado por Nadal (2013), são formas de agressão simbólica, psicológica e social que ocorrem em interações cotidianas, de forma sutil e muitas vezes invisível. São expressas em gestos, palavras ou atitudes aparentemente triviais, mas carregadas de desprezo e marginalização, que operam constantemente nos espaços acadêmicos e sociais. Um comentário desdenhoso sobre a identidade de gênero de um estudante trans, ou o uso incorreto de pronomes e nome social, por exemplo, podem parecer “inofensivos”, mas repetidos ao longo do tempo têm um efeito devastador sobre a autoestima, a saúde mental e o bem-estar psicológico dos indivíduos. Essas microagressões, muitas vezes desconsideradas como formas de violência, não apenas desqualificam a identidade do estudante trans, mas reforçam a percepção de que ele não pertence ao espaço acadêmico.

Porém, as microviolências não se limitam ao ambiente acadêmico. Elas se manifestam também no espaço familiar e nas relações sociais, impactando profundamente a dimensão afetiva e emocional dos indivíduos trans. A constante exposição a essas agressões sutilmente normativas perpetua o ciclo de silenciamento, de negação de direitos e de não pertencimento, gerando sentimentos de isolamento e insegurança. Para muitos estudantes trans, esse acúmulo de violências pode chegar ao ponto de afetar a decisão de permanecer na instituição ou, em

casos mais extremos, culminar em um suicídio ou em um agravamento das questões de saúde mental.

Por outro lado, as macroviolências se referem a formas mais explícitas e sistemáticas de agressão que não são apenas fruto de atitudes individuais, mas estão enraizadas nas estruturas sociais e institucionais. No contexto educacional, essas violências são frequentemente institucionalizadas e se manifestam por meio de políticas acadêmicas excludentes, práticas discriminatórias e a cisnormatividade que permeia a organização das universidades. A negação de nome social ou a falta de acesso ao tratamento adequado de saúde mental são exemplos claros de macroviolências que, embora visíveis, são muitas vezes ignoradas ou minimizadas pelas próprias instituições de ensino.

Essas formas de violência estão profundamente conectadas a um sistema mais amplo de colonialidade, que, em última análise, exclui e marginaliza os saberes, corpos e subjetividades que não se conformam aos padrões cisnormativos e binários de gênero. A ausência de políticas de inclusão eficazes que atendam as necessidades específicas dos estudantes trans, a invisibilidade das suas experiências nas estruturas acadêmicas e a falta de um suporte institucional comprometido com a diversidade de gênero são formas claras de opressão que perpetuam a exclusão e limitam a participação plena desses estudantes na vida acadêmica e social.

Além disso, as macroviolências também se estendem para as relações familiares, onde muitos estudantes trans enfrentam a violência simbólica e até a violência física, sendo frequentemente rejeitados por suas famílias. Essas experiências de violência familiar agravam ainda mais a sensação de não pertencimento, ampliando a solidão e a desesperança. O impacto desses comportamentos negativos, em níveis tanto institucionais quanto familiares, contribui para um cenário de opressão e sofrimento psíquico que pode ser insuportável para muitos jovens trans, que veem suas identidades e existências sendo constantemente deslegitimadas.

Micro e macro violências não devem ser vistas de forma isolada, mas como partes de um ciclo contínuo de opressão que se retroalimenta e se sustenta nas estruturas de poder dominantes. Esse ciclo de violência pode resultar em ansiedade, depressão, isolamento social, e, em casos mais extremos, pode contribuir para o aumento de tentativas de suicídio ou autolesões entre os estudantes trans. O sofrimento psicológico gerado por essa constante violência pode também prejudicar a performance acadêmica e a projeção futura desses estudantes, que muitas vezes são forçados a abandonar seus cursos ou a desistir de seus sonhos acadêmicos devido ao peso das agressões vividas.

A invisibilidade das experiências trans no contexto acadêmico contribui para o silenciamento dessas violências, o que, por sua vez, perpetua a negação dos direitos básicos desses estudantes. A falta de acolhimento e de reconhecimento institucional fortalece um ciclo de exclusão e marginalização, tornando ainda mais difícil para os estudantes trans se sentirem parte do ambiente universitário. O impacto dessas violências se estende para o campo social e afetivo, criando uma desconexão entre os estudantes trans e o mundo ao seu redor, que muitas vezes reforça a ideia de que não há lugar para eles em espaços acadêmicos e sociais que prezam pela diversidade e inclusão.

A descolonização do conhecimento e das práticas acadêmicas é essencial para combater as formas de violência, sejam elas micro ou macro. Ao iluminar a relação entre essas violências e seus impactos nas esferas acadêmica, social e afetiva, esta pesquisa visa evidenciar como as instituições educacionais, ao perpetuarem práticas discriminatórias e excludentes, contribuem para a marginalização de estudantes trans. O objetivo é promover uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de opressão, buscando oferecer subsídios para repensar as condições de acesso e permanência desses estudantes.

Dentro dessa perspectiva, a obra de Collins (2024) oferece um aporte teórico fundamental, especialmente no que se refere à interseccionalidade, que integra múltiplas dimensões de identidade e opressão como raça, classe social, gênero e sexualidade. Isso permitirá a compreensão das vivências dos estudantes trans no ambiente acadêmico. A teoria da interseccionalidade, desenvolvida por Collins, proporcionou uma análise de como as experiências acadêmicas desses estudantes são moldadas por múltiplas formas de discriminação e privilégio interconectados. A pesquisa buscou entender como essas camadas de identidade influenciam suas experiências dentro das instituições de ensino.

Além disso, a noção de “matriz de dominação” de Collins foi central para explorar as relações de poder presentes no ambiente acadêmico, identificando como normas cisnormativas e heteronormativas são frequentemente reproduzidas nas instituições de ensino, afetando negativamente os estudantes trans. A teoria de Collins também permitirá uma análise das formas de resistência e solidariedade entre grupos marginalizados, proporcionando uma compreensão de como os estudantes trans resistem à exclusão e encontram apoio dentro do ambiente acadêmico. Nesse sentido, a pesquisa investigará como redes de apoio e ações afirmativas podem contribuir para a criação de um espaço mais inclusivo e acolhedor.

A interseccionalidade, ao focar nas sobreposições entre diferentes formas de privilégio e discriminação, possibilita uma análise mais aprofundada das condições em que esses estudantes se encontram. Essa abordagem evidencia como as experiências acadêmicas dos

estudantes trans são simultaneamente marcadas por diversas camadas de opressão. Ao adotar essa perspectiva, a pesquisa não apenas identificará as formas pelas quais o sistema educacional reproduz desigualdades, mas também destacará as sutilezas e inter-relações que tornam as dificuldades vividas por estudantes trans ainda mais complexas.

Neste ponto, a conexão entre a descolonização do conhecimento e a teoria da interseccionalidade de Collins torna-se particularmente relevante. Embora provenientes de campos teóricos distintos, ambas as abordagens convergem na crítica à manutenção de um paradigma acadêmico que frequentemente ignora ou subestima as experiências de grupos marginalizados. Ao integrar a interseccionalidade, a pesquisa poderá ir além de uma análise superficial das questões de gênero, reconhecendo como outros eixos de identidade como raça e classe social interagem e amplificam as formas de exclusão enfrentadas pelos estudantes trans. A descolonização, por sua vez, envolve um movimento para questionar e desconstruir os sistemas de opressão enraizados nas práticas acadêmicas, criando condições para uma educação mais inclusiva e justa.

Em última instância, a união das abordagens descolonial e interseccional de Collins propõe um exercício de reflexão profunda sobre a natureza das instituições educacionais e como elas podem se tornar mais inclusivas para estudantes trans. Ao revelar as formas de discriminação que operam nas esferas acadêmica, social e afetiva, a pesquisa busca abrir um diálogo que não só torne visíveis as **violências invisíveis** que marcam as trajetórias de estudantes trans, mas também ofereça caminhos para uma transformação estrutural e epistemológica no campo educacional.

A pesquisa foi estruturada de forma a integrar as minhas experiências pessoais e como pesquisador com os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para abordar as questões propostas. O estudo tem início com um memorial reflexivo intitulado *"Minha jornada, transitando pela pesquisa"*, no qual eu compartilho minhas vivências pessoais e a relação íntima com o tema investigado. Este relato inicial estabelece um diálogo entre a minha subjetividade e os objetivos acadêmicos, contextualizando a trajetória que sustenta e inspira o desenvolvimento da minha pesquisa.

Na segunda seção, intitulada **TRANS-EXISTIR:RESISTIR E SOBREVIVER**, são apresentados o tema da pesquisa, seus objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa para a escolha do tema e a abordagem metodológica adotada. A pesquisa se fundamenta em inquietações acadêmicas e sociais, surgidas das experiências do pesquisador como membro da comunidade trans, reforçando o compromisso com a produção de conhecimento que entrelaça vivência pessoal e rigor acadêmico.

A terceira seção ***SUBVERÇÃO DAS FRONTEIRAS*** expõe as perspectivas metodológicas da pesquisa, detalhando os processos e abordagens utilizadas para os encontros com os dados e análise dos dados, além de justificar as escolhas metodológicas dentro do contexto específico do estudo.

A quarta seção, intitulada ***O MANIFESTO TRANSEPISTEMOLÓGICO***, traz uma reflexão crítica sobre a construção do conhecimento a partir da perspectiva trans, questionando paradigmas tradicionais e propondo um olhar inovador sobre as questões de gênero e identidade.

A seção ***OUVIR, SENTIR E (TRANS)FORMAR SABERES MARGINALIZADOS***, se encontra na quinta seção, realiza uma revisão crítica da literatura sobre educação, movimentos sociais, transexualidade, gênero e identidade LGBTQIAP+, com foco em abordagens interseccionais e decoloniais. Essa seção discute exclusão social, violências estruturais e políticas afirmativas voltadas à população trans, além de explorar o conceito de resistência e sua relevância no campo educacional. A fundamentação está sendo elaborada com base em referenciais teóricos que dialogam com o recorte do estudo, aprofundando as reflexões propostas.

A sexta seção deste estudo propõe-se a escutar existências em suas pluralidades, exercitar uma escuta sensível e politicamente implicada, e refletir sobre os processos de transcendência que emergem das vivências narradas experiências que, ao romper com normatividades, revelam outras formas de ser, habitar e resistir no mundo. São explorados os estigmas e preconceitos enfrentados no ambiente educacional, tanto de colegas quanto de instituições, dificultando a vivência plena das pessoas trans. A seção também abordará as micro e macro violências, detalhando suas formas e o impacto no desempenho educacional e na saúde mental das pessoas trans.

Além disso, foram analisadas as estratégias de resistência dentro do ambiente educacional e a importância das redes de apoio, como ongs, comunidades LGBTQIAP+, grupos psicológicos, acadêmicos e sociais, que são fundamentais para garantir a inclusão e o bem-estar das pessoas trans no sistema educacional e na sociedade.

A conclusão sintetiza as principais descobertas da pesquisa, refletindo sobre suas implicações teóricas, práticas e sociais, além de sugerir possíveis desdobramentos para futuras investigações.

3. SUBVERÇÃO DAS FRONTEIRAS

Ao explorarmos os caminhos da pesquisa, nos afastamos da simples quantificação e adentramos a complexidade da subjetividade. A pesquisa, portanto, revelou-se como um processo imersivo, que demandou reflexão profunda, sensibilidade e uma escuta atenta. Tratou-se de um mergulho na delicadeza da vida, onde o fio condutor foi o acolhimento das experiências daqueles que, por muito tempo, foram marginalizados pela sociedade. A escuta proposta foi além da formalidade acadêmica, que tende a padronizar os discursos e saberes desses sujeitos. A intenção foi ultrapassar essa escuta acadêmica convencional, permitindo que suas vozes, ricas e potentes, fossem verdadeiramente ouvidas e compreendidas.

A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, por se tratar da forma mais eficaz de estabelecer uma conexão calorosa, quase como um abraço acolhedor, com os sujeitos da pesquisa. Rompendo com a frieza dos números e das estatísticas, buscou-se dar espaço para que as histórias de resistência, de vida e de transformação se revelassem de maneira genuína. Essa abordagem não buscou apenas capturar dados, mas sim captar a essência das experiências e dos processos de (trans)formação vividos por esses sujeitos.

Como ressaltado anteriormente, a pesquisa foi guiada por uma análise qualitativa fundamentada na analética. Essa abordagem metodológica visou integrar a subjetividade e a crítica, de modo a compreender profundamente as resistências e as trajetórias de transformação das pessoas pesquisadas. A analética, longe de ser apenas uma ferramenta técnica de análise, possibilitou a reflexão crítica sobre as narrativas individuais e coletivas, reconhecendo as particularidades de cada contexto.

Essa metodologia, portanto, não se restringiu a um simples levantamento de dados ou a uma análise quantitativa impessoal, mas buscou se aproximar da complexidade das vivências. Tratou-se de um convite ao acolhimento, à escuta ativa, permitindo que as vozes silenciadas ao longo do tempo fossem ouvidas com sensibilidade e profundidade. Por meio da combinação de subjetividade, empatia e crítica, procurou-se dar visibilidade e voz a essas histórias, reconhecendo que cada experiência tem o poder de transformar a nós mesmos e à sociedade.

Ao adotar esse modelo, a pesquisa comprometeu-se com uma escuta sensível, que foi além da simples observação, valorizando as vivências e perspectivas dos participantes. Nesse processo, as resistências e transformações que marcaram suas trajetórias foram reconhecidas e analisadas de maneira crítica, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e políticas envolvidas.

A integração entre subjetividade e criticidade não apenas humanizou a pesquisa, como também a posicionou como uma ferramenta de transformação social. Ao distanciar-se de abordagens objetificantes e reducionistas, que frequentemente simplificam realidades complexas, a analética respeitou as especificidades dos sujeitos estudados, sem perder a capacidade de oferecer uma análise crítica das estruturas sociais, políticas, econômicas, de gênero, raça e sexualidade que moldam suas vidas. Essa metodologia, portanto, não se limitou a descrever, mas buscou provocar mudanças concretas, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e para a promoção de transformações reais na sociedade.

Ao adotar essa abordagem, a pesquisa fortaleceu-se e adquiriu um potencial transformador significativo, não apenas ao explicar as condições sociais e políticas, mas também ao engajar-se ativamente na construção de um futuro mais justo e igualitário para os grupos estudados.

A pesquisa qualitativa demonstrou-se indispensável como base epistemológica nos estudos das sexualidades, oferecendo formas de compreender a complexidade das experiências vividas por pessoas LGBTQIAPN+. Segundo Gamson (2005), o estudo das sexualidades, especialmente das homossexualidades, esteve intrinsecamente ligado à pesquisa qualitativa. Ele definiu essa abordagem como um conjunto abrangente de práticas de pesquisa — como etnografia, entrevistas e análise textual — que se distinguem dos métodos quantitativos e questionam as bases do positivismo, o qual patologizava a homossexualidade. A pesquisa qualitativa, por sua vez, concentrou-se em temas como a interpretação cultural, a construção de identidades e a interação social, colocando em foco a experiência vivida e compartilhada por dissidentes de gênero.

Esse enfoque qualitativo tornou-se ainda mais relevante a partir da década de 1970. Impulsionados por movimentos sociais e novas correntes teóricas, os estudos sobre sexualidade libertaram-se da perspectiva naturalizante, que a compreendia como um fenômeno biológico imutável, e passaram a encará-la como uma construção social e histórica. A sexualidade, portanto, deixou de ser vista como algo essencialmente natural para ser entendida como um produto de processos culturais, sociais e históricos específicos.

A evolução da pesquisa qualitativa sobre sexualidades pôde ser observada em diferentes momentos históricos, conforme destacado por Gamson (2005), que identificou cinco fases distintas. Inicialmente, sob a influência das abordagens psicológicas e psiquiátricas, a homossexualidade era considerada um desvio a ser corrigido. Nessa fase, a pesquisa era predominantemente quantitativa, focada na identificação de causas e tratamentos. Com o surgimento dos movimentos sociais e a ascensão da “nova esquerda” a partir do final da década

de 1960, houve uma ruptura com a visão tradicional de esquerda. Essa renovação foi inspirada por pensadores como André Gorz e Louis Althusser, na França; Perry Anderson, na Inglaterra; e Herbert Marcuse, nos EUA. De acordo com Farias (2011), uma das ideias centrais dessa nova esquerda anticapitalista era que a estratégia do movimento operário não poderia se restringir às reivindicações materiais, como salários, mas deveria também integrar demandas culturais e identitárias.

Nesse novo cenário, a pesquisa passou a valorizar as experiências e as perspectivas dos próprios colaboradores, adotando metodologias como a etnografia e as entrevistas em profundidade, que permitiram uma compreensão mais rica e subjetiva das realidades vividas pelos sujeitos. O momento pós-estruturalista, marcado pela análise do discurso e pela teoria queer, questionou as categorias binárias e as identidades fixas. Pensadores como Michel Foucault e Judith Butler desempenharam um papel fundamental ao desconstruírem as normas e hierarquias sexuais, promovendo uma compreensão mais fluida e diversa da sexualidade.

Com o avanço da globalização, novas dimensões foram incorporadas à pesquisa sobre sexualidade, que passou a considerar as interações entre culturas e as desigualdades sociais. Estudos transnacionais e comparativos se tornaram essenciais para entender as diferentes formas de expressão da sexualidade em contextos diversos. No contexto pós-moderno, a pesquisa qualitativa se diversificou ainda mais, explorando as identidades múltiplas e fragmentadas, as micropolíticas do poder e as influências das novas tecnologias. Nesse sentido, ao estudar as experiências de estudantes trans, é fundamental reconhecer que esses sujeitos desenvolvem formas singulares de se relacionar com o mundo e enfrentam desafios específicos, que merecem ser analisados dentro de suas complexas realidades individuais e sociais.

No entanto, embora Foucault e Butler tenham sido fundamentais para desnaturalizar as categorias de gênero e sexualidade, suas teorias apresentam limitações importantes, especialmente em contextos marcados pela exclusão social, violência sistemática e pelos impactos das desigualdades raciais e de classe. Foucault, por exemplo, ao conceber o poder como algo difuso e presente em todas as relações sociais, oferece um instrumental teórico valioso para desestruturar sistemas de dominação. Contudo, a ausência de diretrizes claras para a ação concreta dificulta a aplicação de sua teoria em situações como a transfobia institucionalizada, que demanda respostas práticas e urgentes. No Brasil, onde as populações trans enfrentam barreiras estruturais graves, como a exclusão do mercado de trabalho, a marginalização educacional e a violência física, essa lacuna torna-se especialmente problemática.

De forma similar, a teoria da performatividade de Judith Butler, ao destacar o caráter construído e iterativo das identidades de gênero, oferece ferramentas essenciais para questionar normas cisheteronormativas. No entanto, sua abordagem frequentemente permanece no plano abstrato, limitando-se a um nível teórico que pouco dialoga com as realidades materiais vividas por pessoas trans e não binárias. Em contextos de vulnerabilidade, especialmente em países periféricos, onde desigualdades econômicas, raciais e de gênero estão profundamente entrelaçadas, as teorias de Butler encontram barreiras em sua aplicabilidade. Essas limitações reforçam a necessidade de complementação com abordagens que articulem teoria e prática, contemplando as especificidades locais e oferecendo estratégias concretas para enfrentar as desigualdades estruturais.

Compreendendo assim que ao desenvolver esta pesquisa a partir das experiências de estudantes trans, é essencial considerar que esse grupo desenvolve formas singulares de se relacionar culturalmente, afetivamente, socialmente e academicamente. Os movimentos LGBTQIAPN+ são protagonistas na luta por direitos, visibilidade e segurança conquistando avanços significativos em áreas como saúde e educação, pesquisas sociais e acadêmica. Em muitos casos, esses movimentos proporcionam espaços importantes como fonte de diálogo e a construção de redes de apoio para a comunidade trans, que, muitas vezes, encontra nesses espaços a possibilidade de compartilhamento e de enfrentamento aos desafios impostos pela marginalização e exclusão.

Segundo Moreira (2022), é compreensível a crescente preocupação dos movimentos sociais em garantir espaços seguros para seus grupos, especialmente diante das graves tentativas de perseguição, assassinato, violências e exclusão que enfrentam atualmente. Esses movimentos não surgem apenas como uma reação imediata às violências, mas como uma resposta organizada e histórica que busca transformar as estruturas que perpetuam a marginalização. A luta por inclusão, fortalecimento dos debates e defesa dos direitos emerge de um contexto em que as desigualdades são profundamente enraizadas, exigindo ações concretas que vão além do enfrentamento pontual.

No Brasil, o alarmante aumento dos índices de violência contra a população LGBTQIAPN+ torna evidente a necessidade de mobilizações que não só denunciem as agressões, mas também proponham mudanças legislativas e práticas sociais que garantam a dignidade e a proteção desses grupos. Os movimentos sociais, portanto, atuam em múltiplas frentes, desde a pressão por políticas públicas inclusivas até a criação de redes de apoio para enfrentar barreiras cotidianas, como a discriminação no mercado de trabalho e as dificuldades de acesso a serviços de saúde. Nesses espaços de organização, as experiências são

compartilhadas, o que contribui para o fortalecimento de laços comunitários e para a elaboração de estratégias coletivas capazes de promover mudanças sociais e combater a exclusão sistemática.

Embora os movimentos sociais tenham se destacado nas pautas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ e se aproximem mais da população ao promover acesso e diálogo, as universidades também precisam assumir um papel fundamental nesses debates. Mais do que instituições de ensino, as universidades são espaços de construção de conhecimento, mobilização social e discussões e tensionamento de ideias. É através dessa união entre os movimentos sociais, a universidade e a educação que podemos mudar esse cenário de marginalização. A pesquisa acadêmica deve ir além, transcendendo as barreiras estruturais e homogeneizantes que a distanciam daqueles que divergem das normas estabelecidas pela sociedade.

Como argumenta Gohn (2011), os movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentando conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização. A pesquisa acadêmica, ao se conectar com as demandas e experiências desses movimentos, pode contribuir para a produção de conhecimentos transformadores, fortalecendo a luta por justiça social. A universidade, por sua vez, pode aprofundar a investigação da diversidade e complexidade das vivências trans, refletindo sobre a interseccionalidade de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais que moldam as trajetórias individuais e influenciam as experiências no ambiente universitário.

Dessa forma, ao reconhecer a complexidade e a subjetividade inerentes ao processo de pesquisa, a academia pode se aproximar das vivências trans e contribuir para a construção de um conhecimento mais inclusivo e transformador. A perspectiva histórica apresentada na pesquisa qualitativa, e os métodos qualitativos eram, no passado, fortemente influenciados por compromissos religiosos, étnicos ou ideológicos. Com o tempo, embora esses fatores ainda permaneçam em segundo plano, sua influência direta sobre os objetivos da pesquisa diminuiu. A fé, as crenças e as esperanças que orientavam pesquisas ancoradas em perspectivas analíticas e teóricas canônicas com abordagens tradicionais ainda fazem parte da sociologia, mesmo que de forma menos consciente.

Nesse contexto de transformação, torna-se fundamental aprofundar o diálogo entre o pesquisador e os participantes, adotando uma abordagem respeitosa e contínua, pautada em uma postura ética e em uma escuta sensível. Essa prática é essencial para garantir que as vozes dos envolvidos sejam legitimamente representadas, dando à pesquisa maior credibilidade. Ao priorizar as narrativas dos colaboradores e garantir que suas experiências sejam ouvidas de

forma autêntica, respeitando suas especificidades, a pesquisa qualitativa contribui para desconstruir estereótipos frequentemente associados a esses grupos e para promover um conhecimento mais inclusivo e transformador. Essa abordagem contribui para uma transformação social mais ampla, enfrentando a marginalização e discriminação.

Mesmo reconhecendo que os pesquisadores nunca estão totalmente ausentes de seus próprios textos, como aponta Billig (1994), persiste o desafio de abordar a escrita sobre o outro. Essa abordagem se preocupa com uma dimensão de realidade que não pode ser quantificada, lidando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Trata-se de explorar aspectos mais profundos das relações, dos processos e dos fenômenos, que não se reduzem à mera operacionalização de variáveis. Ao optar por essa abordagem qualitativa, busca-se aprofundar a compreensão das trajetórias acadêmicas e pessoais desses estudantes, permitindo uma imersão na complexidade de suas experiências individuais.

A base epistemológica decolonial desta pesquisa **foi ancorada** nos aportes teóricos de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh e Enrique Dussel, cujas contribuições **foram essenciais** para a compreensão das estruturas de poder coloniais e de seus impactos duradouros nas esferas sociais, culturais e epistêmicas. Esses autores **desafiaram** o paradigma eurocêntrico dominante, propondo alternativas que **reconheceram** e **valorizaram** os saberes e as práticas dos povos historicamente subalternizados. Tal abordagem **buscou** transformar um sistema que frequentemente **perpetuava** a marginalização daqueles que se encontravam à margem.

Conforme **argumentou** De Sousa Santos (2007), o pensamento moderno ocidental **foi caracterizado** por divisões binárias que **invisibilizaram** sujeitos e conhecimentos que não se **enquadravam** em categorias predefinidas, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais. A metáfora da “linha abissal”, proposta por Santos, **foi elucidativa** ao expor como essas divisões **legitimaram** a exclusão de saberes e práticas não hegemônicas, criando uma separação artificial entre o “centro” e a “periferia”.

Para Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder **constituiu** o eixo estruturante das desigualdades contemporâneas, sustentando hierarquias raciais, de gênero e epistêmicas que **remontaram** ao período colonial. Segundo o autor, “a colonialidade **foi** um padrão de poder que **permeou** todas as dimensões da vida social e subjetiva”, abrangendo desde a organização econômica até as concepções de identidade e conhecimento. Essa estrutura não apenas **perpetuou** desigualdades históricas, mas também **legitimou** normas cisheteronormativas e outras formas de opressão, evidenciando a necessidade de análises que **transcendessem** abordagens tradicionais e **incorporassem** uma crítica interseccional e decolonial.

Nesse sentido, Quijano **argumentou** que a ideia de raça, introduzida no contexto da colonização das Américas, **foi instrumentalizada** como ferramenta para justificar as relações de dominação impostas pela conquista. Tal construção ideológica não se **restringiu** à esfera social, mas **impactou** profundamente a produção de conhecimento, **consolidando** a perspectiva eurocêntrica como matriz epistêmica hegemônica. A naturalização de desigualdades entre europeus e não-europeus **configurou** um sistema de classificação social universal em que a raça **se tornou** o critério central para atribuir posições hierárquicas. Essa estrutura **associou** características fenotípicas e culturais a uma suposta inferioridade natural dos povos dominados, **reforçando** não apenas o domínio colonial, mas também a opressão de gênero.

A colonialidade, nesse contexto, **revelou-se** como um projeto sistemático de dominação que **operou** de maneira interseccional, **vinculando** raça, gênero e epistemologia em um mecanismo de controle totalizante. Assim, enquanto as estruturas coloniais **subjugaram** os corpos racializados, também **impuseram** normas de gênero binárias e heteronormativas, **relegando** à marginalidade qualquer expressão que **escapasse** aos moldes eurocêtricos de organização social. Com isso, a crítica à colonialidade do poder não pôde prescindir de uma análise que **abrangesse** tanto as dimensões materiais quanto as simbólicas da opressão, **reconhecendo** a continuidade histórica das violências coloniais no presente e as formas como elas **foram ressignificadas** para legitimar exclusões contemporâneas.

Quijano (2005) afirma que:

A ideia de diferenciação entre o ‘corpo’ e o ‘não-corpo’ na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as ‘culturas’ ou ‘civilizações’ historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas – até o aparecimento do eurocentrismo – a permanente co-presença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento. O processo de separação destes elementos do ser humano é parte de uma longa história do mundo cristão sobre a base da ideia da primazia da ‘alma’ sobre o ‘corpo’ (Quijano, 2005, p. 128).

Embora a distinção entre corpo e não-corpo seja uma característica comum em várias culturas e civilizações, até o advento do eurocentrismo, essas dimensões coexistiam de forma inseparável na concepção do ser humano. A ruptura dessa integração, promovida pelo pensamento cristão, hierarquizou a alma em relação ao corpo, estabelecendo uma lógica que moldou profundamente estruturas sociais, culturais e epistemológicas. No contexto da colonialidade do poder, essa separação não se limitou a uma transformação filosófica, mas funcionou como um mecanismo de dominação. A primazia da alma desvalorizou a corporeidade e deslegitimou formas de ser e saber que não se alinhavam aos paradigmas ocidentais, justificando exclusões e a imposição de uma moralidade universal. Nesse sentido, o

eurocentrismo não apenas negligenciou práticas e filosofias que integravam corpo e espírito, mas também desvalorizou as culturas dos povos colonizados, impondo uma visão fragmentada do ser humano.

Essa visão eurocêntrica não apenas reforçou a dissociação entre corpo e alma, mas serviu de alicerce para dinâmicas coloniais que redefiniram o conceito de humanidade, priorizando as construções ideológicas europeias e a moralidade cristã. A razão, associada à alma, foi alçada à condição de superioridade, enquanto o corpo, vinculado ao irracional e ao inferior, foi relegado a uma posição de subalternidade. Essa hierarquização sustentou classificações raciais e a distinção entre o “civilizado” e o “bárbaro”, marginalizando os corpos indígenas, negros e outros grupos subalternizados. A experiência corporal e as subjetividades desses povos foram sistematicamente desconsideradas, desumanizadas ou demonizadas, intensificando processos de violência e exclusão.

Além disso, ao dissociar corpo e alma, o eurocentrismo instaurou uma epistemologia que ignorava saberes oriundos de relações corporais, sensoriais e espirituais aspectos valorizados em muitas culturas não europeias. Essa abordagem fragmentada influenciou profundamente a educação, a ciência e a filosofia, marginalizando concepções integradas do ser humano que predominavam em culturas africanas, indígenas e asiáticas. Dessa forma, a separação entre corpo e não-corpo não foi apenas uma questão religiosa ou filosófica, mas um mecanismo de controle e exclusão, cujos ecos ainda ressoam nas estruturas de poder contemporâneas, dificultando o reconhecimento da diversidade cultural e epistemológica.

No mesmo contexto, muitas culturas pré-coloniais celebravam identidades de gênero que transcendiam o binarismo, conferindo as pessoas trans papéis significativos em suas sociedades. De acordo com Cunha (2022), por volta da década de 1850, os britânicos passaram a conhecer as hijras¹² em sua colônia indiana. Essas mulheres transgênero, reconhecidas como o terceiro gênero na Índia, são mencionadas em textos sagrados hindus há pelo menos quatro mil anos e são vistas pela sociedade indiana como possuidoras de poderes espirituais, capazes de abençoar ou amaldiçoar pessoas. No México, existem as muxes¹³ que segundo Barbosa (2016), para entender as muxes, é necessário considerar o contexto cultural e social do Istmo de Tehuantepec, onde elas desempenham diversos papéis além do gênero, como comerciantes,

¹² Em 2014, a Suprema Corte da Índia reconheceu oficialmente o “terceiro gênero”, definindo os hijras como pertencentes a essa categoria. Essa decisão foi uma medida para acabar com a discriminação contra as pessoas transexuais, que são cidadãos do país.

¹³ Muxe ou Muxhe é uma pessoa não-binária, que não se identifica como homem ou como mulher e cuja expressão de gênero é feminina embora designada como masculina, no nascimento. É muitas vezes visto como um gênero não-ocidental ou terceiro gênero.

professoras e figuras comunitárias e ocupavam um lugar de respeito na tradição zapoteca; Na Polinésia, de acordo com Souza (2022), fa'afafine¹⁴ que podem ser traduzidas como “jeito de mulher”, e o grupo Māhū são exemplos de identidades de gênero que preservavam conhecimentos ancestrais e espirituais. Contudo, com o colonialismo europeu, as visões cisonormativas e binárias de gênero foram impostas, marginalizando essas figuras e apagando sistemas culturais que celebravam a diversidade.

Como afirma Podolan (2024, p. 07)

A estranheza vem de um pré-conceito do que seja um homem ou uma mulher. Não se está aqui a tratar de pessoas transgêneros, mas da ausência de qualquer signo de designação do masculino e do feminino, talvez mais próximo do que hoje se chama de não-binariedade. Ainda assim, é possível encontrar na literatura, referência de sociedades indígenas que, mesmo tendo definições de gênero, não impunham qualquer censura ao seu membro que quisesse ou precisasse transitar entre eles. Sabe-se que as distinções de identidade de gênero ou de expressão de gênero são recentes no estudo da sexualidade, mas certamente a existência de certos membros de algumas comunidades indígenas transcendia a binariedade de gênero heteronormativa, forjada na cultura europeia.

Ao refletirmos sobre as concepções ocidentais de gênero e como elas foram impostas, não apenas no contexto europeu, mas também nas culturas colonizadas. Destacamos o impacto profundo da imposição de uma identidade de gênero rígida e binária possui raízes históricas profundas, e o colonialismo teve um papel central na sua disseminação global, silenciando e reprimindo outras formas de ser e de existir que desafiavam o padrão normativo. No contexto brasileiro, a violência contra pessoas LGBTQIA+ remonta ao período colonial, com o caso mais antigo documentado de assassinato sendo o de Tibira, um indígena do povo Tupinambá, durante a invasão portuguesa:

O Brasil é um dos países líderes em violência contra pessoas lgbtqia+. E uma de suas primeiras vítimas foi ceifada pela invasão/colonização europeia. Em 1613, na cidade de São Luís do Maranhão, missionários capuchinhos por ordem de invasores franceses, condenaram um indígena Tupinambá por “praticar o mais abominável dos pecados: a sodomia”. Esse termo, sodomia, era utilizado para se referir a homens que tinham relacionamentos homoafetivos. Tibira, na língua Tupinambá significava “homem gay”, então, na época, o homem assassinado foi chamado de Tibira (De Melo, 2021, p.62). Tibira vítima de um processo marcado pela violência e intolerância religiosa. Acusado de "sodomia" pelos colonizadores, foi amarrado a um canhão e morto por explosão um ato que simbolizava tanto o aniquilamento de sua identidade quanto a tentativa de subjugar os costumes e as expressões de

¹⁴ Māhū: gênero da cultura Kanaka Maoli do Havaí e do Taiti, considerado ambíguo ou de terceiro gênero, incorporando características masculinas e femininas, dotado de virtudes especiais. Fa'afafine: gênero da cultura de Samoa, reconhecido como parte da sociedade tradicional, identificado como terceiro gênero ou não binário, com comportamentos que variam entre femininos e masculinos.

gênero das populações indígenas. Esse episódio não apenas expõe a imposição das normas cisheteronormativas e eurocêtricas, mas também inaugura um ciclo de violência que perdura até os dias atuais.

A execução de Tibira ilustra o modo como a colonialidade se constitui a partir de um processo de violência generalizada e uma necropolítica encampada pelo poder do estado colonial. O caso dele demonstra como o colonialismo utilizou a religião e o direito europeu para reprimir as diversidades sexuais e de gênero, marginalizando e demonizando práticas culturais que antes eram parte integrante da vida comunitária. Sua história representa um marco trágico no apagamento das identidades LGBTQIA+ e na imposição de uma visão binária e normativa de gênero no Brasil colonial.

Neste contexto, é importante destacar a figura de Xica Manicongo, conforme Dámasio (2023), reconhecida como a primeira travesti negra documentada em solo brasileiro, resgatada pelo antropólogo Luiz Mott em 1999. A trajetória de Xica, assim como a de Tibira, expõe as complexas interações entre o colonialismo e a identidade de gênero, além da resistência das populações indígenas e negras contra a imposição das normas coloniais. Sua história, marcada pela repressão, exploração escravocrata e silenciamento ao longo do tempo, se torna um símbolo crucial da resistência contra a marginalização das identidades LGBTQIA+ no Brasil colonial.

Os impactos dessa violência estrutural são ainda sentidos, refletindo-se em índices alarmantes de assassinatos e discriminação contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo. A dicotomia entre alma e corpo, forjada no contexto colonial, teve implicações profundas na construção das identidades raciais. A atribuição da alma às elites europeias e sua negação aos povos colonizados não apenas legitimou a escravidão e a exploração, mas também moldou um imaginário racial que persiste até os dias atuais.

A herança colonial continua a moldar as relações de poder e perpetuar desigualdades sociais, sustentando o eurocentrismo como paradigma de beleza, inteligência e humanidade.

Esse sistema de pensamento, profundamente excludente, reduz o mundo a uma visão única e homogênea, apagando as contribuições de outras culturas e comunidades ao longo da história. Enquanto isso, corpos racializados, femininos e dissidentes são desumanizados, associados à materialidade, ao pecado e à irracionalidade, reforçando hierarquias opressoras e justificando práticas de exclusão.

O eurocentrismo erra ao universalizar valores e conceitos europeus como se fossem neutros e universais, conforme aponta Dámasio (2023), ao afirmar que os conceitos de gênero e sexualidade ultrapassam o determinismo biológico imposto pelo sistema colonial de gênero,

que contribui para a desumanização de pessoas fora da hierarquia dicotômica baseada na diferenciação sexual. Resgatar a memória de figuras como Tibira e Xica Manicongo assim como de tantas outras vozes silenciadas pela narrativa histórica oficial, é um ato de confrontação direta a essa lógica. Tal resgate não apenas expõe as falácias de um sistema que exclui e marginaliza, mas também fortalece os movimentos contemporâneos que desafiam essas estruturas, lutando por justiça, reconhecimento e uma reconstrução epistêmica que valorize a pluralidade de existências e saberes.

Nesse sentido, é necessário que o pesquisador busque metodologias que valorizem a diversidade de conhecimentos e que evitem reproduzir as desigualdades existentes. É importante ressaltar que, mesmo no ambiente universitário, os participantes da pesquisa carregam consigo marcas de repressões e marginalizações sociais vinculadas às suas identidades. Portanto, é fundamental considerar essas particularidades e garantir que todos se sintam representados e valorizados no processo de pesquisa.

A visibilidade crescente de pessoas trans, como argumenta Collins (2024), não se limita a desafiar o determinismo biológico relacionado ao gênero, mas também questiona as bases biológicas utilizadas para justificar a supremacia branca. Ao insistirem na maleabilidade das categorias biológicas, pessoas trans expõem a fragilidade das construções de gênero e colocam em xeque as bases do heteropatriarcado. Além disso Collins destaca que essas críticas ao determinismo biológico têm implicações que transcendem o gênero, afetando também as ideologias raciais baseadas na supremacia branca. Assim como o gênero é utilizado para justificar a inferioridade das mulheres, a raça tem sido utilizada para legitimar desigualdades raciais como naturais. Nesse sentido, pessoas trans, especialmente aquelas racializadas, desafiam simultaneamente os sistemas de opressão que interseccionam gênero, sexualidade e raça, expondo as ideologias biológicas que sustentam essas desigualdades.

A desconstrução da cisão entre corpo e alma possui implicações políticas profundas. Ao questionar a naturalização das categorias de sexo e gênero, essa desconstrução desafia as estruturas de poder que legitimam a opressão e a discriminação. Ao reconhecer a fluidez e a diversidade das identidades, abrimos caminho para a construção de sociedades mais justas e equitativas, onde todos os corpos e subjetividades sejam valorizados e respeitados.

O conceito de pensamento de fronteira, proposto por Mignolo (2017), configura uma epistemologia voltada à valorização dos saberes que emergem das margens do sistema-mundo moderno/colonial. Para o autor, descolonizar o conhecimento é, antes de tudo, descolonizar o ser, ou seja, é romper com as amarras do pensamento eurocêntrico que impõe uma hierarquia de saberes, determinando o que é considerado legítimo e válido. Esse rompimento com as

epistemologias dominantes não se limita à revisão do conhecimento acadêmico, mas abrange uma reconfiguração da forma como nos entendemos como sujeitos, questionando as normas e categorias que perpetuam desigualdades históricas.

Dentro dessa perspectiva, o pensamento de fronteira se torna fundamental para legitimar as epistemologias trans, posicionando-as como narrativas que desafiam diretamente as normas cisnormativas impostas pela colonialidade. Ao subverter as concepções rígidas de gênero e identidade, as epistemologias trans não apenas contestam a normatividade sexual, mas também propõem uma reconceitualização de como os corpos e as subjetividades podem ser compreendidos além das estruturas binárias que dominam as sociedades modernas. Ao fazer isso, essas epistemologias desafiam as bases do sistema colonial que, ao longo da história, impuseram um entendimento de gênero e sexualidade profundamente heteronormativo e essencialista.

Esse movimento de resistência e reconfiguração do conhecimento e da identidade não se dá de forma isolada. Ele dialoga com outras lutas decoloniais, que também buscam desconstruir o pensamento colonial e suas práticas opressivas. Dessa forma, o pensamento de fronteira se torna um espaço de resistência que não apenas questiona as definições tradicionais de gênero e sexualidade, mas também desafia as intersecções de poder que envolvem raça, classe e outras categorias de exclusão. Ao posicionar as epistemologias trans como centrais nessa luta, Mignolo nos oferece um caminho para repensar e reconstruir as narrativas dominantes, permitindo a emergência de novos saberes que reconhecem a diversidade humana em sua totalidade, sem as amarras da colonialidade.

No âmbito educacional, Walsh (2009) insere a decolonialidade como elemento essencial para práticas pedagógicas que não apenas reconhecem, mas celebram a pluralidade epistêmica, ao mesmo tempo em que combatem ativamente o epistemicídio — a destruição sistemática de saberes e culturas subalternizadas. Para a autora, a pedagogia decolonial vai além da simples revisão do currículo: ela se apresenta como um chamado à ação crítica, um convite à insurgência coletiva contra as lógicas de poder dominantes, que continuam a marginalizar saberes, culturas e sujeitos, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

Ao integrar a decolonialidade à pedagogia, propõe-se um modelo de ensino que abraça uma multiplicidade de experiências, identidades e formas de conhecimento, criando um ambiente onde as vivências trans, por exemplo, são legitimadas como fontes válidas de sabedoria. As experiências e saberes trans não são mais relegados à margem, mas passam a ocupar um lugar central, sendo reconhecidos pela sua capacidade de desafiar e subverter as normas de gênero e sexualidade que dominam o discurso hegemônico.

Essa visão pedagógica decolonial é fundamental para a construção de um conhecimento que, ao invés de reforçar a cisnormatividade e as estruturas de opressão, se empenha em desestabilizar essas normas e abrir espaço para novas epistemologias. No contexto das identidades trans, isso significa um movimento de afirmação e visibilidade, onde as histórias e experiências trans não são apenas aceitas, mas compreendidas e respeitadas como parte fundamental do tecido social e acadêmico. A pedagogia decolonial, portanto, não apenas questiona as construções tradicionais de gênero e identidade, mas também oferece ferramentas para transformar as práticas pedagógicas e educacionais, tornando-as mais inclusivas, justas e capazes de acolher a diversidade de sujeitos que compõem a sociedade.

Dussel (2000), por sua vez, faz uma contribuição significativa ao campo da ética da libertação, ao enfatizar a responsabilidade ética perante os oprimidos. Para ele, o critério ético não se origina das normas universais ou das perspectivas dominantes, mas das necessidades e das reivindicações dos grupos marginalizados e excluídos. Essa visão propõe que a ética deve ser fundamentada na escuta ativa e na ação transformadora em resposta às vozes silenciadas pela opressão. No contexto da pesquisa decolonial, esse princípio encontra ressonância ao se colocar as narrativas trans como elementos centrais, não apenas para a construção do conhecimento, mas como fontes legítimas de resistência que desafiam as estruturas de poder e as normas hegemônicas.

O conceito de Dussel não apenas reforça a importância de uma escuta atenta às vivências daqueles que estão à margem, mas também convoca uma ação transformadora que visa a reparação das injustiças históricas e sociais. Ao integrar essa ética ao processo de pesquisa, o estudo reconhece as vivências trans não como sujeitos passivos, mas como agentes de mudança, cujas experiências desafiam as concepções tradicionais de gênero e sexualidade. Esse movimento também está profundamente alinhado à perspectiva decolonial, que, como proposto por Mignolo (2017), busca romper com a epistemologia dominante, que exclui saberes que não se alinham aos parâmetros eurocêntricos.

Dussel (1977) afirma que:

Revolução indica o fato exato da ruptura, o momento da passagem a uma nova ordem. Libertação, ao contrário, tem um sentido mais amplo. De um lado, é negação de negação; isto é, se a prisão, opressão e dependência sob a dominação é negação de liberdade, a libertação – como ato e afirmação – é negação da opressão. Além disso, e como acabamos de indicar, libertação é afirmação do sujeito que deixa atrás a negação: é positividade da nova ordem, do homem novo (p. 215).

De acordo com o autor, a revolução é o momento de ruptura explícita com uma ordem anterior, uma ação que ocorre quando se busca dismantelar as estruturas opressivas. A

revolução, nesse sentido, está ligada a uma ruptura do status quo, um ponto de inflexão onde o antigo regime de poder é quebrado para dar lugar a uma nova forma de organização social.

Por outro lado, a libertação proposta pela analética possui um significado mais amplo e profundo. Ela não se limita a ser apenas o momento da ruptura, mas configura-se como um processo contínuo e transformador que envolve a negação da opressão e a afirmação positiva de um novo sujeito e de uma nova ordem social. Em outras palavras, a libertação não se resume à remoção das condições de opressão; ela vai além, ao afirmar ativamente o sujeito libertado — aquele que se emancipa da negação de sua própria humanidade.

Para integrar a proposta da analética à compreensão das experiências dos estudantes trans na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), é necessário expandir a análise para além da simples visibilidade e problematizar as barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência dessas pessoas no ensino superior.

A revolução, conforme Dussel, representa uma ruptura com as estruturas de opressão, o que se evidencia na resistência dos estudantes trans diante de um ambiente acadêmico ainda marcado por normas cisnormativas. No entanto, a simples oposição às normas vigentes não garante transformações significativas. Para esses estudantes, a vivência universitária é atravessada por dificuldades que ultrapassam a questão da visibilidade: trata-se de um processo contínuo de enfrentamento às condições que tornam sua permanência na universidade um desafio cotidiano. Desde o acesso à educação básica, passando pela discriminação, até a ausência de apoio familiar e institucional, esses fatores tornam a revolução um movimento contínuo, que se estende muito além da ruptura inicial com o sistema opressor. Nesse contexto, a revolução proposta por Dussel se distancia de uma contestação meramente simbólica e transforma-se em uma luta constante contra as condições materiais que dificultam a inclusão plena de estudantes trans no ambiente acadêmico.

A libertação dos estudantes trans, portanto, transcende a simples resistência à opressão. Ela se insere em uma ação afirmativa que busca transformar radicalmente as condições que fazem da educação um espaço excludente, construindo uma nova realidade onde esses sujeitos possam se afirmar com autonomia e dignidade. O conceito de "negação da negação", central na reflexão de Dussel, sugere que a libertação não é apenas uma resposta à opressão, mas uma ação que a transcende, buscando a afirmação positiva de um novo sujeito. Isso implica a reconquista da autonomia, da identidade e da agência desse sujeito, de modo que a libertação não apenas anule a opressão, mas também reconstrua e afirme a possibilidade de uma nova realidade — a da "nova ordem".

No contexto decolonial, essa diferenciação entre revolução e libertação adquire relevância significativa. A revolução, enquanto ruptura, pode ser entendida como a destruição do velho sistema colonial e imperialista; já a libertação constitui o movimento contínuo de reconstrução e afirmação de novas formas de ser e de saber, livres das amarras do colonialismo. A libertação, assim, não se limita à negação do que é imposto pelo sistema colonial, mas representa uma afirmação positiva de uma nova ordem que respeita as diversidades, as identidades e os saberes historicamente marginalizados e negados.

As implicações para os movimentos sociais, como o movimento trans e LGBTQIAPN+, são evidentes. Quando Dussel fala em libertação como afirmação de um "homem novo", é possível adaptar esse conceito à busca por um novo sujeito que não se define pelas imposições normativas de gênero ou sexualidade, mas que é capaz de afirmar suas próprias identidades e experiências. Esse "homem novo" seria a pessoa trans que, ao rejeitar a negação imposta pelo sistema cisgênero, reconstrói sua identidade e papel na sociedade de maneira positiva e autônoma.

Portanto, a libertação, conforme Dussel, não é apenas um ponto de ruptura, mas um processo contínuo e afirmativo — uma busca ativa por uma nova ordem social e cultural que reconheça e valide as experiências e os saberes historicamente negados. Esse movimento de libertação é essencial não apenas para a transformação política e social, mas também para a transformação individual e coletiva, na qual o sujeito antes oprimido se reconcilia com sua humanidade e torna-se protagonista de sua própria história.

Ao abraçar as narrativas trans como formas de resistência e transformação social, a metodologia deste estudo não se limita a escutar vozes trans, mas compromete-se com a transformação das relações de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão dessas identidades. Esse movimento ético e político está imerso em uma crítica contínua ao epistemicídio e ao silenciamento impostos aos corpos trans e às suas vivências. Assim, a ética da libertação de Dussel serve como orientação para que, ao escutar e valorizar as experiências trans, se fomente um ambiente onde essas narrativas não apenas resistam, mas também transformem as estruturas sociais, culturais e educacionais que as oprimem.

A articulação entre os conceitos apresentados por Quijano, Mignolo, Walsh e Dussel buscou construir uma base epistemológica comprometida com a superação das desigualdades e a valorização de vozes historicamente silenciadas. Compreende-se, a partir de Quijano, que a colonialidade constitui uma estrutura que afeta todas as dimensões da vida. Por sua vez, Mignolo, Walsh e Dussel oferecem caminhos para desafiar essas estruturas, seja por meio do pensamento de fronteira, da pedagogia decolonial ou da ética da libertação. Esses referenciais

reforçam a importância de se adotar práticas de pesquisa que não apenas reconheçam, mas também valorizem as narrativas dos sujeitos trans como atos políticos e epistêmicos.

O lócus desta pesquisa, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), campus Marco Zero, carrega em si não apenas o simbolismo de um espaço acadêmico, mas a memória de uma jornada pessoal de autodescoberta e resistência. Enquanto homem trans, ex-aluno e, agora, pesquisador da pós-graduação nessa mesma instituição, minha trajetória ecoa nos corredores, nas salas e nos desafios enfrentados nesse ambiente. A UNIFAP, situada em Macapá, é um ponto de encontro de diversidade cultural e social, refletindo as especificidades da região amazônica. Essa escolha permite um olhar aprofundado sobre as experiências de estudantes trans no ensino superior, aliado a uma perspectiva interna fundamentada em vivências que enriquecem a compreensão do contexto pesquisado. Optar por esse lugar é, acima de tudo, uma reafirmação do compromisso com a escuta atenta e a valorização de narrativas frequentemente silenciadas, reconhecendo nelas a potência de transformar e ampliar os horizontes do conhecimento.

3.1 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados nesta pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem crítico-reflexiva que transcendeu a mera organização dos resultados. Buscou-se um olhar que não apenas interpretasse os dados, mas os compreendesse em sua complexidade e profundidade, considerando as múltiplas dimensões de significado emergentes das experiências vividas pelos participantes. A abordagem adotada foi qualitativa, com ênfase particular no uso da analética, uma metodologia que se distanciou de perspectivas tradicionais e permitiu uma leitura crítica e decolonial da realidade.

A analética fundamentou a interpretação dos dados, funcionando como chave para a compreensão das camadas de significado nas narrativas das/dos participantes. Essa abordagem se opôs às metodologias que buscavam universalizar ou neutralizar o saber, propondo uma análise que valorizasse as particularidades dos saberes locais, aqueles que nascem da vivência concreta dos sujeitos em seus contextos específicos. Como nos ensinou Paulo Freire (1987), a práxis é a união entre teoria e prática e, portanto, qualquer análise crítica deveria ir além da simples interpretação, engajando-se na transformação concreta das realidades sociais. Ao adotar a analética, esta pesquisa comprometeu-se a escutar não apenas os relatos, mas as histórias entrelaçadas com tensões sociais, políticas e históricas, permitindo que as vozes

das/dos participantes — muitas vezes marginalizadas — se tornassem o centro da produção de conhecimento.

Propôs-se um deslocamento da pesquisa para uma perspectiva contra-hegemônica, em que as narrativas não foram apenas “documentos” de um passado ou de experiências isoladas, mas ecos de resistências e lutas contra as estruturas de poder que ainda moldam a sociedade. Ao considerar o saber situado e reconhecer as dinâmicas de poder, a analética questionou e desmantelou formas tradicionais de interpretação, as quais frequentemente ignoram ou silenciam as vozes à margem dos processos de produção do conhecimento. Nesse sentido, a análise tornou-se uma prática transformadora, que não apenas descreveu, mas também provocou, inquietou e desafiou as normativas estabelecidas.

A abordagem analética foi profundamente crítica e desafiadora, pois não se contentou em apenas mapear os fenômenos sociais, mas buscou compreender as forças subjacentes que os estruturavam. Interessou-se pelas relações de poder presentes em cada fala e gesto, e foi por meio dessas lentes que os dados foram interpretados. Assim, a análise não se limitou à descrição do que ocorreu, mas explorou motivações, estratégias de resistência e processos de adaptação que surgiram em contextos de opressão. Ao examinar essas dinâmicas, a pesquisa se posicionou como um instrumento de reflexão crítica, visando não apenas compreender, mas também contribuir para a transformação das realidades sociais estudadas.

Esse enfoque metodológico, ao enfatizar o saber situado e as narrativas pessoais, assumiu um caráter profundamente inclusivo e plural. Em vez de impor categorias predefinidas aos dados, a analética permitiu que eles emergissem organicamente, carregados das particularidades oferecidas pelos participantes. Com isso, possibilitou-se uma análise mais rica, que respeitou as múltiplas vozes e formas de experiência. As narrativas dos participantes não foram apenas informações, mas fios que conectaram presente, passado e futuro, revelando as complexidades das realidades sociais e culturais envolvidas.

Além disso, ao alinhar-se à proposta decolonial, a analética desafiou as formas eurocêntricas de produção de conhecimento que historicamente dominaram os estudos sociais. Rompeu com a visão monolítica da história e da cultura, reconhecendo a importância dos saberes e práticas originárias, promovendo um movimento de valorização de subjetividades frequentemente tratadas como secundárias ou irrelevantes. Como afirmou Mignolo (2003), “a epistemologia do Norte global, ou o saber do Ocidente, impôs-se como única verdade, negligenciando saberes locais e epistemologias marginalizadas.” Nesse contexto, esta pesquisa, ao se engajar com esse referencial, tornou-se parte de um movimento mais amplo que questiona a epistemologia dominante e busca ampliar as fronteiras do saber, incorporando perspectivas

sistematicamente marginalizadas. Da mesma forma, Dussel (1999) alertou que o conceito de “Sul” não deve ser reduzido a uma simples localização geográfica, mas compreendido como uma metáfora que simboliza o sofrimento humano causado pelo capitalismo global.

A analética propõe um processo que envolve três momentos essenciais para a transformação da realidade social: Compreender o mundo: Este primeiro momento envolve a análise profunda da realidade vivida pelos sujeitos, levando em consideração suas experiências e visões de mundo. A compreensão se faz a partir de suas subjetividades e das condições de opressão e resistência que marcam suas trajetórias. Análise crítica da compreensão: Após compreender a realidade, é preciso refletir criticamente sobre ela. Este momento envolve questionar as estruturas de poder e as relações de opressão que estruturam as experiências dos participantes, alinhando-se com a crítica ao capitalismo global de Dussel (1999), que nos lembra que o sofrimento gerado por essas estruturas não é apenas geográfico, mas uma experiência existencial.

Com a analética como método, a pesquisa não se limitou à interpretação dos dados, mas posicionou-se como agente de transformação social. Ao refletir sobre relações de poder, dinâmicas de resistência e formas de reconfiguração social, abriu-se espaço para que o conhecimento gerado se tornasse uma ferramenta para mudança, justiça social e equidade. Ao interrogar e reinterpretar narrativas dominantes, a analética fortaleceu a pesquisa como meio para uma compreensão mais profunda e justa das realidades investigadas.

Para compreender profundamente as experiências de grupos marginalizados e silenciados, foi essencial adotar uma abordagem conectada genuinamente com suas realidades. O método analético, inspirado na filosofia de Enrique Dussel, propôs justamente isso: uma escuta atenta e sensível às vozes historicamente marginalizadas pelo conservadorismo, colonialismo e capitalismo.

Neste espaço de reflexão, recorreu-se ao método analético conforme proposto por Messias (2018), inspirado em Dussel, para quem a analética é a integração da alteridade à dialética — um gesto de abertura ao outro, ao que escapa ao entendimento habitual. A gênese da analética, segundo Dussel (2012), surgiu da busca por compreender a teia da dominação, em especial a relação entre dominador e dominado. Esse movimento de subordinação se desenrolou não apenas na esfera econômica, mas também na sexualidade, no racismo e, sobretudo, na educação, onde se perpetuam dicotomias e hierarquias que sustentam o ciclo da opressão.

A luta pela liberdade, segundo Dussel (2012), nasceu quando os oprimidos — o pobre, o indígena silenciado, o negro submisso, a mulher despojada de sua autonomia, a criança moldada pela ideologia — não puderam mais se contentar com uma visão autorreferida do

mundo. Eles não se calaram diante da dor, mas clamaram por justiça. A filosofia da libertação, proposta por Dussel, ecoou o grito de um povo submisso, um clamor que atravessou todas as formas de opressão — do corpo feminino objetificado à exclusão de vozes indígenas, negras, trans e das classes subalternas condenadas ao silêncio.

Esse chamado à liberdade representou, conforme Dussel, uma revolução contra as forças da opressão. Um movimento anticolonial que visou reconstruir epistemologias destruídas, permitindo o ressurgimento das vozes subalternizadas. O clamor por justiça foi, assim, uma revolução epistemológica, que desafiou as estruturas que criaram um mundo onde os descartáveis foram deixados à margem da existência.

O método cunhado por Dussel (1995) configurou-se como uma ferramenta de escuta sensível — um convite para que o pesquisador se aproximasse do outro, buscando compreender não apenas o mundo em que o outro vive, mas o mundo que ele sente, sofre e ama. A analética exigiu uma escuta atenta à alteridade, uma disposição para ouvir sem preconceitos, ver sem filtros e acolher sem julgamentos. Em suas três dimensões, guiou-nos: primeiro, pela compreensão profunda da realidade do outro; depois, pela negação crítica da opressão que marca essa realidade; e, por fim, pela proposição de novos horizontes sociais livres das amarras opressoras.

Dussel (1977) afirmou que a analética começava na exterioridade do outro, tendo a alteridade como princípio fundamental. Fundamentou-se na escuta verdadeira da vivência do outro, reconhecendo sua experiência como válida e potente. Ao adotar essa perspectiva, ultrapassou-se o lugar comum das análises, enxergando-se as vozes oprimidas não como objetos de estudo, mas como sujeitos de sua própria história.

Por fim, a reflexão proposta por Dussel (1977) conduziu a um questionamento profundo das estruturas opressoras que impactam os povos do Sul Global, oferecendo uma leitura decolonial e revolucionária das opressões que ainda marcam nossas realidades. Assim, a análise das opressões, pela lente da alteridade, tornou-se um convite à transformação, ao enfrentamento das velhas estruturas e ao nascimento de um novo conhecimento — mais justo, mais livre e mais verdadeiro.

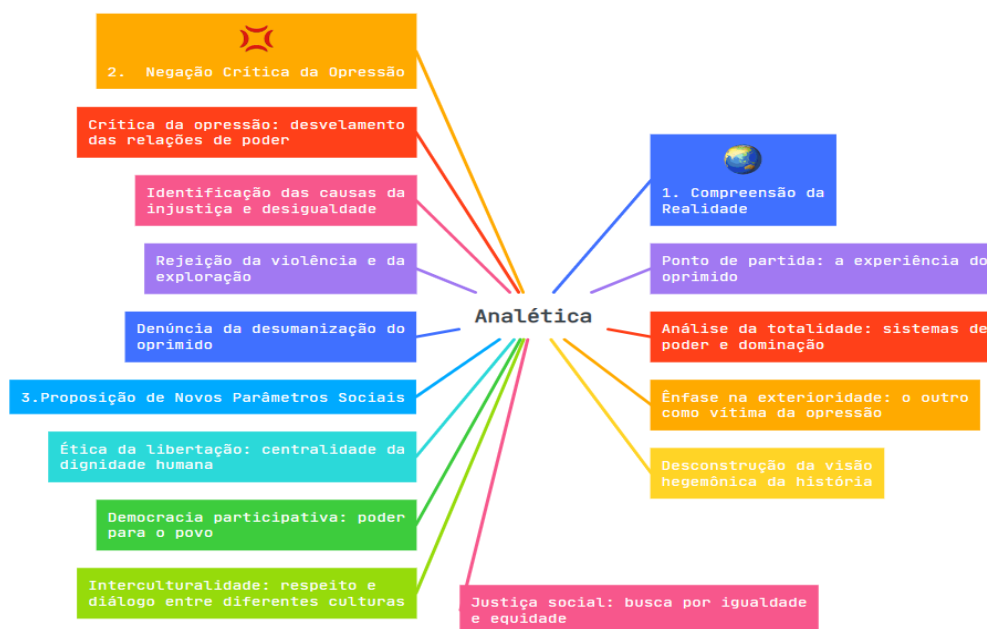
A análise dos dados, a partir das regras da analética, seguiu um caminho que buscou ultrapassar a visão superficial e fragmentada, adotando uma perspectiva que privilegiou a alteridade e a escuta sensível das vozes oprimidas. Esse processo foi orientado por três momentos principais, os quais se desdobraram na construção de uma leitura crítica e transformadora da realidade.

Ao longo desses três momentos, a análise foi permeada por um compromisso ético com a alteridade, sempre priorizando as perspectivas dos sujeitos em situação de opressão. A analítica não se limitou a um método de leitura dos dados, mas se configurou como um exercício de transformação, que não apenas interpretou a realidade, mas também propôs novas formas de vivê-la e experienciá-la — uma prática voltada a dar voz àqueles que, por tanto tempo, foram silenciados e invisibilizados.

A imagem abaixo apresenta uma cartografia da analítica proposta por Enrique Dussel (2012) este mapa mental representa apenas uma síntese de seus principais pontos. No centro do mapa, encontramos o título "Analítica", representando o método de análise crítica da realidade social proposto por Dussel. A partir desse centro, ramificam-se três eixos principais, cada um representando uma etapa fundamental da analítica as cores aproximadas dos tópicos indicam conexões entre os conceitos, refletindo as interrelações entre as diferentes partes da analítica:

1. Compreensão da Realidade
2. Negação Crítica da Opressão
3. Proposição de Novos Parâmetros Sociais

Figura 1 - Cartografia da analítica:



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2025

Por exemplo em um processo de análise de experiências de pessoas trans negras de classe trabalhadora, podemos observar a interseção entre três esferas fundamentais:

compreensão da realidade, negação crítica da opressão e proposição de novos parâmetros sociais. A primeira esfera nos convida a ouvir as histórias de vida dessas pessoas com sensibilidade, reconhecendo as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. Por exemplo, uma pessoa trans negra que vivencia a discriminação tanto pelo seu gênero quanto pela sua raça, pode compartilhar que no ambiente educacional, os professores desrespeitam seu nome social e fazem comentários sobre sua aparência, sem compreender as particularidades de sua identidade. Este momento de escuta é crucial para entender a complexidade do sofrimento, que não se resume apenas à transfobia, mas também à marginalização racial e de classe.

Na segunda esfera, a negação crítica da opressão, a análise vai além da superfície, questionando as estruturas que sustentam essa discriminação. Ao refletir sobre as políticas educacionais, por exemplo, percebe-se que embora algumas escolas adotem medidas inclusivas, como o uso do nome social, elas não enfrentam a discriminação racial e de classe, o que contribui para a exclusão das pessoas trans negras. A crítica é direcionada às políticas públicas superficiais, que não desafiam as estruturas de dominação presentes no sistema educacional. Por fim, a terceira esfera propõe novos parâmetros sociais, sugerindo soluções concretas para reverter a opressão identificada.

No contexto educacional, isso pôde ter incluído a formação contínua de professores para abordar não apenas questões de gênero, mas também de raça e classe, criando um ambiente mais inclusivo e seguro para todas as pessoas trans. Além disso, propôs-se a criação de espaços de escuta e acolhimento nas escolas, onde as experiências dos estudantes trans pudessem ser valorizadas e respeitadas. Essas três esferas não foram isoladas, mas se intercalaram constantemente, gerando uma análise crítica e transformadora que visava não só interpretar a realidade, mas também transformar as condições sociais que perpetuavam a opressão. O objetivo foi, assim, trabalhar pela emancipação de pessoas trans, especialmente aquelas situadas nas margens mais extremas da sociedade.

A análise dos dados foi conduzida a partir das diretrizes da analética, começando com a imersão nas experiências dos sujeitos entrevistados. Esse primeiro passo buscou compreender as realidades vividas de forma profunda e autêntica, exigindo que o pesquisador se aproximasse dos dados com empatia, respeitando as narrativas individuais e coletivas. A escuta foi feita com atenção plena, sem pressa de conclusões, permitindo que as histórias dos sujeitos se desdobrassem de acordo com seus próprios tempos. O objetivo central foi reconhecer a complexidade do mundo dos entrevistados, suas dores, alegrias e lutas, evitando distorcê-los por uma ótica eurocêntrica ou tradicional de ciência.

Após essa compreensão inicial, o movimento seguinte foi a reflexão crítica sobre as condições de opressão que permearam essas vivências. A analética se conectou, nesse momento, com a análise das estruturas de poder e dominação que moldaram a vida dos sujeitos, permitindo ao pesquisador problematizar as relações de subordinação presentes em várias dimensões, como as violências simbólicas e sociais, as exclusões no campo educacional e cultural, e a marginalização das identidades trans e LGBTQ+. Esse momento de negação crítica não se referiu a uma negação do sujeito ou de suas experiências, mas sim à identificação das forças que buscaram silenciar e invisibilizar essas realidades. A análise, portanto, concentrou-se em evidenciar essas dinâmicas de opressão, questionando as narrativas hegemônicas e propondo uma nova interpretação dos dados, que se afastasse da visão tradicional.

Por fim, a última etapa da análise buscou abrir novos horizontes para a construção de possibilidades sociais transformadoras. A partir da transformação das condições de opressão identificadas, a analética propôs que, ao dar voz aos subalternos e compreender suas realidades de forma crítica, fossem criados espaços para reimaginar um futuro livre das amarras da dominação. Nesse momento, o pesquisador foi desafiado a utilizar as categorias de alteridade e exterioridade para propor alternativas para o campo educacional, social e cultural, com o objetivo de construir uma sociedade mais inclusiva, justa e diversa. Esse exercício implicou pensar soluções concretas, fundamentadas nas experiências dos sujeitos, que pudessem transformar as práticas educacionais, culturais e sociais de forma a respeitar a autonomia e os direitos dos oprimidos.

Para dar continuidade a essa reflexão, a interseccionalidade foi empregada tanto como conceito-chave quanto ferramenta analítica, permitindo um aprofundamento na compreensão das interações complexas entre diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, e de como essas intersecções moldaram as trajetórias educacionais e sociais das pessoas trans. Por meio das narrativas ouvidas, a interseccionalidade possibilitou mapear as dinâmicas entre esses marcadores sociais, evidenciando como suas sobreposições geraram formas singulares de exclusão, opressão e, em alguns casos, privilégio.

Essa abordagem ampliou a percepção dos desafios enfrentados pelas pessoas trans e destacou as estratégias de resistência que elas desenvolveram diante das adversidades impostas por essas múltiplas camadas de marginalização. Ao integrar a analética com a interseccionalidade, a pesquisa se configurou como uma ferramenta poderosa para desvelar as complexidades das experiências vividas, aprofundando a análise das estruturas de poder e promovendo uma visão mais holística e equitativa das realidades que se buscou transformar.

O trabalho de Collins (2024), que ampliou a teoria da interseccionalidade, foi uma base fundamental para este estudo. Collins argumentou que as experiências de opressão não podiam ser analisadas de maneira isolada ou linear, mas sim como interações dinâmicas entre diversas formas de desigualdade — gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras. No conceito de "interseções letais", a autora enfatizou como essas múltiplas formas de opressão podiam intensificar condições de violência e marginalização para grupos específicos, como as pessoas trans em suas múltiplas dimensões identitárias.

Embora a expressão "interseções letais" não tenha sido uma terminologia exclusivamente criada por Collins, sua análise crítica ajudou a compreender como as interseções entre raça, classe, gênero e sexualidade podiam, em certos contextos, ser fatais ou gerar efeitos devastadores. Em outras palavras, essas interseções não foram apenas pontos de contato entre diferentes desigualdades; elas criaram formas de violência e marginalização que não apenas acumularam desigualdade, mas puderam ser particularmente destrutivas para os sujeitos em questão.

Crenshaw (1989) demonstrou em seus estudos como a interseccionalidade revelou que as identidades sociais se entrelaçavam de forma complexa, produzindo experiências de opressão únicas e múltiplas. No caso das pessoas trans, a interseccionalidade de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais pôde resultar em formas específicas de discriminação e violência, exigindo abordagens de pesquisa mais sensíveis e complexas. Como apontaram Vidich e Lyman (1994), a pesquisa social foi um processo dinâmico e complexo, que envolveu uma série de relações e desafios que iam além da simples aplicação de métodos e técnicas. Ao investigar as experiências da comunidade LGBTQIAPN+, foi fundamental considerar a complexidade das relações sociais e as diversas perspectivas envolvidas, evitando abordagens reducionistas e generalizantes.

Como exemplo de aplicação, as narrativas foram examinadas para identificar momentos em que a identidade de gênero se cruzou com questões raciais ou econômicas, gerando formas particulares de discriminação ou exclusão. Essa análise permitiu aprofundar a compreensão das vivências trans em sua totalidade, destacando como a interseccionalidade atuou tanto como uma fonte de desafios quanto como um campo de luta e superação.

A categoria de análise de micro e macroviolências foi utilizada para investigar os relatos de violências enfrentadas pelas pessoas trans em diferentes contextos. Foram consideradas as microviolências, caracterizadas por sutilezas que afetaram o cotidiano, como olhares, comentários ou exclusões, e as macroviolências, que diziam respeito a ações sistêmicas e institucionais que reforçaram desigualdades e exclusões. O objetivo dessa abordagem foi

identificar como essas violências impactaram o desempenho educacional, o bem-estar e a permanência das pessoas trans em espaços acadêmicos e sociais. Além disso, buscou-se explorar as formas de enfrentamento e superação desses desafios, ressaltando as estratégias de resistência adotadas pelos indivíduos.

Para exemplificar, as frases e situações relatadas pelos participantes foram analisadas e classificadas como micro ou macroviolências, permitindo compreender o impacto dessas experiências na vida individual e coletiva. O processo analítico foi realizado em etapas. Inicialmente, as transcrições das entrevistas narrativas foram lidas e fragmentos relevantes foram destacados e codificados com base nas categorias definidas. Em seguida, os códigos foram agrupados em subtemas para detalhar questões específicas dentro da categoria.

Na etapa de interpretação e contextualização, os dados foram analisados à luz dos referenciais teóricos, como as trans epistemologias e o pensamento de fronteiras, conectando as narrativas a contextos educacionais e sociais mais amplos. Por fim, as conclusões foram elaboradas para construir uma narrativa coerente que destacasse os principais desafios enfrentados, as violências vivenciadas e as formas de resistência identificadas, com o intuito de propor caminhos para intervenções que promovessem maior inclusão e equidade.

As microviolências se manifestaram por meio de comportamentos sutis e, muitas vezes, normalizados, que desvalorizaram ou exotificaram a identidade de pessoas trans, causando impactos profundos no cotidiano. Frases como “Até parece homem/mulher de verdade” ou “Você é bonito(a) para alguém trans” foram exemplos de comentários que, embora pudessem parecer elogios, reforçaram estereótipos e desumanizaram as pessoas, tratando sua identidade como algo exótico ou fora do comum. Outra forma recorrente de microviolência foi o uso incorreto do nome social, tratando-se sempre do nome anterior à transição (nome morto), quando professores ou colegas insistiram em utilizar o nome de registro, mesmo após serem informados do nome escolhido pela pessoa trans, gerando constrangimento e reforçando a negação de sua identidade. Além disso, exclusões sutis, como não ser convidado(a) para eventos ou atividades sociais devido à identidade de gênero, perpetuaram um isolamento silencioso, mas igualmente prejudicial.

Nadal (2013) define as microagressões como interações cotidianas breves e comuns, que podem ser verbais, comportamentais ou ambientais, e que, intencionalmente ou não, transmitem desprezo ou insultos a grupos oprimidos. As microagressões (hetero)sexistas têm sido entendidas como manifestações sutis de (hetero)sexismo que emergem em sociedades ocidentais devido à redução da aceitação do sexismo explícito (Nadal, 2013). Tradicionalmente, a psicologia as interpreta como decorrentes de características ou atitudes intrínsecas e

duradouras dos indivíduos. Contudo, sob uma abordagem construcionista social, essas microagressões podem ser vistas como práticas discursivas presentes nas interações sociais, desempenhando o papel de (re)afirmar identidades de gênero socialmente aceitas e (re)produzir relações de gênero hegemônicas, o que traz implicações para sua análise empírica.

Por outro lado, as macroviolências operam em uma escala estrutural e institucional, reforçando desigualdades e discriminando grupos marginalizados de maneira mais sistêmica. Um exemplo significativo é a dificuldade que pessoas trans enfrentam para atualizar seus documentos oficiais, o que impede o acesso a direitos fundamentais, como emprego formal e programas educacionais. No ambiente acadêmico, a cisnormatividade é evidente na ausência de políticas institucionais que reconheçam identidades de gênero, como a não inclusão do nome social em listas ou sistemas administrativos, criando barreiras para a permanência e o pertencimento. No mercado de trabalho, as macroviolências se refletem nas altas taxas de desemprego enfrentadas por pessoas trans, frequentemente excluídas já nos processos seletivos devido a preconceitos enraizados. Além disso, a negligência no sistema de saúde expõe outro aspecto dessa violência, com barreiras no acesso a tratamentos hormonais, cirurgias e cuidados específicos, muitas vezes agravadas por preconceitos médicos ou falta de profissionais capacitados.

Dessa forma, esta seção expõe os caminhos metodológicos da pesquisa, abordando a abordagem qualitativa sustentada na decolonialidade. São apresentados o lócus e os colaboradores da investigação, que consistem nos estudantes trans matriculados na Universidade Federal do Amapá, campus Marco Zero em Macapá. Além disso, descrevem-se os instrumentos e técnicas de coleta de dados, incluindo entrevistas narrativas e questionários semiestruturados, bem como a análise de documentos institucionais como recurso complementar. Por fim, apresenta-se o tratamento e a análise dos dados, que se dará por meio da analética.

3.2 PERSPECTIVAS DECOLONIAL: INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Esta seção apresenta os instrumentos e procedimentos metodológicos utilizados para o encontro com os dados nesta pesquisa. A adoção da abordagem qualitativa se justifica, ainda, pela perspectiva da decolonialidade, que fundamenta esta pesquisa. A decolonialidade, como definida por Quijano (2005), busca dismantlar as estruturas de poder e conhecimento herdadas do colonialismo, que perpetuam a marginalização e a opressão de grupos sociais historicamente subjugados. Essa perspectiva visa não apenas analisar as experiências dos estudantes trans, mas

também entender criticamente as dinâmicas de poder, marginalização e desigualdade presentes em suas vivências. O enfoque decolonial propõe uma visão crítica que vai além da simples descrição das experiências, buscando desvelar as estruturas de opressão e suas interconexões, permitindo assim uma análise mais profunda das relações de poder e das realidades sociais.

O processo de encontro com os dados foi conduzido em três etapas:

Primeiramente, realizou-se uma pesquisa exploratória na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) com o objetivo de obter informações preliminares e coletar dados diretamente na instituição. Essa pesquisa se concentrou na análise de documentos institucionais, buscando informações como taxas de matrícula e outros indicadores relevantes relacionados à representação dos alunos trans nos cursos de licenciatura e bacharelado da instituição. Assim como a utilização da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR¹⁵ para conseguir acesso a essas informações.

Segundo Andrade (2010), a pesquisa exploratória foi fundamental para iniciar um trabalho científico, pois permitiu aprofundar o conhecimento sobre um tema, delimitá-lo e definir objetivos ou hipóteses, visando à construção de um panorama inicial da situação, identificando as principais fontes de informação e os possíveis caminhos a serem seguidos em pesquisas futuras mais aprofundadas.

A primeira e mais evidente razão foi a necessidade de dados específicos sobre a presença e as experiências de estudantes trans na instituição. A ausência desses dados dificultava a compreensão da realidade desses estudantes, impedia a identificação de desigualdades e desafios, e contribuía para a invisibilização de suas experiências na universidade. Com base nos resultados dessa pesquisa exploratória, tornou-se possível definir uma metodologia mais específica para uma investigação aprofundada sobre a temática, permitindo a elaboração de um diagnóstico mais preciso da situação dos estudantes trans na UNIFAP.

Na segunda etapa, aplicou-se um questionário sociodemográfico, constante em anexo, com o intuito de coletar informações sobre identidade de gênero, perfil socioeconômico e outras dimensões relevantes, buscando aprofundar a compreensão das vivências, desafios e expectativas dos estudantes trans na UNIFAP. Dada a possível ausência de dados oficiais sobre o número de estudantes trans na instituição, o questionário também possibilitou dimensionar essa população, o que contribuiu para a compreensão do contexto em que esses estudantes

¹⁵ Desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público. O canal reúne funcionalidades do Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv) e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), assim como os procedimentos para tratamento dos pedidos de simplificação.

estavam inseridos. Como destacou Parasuraman (1991), o questionário, embora não fosse utilizado em todos os projetos de pesquisa, constituía uma ferramenta importante para a coleta de dados sistematizados e para a geração de conhecimento científico. Reconheceu-se, em consonância com o autor, que a construção de questionários exigia cuidado e rigor metodológico, demandando tempo e esforço para garantir que as questões fossem claras, relevantes e adequadas aos objetivos da pesquisa.

A aplicação do questionário sociodemográfico, embora tivesse sido uma ferramenta fundamental para a obtenção de dados quantitativos sobre a população trans na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero, foi além de uma simples contagem. Esse instrumento visou estabelecer um primeiro contato com os participantes da pesquisa, criando um espaço para que suas vozes fossem ouvidas e suas vivências, valorizadas.

Os dados coletados permitiram a identificação de potenciais participantes para os passos seguintes da pesquisa, os quais incluíram entrevistas narrativas. A aplicação do questionário sociodemográfico possibilitou obter uma estimativa inicial da quantidade de estudantes trans matriculados na Universidade Federal do Amapá – Campus Marco Zero, caso não houvesse acesso a dados institucionais. Contudo, foi fundamental destacar que esses dados quantitativos, por si sós, mostraram-se insuficientes para compreender a complexidade das experiências vividas por esse grupo.

Para a aplicação do questionário, utilizou-se a técnica de amostragem não probabilística intencional. Segundo Bussab (2005), esse método de pesquisa é descrito como uma abordagem na qual o pesquisador emprega amostras não selecionadas aleatoriamente. A utilização de amostras não probabilísticas foi comum em estudos estatísticos, seja por simplicidade, seja devido à impossibilidade de se obter amostras probabilísticas, consideradas ideais. Apesar das limitações, em muitos casos, os efeitos da amostragem não probabilística puderam ser considerados equivalentes aos da amostragem probabilística. Nesse caso, os estudantes trans já identificados foram convidados a indicar outros potenciais participantes que se enquadrassem nos critérios estabelecidos pela pesquisa. Essa técnica de amostragem por indicação permitiu ampliar a rede de contatos, favorecendo a inclusão de mais participantes e contribuindo para a diversidade de perspectivas no estudo.

Assim, mesmo diante das limitações no acesso aos documentos desejados, essa estratégia possibilitou a identificação de novos colaboradores que enriqueceram a pesquisa. Essa técnica mostrou-se especialmente útil em estudos com populações de difícil acesso, como a população trans, muitas vezes invisível em registros oficiais ou em grandes bases de dados. A amostragem não probabilística intencional permitiu à pesquisa alcançar um número maior de

participantes por meio de indicações, garantindo representatividade ao grupo estudado e riqueza de dados para a análise.

Por fim, a terceira etapa consistiu exclusivamente na realização de entrevistas narrativas, as quais permitiram aprofundar a análise qualitativa, oferecendo um olhar mais detalhado sobre as realidades e os desafios enfrentados pelos estudantes trans na instituição. Essa abordagem possibilitou uma compreensão aprofundada das experiências dos participantes, ao explorar suas vivências, desafios e expectativas.

Conforme Weller (2009), as entrevistas narrativas ofereceram um espaço privilegiado para que os indivíduos construíssem suas próprias histórias de forma autônoma, revelando as particularidades de suas experiências. Ao proporcionar essa oportunidade de expressão, essas entrevistas não apenas evidenciaram os desafios enfrentados por estudantes trans no ambiente acadêmico, mas também promoveram uma compreensão empática e detalhada de suas trajetórias. Esse método ultrapassou a simples cronologia de eventos, permitindo identificar as estruturas sociais que influenciavam as experiências individuais. No Brasil, Jovchelovitch e Bauer (2002) destacaram a importância das narrativas como ferramentas para a compreensão das complexidades das experiências humanas, criando um espaço no qual estudantes trans puderam compartilhar suas histórias, desafios e conquistas no contexto universitário.

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, apud Pachá, 2022, p. 04), as entrevistas narrativas foram caracterizadas como ferramentas não estruturadas, voltadas à exploração profunda de aspectos específicos, a partir dos quais emergiram histórias de vida, tanto do entrevistado quanto aquelas entrecruzadas ao contexto situacional. Dessa forma, as narrativas complementaram os dados quantitativos, proporcionando uma compreensão mais abrangente e contextualizada da realidade vivida por esse grupo.

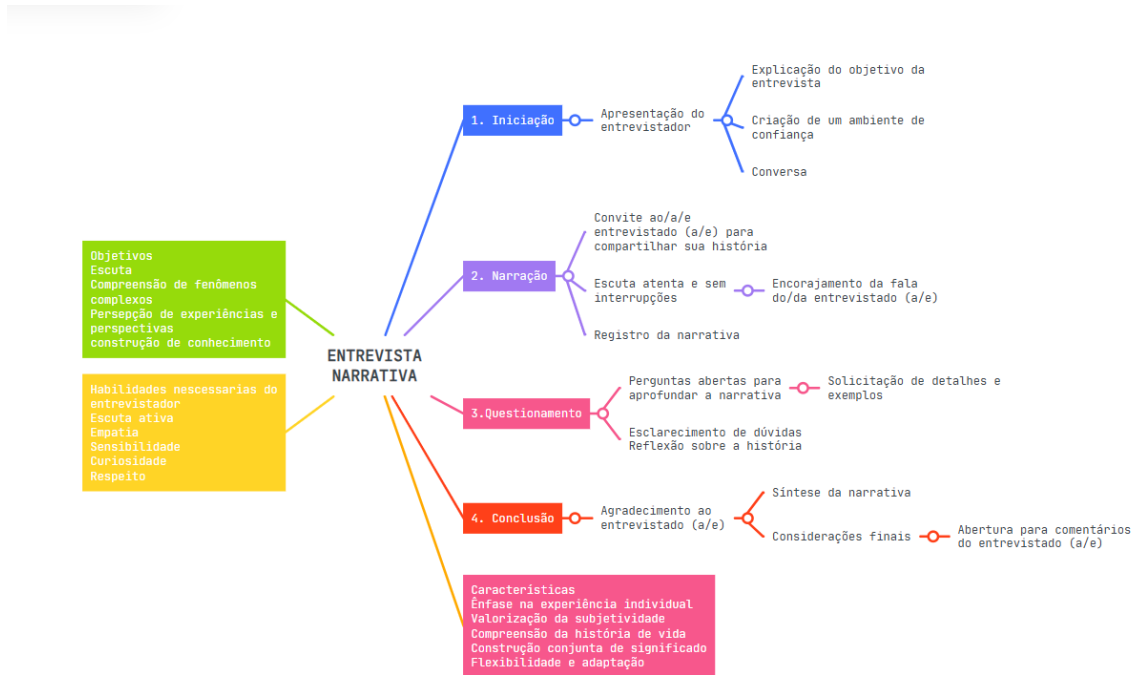
Jovchelovitch e Bauer (2000) argumentaram que a entrevista narrativa, ao ser estruturada em fases distintas e guiada por regras específicas, permitiu ao pesquisador aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados. Ao evitar as armadilhas das entrevistas tradicionais, essa abordagem possibilitou a construção de narrativas mais ricas e complexas, refletindo a perspectiva singular de cada entrevistado.

A entrevista narrativa é estruturada em quatro fases distintas:

1. Iniciação
2. Narração
3. Questionamento
4. Conclusão

Abaixo está a representação do mapa mental do método da Entrevista Narrativa, ilustrando as fases de Iniciação, Narração, Questionamento e Conclusão, bem como os objetivos de cada etapa, as habilidades do entrevistador e as características do método:

Figura 2- Cartografia da entrevista narrativa



Fonte: elaborado pelo pesquisador, 2025.

Cada fase possui regras específicas que orientam o entrevistador a extrair narrativas ricas e evitar as armadilhas do formato tradicional de pergunta e resposta. Essas regras visam criar um ambiente não ameaçador, incentivando o entrevistado a compartilhar sua história de forma espontânea. Na fase de iniciação, o tema abordado precisa ser experiencial para o entrevistado. Isso é essencial, pois garante seu interesse e resulta em uma narrativa mais detalhada e envolvente. O tema deve ter relevância tanto pessoal quanto social ou comunitária, permitindo que o entrevistado se conecte de forma significativa à sua história.

Além disso, o interesse e o envolvimento do entrevistado em relação ao tema não devem ser explicitamente mencionados. Isso ajuda a evitar que o pesquisador tome posições ou atue de maneira a influenciar a narrativa desde o início. O tema deve ser amplo, permitindo que o entrevistado desenvolva uma história extensa que, partindo de um estado inicial, passe por eventos passados até chegar à situação presente. Por fim, é importante evitar formulações indexuais, como referências a datas, nomes ou locais. Esses elementos devem ser introduzidos pelo próprio entrevistado, conforme sua estrutura de relevância, o que enriquece ainda mais a narrativa e a torna mais autêntica.

Nesse sentido, as entrevistas narrativas foram conduzidas com o propósito de dar espaço e visibilidade às vozes e experiências dos estudantes trans, valorizando suas percepções e perspectivas sobre a trajetória universitária. Essa abordagem permitiu não apenas a coleta de informações qualitativas, mas também o enriquecimento da base empírica desta pesquisa, fornecendo uma visão detalhada sobre os obstáculos enfrentados e as estratégias utilizadas para superá-los durante a jornada acadêmica.

A metodologia adotada esteve alinhada à perspectiva de Laville e Dionne (1999), que defendiam a relevância das narrativas na compreensão das experiências humanas e na construção de um conhecimento mais profundo sobre as realidades sociais. Com uma escuta ativa e sensível, as entrevistas narrativas buscaram compreender as influências culturais e sociais que moldaram as vidas e identidades dos participantes, promovendo um espaço de diálogo e cocriação do conhecimento. A adoção das entrevistas narrativas como escolha metodológica visou enriquecer e complexificar a construção do conhecimento sobre a realidade social em questão. Essa abordagem permitiu que o pesquisador, em colaboração com os participantes, criasse espaço para o surgimento de novas perspectivas e interpretações, ampliando a compreensão do tema estudado.

Embora o uso de entrevistas narrativas oferecesse a vantagem de explorar as subjetividades dos participantes, reconhecia-se que a subjetividade do pesquisador poderia influenciar a interpretação dos dados. Para minimizar esse risco, foram adotadas estratégias como a gravação e transcrição completa das entrevistas, além da realização de uma análise narrativa, visando garantir a confiabilidade dos resultados. Em consonância com Freire (2014), a pesquisa assumiu uma postura de humildade e o reconhecimento de que o conhecimento é construído de forma dialógica, com o pesquisador e os participantes interagindo em um processo de troca e aprendizado mútuo. O diálogo foi compreendido como instrumento-chave nesse processo. Ao valorizar as experiências e perspectivas dos colaboradores da pesquisa, buscou-se evitar distorções e opressões que podem surgir quando não se reconhece a complexidade e a singularidade de cada indivíduo.

3.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Considerando a natureza sensível dos dados encontrados, a pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) por meio da Plataforma Brasil. O acesso a documentos oficiais e acadêmicos, assim

como o encontro com os dados e entrevistas, ocorreram apenas após essa aprovação, garantindo o cumprimento das normas éticas e legais vigentes.

É fundamental enfatizar que esta pesquisa foi conduzida com extrema sensibilidade e empatia, reconhecendo que a comunidade trans enfrenta constantes processos de marginalização, desumanização e falta de reconhecimento. Nesse contexto, a ética transcende os protocolos, exigindo cuidado especial em todas as etapas do processo. A pesquisa se desenvolveu de maneira a valorizar desde o primeiro contato com os potenciais colaboradores, colaboradoras, promovendo uma interação a mais afetuosa e respeitosa possível. Antes de iniciar qualquer entrevista, foi realizada uma conversa introdutória com os participantes, abordando os potenciais riscos e benefícios da pesquisa, apresentando o pesquisador e descrevendo os objetivos do estudo. Essa abordagem buscou estabelecer uma conexão com os colaboradores, que foram convidados a conceder seu consentimento informado por escrito, conforme especificado no TCLE anexo. O processo de consentimento foi conduzido de maneira a garantir que os participantes compreendessem plenamente o escopo da pesquisa, a utilização de seus dados e as garantias de anonimato e confidencialidade. Foi imprescindível que o consentimento fosse voluntário e bem-informado, assegurando a proteção dos direitos individuais e a integridade dos dados coletados.

A respeito das comunidades trans, Araújo (2018) destacou que estávamos em um processo de construção de uma linguagem própria que refletisse suas experiências e emoções, desafiando as normas cisgêneras que frequentemente distorcem suas vivências. Essa busca por uma "gramática-trans" visou criar um mundo linguístico que respeitasse e validasse os testemunhos da população trans, promovendo uma compreensão mais rica e complexa de suas identidades e realidades, em contraste com um mundo cis que muitas vezes marginaliza essas vozes.

Essa "gramática-trans" pôde incluir novas terminologias, neologismos e formas de expressar as experiências trans, servindo como uma forma de resistência cultural e política. Ao desenvolver essa linguagem, a comunidade não apenas buscou descrever suas vivências de maneira autêntica, mas também reivindicou o direito de se autoidentificar e se expressar em termos que fizessem sentido para ela. Sendo assim, o papel do pesquisador foi o de manter atenção e sensibilidade em relação a essa linguagem emergente, contribuindo para a construção de uma representação mais justa e inclusiva das realidades trans. Além disso, essa abordagem esteve imbuída de um compromisso com a inclusão e a valorização da diversidade, criando um ambiente de pesquisa que não apenas respeitou, mas celebrou as identidades trans.

Nesse sentido, durante a pesquisa, utilizou-se um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para formalizar a participação dos envolvidos. Fine et al. (2006) ressaltaram que a introdução de um formulário de consentimento pode influenciar significativamente a dinâmica entre o pesquisador e os participantes, uma vez que os "dados" são complexos e moldados pelo contexto de interação. A apresentação do TCLE pôde gerar desconforto ou resistência, especialmente devido a experiências anteriores dos participantes, que muitas vezes enfrentaram burocracias que desconsideravam suas realidades cotidianas ou evocavam memórias difíceis.

Quando possível, considerou-se a adaptação do TCLE ou do processo de consentimento, oferecendo opções que respeitassem as necessidades e realidades dos participantes, como a possibilidade de obter consentimento verbal em vez de escrito, quando apropriado. Foi importante destacar que a participação foi voluntária e que a contribuição dos participantes foi valiosa para a pesquisa, reafirmando sua autonomia para que se sentissem mais confortáveis em relação ao processo.

No papel de pesquisador e pertencente à comunidade trans, foi indispensável estar aberto e preparado de maneira empática para lidar com resistências, assim como com outras situações que surgiram durante a pesquisa. Por exemplo, foi possível encontrar participantes que se sentissem hesitantes em compartilhar suas experiências devido a traumas passados ou desconfiança em relação ao pesquisador. Também houve casos em que participantes expressaram dúvidas sobre a finalidade da pesquisa ou sobre como seus dados seriam utilizados, o que exigiu esclarecimentos adicionais. Ademais, ocorreram momentos em que a dinâmica da entrevista se tornou emocional, e foi necessário oferecer apoio, reconhecendo a carga emocional envolvida ao discutir experiências pessoais. Respeitar essas resistências foi fundamental para manter a integridade da pesquisa e o respeito por todos os envolvidos, especialmente ao considerar o conhecimento das realidades dessa comunidade.

Após a conclusão da pesquisa, os dados coletados foram tratados com rigor e respeito às diretrizes éticas estabelecidas. Primeiramente, realizou-se uma análise cuidadosa e crítica dos dados, garantindo que todas as informações fossem interpretadas de maneira contextualizada e sensível às realidades dos participantes.

Uma vez concluída a pesquisa, considerou-se o retorno das informações aos participantes, quando isso foi viável e apropriado. Essa prática não apenas reconhece a importância da participação deles, mas também busca fortalecer a relação de confiança entre o pesquisador e a comunidade. Os resultados foram disseminados em conferências, publicações

acadêmicas e outros espaços relevantes, com o objetivo de fomentar discussões sobre diversidade, educação e inclusão.

A Resolução CNS nº 510/2016, em conformidade com os preceitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, estabelece diretrizes fundamentais para a realização de pesquisas. Neste contexto específico, reconhecemos a importância de cuidados éticos específicos, especialmente ao lidar com uma comunidade tão sensível como a comunidade Trans. Ao considerarmos os potenciais riscos associados aos aspectos psicológicos, intelectuais e emocionais dos participantes, em virtude da natureza delicada dos dados coletados e da interação estabelecida com a comunidade Trans, compromete-se a aderir estritamente aos princípios éticos delineados na Resolução CNS nº 510/2016.

Estes princípios orientam a conduta e práticas, assegurando um respeito absoluto pela dignidade, autonomia e bem-estar dos indivíduos envolvidos. Destaca-se, portanto, o compromisso com a garantia do consentimento livre e esclarecido de todos os participantes, respeitando sua autonomia e valorizando suas decisões. Ademais, comprometemo-nos a preservar a confidencialidade e a privacidade das informações obtidas, adotando medidas rigorosas de segurança para salvaguardar os dados sensíveis coletados durante a pesquisa.

A busca pela equidade e justiça permeia nossa conduta, promovendo a não discriminação, o respeito à diversidade e a promoção da inclusão social da comunidade Trans. Este comprometimento ético é uma base fundamental para a integridade e qualidade desta pesquisa, alinhando-se aos valores primordiais estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016.

Antes de conduzir qualquer entrevista, os participantes **foram devidamente informados** sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os potenciais riscos e benefícios, bem como sobre o uso dos dados coletados. Eles **foram convidados a dar** seu consentimento livre e informado, por escrito, para participar do estudo. O anonimato e a confidencialidade de suas informações pessoais **foram rigorosamente mantidos**. Todos os esforços **foram feitos** para garantir um ambiente de respeito e sensibilidade em todas as interações com os participantes. As questões relativas à identidade de gênero **foram tratadas** com o máximo de respeito, reconhecendo as identidades e experiências únicas de cada indivíduo.

Foram tomadas medidas para evitar qualquer dano ou constrangimento aos participantes. As entrevistas **foram conduzidas** de maneira sensível e não invasiva, e os participantes **tiveram liberdade** para interromper ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa. As informações pessoais dos participantes, incluindo seus nomes, **foram mantidas** estritamente confidenciais. Em relatórios e

divulgações, os dados **foram apresentados** de forma agregada, garantindo que nenhum indivíduo fosse identificado. Para a realização do recorte racial e socioeconômico, os participantes **foram questionados** sobre sua origem racial e informações socioeconômicas.

Novamente, esses dados **foram tratados** com sensibilidade e confidencialidade, e os participantes **tiveram a opção** de fornecer ou não essas informações.

Ética na pesquisa: todas as práticas de pesquisa **seguiram** os padrões éticos estabelecidos pela instituição acadêmica e pelos órgãos reguladores relevantes. Qualquer potencial conflito de interesses **foi identificado e gerenciado** de maneira transparente. Esses aspectos éticos **garantiram** que a pesquisa fosse conduzida de maneira ética e respeitosa, contribuindo para uma compreensão mais profunda das experiências de estudantes trans nos cursos de licenciatura e bacharelado da Universidade Federal do Amapá, sem causar danos ou constrangimentos a essa comunidade.

4. O MANIFESTO TRANSEPISTEMOLÓGICO

Ao refletirmos sobre os saberes produzidos pela comunidade trans, é urgente reconhecer que estes conhecimentos não são apenas formas de resistência, mas também produções de uma epistemologia própria que nasce da vivência e da luta pela existência em um mundo cisnormativo. De acordo com (Benevides 2018) O fenômeno do epistemicídio trans está profundamente enraizado nas dinâmicas sociais de violência e marginalização que afetam travestis, mulheres transexuais, homens trans e outras pessoas trans. Este contexto se reflete na desvalorização, no apagamento e no extermínio dos saberes trans, das suas narrativas e das contribuições que oferecem à ciência. Além disso, pesquisadoras e pesquisadores trans frequentemente enfrentam o desprezo e a contestação de seus trabalhos nos espaços acadêmicos, sendo ainda impedidas (os) de falar abertamente sobre aquilo que os representa e os define, devido à imposição de uma interdição sobre suas identidades e saberes

O *Manifesto Transepistemológico*, nesse sentido, que proponho em meus pensamentos, lutas e reflexões visa uma revisão radical das formas de saber estabelecidas, centrando o pensamento e as experiências trans como fontes legítimas e poderosas de conhecimento. Esses saberes não são apenas respostas às imposições da sociedade cisnormativa, mas sim maneiras únicas de existir e entender o mundo, forjadas na intersecção das transições de gênero, das violências estruturais e das práticas cotidianas de sobrevivência, pois:

Durante muitos anos travestis, transexuais e demais pessoas trans brasileiras foram objeto de estudo para a academia e muito raramente puderam falar sobre seus próprios saberes. Talvez devido aos processos de exclusão, não tenhamos conseguido chegar a academia ou sequer concluir os estudos fundamental e médio. O que sempre nos colocou em lugar de subalternidade e não reconhecimento de nossas narrativas como sendo legítimas (Benevides, 2008, p. 2). Buscando combater o apagamento histórico e a perpetuação de séculos de violência enfrentada pela comunidade trans, ao mesmo tempo em que desafia a patologização de nossas identidades, que por muito tempo foram classificadas como transtornos. Essa classificação, presente no CID (Classificação Internacional de Doenças), alimentava estigmas e tratava as pessoas trans como 'anormais' ou 'doentes', incluindo diagnósticos como F64 (Transtornos da identidade sexual), F640 (Transexualismo), F641 (Travestismo bivalente), F642 (Transtorno de identidade sexual na infância) e outros transtornos relacionados à identidade sexual.

Tais categorias não apenas deslegitimam nossas existências, mas também reforçam a noção de que nossas identidades precisam ser “corrigidas” ou “tratadas”, em vez de

reconhecidas como formas legítimas de ser e existir. É relevante destacar que, em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais. Essa mudança foi oficializada na 11ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que entrou em vigor em 2022. No entanto, apesar desse avanço institucional, o estigma permanece como um desafio cotidiano na vida de muitas pessoas trans.

Recentemente, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou, por unanimidade, a **Resolução CFM nº 2.427/2025, de 8 de abril de 2025**, que estabelece diretrizes mais restritivas ao atendimento médico de pessoas trans. A norma **proíbe o uso de bloqueadores hormonais para mudança de gênero em crianças e adolescentes**, bem como **aumenta a idade mínima para a realização de cirurgias de transição com potencial efeito esterilizador de 18 para 21 anos**. Tais medidas refletem uma abordagem biomédica conservadora, que limita o acesso a cuidados essenciais e reafirma a medicalização da vivência trans, desconsiderando o direito dessas pessoas de tomarem decisões informadas sobre seus próprios corpos e processos de transição.

Art. 5º Fica vedado ao médico prescrever bloqueadores hormonais para tratamento de incongruência de gênero ou disforia de gênero em crianças e adolescentes. Parágrafo único. Esta vedação não se aplica a situações clínicas reconhecidas pela literatura médica, como puberdade precoce ou outras doenças endócrinas, nas quais o uso de bloqueadores hormonais é cientificamente indicado (RESOLUÇÃO CFM nº 2.427/2025, Art. 5º, p. 174).

Art. 7º [...] § 3º Ficam vedados os procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero nas seguintes situações: [...] III – antes dos 21 (vinte e um) anos de idade quando as cirurgias implicarem potencial efeito esterilizador, em conformidade com a Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022 (RESOLUÇÃO CFM nº 2.427/2025, Art. 7º, § 3º, III, p. 175).

Essas diretrizes, ao invés de promoverem o cuidado, acabam por reforçar uma lógica excludente que patologiza a identidade trans e transfere às instituições médicas o poder de legitimar ou não as vivências de pessoas trans. Ainda que apresentadas sob o argumento da cautela, tais medidas negligenciam os impactos da negação do direito à autodeterminação de gênero e aprofundam a marginalização de uma população já historicamente violentada e precarizada. Trata-se de uma política que ignora evidências sobre os benefícios do acesso precoce a cuidados afirmativos de gênero e que pode acirrar os índices de sofrimento psíquico, exclusão social e violência.

Essa realidade nos convoca a pensar nas formas pelas quais pessoas trans, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade, constroem estratégias de resistência e sobrevivência em meio a contextos marcados por apagamentos, violências institucionais e imposições normativas. É nesse cenário que emerge a necessidade de visibilizar as experiências

trans como formas legítimas de existência, reivindicando espaços de escuta, cuidado e protagonismo.

Para que pudéssemos começar a adentrar os ambientes acadêmicos e o mercado de trabalho, e romper com a marginalização que ainda persiste como um processo contínuo, muitas vezes tivemos que negociar nossas próprias existências. Ao nos afirmarmos como pessoas trans, muitas vezes somos empurrados para as margens da sociedade, o que leva e levou muitos a tentarem viver como pessoas cis, para evitar o estigma e a exclusão. No entanto, essa “adaptação” frequentemente se dá à custa de nossa própria identidade, operando contra nossa essência, como uma forma de reprimir nossas vidas e silenciar quem realmente somos, apenas para sobreviver em um sistema que não nos acolhe plenamente.

Houve também momentos de parcerias estratégicas que estabelecemos, nas quais, como aponta Benevides (2008), as alianças precisam ser cuidadosamente negociadas para evitar que nossas vidas sejam despojadas de nossos relatos e transformadas em mercadoria nas mãos de outros. Sua análise nos convoca a refletir sobre o poder envolvido nessas parcerias.

As alianças podem ser instrumentos valiosos para a construção de relações, mas é fundamental estar atento para que as dinâmicas de poder não se invertam, favorecendo um grupo em detrimento de outro. Um exemplo disso é a apropriação das histórias de vida das pessoas trans ou de outros grupos vulneráveis. Esse alerta remete a um conceito essencial no campo dos estudos sociais: a apropriação cultural ou exploração de narrativas.

Parcerias estratégicas, sejam elas entre organizações, movimentos ou indivíduos, podem trazer benefícios, mas também exigem uma negociação constante para garantir que os interesses das partes envolvidas sejam equilibrados. Quando esses relatos são utilizados sem o devido cuidado, ou sem um processo genuíno de escuta e valorização da experiência do outro, corre-se o risco de reduzir essas narrativas a meras mercadorias, consumidas sem reflexão crítica sobre suas origens e impactos. Isso, muitas vezes, contribui para a perpetuação de violências. Nesse contexto, considerar a realidade das pessoas trans, especialmente no ambiente escolar, onde a transfobia ainda representa uma das principais barreiras para a permanência dessas pessoas na educação formal como destacado por Redonda (2021):

A transfobia no ambiente escolar foi, e ainda é, um dos principais motivos que levaram as pessoas trans a deixarem a escola, o que gerou e gera dificuldades ao acesso profissional e reforçam a situação de marginalização. Como, então, se adaptar a um espaço que sempre se mostrou heteronormativo e excludente? É justamente nesse contexto de exclusão e desafios que surgem iniciativas como o Bachillerato Popular Trans Mocha Celis, fundado no bairro Chacaritas, em Buenos Aires, que, ao ser o primeiro centro educativo do mundo criado com a perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade, oferece novas possibilidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho, gerando

mudanças significativas na inserção da comunidade trans na sociedade (p.104).

A educação inclusiva e acessível para pessoas trans, embora esteja ganhando maior visibilidade, ainda é em grande parte restrita a espaços específicos e muitas vezes localizados em regiões limitadas. O exemplo do Bachillerato Popular Trans¹⁶, uma iniciativa localizada em Buenos Aires, ilustra bem essa realidade. Isso significa que pessoas trans de outras regiões e países ou com recursos limitados podem não ter acesso a essas alternativas educacionais. A criação de um espaço educacional seguro e adaptado para pessoas trans, como esse, é uma grande conquista, mas, como qualquer modelo alternativo, enfrenta desafios significativos de escala e alcance.

Embora o Bachillerato Popular Trans seja um exemplo e que preenche uma lacuna importante, ele não pode ser visto como a solução universal para todos os desafios educacionais enfrentados pelas pessoas trans. A maioria das pessoas trans, especialmente aquelas em contextos mais periféricos ou em regiões onde a mobilidade social e geográfica é limitada, ainda não tem acesso a esse tipo de iniciativa. Além disso, muitas dessas pessoas não possuem os recursos necessários, como tempo, dinheiro ou o apoio familiar, para participar de alternativas educacionais especializadas. Dessa forma, fica evidente que, apesar de suas iniciativas como o Bachillerato Popular Trans, embora importantes, não são suficientes para transformar o panorama educacional de maneira ampla e inclusiva.

Outro ponto essencial a ser destacado é a cisnormatividade ainda presente nas escolas, que se manifesta de diversas formas. Desde a linguagem, que assume automaticamente que todos os estudantes são cisgêneros, até a falta de espaços de diálogo e reflexão sobre identidade de gênero nas instituições de ensino. Em muitos casos, o currículo e as práticas pedagógicas tradicionais omitem ou distorcem as realidades das pessoas trans.

A cisnormatividade no ambiente escolar não é apenas uma questão de desconforto ou desinformação, ela configura uma estrutura de exclusão, onde a identidade trans é tratada como algo periférico, muitas vezes desvalorizado ou até mesmo hostilizado. Isso se traduz em um ambiente de aprendizado que não apenas falha em ser inclusivo, mas que muitas vezes cria barreiras institucionais e emocionais para as pessoas trans, o que dificulta sua permanência e seu pleno desenvolvimento dentro das escolas. A ausência de representatividade e a constante reiteração de padrões cisnormativos reforçam a ideia de que a identidade trans é algo a ser marginalizado ou, na “melhor” das hipóteses, ignorado.

¹⁶ É uma escola secundária gratuita na Argentina que acolhe travestis, transexuais e pessoas não binárias. A escola foi fundada em 2011 e começou as aulas em 2012, na cidade de Buenos Aires.

A educação, tal como estruturada pelo sistema escolar colonial e neoliberal, é uma ferramenta de domesticação e apagamento das subjetividades marginalizadas, particularmente das pessoas trans. Não se trata de uma reforma e a criação de espaços alternativos como o caso do Bachillerato Popular Trans que corrija as falhas do sistema, mas de uma revolução que rompa com suas fundações. O sistema educacional, com suas epistemologias enraizadas em uma lógica cisnormativa e colonial, precisa ser desmantelado para que se abra espaço para epistemologias trans, que afirmam as vivências e saberes trans como centrais no processo educativo.

O Manifesto Transepistemológico não se limita a ser um manifesto de reivindicação, mas é, antes, uma declaração de guerra contra a epistemologia hegemônica que sustenta a violência simbólica e estrutural não apenas contra as pessoas trans, mas contra todas as populações marginalizadas pelo sistema de poder: cisgêneros, heterossexuais, mulheres, homens, negros, indígenas, pessoas com deficiência, diversas crenças religiosas, entre outras. Essa epistemologia dominante, que se disfarça de universal e neutra, na verdade, fortalece e perpetua as hierarquias de gênero, raça, classe e capacidade, excluindo e subjugando aqueles que não se alinham à norma estabelecida. Ao desafiar essas estruturas, o Manifesto convoca uma reconfiguração radical do saber, uma destruição das bases coloniais e patriarcais que alimentam e perpetuam a opressão de todas as identidades que não se ajustam à lógica do poder dominante.

O Manifesto ressignifica o próprio conceito de conhecimento, deslocando-o da perspectiva cisnormativa e eurocêntrica para um espaço que reconhece o saber do corpo trans como legítimo. Esse saber não é um subproduto ou uma tentativa de se ajustar a um sistema excludente, mas um produto decolonial que emerge da experiência de corpos historicamente oprimidos, desafiando os marcos do conhecimento imposto. Não se trata de inserir as pessoas trans em um sistema educacional que as marginaliza, mas de destruí-lo por completo, criando novas formas de produção de saberes que eliminem as fronteiras impostas por um sistema de poder que sempre as excluiu.

Esse movimento decolonial não se limita a uma simples ampliação da diversidade no ensino; ele exige uma revolução nas fundações mesmas da educação. A educação deve ser entendida como um campo de criação e reconfiguração de novos sentidos e práticas, distante da lógica utilitarista e hierárquica que sustenta o sistema educacional tradicional. O Manifesto Transepistemológico propõe uma desconstrução radical dos modos de saber que impõem a cisnormatividade como a norma universal e natural, invisibilizando o conhecimento produzido por corpos trans. Ao questionar e subverter o próprio conceito de conhecimento, o manifesto

convoca a transformação do sistema educacional em um espaço onde as epistemologias trans não sejam meramente alternativas periféricas, mas sim a fundação de um novo paradigma educacional, radicalmente diferente e emancipador.

Ao questionar a lógica colonial que organiza o saber, o Manifesto não está apenas apontando para uma reforma, mas para uma revolução que busca eliminar as estruturas de dominação e opressão que perpetuam as desigualdades de gênero e identidade. A educação precisa ser um espaço de resistência, que não se contente em incluir, mas que, de forma radical, revele as contradições do sistema e as possibilidades de emancipação. Não basta desconstruir os conteúdos, é preciso desmontar as próprias formas de organização do conhecimento que, em nome da universalidade, reforçam a exclusão e o silenciamento de corpos trans e outras populações marginalizadas.

Essa revolução educacional precisa ser profundamente radical, o suficiente para romper com a ilusão de neutralidade que marca as formas tradicionais de ensino, e decolonial, o suficiente para acolher uma diversidade de saberes que desafiam a modernidade e suas ficções de verdade. O Manifesto Transepistemológico emerge como um grito de resistência, uma denúncia de um sistema educacional que, ao invés de promover o conhecimento como um espaço plural e emancipador, o utiliza como ferramenta de controle, invisibilização e morte das identidades trans. Collins (2024) aponta que a violência e os esforços para silenciar vozes dissidentes estão intimamente entrelaçados, sendo a supressão dessas vozes uma chave central na manutenção da violência interseccional que sustenta a desigualdade social. A autora salienta que, embora a maioria das pessoas não enfrente ameaças de morte diárias, o poder disciplinar em silenciar a dissidência assegura a continuidade de um sistema opressor.

No Brasil, onde a invisibilização e a desumanização historicamente permeiam os estudos acadêmicos, literários, intelectuais e as produções artísticas realizadas por pessoas trans, surge, em 2020, a *Revista Estudos Transviades*¹⁷, ao não apenas denunciar a exclusão e invisibilidade, mas também proporcionar um espaço de fortalecimento coletivo e de (re)construção, a revista promove o reconhecimento mútuo entre pessoas trans e o florescimento de suas existências (BORTOLINI, 2023). Assim, tanto o *Manifesto* quanto a revista são exemplos de como a luta pelo direito de existir de maneira plena se articula como resistência ao controle e à violência simbólica que perpetuam a exclusão. O posicionamento da

¹⁷ Como uma resposta a essa exclusão. Idealizada por pessoas transmasculinas, a revista se posiciona como uma plataforma de resistência contra o silenciamento imposto às narrativas trans e às epistemologias que desafiam as estruturas cisnormativas.

Revista Estudos Transviades representa uma mudança profunda na forma como as epistemologias e narrativas trans são tratadas, tanto no meio acadêmico quanto nas produções culturais em geral. As publicações se apresentam, assim, como um marco de resistência ao apagamento das vozes trans, não apenas buscando visibilizar, mas também valorizar o conhecimento originado dessas perspectivas. O Quadro 8 ilustra a variedade de formatos e temas abordados, incluindo livros, relatórios, mapeamentos e edições especiais. Essa produção demonstra o compromisso da revista em ampliar o acesso à informação e fomentar o debate sobre as experiências, desafios e direitos das transmasculinidades no Brasil.

Quadro 8 - Publicações da Revista Estudos Transviades sobre temas relacionados a transmasculinidades, incluindo livros, relatórios, mapeamentos e edições especiais (2020-2024)

TÍTULO	ANO	TIPO
A construção política de corpos transviades	2020	Edições
Zine Estruturas da Buceta - Hackers de Gênero	2020	Edições
A construção política de corpos transviades	2020	Edições
A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas	2021	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
Em defesa da autodeterminação: resistência transmasculina	2021	Edições
Em defesa da autodeterminação: resistência transmasculina	2021	Edições
Corpos Transitórios Narrativas Transmasculinas	2022	livro
Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contras as transmasculinidades	2022	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
ESTAMOS AQUI: celebração da vida transmasculina	2022	Edições
ESTAMOS AQUI: celebração da vida transmasculina	2022	Edições
Estudos Transviades: Masculinidades outras	2023	livro
Mapeamento de saúde das transmasculinidades vivendo no Brasil	2023	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
Mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil	2023	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
Dossiê “Gravidez, aborto e parentalidades nas transmasculinidades	2023	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades	2023	Relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades
Entre traços e assinaturas	2023	Edições
Por Psicanálises Transviadas	2024	livro

Fonte: Revista Transviades link de acesso: <https://www.revistaestudostransviades.com/s-projects-basic>

A *Revista Estudos Transviados*, como demonstra a Tabela 8, tem se consolidado como um importante canal de expressão e de produção de conhecimento sobre transmasculinidades no Brasil. Ao publicar livros, relatórios, mapeamentos e edições especiais, a revista contribui para ampliar o debate público sobre as questões trans e para fortalecer a luta por direitos e reconhecimento. Um exemplo relevante é a publicação *Transmasculinidades e Não Binariedades em perspectivas originárias* (2023) que provoca discussões importantes sobre temas como Transcestralidade Indígena, Transcestralidades Indígenas como Ferramenta de Resistência Contra o Genocídio de Identidades Não Binárias na América Latina. A publicação também aborda outras questões, como Transviado, Caminhos do Norte, Qual o Sentido do Gênero?, Retomada na Ballroom: Primeira e Segunda Ball Indígenas do Brasil. Esses trabalhos fortalecem o reconhecimento das identidades plurais e subjetivas trans, em diversos contextos, promovendo a visibilidade e a valorização das experiências trans, além de contribuir para a resistência social contra a marginalização e exclusão.

Este movimento vai além de uma simples reação contra a marginalização; ele se configura como uma afirmação da vida e da existência, um ato de reexistência que se alinha à construção de uma ancestralidade trans. Ao oferecer um espaço para celebrar as vivências trans, a revista contribui para a desconstrução das lógicas de morte e silenciamento que permeiam as realidades de muitas pessoas trans, ao mesmo tempo em que promove a criação de novas formas de pensar e viver, que se distanciam das violências estruturais e simbólicas impostas pela sociedade cisnormativa. Projetos idealizados por pessoas trans e aliados (as/es) como o TransEmpregos¹⁸ para a inserção da população trans no mercado de trabalho e ao acesso à educação exemplificam essa luta por inclusão e reconhecimento, oferecendo caminhos para a mudança.

Essa celebração das vivências trans é, portanto, uma forma de reconfigurar a ancestralidade, entendida aqui como um espaço de resistência e de reconstrução da história. Em sua luta contra o apagamento e a subordinação, as pessoas trans, ao desafiar as normas cisnormativas e heteronormativas, reconstroem suas histórias e identidades, subvertendo as narrativas históricas que buscam negar sua existência ou aprisioná-las em categorias estanques

¹⁸O projeto de empregabilidade de pessoas trans mais antigo do Brasil, criado com o objetivo de ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, oferece aos usuários a possibilidade de se inscrever em cursos de formação e atividades de capacitação. Para as empresas parceiras, o projeto disponibiliza a opção de anunciar vagas e acesso a conteúdo exclusivos, visando aprimorar seus processos de inclusão. Diante do grande desafio do acesso à educação enfrentado pela população transgênera, Maite Schneider (Grupo Esperança), Laerte Coutinho (cartunista), Dra. Márcia Rocha (advogada travesti) e a psicanalista Dra. Letícia Lanz fundaram a ABRAT, com foco na promoção da educação e da informação. Com o tempo, ficou evidente que o obstáculo à inclusão das pessoas trans não se restringe apenas à carência educacional, mas envolve uma série de outras barreiras sociais e estruturais. Fonte: <https://www.transempregos.com.br/quemsomos>

e reducionistas. A resistência trans, nesse sentido, não é apenas um ato de sobrevivência, mas uma prática de reexistência que propõe um legado ancestral que transcende os limites impostos pelas estruturas coloniais e patriarcais. Ao desafiar as falsas certezas construídas pelo colonialismo, a resistência trans não apenas reconstrói os corpos e as identidades, mas também oferece novas possibilidades de ser, viver e pensar, criando espaços de visibilidade e de resistência que se entrelaçam com as lutas históricas pela afirmação da humanidade e da dignidade.

A luta das pessoas trans, portanto, não se resume a uma afirmação individual, mas configura uma revolução contra as epistemologias coloniais que buscam definir quem somos e o que podemos ser. Sua resistência é um movimento de retorno às múltiplas possibilidades de existência que sempre foram parte da teia ancestral que o colonialismo, de maneira violenta, tenta desmembrar. Ao desafiar as estruturas opressivas, as pessoas trans não lutam apenas pela sobrevivência de seus corpos, mas pela revalorização de um legado ancestral que, contra todas as forças de silenciamento, persiste e se reinventa, desafiando as fronteiras impostas pelo colonialismo.

Essa ancestralidade trans não se constrói apenas na resistência visível, mas também nas histórias de sobrevivência e nas práticas cotidianas que atravessam gerações, tecendo novas formas de conexão com o passado. Como questiona Barbosa (2022), essas histórias interrompidas e silenciadas exigem uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam o apagamento. Contudo, elas também oferecem um campo fértil para a reinvenção, onde as pessoas trans podem recriar e afirmar suas próprias histórias, ressignificando uma ancestralidade que se recusa a ser esquecida, mesmo diante das violências perpetuadas pela sociedade cisnormativa.

A resistência trans, assim, não se limita a uma reação contra a opressão, mas propõe novas formas de conhecer, de viver e de ser, que não apenas questionam o apagamento, mas criam alternativas concretas para a convivência, o respeito e a dignidade. Ao resgatar e afirmar essas histórias de resistência, a população trans constrói um legado de continuidade e transformação, desafiando o silenciamento e abrindo caminhos para uma nova compreensão de ancestralidade e existência.

A revolução, nesse contexto, não é apenas uma escolha, mas uma necessidade urgente para que a sociedade possa avançar rumo à justiça e à emancipação. Ela se manifesta como uma resposta às estruturas que perpetuam a opressão, a marginalização e a violência. A revolução, sobretudo no âmbito educacional, é o terreno onde se forja a possibilidade de romper com os sistemas que historicamente silenciaram e subordinaram as existências dissidentes, como as das

peessoas trans. A violência que atinge esse grupo não é um fenômeno isolado, mas reflete as profundas desigualdades que atravessam toda a sociedade. O sistema educacional, ao manter práticas excludentes e discriminatórias, não só contribui para o apagamento das vozes trans, mas também fortalece um modelo de convivência baseado na hierarquia, na separação e no silenciamento.

A revolução, portanto, se impõe como uma transformação radical das instituições, especialmente da educação, que deve ser um campo de resistência e de reconfiguração das relações sociais. A revolução educacional não é apenas um movimento contra a discriminação, mas um processo de reconstrução de saberes e práticas que reafirmem o valor da diversidade e da dignidade humana. A resistência trans se inscreve nesse movimento, pois sua luta não se resume à sobrevivência individual, mas à afirmação coletiva de que é possível e necessário criar novas formas de convivência, onde a diferença não seja vista como ameaça, mas como fonte de potência.

Esse movimento revolucionário é, portanto, um ato de ruptura com o estado atual, uma revolução que vai além da superfície das estruturas e propõe a reinvenção das relações de poder, começando pela educação, mas se expandindo para todas as áreas da sociedade. Ele desafia as lógicas de opressão que foram naturalizadas e abre um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e digna, onde as existências trans, assim como todas as existências marginalizadas, possam florescer em sua totalidade, sem medo de serem apagadas ou negadas.

Como aponta Nery (2011), às tecnologias culturais dominantes de gênero e sexualidade, embora reprodutoras das normas heteronormativas, podem ser também subvertidas pelas pessoas trans, que, ao desafiar as expectativas impostas sobre seus corpos e identidades, começam a reconfigurar e ressignificar as possibilidades de existência dentro dessas estruturas. A resistência trans, então, se torna uma forma de contestação às normas que buscam reduzir as identidades e sexualidades a categorias fixas e controláveis, abrindo espaço para novas epistemologias e formas de ser.

Ao desafiar essas tecnologias, as pessoas trans, como exemplificado por Nery (2011) ao integrarem diferentes formas de vivenciar a masculinidade ou a feminilidade, demonstram que não há uma única maneira de se viver os gêneros e as sexualidades. Essas práticas subvertem a lógica binária imposta pela sociedade e criam novas possibilidades de expressão e compreensão da identidade, propondo alternativas que rompem com as epistemologias normativas e inauguram formas plurais e fluidas de ser.

Para Preciado (2020), o corpo trans, ao se inserir no processo de transição, não se limita a uma adaptação às normas de gênero dominantes, mas se torna um campo de transformação radical, onde a resistência se articula com a reconfiguração das formas de ser e de existir. Esse movimento de resistência, como exemplificado por Preciado e Nery, se articula não apenas com a rejeição das normas binárias de gênero, mas com a proposta de novas epistemologias que desafiam os sistemas de poder e controle que marginalizam as pessoas trans.

No âmbito do contrato contrassexual os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens e mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história de terminou como masculinas, femininas ou perversas (Preciado, 2017, p.2).

Ao se reconhecerem como corpos falantes, as pessoas trans rompem com as categorias tradicionais de gênero e sexualidade impostas socialmente. Em vez de se conformarem às normas rígidas que delimitam os corpos como masculinos, femininos ou "perversos", os corpos trans afirmam uma nova forma de subjetividade, que não está atrelada a essas classificações. O corpo trans, portanto, se torna um sujeito de fala alguém capaz de reivindicar seu lugar no mundo, não por meio de categorias binárias e normativas, mas por meio de uma reconfiguração radical de sua própria existência.

Ao integrar diferentes formas de vivenciar a masculinidade ou a feminilidade, as pessoas trans não apenas contestam a lógica binária, mas criam novas formas de expressão e compreensão de sua identidade. Preciado (2020) sugere que a transição não é um simples ajuste de um corpo em desacordo com sua identidade, mas sim um processo de reconstituição radical de como o corpo e o sujeito podem se relacionar com as expectativas e as normas sociais. Assim, a resistência trans se torna uma forma de subverter as epistemologias dominantes, que impõem uma visão rígida e binária sobre gênero e sexualidade, criando alternativas que promovem uma convivência mais digna e plural.

Ao desafiar essas tecnologias, como exemplificado por Nery (2011) e Preciado (2020), as pessoas trans subvertem as expectativas impostas pela sociedade sobre a experiência de gênero e sexualidade, propondo novas possibilidades de expressão. A pluralidade dessas experiências vai além das construções binárias de masculino e feminino, criando novos horizontes de entendimento sobre o que significa ser e viver dentro de um corpo e uma identidade que não se submete às normas tradicionais. Essas práticas subvertem a lógica binária imposta pela sociedade e abrem caminhos para uma epistemologia trans, que desafia a heteronormatividade e a cisnormatividade, criando uma compreensão mais inclusiva e fluida da identidade humana.

A resistência trans, assim, não se limita à afirmação de uma identidade pessoal ou à sobrevivência de um corpo, mas propõe uma transformação radical das estruturas de poder que regulam o que é considerado aceitável ou possível dentro das normas de gênero. Ao romper com as expectativas sobre como os corpos devem ser moldados e comportados, as pessoas trans contribuem para uma revolução cultural, onde a fluidez das identidades e a multiplicidade de experiências humanas são reconhecidas e celebradas. A resistência trans, portanto, é uma luta não apenas por direitos, mas por uma reconfiguração de como entendemos e vivemos a diversidade de gênero e sexualidade, criando alternativas que subvertem as epistemologias dominantes e abrem espaços para novas formas de convivência e transformação social.

Além disso, como afirma o sociólogo e filósofo Achille Mbembe (2016), as estruturas de poder coloniais, patriarcais e heteronormativas não se restringem a sistemas políticos ou econômicos, mas perpassam a própria construção das identidades e subjetividades. Em seu conceito de necropolítica, Mbembe propõe que certos corpos, historicamente, foram submetidos a um regime de violência que os exclui da plena humanidade, confinando-os a uma “morte social” segundo Goffman (1891), uma pessoa estigmatizada sofre uma morte social, sendo rejeitada da convivência social plena, sendo reduzida a uma existência marginal onde suas existências são negadas e reduzidas a uma lógica de subordinação constante. Embora Mbembe se refira, principalmente, aos corpos das pessoas negras escravizadas e seus descendentes, esse conceito pode ser ampliado para englobar as pessoas trans, que enfrentam uma violência contínua, estruturante e transversal.

Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico do qual toma o controle e no qual se inscreve (Mbembe, 2016, p.128).

A relação entre biopoder, estado de exceção e necropolítica, conforme delineada por Mbembe, nos leva a uma reflexão profunda sobre as dinâmicas de poder que regulam não apenas a vida, mas também a morte, tanto física quanto simbólica. O conceito de biopoder, como apresentado por Foucault, descreve a forma como o poder se insere nas estruturas da vida cotidiana, regulando desde a saúde até o comportamento das populações. No entanto, essa lógica de controle sobre a vida, em contextos específicos, também se desvia para uma forma

mais brutal de governança: a gestão da morte. Conforme Mbembe, o biopoder opera com base na divisão entre os que devem viver e os que devem morrer. Essa divisão, ao contrário de uma simples gestão da vida, propõe uma hierarquia de existências, onde alguns corpos são considerados descartáveis, expostos à violência, à marginalização ou, como define Mbembe, a uma “morte social”.

O estado de exceção, conceito que também aparece na análise de Mbembe, é uma estratégia de poder que suspende a normalidade e permite a ação sem os limites da lei. Em momentos de crise ou emergência, o poder se justifica através da criação de uma situação de urgência, que, muitas vezes, exige uma suspensão dos direitos e a eliminação de qualquer oposição. Essa dinâmica, ao invés de ser exclusiva do poder estatal, se espalha para outros espaços sociais, criando uma lógica de exceção em que o direito à vida é constantemente questionado. Essa noção de exceção cria um cenário onde certas vidas são consideradas desnecessárias ou ameaçadoras, e, assim, se legitima a violência contra elas. A morte, nesse contexto, se torna não apenas uma possibilidade física, mas também uma construção social que resulta do apagamento de corpos e identidades da esfera pública, uma morte simbólica que nega a humanidade de determinados indivíduos.

Além disso, o conceito de “inimigo ficcional”, presente na análise de Mbembe, aponta para um dos mecanismos mais cruéis dessa dinâmica de poder. A criação de inimigos imaginários é uma forma de justificar a violência e a exclusão, de corpos muitas vezes associando-os à grupos marginalizados como uma ameaça existencial. Essa construção de um “outro” perigoso não apenas legitima a violência, mas também solidifica as divisões sociais, alimentando um ciclo de exclusão e discriminação. A criação de inimigos fictícios, sejam eles baseados em raça, gênero, classe ou orientação sexual, serve como um recurso de controle, permitindo que certos grupos sejam constantemente visibilizados como ameaça, o que, por sua vez, facilita a perpetuação de uma política de morte social e física contra eles.

A necropolítica, nesse contexto, manifesta-se como o processo pelo qual as existências trans são vistas constantemente como um inimigo o outro ontológico que precisa ser eliminado, marginalizado e silenciado por um sistema que privilegia a cisnormatividade e a rigidez das normas binárias de gênero. Para as pessoas trans, a sociedade impõe uma morte simbólica, apagando suas identidades ou limitando-as a categorias estigmatizadas, que, por sua vez, reforçam um sistema colonial e patriarcal de controle. Essa morte social não se restringe apenas a violências físicas e simbólicas, mas se reflete na constante negação de suas existências, na qual seus corpos são relegados à invisibilidade ou reduzidos a estigmas. Com isso, reforça-se a sensação de inutilidade e descartabilidade.

Ao desafiar essa “morte social”, as pessoas trans, como exemplificado pela resistência trans, não buscam apenas sobreviver, mas criam formas de existência que rompem com as lógicas cisnormativas e coloniais, afirmando sua dignidade e humanidade em um mundo que constantemente ameaça suas vidas. A resistência trans, em sua essência, é um ato de reexistência, um grito de contestação contra a necropolítica que visa aniquilar as existências trans e suas potencialidades. Em um sistema que tenta subjugar seus corpos e identidades a uma invisibilidade forçada, a resistência trans se configura como uma afirmação radical de vida, autonomia e liberdade.

Ressignificar corpos e identidades para as pessoas trans vai além de uma simples subversão das normas de gênero dominantes. Trata-se de um processo profundo de desconstrução das estruturas opressivas que, historicamente, marginalizam, desumanizam e subordinam esses corpos, ao mesmo tempo em que desafiam as epistemologias coloniais e patriarcais que ainda dominam as relações sociais e políticas. A resistência trans é, portanto, um movimento coletivo que não se limita a contestar as limitações impostas ao corpo, mas busca dismantlar os sistemas que controlam as formas de ser, viver e existir. Dessa maneira, essa luta não se configura apenas como uma busca por autonomia pessoal, mas como um chamado a uma revolução cultural, uma reconfiguração radical dos modos de entender a humanidade. Trata-se de uma resistência que recusa as fronteiras impostas pelo colonialismo e pela violência estrutural, reconstituindo e reafirmando uma ancestralidade de resistência que, ao longo da história, tem sido um pilar contra as forças que tentam apagar as múltiplas possibilidades de existência humana.

O avanço do conservadorismo nas últimas décadas, especialmente com a presidência de Donald Trump, tornou-se uma das tendências mais notáveis no cenário político mundial, impactando profundamente as questões de gênero e identidade. O período entre 2016 e 2020 foi um momento de ascensão do que se pode chamar de “trumpismo” um populismo de direita que não apenas reacendeu as chamas do conservadorismo, mas também deu visibilidade e poder a uma base conservadora e religiosa. Como destaca Neto (2024), o governo Trump foi marcado pelo fortalecimento das pautas conservadoras, com um foco particular nas questões sociais, especialmente no que se refere aos direitos das pessoas trans. A aprovação de legislações que restringem o acesso a cuidados de saúde e a crescente rejeição ao reconhecimento das identidades de gênero não binárias ilustram um movimento que visa restaurar um modelo tradicional e binário de gênero, excludente das diversidades existentes.

O discurso de posse de Trump no dia 20 de janeiro de 2025 reflete de forma contundente o avanço desse conservadorismo. Ao declarar que o governo dos Estados Unidos não

promoveria mais “engenharia social de raça e gênero”, Trump reafirmou sua visão de uma sociedade que ignora as complexidades das questões de identidade de gênero, reduzindo o debate a uma dicotomia simplista de “dois gêneros”. Essa perspectiva não apenas desconsidera as identidades de gênero não-binárias, reconhecidas em diversas culturas ao redor do mundo, mas também empobrece o entendimento da diversidade humana.

No Brasil, o conservadorismo tem ganhado terreno nas últimas décadas, especialmente em contextos políticos recentes. A eleição de figuras de direita e a ascensão de discursos polarizados resultaram na implementação de políticas que marginalizam não apenas a população LGBTQIA+, mas também outras comunidades historicamente vulneráveis.

Defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas “progressistas” sofreram sensível redução (Quadros, 2018 p.492).

Esses grupos, ao se fortalecerem dentro do parlamento, têm influenciado diretamente a política brasileira, promovendo uma agenda de preservação deste sistema nas zonas rurais e um aumento da repressão à criminalidade. Ao mesmo tempo, as bancadas que defendem pautas progressistas, como direitos LGBTQIA+, educação inclusiva e políticas sociais mais abrangentes, sofreram uma redução considerável em sua representatividade, o que refletiu o deslocamento do debate político em direção a visões mais conservadoras.

Esse movimento conservador tem um paralelo claro com o fenômeno observado nos Estados Unidos, com a ascensão de Donald Trump e suas políticas voltadas para a revogação ou enfraquecimento de direitos das minorias, especialmente a comunidade trans. No Brasil como aponta Bardaró (2020) a postura de Bolsonaro em atacar abertamente a agenda progressista, reflete um desejo comum entre líderes conservadores de retornar a um modelo de sociedade. Embora Bolsonaro tenha mobilizado seu apoio entre as classes médias, governou conforme os interesses do grande capital. As ações e omissões do governo, como a falta de fiscalização e a repressão seletiva, facilitaram a devastação da Amazônia e o genocídio de povos indígenas e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que estimulavam práticas ilegais como queimadas, exploração de madeira e garimpos. Tais medidas beneficiaram diretamente o empresariado do agronegócio, que forma a principal base de apoio de Bolsonaro dentro da grande burguesia brasileira.

Essa retórica conservadora não se limita a marginalizar as pessoas trans e de gênero não-binário, mas busca, de forma mais ampla, negar as complexas realidades de todas as identidades que não se encaixam nas normas tradicionais de gênero e sexualidade. Ao promover uma visão simplificada e rígida sobre gênero e identidade, esses governos não só tentam reverter avanços

sociais e jurídicos que buscavam maior inclusão e reconhecimento, mas também procuram silenciar qualquer forma de dissidência que desafie as normas heteronormativas. O movimento político e ideológico liderado por figuras como Bolsonaro e Trump é, portanto, um retrocesso nas conquistas de direitos civis, especialmente no que diz respeito à liberdade, dignidade e autonomia das pessoas trans, de gênero não-binário e, de forma mais geral, de todos aqueles que se opõem a um sistema de opressão binário e conservador.

O conservadorismo não se restringe a discursos, mas se concretiza em políticas que moldam a sociedade com base em uma visão rígida dos papéis de gênero e da sexualidade. Um exemplo disso é a promessa de Trump de revogar os direitos das pessoas trans nas Forças Armadas e nas escolas, além de ações para impedir a participação de atletas trans em esportes femininos. Essas medidas buscam excluir as pessoas trans de espaços essenciais, reafirmando um modelo de gênero binário e tradicional que enfraquece as conquistas de direitos das minorias.

Portanto, o governo de Trump e sua agenda conservadora, com impactos globais, deve ser compreendido não apenas como uma resposta à demanda por “ordem” e “moralidade” tradicional, mas como uma tentativa explícita de restaurar estruturas patriarcais e coloniais que buscam silenciar as vozes subalternas e dismantelar os direitos humanos. Ao reforçar uma visão binária e excludente de gênero, essas forças conservadoras não apenas se opõem ao avanço das liberdades individuais, mas perpetuam um sistema colonial que invisibiliza, silencia e subordina as diversas formas de existência humana.

A agenda conservadora, com sua base de apoio substancial, não é apenas um reflexo de uma moralidade retrógrada, mas uma tentativa de consolidar um projeto de dominação sustentado pela lógica colonial. Esse projeto busca impor uma visão hierárquica e uniforme das identidades e dos corpos, ignorando as múltiplas formas de ser e viver que existem em um mundo plural. Assim, é fundamental compreender que as resistências a esse avanço conservador são, em essência, lutas decoloniais, que desafiam a imposição de fronteiras fixas e categorias restritas. O campo de luta vai além das questões partidárias e ideológicas, sendo, na verdade, uma batalha contra a continuidade de um sistema colonial, excludente e opressor.

Diante dessas reflexões, podemos compreender a luta das pessoas trans como um movimento de contestação que se insere em um processo mais amplo de resistência às epistemologias coloniais, patriarcais e cisnormativas. Ao desafiar a necropolítica e a morte simbólica que lhes é imposta, as pessoas trans não estão apenas buscando sua sobrevivência, mas propondo novas formas de se conceber, viver e existir, fora dos moldes rígidos e excludentes das normativas dominantes. Esse movimento de reexistência revela uma

complexidade de subjetividades e saberes que, ao serem ressignificados, abrem espaço para uma reinvenção radical do ser e do existir. Portanto, o Manifesto Transepistemológico se posiciona como prática de resistência e reconfiguração do conhecimento, onde as identidades de gênero não mais se limitam a categorias fixas ou definidas, mas se tornam campos abertos à pluralidade, à fluidez e à autonomia. Essa visão propõe uma contestação às estruturas de poder que buscam disciplinar os corpos e as subjetividades, permitindo a emergência de outras formas de compreensão sobre a existência humana.

No entanto, para além de uma crítica às limitações impostas, é fundamental também compreender as fronteiras que as pessoas trans atravessam em suas trajetórias de vida. Estas fronteiras, muitas vezes impostas pela violência social e normativa, não são apenas barreiras a serem superadas, mas representam, de fato, uma violência estrutural que precisa ser confrontada. No contexto acadêmico, essas fronteiras se ampliam, pois as pessoas trans enfrentam desafios específicos dentro das instituições de ensino, onde as normativas cisgêneras e os preconceitos estruturais frequentemente tornam o ambiente ainda mais hostil. Ao ultrapassá-las, as pessoas trans não apenas desafiam essa violência, mas também reconstróem as narrativas sobre o ser e o existir, oferecendo novas perspectivas e possibilidades de transformação social e educacional.

Abaixo segue o quadro 9 – onde são apresentados exemplos de micro e macro violências que pessoas trans podem vivenciar em diferentes contextos. É importante ressaltar que a violência contra pessoas trans é uma realidade complexa e multifacetada, que se manifesta de diversas formas e em diferentes níveis.

Quadro 9 – Exemplos de micro e macro violências que pessoas trans podem vivenciar

TIPO DE VIOLÊNCIA	EM QUE CONSISTE	RESISTÊNCIA
Micro violência		
1. violência verbal	Insultos, zombarias, piadas ou xingamentos direcionados a pessoas trans, muitas vezes em ambientes sociais, familiares ou profissionais.	Empoderamento através do uso de palavras afirmativas, não permitindo insultos, e respondendo com firmeza. Educar sobre respeito à identidade de gênero e promover visibilidade da identidade trans. Fortalecer a comunidade trans, criando redes de apoio mútuo e ficando perto de pessoas trans, promovendo a autoestima e o respeito. Apoiar diversos profissionais trans, como advogados, médicos, psicólogos, professores, artistas, e outros, incentivando suas trajetórias e criando espaços de valorização e representação. Utilizar o

		conhecimento de leis de proteção para reivindicar respeito.
2. Negação da identidade	Uso incorreto de pronomes, nome social, ou desconsideração da identidade de gênero de uma pessoa trans.	Defender o uso correto de pronomes e nome social em qualquer contexto, seja profissional, escolar ou familiar. Educar ativamente sobre a importância do respeito à identidade de gênero. Promover campanhas sobre a valorização da identidade trans e conscientização nos meios sociais.
3. Exclusão social e profissional	Ignorar ou marginalizar pessoas trans em contextos sociais, escolares ou de trabalho, por conta da identidade de gênero.	Promover espaços inclusivos em ambientes profissionais e sociais, como políticas de diversidade nas empresas e escolas. Fortalecer a comunidade trans, criando redes de apoio dentro de ambientes excluídos e ficar perto de colegas trans para garantir representação e apoio. Participar de grupos de apoio e ações coletivas para garantir representatividade e inclusão.
4.Exclusão	Afastamento de estudantes trans de atividades sociais e acadêmicas, como não serem incluídos em grupos ou discussões.	Promoção de grupos de apoio, espaços inclusivos, integração através de atividades colaborativas.
5. Gossiping ou fofocas	Espalhar rumores sobre a identidade de gênero de uma pessoa trans, questionando sua transição ou autenticidade.	Apoio e validação entre pares, incentivo a diálogos de respeito e compreensão, combate ao estigma.
Macroviolência		
1. Violência institucional	Falta de reconhecimento legal da identidade de gênero, dificuldades em acessar saúde e serviços públicos, ou políticas que não respeitam os direitos das pessoas trans.	Luta por mudanças legislativas, como a garantia do direito ao nome social em todos os serviços públicos. Participar de movimentos e petições para a implementação de políticas públicas de saúde, educação e segurança inclusivas. Denunciar a discriminação e exigir a acessibilidade dos serviços públicos . Ficar próximo de pessoas trans que necessitam de orientação e assistência.
2. Desinformação e apagamento	Tentativas de negar ou distorcer a história e as realidades das pessoas trans em espaços educativos, mídias e na produção cultural.	Preservar e divulgar a história e as contribuições das pessoas trans, escrevendo, palestrando e criando conteúdo. Criar espaços de visibilidade , como projetos culturais e acadêmicos que destaquem a comunidade trans. Educar em escolas e universidades sobre as realidades trans, promovendo o respeito à diversidade de gênero.
3. Violência policial e repressão estatal	Abusos físicos ou psicológicos cometidos por autoridades policiais, prisões indevidas ou	Advocacia por reformas no sistema de segurança pública, treinamento de policiais para o respeito às

	crimes de ódio que têm como alvo pessoas trans, frequentemente nas periferias ou em contextos de repressão.	diversidades de gênero, e apoio jurídico às vítimas de violência.
4.Violência Física	Ataques físicos dirigidos a pessoas trans, frequentemente motivados por transfobia ou em contextos de violência de gênero.	Denunciar agressões a órgãos competentes, como a polícia e entidades de direitos humanos. Buscar apoio jurídico para garantir justiça e segurança. Participar de movimentos contra a violência de gênero e fortalecer as redes de apoio para vítimas de violência física.
5.Exclusão curricular	Falta de abordagem sobre questões trans e diversidade de gênero nos currículos acadêmicos, resultando em um ensino excludente.	Inclusão de temas sobre identidade de gênero e diversidade em cursos e materiais didáticos, atividades que promovem a visibilidade trans.
6.Discriminação institucional	Tratamento desigual por parte de professores, administradores ou colegas, como não permitir acesso a banheiros ou espaços seguros.	revisão de políticas de acolhimento e respeito a estudantes trans, treinamento de professores e funcionários.
7.Assédio sexual ou moral	Abuso de poder, incluindo assédio sexual ou moral, baseado na identidade de gênero de pessoas trans.	Canais de denúncia seguros e confidenciais, políticas rigorosas contra assédio, apoio psicológico especializado.

Fonte: tabela elaborada pelo pesquisador, 2025.

A tabela acima exemplifica algumas das micro e macroviolências que pessoas trans enfrentam em seu cotidiano, destacando como essas agressões se manifestam em diversos contextos sociais, familiares, profissionais e institucionais. Essas violências, muitas vezes sutis ou invisíveis para a maioria, como a negação da identidade de gênero, a marginalização social e o uso incorreto de pronomes, não só perpetuam a exclusão, mas reforçam a ideia de que as existências trans são menos legítimas, forçando uma constante necessidade de explicação. Além disso, a violência midiática, como a exposição da história de uma pessoa trans após sua morte, serve para reforçar estereótipos e desumanizar ainda mais essas pessoas, criando um ciclo de estigmatização.

É fundamental entender que a violência contra pessoas trans é um problema multifacetado, com raízes históricas e sociais profundas, que não se limita apenas a atos explícitos de agressão, mas também se manifesta nas microagressões diárias e na negação de direitos fundamentais. A transfobia, o preconceito e a discriminação são alimentados por discursos de ódio e estereótipos negativos, que têm sido perpetuados por séculos. Nesse sentido, as trajetórias de pessoas trans não devem ser entendidas apenas como narrativas de superação individual, mas como manifestações de uma reexistência política que desafia e desestabiliza as normas epistemológicas dominantes.

Ao deslocar as fronteiras de gênero e identidade, as pessoas trans expõem a falência das categorias essencialistas e binárias que estruturam o saber ocidental. A identidade de gênero, longe de ser algo fixo ou determinado biologicamente, é um campo fluido e dinâmico, que se reinventa constantemente. Este movimento de subversão, liderado pelas pessoas trans, não só desafia as noções tradicionais de masculinidade e feminilidade, mas também aponta para uma mudança radical nas formas de entender o ser humano. Transcendendo as limitações impostas pelas epistemologias coloniais, o movimento trans propõe uma reconfiguração do conhecimento, com a urgência de descolonizar as universidades e outros centros de saber, criando espaços que acolham e validem as múltiplas formas de existência que as identidades trans materializam.

Essa descolonização do saber é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade de identidades de gênero seja reconhecida e celebrada. A epistemologia colonial, que historicamente tem sido excludente e marginalizante, precisa ser questionada e desconstruída para que novas formas de conhecimento possam surgir, mais inclusivas e respeitadas das múltiplas existências trans. Esse movimento de transformação deve também incluir a valorização de outras formas de saberes marginalizados, como os saberes indígenas, afro-brasileiros e de outras comunidades, que frequentemente apresentam visões mais fluídas e inclusivas sobre identidade e gênero.

A luta das pessoas trans, portanto, não é uma luta isolada, mas está intimamente conectada com outras lutas sociais por justiça, igualdade e direitos humanos. A resistência trans, além de ser uma forma de afirmação da própria identidade, é um esforço coletivo para a construção de um mundo mais justo e plural. O que se busca é um ambiente onde todas as identidades de gênero sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas, sem medo de repressão, violência ou discriminação. Essa transformação só será possível por meio de uma ação integrada, que envolva diferentes esferas da sociedade, desde a família até as grandes instituições governamentais e educacionais.

Como afirma o MANIFESTO TRANS¹⁹, (2024):

Finalizamos esta carta, destacando a urgência de acolhimento e a ampliação do respeito real às nossas histórias. A revolução também é feita por nós, pois nossas existências já são revolucionárias e tem potencial de colaboração com a transformação radical da sociedade na construção de uma nova sociabilidade, sem opressões e exploração. Nossas existências devem ser valorizadas e preservadas Cidadania e dignidade para todas, todos e todes Nada de nós sem nós!

¹⁹ MANIFESTO TRANS. *Nossas vidas importam e pulsam: emancipação e liberdade*. Seminário Nacional “Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans” e 51º Encontro Nacional CFESS-CRESS. [S.l.], [2024]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/manifeto-trans-2024-nacional.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2025

Para que isso aconteça, é preciso fortalecer as redes de apoio, promover a visibilidade da comunidade trans e garantir sua inclusão plena nos mais diversos setores da sociedade especialmente em esferas como a cultura, a educação e o mercado de trabalho. Somente assim será possível romper com os mecanismos de exclusão que historicamente relegaram essas existências à margem e reconhecer as pessoas trans como sujeitos plenos de direitos, saberes e dignidade. É justamente nesse contexto que emergem as *TRANSEPISTEMOLOGIAS E AS PEDAGOGIAS TRANS* como potentes ferramentas de reexistência, capazes de questionar as normatividades cisgêneras e instaurar outras possibilidades de produção de conhecimento, afeto e formação.

4.2 TRANSEPISTEMOLOGIAS E PEDAGOGIAS TRANS

A seção sobre trans epistemologias e pedagogias trans revisará criticamente os processos educativos tradicionais, questionando as normas binárias de gênero e explorando os saberes e experiências de pessoas transgênero. As pedagogias trans, por sua vez, propõem práticas educacionais que acolham e respeitem essas identidades, promovendo um ambiente mais inclusivo e emancipador. Para essa análise, serão utilizadas as contribuições de Odara (2020), que discute a pedagogia da desobediência e estratégias transgressoras na educação; CL Pfeil (2023), trazendo uma crítica à cisnormatividade e à construção de uma trans epistemologia; Iazzetti (2021) e Collins (2024), para refletir sobre interseccionalidade e a vivência de pessoas trans na universidade; Quijano (2005), ao abordar a decolonialidade e a ruptura com paradigmas normativos de conhecimento; e hooks (1994) e Freire (1987) cuja perspectiva interseccional sobre pedagogia crítica e resistência fortalecerá a discussão.

Os processos educativos historicamente consolidados nas instituições escolares e universitárias têm operado com base em normativas hegemônicas que naturalizam binarismos de gênero e ignoram a diversidade de corpos, experiências e saberes dissidentes. Nesse contexto, as transepistemologias e as pedagogias trans emergem como estratégias críticas e propositivas para romper com a cisnormatividade que estrutura o campo educacional.

A noção de **transepistemologia** implica uma ruptura com os modos tradicionais de produção e validação do conhecimento, que excluem as vivências e saberes de pessoas transgênero e não binárias. Pfeil (2023) destaca que as epistemologias trans desafiam os regimes de verdade da cisgeneridade compulsória, propondo outras formas de compreender o mundo a partir da corporalidade e da existência trans, Pfeil (2023) discute o conceito de *colonialidade cisgênera* como uma forma de desnaturalizar a identidade moderna, frequentemente

apresentada como neutra e des-situada. O autor observa que, embora existam análises anarquistas sobre a tutela e repressão vivenciadas por corpos dissidentes, tais abordagens geralmente não incorporam uma perspectiva decolonial

Nesse sentido, a experiência trans deixa de ser apenas objeto de estudo e passa a ser uma lente crítica legítima para pensar e reinventar os modos de ensinar e aprender. Odara (2020) complementa essa perspectiva ao propor a *pedagogia da desobediência*, que se funda em práticas educativas transgressoras, voltadas para a subversão das normatividades cis-heteropatriarcais presentes no cotidiano escolar. Segundo a autora, desobedecer às normas impostas à docência e à formação de subjetividades é uma forma de reivindicar uma educação mais plural, democrática e emancipada, capaz de acolher as diferenças em vez de silenciá-las.

As pedagogias trans, portanto, não são apenas uma adequação curricular ou inclusão temática, mas sim uma transformação profunda na forma como se compreende o sujeito educando e o próprio processo de ensinar. Iazzetti (2021), ao refletir sobre a presença de pessoas trans no espaço universitário, evidencia como a permanência desses sujeitos está ligada não apenas ao acesso, mas à reconstrução das estruturas pedagógicas e institucionais. A autora argumenta que é necessário reconfigurar o espaço universitário para que este não apenas tolere, mas celebre a diversidade de identidades de gênero.

Neste ponto, a contribuição de Collins (2024) é fundamental, ao defender que uma abordagem interseccional é imprescindível para compreender as múltiplas opressões enfrentadas por pessoas trans negras, pobres ou periféricas. A intersecção entre gênero, raça e classe revela a complexidade das barreiras impostas a essas existências e a urgência de uma pedagogia que considere tais **entrecruzamentos**. A discussão sobre transepistemologias também se articula com os debates decoloniais, como apontado por Quijano (2005), ao explicitar que o sistema moderno-colonial de poder impôs um modelo eurocêntrico de conhecimento que marginaliza corpos e saberes subalternizados. Assim, pensar uma pedagogia trans é também um gesto de *descolonização epistemológica*, que recusa os paradigmas normativos e propõe uma abertura radical à pluralidade de experiências humanas.

Nesse movimento, o legado de bell hooks (1994) e Paulo Freire (1987) ressoa como uma base ética e política. Ambos reconhecem o poder transformador da educação quando esta se ancora na escuta sensível, na denúncia das opressões e na construção coletiva de novos sentidos para a liberdade. Para hooks, ensinar é um ato de resistência e amor, e Freire reforça que não há neutralidade no ato pedagógico, sendo este sempre uma escolha entre manter ou transformar a realidade.

Dessa forma, a articulação entre transepistemologias e pedagogias trans constitui uma importante chave para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e com o reconhecimento da dignidade de todos os corpos e existências. Trata-se de uma pedagogia que não apenas reconhece a diferença, mas a afirma como potência educativa e política.

Nesse contexto, os relatos de João Nery (2011) contribuem para a compreensão das violências simbólicas e institucionais vividas por pessoas trans desde a infância. O autor compartilha a profunda desconexão entre sua identidade de gênero e a forma como era percebido socialmente. Apesar de se reconhecer como menino, era sistematicamente repreendido por adotar comportamentos considerados masculinos, como brincar com meninos ou se vestir como eles. Suas aspirações afetivas e existenciais eram invisibilizadas, forçando-o ao **silêncio** e à **negação de si**. Sua narrativa evidencia, de forma sensível e contundente, como a cisnormatividade atua desde cedo para apagar e controlar corpos dissidentes, revelando a urgência de práticas pedagógicas que acolham essas experiências em sua inteireza.

A cisnormatividade, enquanto regime epistêmico e discursivo que estabelece a cisgeneridade como padrão universal e invisível, manifesta-se de maneira violenta também nos espaços de formação crítica e acadêmica. Cello Pfeil (2023, p.11) relata uma experiência vivida em sala de aula durante uma discussão sobre feminismos decoloniais, em que a professora, mulher branca cisgênera, utilizava uma linguagem genitalista para definir os corpos femininos como aqueles que possuem útero e vulva. Ao questionar a ausência das travestis e mulheres trans dessa definição de opressão, o autor foi confrontado com respostas que reforçavam a lógica biológica e a exclusão de identidades trans da categoria de “mulher”. Mesmo diante de sua tentativa de reposicionar o debate ao nomear corretamente as mulheres cisgêneras, a resistência da docente em reconhecer a cisgeneridade como uma identidade e não como um ponto de partida neutro revelou o apagamento estrutural das vivências trans, mesmo em contextos que se pretendem progressistas e decoloniais.

Esse episódio evidencia que não basta abordar criticamente as relações de poder de forma abstrata ou generalizante. É necessário nomear, reconhecer e deslocar os marcadores normativos que operam na linguagem, no currículo e na própria constituição das subjetividades educadoras. Como argumenta Cello Pfeil, a recusa em se identificar como cisgênera, ao passo que se impõe tal nomenclatura a pessoas trans, reforça a assimetria epistêmica e o privilégio de quem ocupa posições normativas sem questioná-las. Trata-se, portanto, de um exemplo claro da urgência de pedagogias trans e transepistemologias que desestabilizem essas estruturas, promovendo a escuta ativa, a correção terminológica e a legitimação das múltiplas existências de gênero nos espaços formativos.

Collins (2024, p.76-77), ao dialogar com os escritos da poeta e ativista June Jordan, retoma o conceito de *corpo honesto* como um fundamento da liberdade individual, especialmente para pessoas cujas existências não se alinham às normas cisheteronormativas. Para Jordan, viver honestamente no próprio corpo significa resistir às tiranias impostas pela sociedade tiranias que não apenas tentam controlar os afetos e desejos, mas também regulam o modo como os corpos podem aparecer e agir no mundo.

Essa vivência exige equilíbrio, pertencimento e paz interior, em oposição ao desconforto causado por regras de gênero, sexualidade, raça e classe que condicionam o pertencimento social. Collins ressalta que, ao retirar o corpo e as emoções do domínio da biologia e reposicioná-los no campo da política, Jordan denuncia a violência simbólica e institucional que obriga indivíduos a viverem de modo desonesto consigo mesmos. A autora enfatiza que pessoas trans e não conformes ao gênero, em especial, são submetidas a pressões constantes para ajustarem suas identidades e aparências aos estereótipos socialmente impostos, sendo muitas vezes silenciadas em espaços como famílias, escolas, igrejas e comunidades, que impõem altos custos à autenticidade e à autonomia de seus corpos.

Essa desonestidade imposta às pessoas trans e não conformes ao gênero contribui para o seu silenciamento social, tornando quase inexistente a possibilidade de se conhecerem em profundidade e compreenderem suas próprias perspectivas e anseios. Trata-se de um processo contínuo de apagamento identitário, que limita não apenas a expressão de suas subjetividades, mas também o direito de existir de forma autêntica. Esse apagamento tem se intensificado com os avanços de movimentos de extrema-direita, que frequentemente constroem a população trans como inimiga, como um "outro" perigoso e desviante exatamente como já denunciado por Dussel (1972), ao refletir sobre a lógica da alteridade e a desumanização dos corpos que escapam à norma.

Collins (2024) reflete sobre o assassinato de Marielle Franco como um exemplo extremo da tentativa de silenciar vozes dissidentes e suprimir ideias transformadoras. Embora Marielle fosse uma mulher cisgênera, sua atuação política representava de forma contundente os interesses e as vivências da população negra, periférica e marginalizada, tornando-se um alvo simbólico dos sistemas de opressão que buscava combater. A autora argumenta que, ao protestar contra a violência de Estado nas favelas do Rio de Janeiro, especialmente aquela dirigida à população negra, pobre, feminina e periférica, Marielle tornou-se símbolo de resistência e coragem política. Sua atuação articula o local e o global, rompendo com a invisibilidade histórica imposta às mulheres negras. Para Collins, sua execução não foi apenas um ataque pessoal, mas um ato político calculado: matar quem transmite a mensagem é uma

forma de tentar matar as ideias que desafiam o poder. Assim, Marielle se inscreve em uma dolorosa genealogia de figuras públicas cujas palavras, por serem perigosamente libertadoras, foram punidas com a morte.

O avanço da extrema-direita no Brasil tem intensificado a perseguição de figuras públicas que representam vozes dissidentes, especialmente aquelas que rompem com os padrões normativos de gênero e sexualidade. Nesse cenário, parlamentares trans, como Duda Salabert e Erika Hilton, têm se tornado alvos recorrentes de ataques transfóbicos, revelando a violência estrutural que se perpetua mesmo nos espaços de representação política.

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG), uma das primeiras mulheres trans eleitas ao Congresso Nacional, foi vítima de transfobia por parte do também deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). O caso teve repercussão nacional e resultou na condenação definitiva do parlamentar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o pagamento de uma indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil (STJ, 2024). Essa decisão, embora simbólica e importante, evidencia que a presença trans no parlamento é constantemente atravessada por disputas, constrangimentos públicos e tentativas de deslegitimação, muitas vezes vindas de seus próprios pares.

Outro exemplo emblemático é o da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), que também tem sido alvo de diversas formas de perseguição política e transfobia institucional. Em 2021, Erika registrou boletim de ocorrência após ser perseguida e ameaçada dentro da Câmara Municipal de São Paulo, episódio que escancarou os riscos enfrentados por pessoas trans em espaços de poder (G1, 2021). Mais recentemente, a parlamentar denunciou ter sido vítima de transfobia por parte do governo dos Estados Unidos, em um caso que envolveu obstáculos diplomáticos e negacionismo identitário (G1, 2024). Tais episódios demonstram que a transfobia não é apenas uma prática social difusa, mas também um recurso político utilizado para silenciar e deslegitimar figuras que representam transformações estruturais no sistema político.

Essas situações reafirmam que o corpo trans, especialmente o corpo trans negro e periférico, quando ocupa espaços de poder historicamente negados, torna-se símbolo de ameaça à ordem cisheteronormativa e patriarcal. Como já argumentado por Collins (2024), o assassinato simbólico ou mesmo literal de quem transmite mensagens emancipadoras é uma estratégia recorrente do poder hegemônico. A tentativa de silenciar Duda, Erika e outras figuras públicas trans revela que a luta pelo direito a viver honestamente em seus corpos é também uma luta contra as estruturas políticas e discursivas que insistem em manter o controle sobre quem pode ou não existir com dignidade.

A hostilidade contra a presença de pessoas trans nos espaços acadêmicos e políticos não se restringe à prática institucional ou à violência direta; ela também se manifesta por meio da retórica depreciativa veiculada por setores da mídia conservadora. Um exemplo claro dessa dinâmica pode ser observado no artigo publicado pelo site *O Antagonista*, intitulado “*Contra-manifesto à Rede Brasileira de Filósofes Trans*”, em que a criação de uma rede de pensadores transgênero é tratada com escárnio e desprezo. O texto não apenas deslegitima a existência dessa coletividade, como também reforça o imaginário de que o pensamento filosófico deve estar atrelado a uma suposta neutralidade cisgênera e binária, ignorando a historicidade e o caráter situado de toda produção de conhecimento.

Trata-se de uma estratégia discursiva que, ao invés de propor um debate crítico e honesto sobre a presença de pessoas trans no campo filosófico, opta por ridicularizar e minimizar suas contribuições. O uso de termos como “bizarro” e o tratamento irônico da linguagem neutra, como ao colocar “filósofes” entre aspas, revelam não uma discordância conceitual, mas uma recusa em reconhecer outras formas de existir, pensar e construir saber. Essa recusa opera como uma extensão simbólica da cisheteronormatividade: uma tentativa de manter o controle sobre os corpos e vozes autorizadas a ocupar o espaço do pensamento legítimo.

É justamente contra esse tipo de violência epistêmica que se ergue a proposta de transepistemologias e pedagogias trans. A crítica ao artigo de *O Antagonista* (2025) não se resume à sua retórica agressiva, mas à sua função política: impedir que novos sujeitos epistemológicos sejam reconhecidos como legítimos. Ao negar espaço ao pensamento trans, o discurso conservador revela que não teme apenas uma mudança de conteúdo no debate público, mas sim uma transformação da própria estrutura de poder que regula quem pode pensar, falar e ensinar.

Como defendem autores como Collins (2024) e Pfeil (2023), reconhecer e valorizar a produção intelectual de pessoas trans não é um gesto de concessão, mas de reparação histórica e ética. Trata-se de romper com o monopólio cisheteronormativo do saber e afirmar que outras epistemologias corporificadas, afetivas, insurgentes são não apenas possíveis, mas necessárias para uma educação que se pretenda democrática. A resposta ao silenciamento, à ridicularização e à negação é, portanto, a afirmação incondicional da dignidade epistêmica das existências trans, e a construção de espaços acadêmicos verdadeiramente plurais.

A criação da Rede Brasileira de Filósofes Trans nasce do desejo coletivo de enfrentar os desafios epistemológicos e políticos impostos pela estrutura cisheteronormativa, branca e eurocentrada que predomina nos espaços acadêmicos. Conforme expresso em sua carta-manifesto, a rede é composta por pessoas trans, travestis e não-binárias que compartilham

trajetórias e afetos em diferentes territórios, e que se veem confrontadas com barreiras constantes para existir e produzir conhecimento nos cursos de graduação, pós-graduação e no exercício profissional da filosofia. Um dos objetivos centrais da iniciativa é mapear a presença desses sujeitos na academia e fora dela, não apenas para diagnosticar sua situação, mas sobretudo para fortalecer estratégias de acolhimento, mobilização e circulação de saberes produzidos por esses corpos dissidentes dentro da comunidade filosófica (Rede brasileira de Filósofes Trans, 2025).

Nesse processo de afirmação de outras formas de produzir conhecimento, o campo dos **Estudos Trans** se estabelece como uma frente teórico-metodológica profundamente conectada à construção de uma transepistemologia crítica, situada e politicamente engajada. Radi (2020) define os Estudos Trans como um campo interdisciplinar e socialmente comprometido, que emerge no início dos anos 1990 e agrega contribuições oriundas das humanidades, ciências sociais, psicologia, ciências naturais e artes. Trata-se de uma área que não apenas observa as experiências trans como objeto de estudo, mas que propõe a centralidade desses sujeitos na formulação dos próprios quadros analíticos.

Inspirada por esse campo, Susan Stryker (2006) amplia a crítica à ideia de gênero como categoria estável ao afirmar que os Estudos Trans se voltam a tudo aquilo que interrompe e desnaturaliza os vínculos normativos entre o corpo biologicamente sexuado, os papéis e status sociais a ele atribuídos, o senso subjetivo de identidade de gênero e as expectativas de performance impostas culturalmente. Em outras palavras, trata-se de explicitar e tensionar os mecanismos que sustentam a coerência forçada entre sexo, gênero, identidade e expressão e os mecanismos que funcionam como instrumentos de controle e silenciamento.

Nesse sentido, os Estudos Trans e as transepistemologias compartilham um mesmo princípio estruturante: a recusa da naturalização da cisgeneridade e da binariedade como referências universais. Em seu lugar, propõem uma política do saber que reconhece a multiplicidade, a corporeidade e a insurgência como fundamentos epistêmicos legítimos. Ao deslocar o centro da produção de conhecimento para corpos e subjetividades historicamente marginalizados, esses campos não apenas ampliam o escopo da investigação acadêmica, mas também colocam em questão os próprios critérios que definem o que é considerado conhecimento válido.

Como destaca Randi (2019, p. 38), a introdução das categorias *trans* e *cis* no campo acadêmico representa uma virada epistêmica significativa, pois desloca o ponto de origem da nomeação e da produção do saber. A autora afirma:

Interessa-me destacar alguns elementos relevantes envolvidos na introdução dessas categorias como um novo eixo para situar o conhecimento. Primeiro, retorno ao seu contexto de produção: é a comunidade trans* que exerce o poder de nomear, e em particular, de nomear aqueles que tradicionalmente a nomearam, ou seja, as pessoas cis. Segundo, envolve uma mudança radical de perspectiva: cis, entendido como alguém que não possui o atributo de ser trans*, supõe a substituição do paradigma em que pessoas trans* são aquelas que se definem negativamente por contraste, por outro em que ser trans* é o ponto de partida a partir do qual a diferença se estabelece. Terceiro, destaca as limitações de um domínio genérico limitado e adiciona complexidade ao mapa das relações de poder: gênero é mais do que homens e mulheres cis, e o mapa das relações opressor/oprimido não pode mais ser lido exclusivamente em termos de homens (cis)/mulheres (cis). Finalmente, fornece ferramentas interpretativas que, pela primeira vez, dão sentido a certas experiências coletivas, por exemplo, privilégio cis e cissexismo (Randi, 2019, p. 38).

Essa análise contribui diretamente para a consolidação de uma transepistemologia crítica, ao propor que ser trans não é uma identidade residual ou definida apenas por contraste, mas sim um marco central a partir do qual se pode reorganizar o pensamento sobre gênero, poder e saber. A inversão do lugar de enunciação — das pessoas trans como nomeadas para nomeadoras representa uma reconfiguração radical do campo epistêmico, desafiando tanto os conceitos tradicionais quanto as formas institucionalizadas de autoridade do conhecimento.

Nesse mesmo sentido, Stryker (2014) enfatiza a urgência de superar perspectivas objetificantes na produção acadêmica sobre pessoas trans, defendendo que o conhecimento não deve se limitar a ser *sobre*, mas também *com* ou seja, construído em diálogo com os sujeitos implicados. Ao retomar o lema dos movimentos de pessoas com deficiência das décadas de 1970 e 1980 “nada sobre nós sem nós”, a autora reforça que a legitimidade epistêmica das vivências trans deve ser reconhecida como parte integrante do processo de produção do saber. Isso significa valorizar os conhecimentos corporificados e experienciais dessas pessoas em articulação com os saberes formais, reafirmando a necessidade de uma epistemologia que acolha a pluralidade de vozes e formas de conhecer.

Radi (2020) propõe uma compreensão crítica e situada dos Estudos Trans, argumentando que esse campo não se reduz àquilo que foi produzido pela academia sobre pessoas trans, tampouco a tudo que pessoas trans produzem ou expressam. O autor destaca que, historicamente, pessoas trans ingressaram no meio acadêmico como objetos de estudo, principalmente nas ciências médicas e sociais, e que considerar a identidade de gênero como critério automático de pertencimento a um campo acadêmico é reducionista e violento. Em contraposição a essas leituras simplificadas, Radi caracteriza os Estudos Trans como um campo interdisciplinar, crítico e engajado politicamente, cujas metodologias e compromissos se

articulam com as lutas transgênero e com uma crítica epistemológica centrada na experiência vivida, no conhecimento em primeira pessoa e nas formas corporificadas de saber.

Além disso, o autor chama atenção para as tensões entre os Estudos Trans e certos marcos consolidados da teoria feminista, como a perspectiva da “atitude natural” sobre sexo e gênero, amplamente difundida mesmo entre autoras hegemônicas como Judith Butler. Radi observa que as reflexões trans nem sempre foram incorporadas a essas teorizações, e que muitas vezes são deliberadamente ignoradas ou tratadas como desdobramentos espontâneos dos estudos de gênero. No entanto, as bases conceituais dos Estudos Trans são suficientemente distintas para que se possa reconhecer que há, na verdade, conflitos teóricos e não uma simples continuidade. Segundo o autor, é necessário explorar essas tensões como oportunidades analíticas, em vez de apagá-las, valorizando os textos fundadores do campo como *The Empire Strikes Back*, de Sandy Stone²⁰ e reconhecendo os desafios enfrentados por intelectuais trans, sobretudo do Sul global, para estabelecer diálogos teóricos internacionais em contextos marcados pela falta de reconhecimento institucional e pelas barreiras de tradução.

Nesse processo de consolidação de uma transepistemologia crítica, é imprescindível reconhecer a contribuição fundadora de Sandy Stone para os Estudos Trans nos Estados Unidos. Em seu ensaio seminal "*The Empire Strikes Back*" publicado inicialmente em 1987 e reconhecido, em edições mais recentes (2023), como marco inaugural da teoria trans norte-americana a autora desafia as concepções normativas produzidas pelo saber médico sobre a transexualidade, ao mesmo tempo em que confronta os discursos de feministas radicais trans-excludentes.

A partir da análise de autobiografias de mulheres trans e da literatura médica da época, Stone (2023) desmonta os pressupostos cisheteronormativos que orientaram historicamente a produção de conhecimento sobre o trânsito de gênero. Ela demonstra como as epistemologias biomédicas construíram uma imagem das pessoas trans como alienadas de si, incapazes de expressar sua própria verdade subjetiva, tornando-as dependentes da validação de especialistas cisgêneros. Essa perspectiva se conecta, segundo a autora, a uma lógica de exclusão semelhante àquela encontrada em setores do feminismo radical, que negam às pessoas trans a autoridade sobre suas experiências, reforçando a ideia de que sua identidade seria fabricada, artificial ou política e epistemicamente ilegítima.

²⁰ [1] Sandy Stone, moradora de longa data do Condado de Santa Cruz, foi nomeada para o Hall da Fama Nacional das Mulheres, tornando-se a primeira mulher transgênero a receber essa homenagem, graças às suas contribuições incríveis em tudo, desde ciência da computação até música e estudos transgêneros. Fonte: <https://lookout.co/sandy-stone-womens-hall-of-fame-first-transgender-woman-computer-science-music/story>

Embora o ensaio dialogue diretamente com o livro transfóbico *The Transsexual Empire* de Janice Raymond, a proposta de Stone vai muito além de uma simples resposta. Trata-se de uma convocação intelectual e política: um chamado para que pessoas trans se apropriem da produção de saberes sobre si, rompendo com o regime epistêmico que as silencia. Ao reivindicar a voz e a autoria como instrumentos de subversão e reconstrução, Stone inaugura uma crítica contra-discursiva, que insere as subjetividades trans no centro da elaboração teórica, artística e ativista. Sua intervenção estabelece as bases para um campo que não apenas resiste ao epistemicídio, mas que propõe uma reorientação profunda do saber, com base na experiência vivida, no corpo e na multiplicidade identitária.

Nesse sentido, *The Empire Strikes Back* não deve ser compreendido apenas como um texto fundacional dos Estudos Trans, mas como uma verdadeira inflexão epistêmica. Sandy Stone propõe uma reorientação radical da produção de conhecimento sobre a transexualidade, defendendo que esse saber deve emergir prioritariamente dos próprios sujeitos trans, e não de interpretações mediadas por normatividades cisgêneras. Ao reivindicar a voz trans como legítima e central no debate teórico e político, Stone antecipa os fundamentos da transepistemologia contemporânea, que valoriza o conhecimento corporificado, experiencial e insurgente como forma legítima de produção epistêmica.

Em sua análise crítica dos modelos biomédicos de atendimento às pessoas trans, especialmente no contexto das clínicas de disforia de gênero da década de 1960, Stone (2023) evidencia os mecanismos normativos que regularam o acesso à transição. Enquanto algumas clínicas não acadêmicas inicialmente realizavam cirurgias sob demanda ou seja, com base na autodeclaração da pessoa interessada, sem necessidade de validação diagnóstica, as instituições acadêmicas adotaram práticas mais restritivas, motivadas pelo receio de realizar procedimentos considerados experimentais em indivíduos classificados como “sociopatas”. Diante da ausência de critérios diagnósticos oficiais, os profissionais da medicina passaram a construir, eles mesmos, uma definição normativa da identidade transexual, com base em padrões culturais tradicionais de gênero e comportamento.

Com isso, o acesso aos procedimentos de transição passou a depender da capacidade da pessoa de corresponder às expectativas cisnormativas, exigindo performances específicas de gênero que excluía experiências subjetivas mais complexas como o simples sentimento de inadequação corporal ou o desejo de afirmar uma identidade divergente. Apesar das várias tentativas de desenvolver critérios objetivos e testes diagnósticos confiáveis para identificar a chamada “síndrome de disforia de gênero”, Stone demonstra que nenhum desses instrumentos conseguiu produzir resultados consistentes, clínicos e repetíveis. Ao contrário, o que se

evidenciou foi a manutenção de um modelo biomédico que, longe de acolher a diversidade das vivências trans, operou como um dispositivo de controle e normalização da identidade.

Como contraponto a essa lógica excludente, surgem iniciativas do movimento trans, como o Cursinho Popular João W. Nery o primeiro cursinho pré-vestibular gratuito voltado exclusivamente para pessoas trans na Amazônia. Sua missão é democratizar o acesso ao ensino superior, oferecendo não apenas aulas preparatórias para o ENEM, mas também apoio psicopedagógico, alimentação, transporte e outros recursos essenciais para garantir permanência e sucesso educacional.

O cursinho homenageia João W. Nery, homem trans que é referência na luta pelos direitos das pessoas trans. Seu nome carrega a memória de resistência frente à transfobia institucional e reforça o compromisso com uma educação libertadora. O público-alvo são exclusivamente pessoas trans, com prioridade para aquelas em situação de vulnerabilidade social, como pessoas de baixa renda, pretas, pardas, periféricas, indígenas, quilombolas, neurodivergentes e pessoas com deficiência. O cursinho, portanto, atua como instrumento de justiça social e democratização do conhecimento, reconhecendo e acolhendo as especificidades da comunidade trans.

É fundamental possibilitar a criação de uma rede de transepistemologias que emergem como ferramenta para oportunizar que a comunidade trans conquiste seu espaço nos meios acadêmico, social e no mercado de trabalho. Por meio desses movimentos de resistência e coletividade, podemos nos fortalecer, nos munir de saberes compartilhados e nos proteger diante das adversidades.

A produção de conhecimento a partir das vivências trans não é apenas legítima, mas urgente. Ao ocuparmos espaços historicamente negados, subvertendo expectativas e desafiando estruturas cisnormativas, damos forma a movimentos de resistência que são, ao mesmo tempo, políticos, afetivos e epistêmicos. Essas redes não se constroem apenas nos espaços acadêmicos formais, mas também nas margens, nas ruas, nos coletivos, nas redes digitais e em qualquer lugar onde corpos trans resistem e insistem em existir. Elas são construídas na coletividade, no cuidado mútuo, na troca de experiências e na elaboração de estratégias que nos permitam não só sobreviver, mas viver plenamente.

Ao fortalecer essas conexões, nos munimos contra a transfobia estrutural, criando espaços mais seguros e inclusivos, promovendo autonomia, protagonismo e dignidade. Mais do que ocupar, trata-se de transformar: transformar a universidade, os ambientes de trabalho, as relações sociais despatologizando existências, descentralizando saberes e descolonizando perspectivas. É nessa potência coletiva que reside a nossa proteção e a possibilidade de um

futuro mais justo, onde todas as formas de existência sejam reconhecidas, respeitadas e celebradas.

Contudo, para que essa transformação ocorra de forma efetiva, é preciso reconhecer que **as instituições que atravessam nossas vidas, como a escola, não foram originalmente pensadas para incluir corpos dissidentes**. A escola, como instituição social, não nasceu para ser neutra tampouco para ser inclusiva. Desde seus primórdios, a educação institucionalizada carregou as marcas de cada época histórica, assumindo funções distintas conforme os contextos sociais, políticos e econômicos. Ao longo do tempo, desempenhou um papel central na reprodução de valores dominantes, moldando comportamentos e subjetividades segundo aquilo que se entendia como “aceitável”.

Essa historicidade da educação que nunca foi una, mas sempre plural e atravessada por disputas evidencia que os modos de ensinar e aprender estiveram, em grande medida, a serviço da manutenção de determinadas ordens sociais. Por isso, descolonizar a educação e promover epistemologias trans não é apenas uma proposta pedagógica: é uma ação política e necessária para reconstruir os espaços formativos como territórios de reconhecimento, justiça e afeto.

Autores como Petitat (1994) apontam que, embora a escola colabore com a reprodução da ordem vigente, ela também pode favorecer mudanças, seja por ação direta ou pela tensão com transformações que acontecem à sua revelia. No entanto, sua estrutura ainda carrega um lastro conservador e elitista, herdado do projeto iluminista que, a partir dos séculos XIX e XX, consolidou a escola como espaço de instrução formal obrigatória, sem, no entanto, preparar-se para acolher a pluralidade dos corpos e saberes que começaram a adentrá-la. A expansão do ensino não significou democratização real, mas sim uma crise entre o ideal de igualdade e a prática excludente que persistia (e persiste), sobretudo contra os corpos dissidentes.

É nesse ponto que precisamos olhar criticamente para a relação entre educação e repressão no caso das pessoas trans dissidentes. Esses sujeitos, ao acessarem uma escola ainda moldada nos parâmetros da normatividade cisgênera e da lógica binária, se deparam com dispositivos de exclusão que operam tanto nos currículos quanto nas relações interpessoais. O problema, como já indicam análises sobre a função social da escola, se agrava quando confrontamos a idealização da “sociedade educadora” com o cotidiano escolar que, na prática, continua sendo um terreno de disputa de poder, onde os corpos trans dissidentes são frequentemente marginalizados.

Ao negar nome, pronome, banheiro e espaço de escuta, a escola perpetua formas sutis e violentas de repressão formas que não são acidentes, mas produtos de uma lógica histórica de controle. A evasão escolar, as dificuldades de permanência, os episódios de violência verbal,

física e simbólica contra estudantes trans não são desvios do sistema, mas evidências do quanto esse sistema foi construído para funcionar assim.

E, paradoxalmente, é nesse mesmo espaço que pulsa resistência. Porque as pessoas trans dissidentes, ao insistirem em aprender, ocupar e transformar a escola, instauram rachaduras nesse edifício de certezas. Elas tensionam a ideia de “normalidade” que a escola tenta preservar e reivindicam novas epistemologias, novas pedagogias e novos modos de relação. Elas nos lembram que o problema nunca esteve nos corpos que chegam, mas na estrutura que não está disposta a mudar.

Muito antes da consolidação da escola como espaço estatal e laico, a educação formal era regida por interesses religiosos e catequéticos. Até o século XVI, por diversas vezes, a Igreja Católica manifestou o desejo de implantar escolas primárias amplamente, com o objetivo de realizar uma catequese mais profunda do que aquela possível apenas pela transmissão oral. “Com o advento da Reforma Protestante e a consequente concorrência religiosa, esses projetos de escolarização foram reativados, agora como ferramentas estratégicas de controle ideológico e reafirmação da ortodoxia católica” (Petitat, 1994, p. 107). Assim, a escola moderna emerge não apenas como espaço de instrução, mas como um dispositivo de normatização dos corpos, saberes e crenças uma estrutura moldada, desde o início, para excluir e corrigir o “desvio”.

É nesse ponto que precisamos olhar criticamente para a relação entre educação e repressão no caso das pessoas trans dissidentes. Esses sujeitos, ao acessarem uma escola ainda moldada nos parâmetros da cisheteronormatividade e da lógica binária, se deparam com dispositivos de exclusão que operam tanto nos currículos quanto nas relações interpessoais. O problema, como já alertam autores críticos da função social da escola, se aprofunda quando confrontamos a idealização da “educação universal” com o cotidiano escolar, que na prática se constitui como um campo de disciplinamento.

Mesmo com a ampliação do acesso à educação nos séculos XIX e XX, impulsionada por ideais iluministas e pela institucionalização do ensino obrigatório, a escola continuou sendo marcada por estruturas excludentes. Como alerta Petitat (1994), “essa expansão não foi acompanhada por uma transformação estrutural: a escola que sempre foi elitista não se tornou, magicamente, democrática”. A presença de corpos dissidentes dentro dela – pessoas negras, pobres, indígenas, trans – não encontrou acolhimento, mas resistência. A evasão, as dificuldades de aprendizagem, a patologização da diferença e o silenciamento continuam a ser sintomas de um sistema que ainda não se redesenhou para a pluralidade.

Para as pessoas trans dissidentes, essa repressão se intensifica. A escola não apenas falha em reconhecer suas existências; ela as combate, ainda que de forma velada. A recusa do

nome social, a invisibilização nos materiais didáticos, os discursos médicos e religiosos travestidos de pedagogia tudo isso conforma um ambiente que mais afasta do que acolhe. E essa exclusão não é mero acaso: ela é parte do DNA histórico de uma escola forjada para moldar corpos e eliminar desvios.

Contudo, onde há repressão, há reinvenção. As pessoas trans dissidentes que resistem dentro da escola subvertem a lógica da exclusão ao transformar sua permanência em ato político. Seus corpos se tornam pedagogias vivas. Elas tensionam os alicerces de uma educação pensada para apagá-las e constroem, mesmo que entre os escombros, outros modos de saber, de existir e de ensinar. Elas são, paradoxalmente, o que de mais potente pode emergir da escola justamente por escaparem àquilo que ela tenta impor.

Esse processo é ainda mais cruel porque não se dá apenas pela força mas pela sutileza do condicionamento mental. Como analisa Collins (2024), quando se controla o pensamento de alguém, não é mais necessário ditar seus passos: ele encontrará sozinho seu “lugar” e ali permanecerá, mesmo sem ordens explícitas, criando suas próprias formas de confinamento em nome da sobrevivência. É esse o tipo de repressão que a escola opera com os sujeitos trans dissidentes não apenas os exclui, mas os ensina a se excluir. Ensina-os a silenciar, a se moldar, a se esconder.

Contudo, onde há repressão, há reinvenção. As pessoas trans dissidentes que resistem dentro da escola subvertem a lógica da exclusão ao transformar sua permanência em ato político. Seus corpos se tornam pedagogias vivas. Elas tensionam os alicerces de uma educação pensada para apagá-las e constroem, mesmo que entre os escombros, outros modos de saber, de existir e de ensinar. Elas são, paradoxalmente, o que de mais potente pode emergir da escola justamente por escaparem àquilo que ela tenta impor.

5. OUVIR, SENTIR E (TRANS)FORMAR SABERES MARGINALIZADOS

Esta pesquisa, ancorada nos estudos decoloniais, buscando romper com as epistemologias tradicionais que historicamente marginalizaram as experiências e saberes, particularmente os das pessoas trans. A invisibilização da população trans nas pesquisas, como destaca Lanz (2016), reforça essa marginalização e dificulta a compreensão de suas realidades e necessidades. Para superar essa lacuna, o fundamento teórico desta pesquisa se constrói a partir de um diálogo com autores e autoras trans que, ao centralizarem suas próprias vivências e experiências, contribuem para a construção de uma trans epistemologia.

Ao colocar as experiências trans no centro da produção do conhecimento, a trans epistemologia desafia as noções binárias de gênero e valoriza a diversidade de saberes. Ao reconhecer a importância das perspectivas localizadas, essa abordagem rompe com a tradição epistemológica que historicamente marginalizou e silenciou as vozes trans, abrindo caminho para novas formas de pensar e conhecer o mundo. Centralizar as vivências trans contribui para a descolonização do conhecimento, desafiando paradigmas hegemônicos e oferecendo novas possibilidades de escrita, de ciência e de relacionamentos. Os resultados dessa pesquisa podem transformar diversas áreas, desde a formulação de políticas públicas mais inclusivas até a criação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de gênero. Ao informar pesquisas futuras, a trans epistemologia impulsiona a construção de um conhecimento mais justo e equitativo.

Ao valorizar as experiências trans, essa pesquisa não apenas reconhece a importância de suas contribuições, mas também demonstra o potencial transformador de uma epistemologia que se baseia na diversidade e na inclusão

Nesse sentido, a pesquisa se aproxima das ideias de Benevides, (2018) que, em consonância com Mbembe (2003), denuncia as tentativas cotidianas de extermínio das possibilidades de existências trans por parte da sociedade heteronormativa. Para Benevides, sobreviver já é, em si, uma grande vitória para pessoas trans, e obter sucesso escolar é uma exceção pela qual lutam diariamente. Essa configuração de menos-valia social é paulatinamente orquestrada para que o insucesso escolar seja interpretado como fracasso individual e não como resultante das ações de uma sociedade excludente que não reconhece a humanidade trans e desrespeita, violenta e busca deslegitimar suas existências. Ao questionarmos a perspectiva cisgênero que historicamente dominou a produção de conhecimento, abrimos espaço para outras formas de compreender o mundo.

Reconhecemos, assim, a importância de saberes produzidos fora dos espaços acadêmicos tradicionais, como aqueles construídos a partir das vivências e lutas de pessoas trans. Conforme aponta York (2023), a imposição de uma binaridade rígida de gênero, que exclui todas as identidades não normativas, é resultado de uma epistemologia colonial que privilegia o homem cisgênero branco como padrão de normalidade. Essa lógica, profundamente arraigada em nossas instituições e discursos, naturaliza a cisgeneridade e marginaliza as experiências de pessoas trans, relegando-as a uma posição subalterna.

5.1 A CONSTRUÇÃO DA TRANSEPISTEMOLOGIA

A construção de uma trans epistemologia é um processo contínuo e coletivo, que demanda o engajamento de pesquisadores, ativistas e da própria comunidade trans. Ao dar voz às experiências e saberes trans, contribuímos para esse processo, apontando para um futuro em que a diversidade seja genuinamente valorizada e a justiça social se torne uma realidade para todas as pessoas. A trans epistemologia nos convida a desconstruir as hegemonias de saber e poder que marginalizam as vozes e as experiências trans, exigindo um esforço conjunto de diversos atores sociais.

Iazzetti (2021) aborda esse impacto ao referir-se à reflexão de Renata Carvalho (2018), que adapta a ideia de Angela Davis sobre o movimento das mulheres negras para o contexto das travestis. Assim como as mulheres negras, Carvalho argumenta que, quando as travestis se movimentam, toda a estrutura social é afetada. Esses movimentos têm um poder transformador, pois desafiam o sistema hierárquico de desigualdades relacionadas a gênero, raça e classe, provocando reverberações significativas na sociedade. Ao romper com o silêncio e a inferiorização histórica, as travestis geram um impacto profundo nas dinâmicas sociais, desafiando as percepções sobre seus corpos e histórias.

Carvalho (2018) amplia essa reflexão ao introduzir o conceito da "pirâmide social", onde as desigualdades de gênero, raça e classe se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Nessa hierarquia, travestis, assim como mulheres negras, ocupam a base, uma posição marcada pela opressão, onde múltiplas camadas de preconceito se sobrepõem. Quando essas pessoas tomam ações de resistência, o impacto reverbera por toda a sociedade, provocando mudanças profundas e questionamentos nas estruturas que sustentam a desigualdade. Esse conceito de "pirâmide social" proposto por Carvalho se relaciona diretamente com a teoria da interseccionalidade, que analisa como as diferentes formas de opressão como gênero, raça e classe se interagem e se sobrepõem, criando experiências únicas e complexas de desigualdade.

A pesquisa de Iazzetti (2021) dialoga com essa perspectiva ao explorar as epistemologias trans e os desafios enfrentados pela comunidade trans nos ambientes educacionais. Sua relevância reside na articulação das dimensões políticas, epistemológicas e afetivas, além da análise das micro e macro violências e das práticas de resistência. Quando combinada com as ideias de Carvalho, a pesquisa de Iazzetti demonstra que as ações de resistência não são meras reações isoladas; são movimentos amplos que reverberam nas estruturas sociais, impactando a percepção e as políticas educacionais. Ao mapear políticas de ação afirmativa e sua historicidade, Iazzetti evidencia como a luta por reconhecimento e inclusão no ensino superior reflete e fortalece uma luta maior contra a opressão em múltiplos níveis.

5.1.2 Experiências de estudantes trans e políticas de inclusão

A experiência de estudantes trans na universidade é marcada por nuances complexas. Por um lado, esses espaços podem oferecer um ambiente mais seguro em comparação com outros contextos, como o familiar, no qual a afirmação de identidade pode ser mais desafiadora. No entanto, conforme apontado por Iazzetti (2021), a pesquisa com estudantes trans revela uma realidade paradoxal: a universidade, ao mesmo tempo em que oferece um espaço de afirmação de identidade, também pode ser um local de sofrimento e exclusão e desigualdades, marcado por violências institucionais. Essa dualidade evidencia a necessidade urgente de políticas institucionais mais eficazes para garantir a inclusão e o bem-estar dos estudantes trans, promovendo ambientes acadêmicos mais seguros e acolhedores.

Percebe-se que a transição de uma pessoa trans vai muito além da simples alteração de nome, gênero, vestimentas e comportamentos; é uma transformação profunda que abrange todas as esferas da vida. Esse processo envolve a navegação por diferentes espaços e a vivência de experiências diversas, redefinindo a relação do indivíduo com o mundo e consigo mesmo. Ao refletir sobre essas transições, percebe-se a complexidade que marca suas experiências e a maneira como múltiplas formas de visibilidade e invisibilidade influenciam suas trajetórias, incluindo as acadêmicas. Nesse sentido, em consonância com Iazzetti (2021), entende-se que essas mudanças não se limitam à identidade de gênero, mas refletem a reconfiguração de um universo pessoal, social e intelectual.

O estudo de Iazzetti (2021) oferece uma contribuição significativa para a compreensão das políticas de acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro. Sua pesquisa abrangeu 60 instituições públicas federais, mapeando a implementação de políticas afirmativas voltadas para essa população, como o uso do nome social e outras práticas

de inclusão. A partir de um levantamento nos portais de transparência, Iazzetti (2021) obteve respostas de diversas universidades estaduais e federais, as quais detalham a implementação dessas políticas. Essa coleta de dados permitiu que a pesquisa não só revelasse a existência dessas políticas, mas também analisasse a resposta institucional a questões como a utilização do nome social, a coleta de dados demográficos sobre estudantes trans e a disponibilização de documentos institucionais que garantem esses direitos, como decretos, editais e resoluções internas.

No trabalho quantitativo que realizei junto a universidades federais, via portais de transparência, houve pouquíssimos exemplos de instituições que indicavam numericamente a quantidade de estudantes trans* a partir de autodeclarações nos sistemas internos da instituição (via sistema SIGA, por exemplo), ou pesquisas internas de larga escala, embora algumas universidades tenham afirmado que mudanças estavam sendo realizadas nesse sentido (Iazzetti, 2021, p.66).

Este levantamento, realizado principalmente no âmbito legal, foi fundamental para compreender as condições institucionais de acolhimento da população trans nas universidades. Ao mesmo tempo, trouxe um desdobramento importante para a pesquisa de Iazzetti, que incorporou dados quantitativos uma abordagem inicialmente fora de seu planejamento. No entanto, a pesquisa não se limitou a um recorte técnico e formal; ela também buscou abordar as questões mais amplas relacionadas às desigualdades sociais e às dificuldades interconectadas que impactam o acesso e a permanência das pessoas trans no ensino superior, ampliando o foco para além das questões legais e refletindo sobre as relações de poder e dinâmicas sociais presentes nesse contexto.

Nesse cenário, a ausência de dados quantitativos não se configura apenas como um reflexo de um processo burocrático ineficiente, mas também como um reflexo das tensões e resistências que permeiam as políticas de inclusão no Brasil. Embora algumas universidades tenham afirmado que mudanças estavam sendo realizadas, o número reduzido de instituições que efetivamente realizam a coleta e a divulgação dessas informações sugere que as práticas inclusivas ainda são, em grande parte, experimentais ou, no máximo, incipientes.

A dissertação de Iazzetti vai além de um levantamento técnico e também percorre os contextos históricos da implementação do uso do nome social, desde suas primeiras discussões até os dias atuais. Ela destaca recortes sociais importantes e homenageia figuras trans que desempenharam papéis essenciais nesse processo de conquista de direitos. Além disso, por ser uma pesquisadora trans, Iazzetti oferece uma perspectiva única e vivencial, o que enriquece profundamente a compreensão das questões abordadas.

5.1.3 Políticas afirmativas para pessoas trans no ingresso universitário no norte do Brasil

Com base neste estudo, realizei um levantamento similar nas universidades federais e estaduais do Norte do Brasil. Inicialmente, as solicitações de dados se concentraram na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), realizou-se duas solicitações uma no dia 19 de agosto e a segunda no dia 12 de setembro de 2024. No entanto, visando ampliar a pesquisa para uma perspectiva mais abrangente, estendi a coleta de dados para as demais universidades da região.

As solicitações para estas instituições ocorreram entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025, e foram realizadas tanto por meio do portal Fala.Br quanto por contato direto via e-mail. A pesquisa abrangeu tanto os cursos de graduação quanto os de pós-graduação em Educação, buscando traçar um panorama completo do cenário educacional na região.

Para cada programa de pós-graduação em Educação das universidades, foi encaminhada uma mensagem solicitando as seguintes informações:

1. Se existem estudantes trans (transexuais, travestis, transgêneros e não binários) matriculados no programa;
2. Caso positivo, o número de estudantes trans atualmente matriculados no programa;
3. Se existem políticas de cotas ou ações afirmativas específicas para pessoas trans no programa;
4. Caso existam, detalhes sobre a política de cotas ou ações afirmativas.

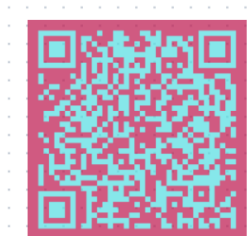
Para as graduações das universidades federais e estaduais, as solicitações foram direcionadas para as seguintes informações:

1. Número de estudantes trans atualmente matriculados e os respectivos cursos;
2. Uso do nome social: se a instituição permite o uso do nome social e quantas solicitações foram registradas para o uso do nome social;
3. Políticas de cotas: se existe reserva de vagas para pessoas trans e, em caso afirmativo, em quais modalidades (graduação, pós-graduação ou ambas);
4. O total geral de alunos matriculados na universidade, tanto em graduação quanto em pós-graduação.

Este levantamento contribuirá para as discussões e análises de dados que serão realizadas na Seção 7, a qual se dedica às condições de acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior nesta região. O mapeamento ampliará o debate e proporcionará uma reflexão aprofundada sobre os dados, sendo fundamentais para entender as especificidades do contexto local e oferecendo subsídios cruciais para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Esses documentos ainda serão analisados, mas para acessá-los, você poderá entrar no link ou utilizar o QR code disponível em:

Figura 3 – QR Code com os documentos das Universidades do Norte do Brasil



Fonte: QR Code criado pelo pesquisador, 2025 QR Code onde se encontra os documentos e link para acesso: <https://drive.google.com/drive/folders/1IobgYITOfNJRRquUIYxVhP7pT6hg7EcP>

Portanto, a sua dissertação não só reforça a legitimidade e a profundidade da pesquisa, como também exemplifica a aplicação do conceito de resistência no contexto educacional e as estratégias de agenciamento empregadas por pessoas trans. Essa contribuição amplia o entendimento sobre as narrativas de luta e resiliência e fortalece o debate sobre as práticas pedagógicas e políticas de inclusão, essenciais para uma educação mais equitativa e respeitosa às diversidades de gênero.

5.1.4 Resistência e (trans)formação social

Dentre os(as) autores e autoras que fundamentam a construção de uma trans epistemologia, destaca-se o trabalho de Silva (2022), que se revela como uma base teórica essencial para a compreensão da inclusão de estudantes trans no ambiente universitário. Sua pesquisa oferece uma análise detalhada das manifestações da transfobia nesse contexto, identificando as diversas formas de discriminação e violência que impactam a vivência acadêmica de estudantes travestis e transexuais. A partir dessa investigação, Silva não apenas amplia o entendimento sobre os desafios enfrentados por essa população, mas também contribui para o delineamento de um caminho para a criação de um ambiente universitário mais justo, inclusivo e acolhedor. As experiências e obstáculos descritos por Silva servem como um ponto de partida relevante para a compreensão das realidades em outras instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Amapá.

Ao revisar a pesquisa de Silva (2022), é possível traçar paralelos e identificar especificidades, construindo um panorama mais abrangente sobre as condições de inclusão das pessoas trans no ensino superior brasileiro. A pesquisa evidencia as múltiplas formas de transfobia presentes no cotidiano universitário, sejam nas interações interpessoais ou nas estruturas institucionais, e os impactos que essas manifestações têm na vida acadêmica dos

estudantes trans. Ao expor como a transfobia se materializa em diferentes dimensões, oferecendo uma reflexão crítica sobre os principais desafios que esses estudantes enfrentam ao longo de sua trajetória acadêmica, desde a matrícula até a conclusão do curso, revelando as barreiras que muitas vezes dificultam a sua permanência no ensino superior.

De acordo com Silva (2022, p. 72):

Portanto, a transfobia é sim uma violência, mas não pode ser compreendida de maneira isolada diante da complexa teia que emaranha a vida de estudantes trans em muitos aspectos. Seguindo a lógica, entendemos então que as questões envolvendo acesso e permanência não podem se restringir à entrada nos portões das universidades, pois esta entrada também se liga a condicionantes anteriores e objetivas de existência. Esse movimento faz com que a universidade pública, mesmo a passos lentos, busque estratégias de acolhimento das minorias sociais, embora essas posturas ainda não sejam suficientes para dirimir a reprodução de violências como a lgbtfobia, o racismo ou mesmo a discriminação de classe.

Sua pesquisa faz uma crítica contundente às políticas de inclusão e à afirmação da identidade de gênero nas universidades, apontando que, embora haja avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas trans, ainda há lacunas consideráveis na implementação de medidas que garantam uma verdadeira inclusão. A autora destaca a importância de políticas que assegurem a utilização do nome social, promovam treinamentos de conscientização para a comunidade acadêmica e criem espaços seguros para o acolhimento das vivências trans. A lgbtfobia, o racismo e a discriminação de classe não são problemas periféricos, mas questões centrais que comprometem a integridade e a verdadeira missão educativa das universidades. Nesse sentido, o trabalho de Silva propõe uma reflexão sobre a necessidade urgente de um olhar mais atento e sensível para as especificidades das vivências trans no ensino superior, alertando para a criação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, que atendam de maneira efetiva a essa população, favorecendo sua permanência e afirmação dentro da universidade.

Ao realizar essa análise, a autora não só ilumina as questões centrais da transfobia nas instituições de ensino superior, mas também destaca a importância de políticas educacionais que promovam, de fato, a inclusão e a igualdade para estudantes trans, buscando transformar o ambiente universitário em um espaço mais inclusivo e plural. Ao trazer sua pesquisa para o contexto da Universidade Federal do Amapá, busca-se entender as particularidades da inclusão trans nesta instituição, considerando seu cenário social, cultural e político. A partir da comparação das experiências de estudantes trans em diferentes universidades, é possível construir um conhecimento mais abrangente sobre a inclusão trans no ensino superior.

Abreu (2019) defende a criação de espaços educacionais heterotópicos, onde normas e expectativas sociais podem ser subvertidas e reinventadas. Esses espaços oferecem a liberdade

de expressão, criatividade e experimentação, permitindo que pessoas, em especial trans e travestis, explorem suas identidades e performatividades de gênero de forma autêntica.

Uma vez que entendendo os movimentos históricos de apagamento e captura hegemônica da persona *Drag Queen* é possível pensar nas diferentes funções que lhe foram designadas, ou inventadas, subvertidas e invadidas. Entretenimento? Resistência? Militância? Arte? Educação? Casa? No caso das *Haus*, grupos de rejeitadas sociais e evadidas/expulsas de lugares formais fazem de uma heterotopia da exclusão, o não lugar, uma potência, uma rede de afetos, positavam pelas resistências e acolhimentos. Nesse sentido, uma *pedrag*-ogia está sendo a pedagogia transgressora que percorre esses saberes e esses discursos, essas vivências dissonantes que continuam a escapar pelos mais diversos vieses. (Abreu, 2019, p.97)

A ideia de um “espaço de subversão” ressoa com o papel da Drag Queen na cultura, figura que, ao longo da história, tem sido constantemente renegada ou marginalizada, mas também apropriada como ferramenta de resistência e questionamento social. Abreu sugere que, ao se observar a trajetória da Drag Queen, podemos identificar funções múltiplas atribuídas a essa figura entretenimento, resistência, militância, arte, educação, e até mesmo "casa", um refúgio que ressignifica os espaços de exclusão social e cria novas possibilidades de pertencimento. É uma pedagogia transgressora, oferece uma crítica ao sistema educacional tradicional e a todos os dispositivos que mantêm a hegemonia de uma educação excludente e normativista.

A dissertação ressalta o potencial da performance e da arte como ferramentas pedagógicas poderosas para desconstruir normas e promover a diversidade. O conceito de *Pedrag*-ogia utiliza a estética e performatividade drag para criar experiências educacionais transformadoras que desafiam modelos tradicionais de ensino e aprendizagem. Essa abordagem contribui para a pesquisa ao incentivar metodologias inovadoras que valorizam a expressão artística e criativa, promovendo uma educação inclusiva e emancipadora.

A Pedagogia Drag propõe a ampliação da educação além dos limites da sala de aula, reconhecendo o aprendizado em diversos contextos, como nas ruas, em espaços de militância e nas redes sociais. Ao incorporar a estética drag, essa abordagem expande as possibilidades de expressão e de construção do conhecimento. A escolha da dissertação de Abreu (2019) como base teórica para esta pesquisa justifica-se pela profundidade com que a autora questiona as normas estabelecidas nos processos educacionais e nas instâncias de produção de saberes. Abreu investiga como corpos e subjetividades marginalizadas, como as Drag Queens, aprendem, ensinam e perpetuam seus saberes fora dos sistemas formais de ensino, desafiando a ideia de que o aprendizado deve se restringir às instituições acadêmicas.

No universo das Drag Queens, o processo de aprendizado não segue os moldes tradicionais do ensino formal, mas se dá por meio de outras formas de socialização, como as

ruas, as performances e as redes de militância. Essas comunidades constroem espaços próprios de aprendizado que escapam das limitações impostas pelas instituições educacionais convencionais, como escolas e universidades. Os ballrooms²¹, com suas competições e performances, ilustram de forma evidente como essas redes marginais desenvolvem formas autônomas de transmissão de conhecimento, desafiando, e até questionando, a validade das estruturas tradicionais de ensino.

Dentro dessa dinâmica, as “*Houses*” (Casas) funcionam como refúgios urbanos para aqueles que se veem marginalizados e excluídos pela sociedade. Lideradas por figuras de autoridade, como as “mães”, predominantemente mulheres transexuais e travestis, essas líderes não só personificam a autoridade, mas também são as fundadoras e pilares que sustentam a história e a cultura dos ballrooms. Elas proporcionam acolhimento e orientação a aqueles que buscam pertencimento e suporte em um mundo que, muitas vezes, os rejeita.

Essas casas não são apenas espaços de acolhimento, mas também de resistência, criando uma alternativa ao modelo familiar tradicional, frequentemente negado a muitos por conta de sua identidade de gênero ou sexualidade. Elas oferecem apoio, segurança e um lar para jovens negros e latinos da comunidade LGBTQIA+, que, por serem marginalizados, muitas vezes enfrentam o abandono de suas famílias biológicas. Nesse contexto, as Houses não são meros grupos de competição, mas redes de solidariedade, onde a luta contra a discriminação e o preconceito se entrelaça com a busca por um pertencimento que lhes é constantemente negado pelas estruturas sociais dominantes. Assim, essas Casas não apenas refletem a ausência de apoio formal, mas se tornam símbolos de uma resistência coletiva à exclusão e ao abandono social.

Historicamente, esses espaços têm sido locais de resistência e afirmação para a comunidade LGBTQIA+, especialmente para pessoas trans e drag. Eles desempenham um papel crucial na construção e perpetuação de identidades e saberes que se distanciam das limitações dos currículos acadêmicos tradicionais. A obra de Abreu revela processos alternativos de transmissão de saberes que transcendem as escolas e os currículos formais.

Além disso, Abreu destaca a resistência e a invisibilidade dos corpos LGBTI+ nas esferas hegemônicas do saber, uma questão que ressoa com o interesse em investigar as realidades trans e travestis no Brasil. O trabalho adota uma postura crítica diante do silenciamento desses sujeitos, denunciando a hegemonia cisgênera e cisnormativa. A escrita

²¹ Os ballrooms são competições de performance que surgiram na comunidade LGBTQIA+ afro-americana de Nova York, particularmente no Harlem, nas décadas de 1920 e 1930. Nesses eventos, participantes, principalmente Drag Queens e pessoas trans, competem em categorias como dança, moda e encenação. Além de serem espaços de expressão de gênero e identidade, os ballrooms também funcionam como locais de militância e sobrevivência, proporcionando apoio e afirmação em um contexto de marginalização e resistência cultural.

feminista e as licenças gramaticais adotadas por Abreu visam visibilizar mulheres e pessoas não cis, subvertendo normas linguísticas e comprometendo-se com a ruptura de uma linguagem padronizada que exclui e invisibiliza.

Um ponto marcante é a inclusão da própria experiência de Abreu como artista e pesquisadora, onde sua Drag Queen emerge como voz que tensiona os limites entre arte e pesquisa. Essa subjetividade é inspiradora para valorizar as narrativas dos colaboradores na pesquisa, reconhecendo a vivência pessoal como fonte legítima de conhecimento. A crítica de Abreu ao conceito de universalidade do sujeito, comumente representado como um homem branco, cisgênero e privilegiado, reforça a necessidade de desconstruir essa visão homogênea.

A metodologia cartográfica da autora, que mapeia falas e vivências diversas fora dos moldes de ensino formal, oferece uma abordagem inclusiva e ampla pois:

A cartografia foi o caminho necessário, não o único possível, mas a ferramenta a partir da qual pude montar essa dissertação. Penso que faz parte de uma noção *pe-drag*-ógica a tentativa de experimentar, experienciar e pesquisar no aqui agora.

Poeticamente, muitas das leituras de total alicerce dessa pesquisa foram aparecendo dessa forma, curiosidades não necessariamente cabíveis à pesquisa, e contatos, e indicações, e descaminhos que me trombavam como referências que reviravam tudo que eu tinha em mente. Foi uma pesquisa *Drag*, em suas múltiplas significâncias. Não consigo não atrelar isso ao caráter improvisacional dos processos teatrais dos quais sou cria, e, portanto, não desvinculei de todo a noção de *Drag* daquela noção cênica, o que não significa que não há outros possíveis meios de se pensar tal figuração, linguagem ou persona. Nesse sentido, apesar de apresentar uma metodologia e uma epistemologia feministas, arrisco aqui uma ideia de epistemologia trans. Ou seja, usar do arcabouço de saberes produzidos por nós, circular nossas vozes, e enquanto metodologia isso fez-se fonte de leituras: buscar autoras, pesquisadoras e referenciais do universo das travestilidades e das transgeneridades (Abreu, 2019, p. 109).

Essa abordagem é também uma proposta de epistemologia trans, onde a autora se baseia em saberes produzidos por pessoas trans, travestis e outras marginalizadas, utilizando-os como fonte e ponto de partida para novas leituras e práticas. A pesquisa de Abreu, portanto, não só adota uma perspectiva feminista, mas se arrisca a construir uma epistemologia trans, que se alimenta dos saberes e experiências vividas por esses corpos e subjetividades, com o objetivo de dar visibilidade e voz a esses grupos. A autora busca nas autoras, pesquisadoras e referências do universo das travestilidades e transgeneridades o suporte necessário para sua análise.

Esse movimento de subversão do conhecimento acadêmico tradicional revela novas formas de aprendizado e resistência, em que os corpos e as subjetividades marginalizadas encontram espaço para serem reconhecidos e respeitados. A dissertação de Abreu (2019) não apenas questiona os métodos convencionais de ensino, mas também propõe uma investigação

mais profunda das vivências trans no Brasil, alinhando-se aos objetivos de sua pesquisa ao desafiar as normas e abrir caminhos para o conhecimento plural e inclusivo.

A obra “Pedagogia da desobediência travestilizando a educação” de Odara (2020) é uma contribuição importante, pois propõe um repensar das normas e práticas educacionais tradicionais a partir da perspectiva travesti de acordo com a autora

Diante dessa afirmativa a Pedagogia da desobediência nasce pelas entranhas do movimento de travestis, como uma perspectiva de educação cuja a intenção é confrontar toda marginalização de corpos dissidentes nos espaços educacionais. Uma perspectiva nascida da negação social, o que faz dessa negação o fio condutor para uma perspectiva educacional desobediente e travestilizada (Odara, 2020, p.94).

Com uma abordagem crítica e incisiva, Odara desafia as estruturas educacionais hegemônicas que perpetuam a exclusão, propondo uma pedagogia que não apenas reconhece, mas valoriza as múltiplas identidades e corpos, especialmente os que têm sido historicamente marginalizados. A ideia de *desobediência* aqui se torna uma ferramenta poderosa de resistência, questionando os padrões normativos que limitam a expressão e a inclusão de pessoas trans e travestis no âmbito educacional.

Ao sugerir a *travestilização* da educação, Odara propõe um processo de reconfiguração do ambiente escolar, transformando-o em um espaço de acolhimento e igualdade, onde diferentes identidades possam coexistir e contribuir para a construção de um saber mais plural e inclusivo. A proposta de travestilizar a educação reflete a necessidade de desconstruir os paradigmas educacionais tradicionais, criando novos espaços de aprendizado que se afastem das normas excludentes.

Ao explorar a "travestilização" da educação, Odara sugere um processo de reconfiguração que transforma o ambiente educacional em um espaço de acolhimento e igualdade, onde todas as identidades possam coexistir e contribuir para a produção de conhecimento. Essa obra fortalece a discussão sobre como práticas pedagógicas inclusivas e insurgentes podem ser articuladas na formação de epistemologias trans, conectando-se à proposta de destacar práticas de resistência e redes de apoio. Assim, a obra de Odara complementa a reflexão sobre como os movimentos de resistência não apenas impactam a base da pirâmide social, mas também podem instigar mudanças profundas nas estruturas educacionais.

Dos Passos (2022) em *Pedagogias das Travestilidades* se debruça em uma análise profunda das experiências de pessoas travestis e de como elas subvertem e transformam os conceitos tradicionais de ensino e aprendizagem. A autora destaca que as travestis, a partir de suas vivências únicas, criam e disseminam saberes que desafiam as normas sociais impostas, proporcionando novos modelos de conhecimento. Dos Passos argumenta que essas pedagogias

transcendem os ambientes formais de ensino, emergindo em contextos diversos como a rua, a noite, os espaços de militância e as redes sociais. Essa perspectiva é extremamente importante para a pesquisa de mestrado em questão, pois enriquece as discussões sobre trans epistemologias e práticas de resistência. É fundamental compreender o contexto histórico e político que contribuiu para a formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, especialmente no que diz respeito às ações e discussões que ocorreram antes de sua consolidação. O movimento não surgiu isoladamente, mas foi influenciado por várias lutas sociais e políticas. Nesse sentido, a autora destaca:

Para compreender a formação do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil, é preciso antes passar pelas discussões e ações organizadas pelas trabalhadoras sexuais no final da década de 1970, em meio à ditadura civil-militar. As contestações diante do regime autoritário se configuraram como uma influência importante para a tomada de consciência das travestis (Dos Passos, 2022, p.58).

A autora nos leva a questionar as estruturas educacionais convencionais, convidando-nos a reconhecer as diversas formas de saber que emergem em contextos de resistência e vivência. As travestis, ao redefinir a educação a partir de suas realidades e estratégias de sobrevivência, desafiam a ideia de que o conhecimento legítimo se restringe ao ambiente escolar ou universitário. Esse movimento propõe uma ruptura com a normatividade que frequentemente silencia as experiências de corpos marginalizados e, em vez disso, abre espaço para a valorização de saberes informais originados em práticas de militância, na rua, na noite e nas redes sociais. O grande desafio é como tornar essas pedagogias insurgentes, que surgem das vivências periféricas, reconhecidas como fontes legítimas de saber, sem cair na tentação de apropriá-las ou cooptá-las, esvaziando seu caráter subversivo. Esse é um dos principais dilemas do debate contemporâneo sobre educação e justiça social.

A obra de Dos Passos amplia a compreensão de que o aprendizado e a construção de conhecimento ultrapassam os limites acadêmicos, se expandindo para espaços de resistência onde as travestis reconfiguram a educação conforme suas próprias realidades e estratégias de sobrevivência. Esse olhar alinha-se à proposta de práticas pedagógicas que rompem com a normatividade, dialogando com a obra de Odara (2020), e aprofundando a percepção de como as pedagogias alternativas podem gerar redes de apoio e promover espaços inclusivos de saber. Dessa forma, Dos Passos oferece uma contribuição importante para a análise da necessidade de reconhecer e valorizar essas pedagogias insurgentes, que não apenas resistem às opressões sistêmicas, mas também desafiam e reconstroem as fundações do conhecimento tradicional.

A dissertação de Cello Latini Pfeil (2023) e os estudos de Bruno Latini Pfeil (2021) oferecem contribuições valiosas para a construção de uma trans epistemologia, ao explorar as

intersecções entre cisnormatividade, colonialidade e as formas de poder que moldam os espaços de conhecimento e controle social. Ambos os irmãos, homens trans, investigam como a cisgeneridade, estabelecida como norma, está imbricada com a estrutura colonial. Além disso, analisam como diferentes sistemas institucionais – como os sistemas jurídico, educacional e de saúde perpetuam a colonialidade sobre corpos trans.

A originalidade de suas pesquisas está em abordar uma lacuna existente nas perspectivas anarquistas e decoloniais em estudos sobre transgeneridade e cisgeneridade, propondo o conceito de "colonialidade cisgênera". Essa ideia se refere a uma forma específica de colonialidade que afeta diretamente corpos trans, evidenciando as violências cisnormativas inseridas na modernidade/colonialidade. CL Pfeil (2021) sugere que os movimentos sociais de pessoas trans refletem princípios anarquistas de emancipação e demonstra como as abordagens decolonial e anarquista se complementam ao analisar tais violências.

Em um dos trechos destacados de suas reflexões, CL Pfeil (2021, p. 171) observa que:

A apresentação de uma leitura social cisgênera e heterossexual protege de determinadas violências e leva à ocorrência de outras. Mas a transfobia também está presente no desejo de ser lido como cis. Quando há necessidade de ser passável para que as violações reduzam, o caráter contínuo da violência se evidencia, porque a invisibilização de nossa identidade torna--se condição de nossa humanização. Violência não define identidade, mas aponta para sua unidade em relação ao sistema que procura cerceá-la. Passar de um pólo a outro dentro da binaridade, ser reconhecido como se deseja, frequentar espaços anteriormente violentos e agora possíveis, ou então evitar espaços anteriormente possíveis que se tornaram violentos, são consequências de uma cultura misógina, LGBTIfóbica e racista que não admite a autodeterminação dos sujeitos. Há coisas que não são apagadas, como a patologização compulsória de nossas identidades em instituições acadêmicas e de saúde, a negação do acesso à saúde pela nossa conformação física não condizente com os modelos preconizados de corpo [cis], os impasses da retificação de nome e gênero, e, principalmente, nossa história.

Em sua abordagem CL Pfeil (2021) de forma contundente as dinâmicas de violência que permeiam as vidas de pessoas trans, revelam como a cisnormatividade estrutura as relações sociais e culturais. O autor explora o paradoxo do desejo de passabilidade cis: ser lido como cisgênero pode proteger de certas agressões, mas também reforça outras formas de opressão. Essa necessidade reflete o caráter contínuo da violência transfóbica, uma vez que a invisibilização da identidade trans é frequentemente exigida como condição para a redução de violações. Tal exigência não apenas deslegitima a diversidade das identidades trans, mas perpetua a desumanização dessas existências ao vinculá-las à conformidade com padrões cisnormativos. Segundo as observações do autor a respeito da violência e opressões direcionadas a população trans:

Não há solução única para o combate a opressões em contextos diferentes. Sem autodeterminação de grupos subalternizados, não pode haver real emancipação, pois toda imposição derivada de apagamento cultural e deslegitimação somente produz violências tão coloniais como os genocídios/epistemicídios do século XVI (CL Pfeil, 2021, p.19).

Essa dinâmica é enraizada em uma cultura que CL Pfeil descreve como misógina, LGBTIfóbica e racista, onde a autodeterminação dos sujeitos é negada. Pessoas trans enfrentam múltiplas intersecções de opressão, que variam desde a exclusão de espaços anteriormente acessíveis até a necessidade de negociar a presença em contextos historicamente violentos. Essa realidade reflete um sistema que marginaliza identidades dissidentes, enquanto reforça normas binárias e cis-hegemônicas. A autodeterminação é vista aqui como um princípio essencial para qualquer processo de emancipação verdadeira. Isso significa que os próprios grupos que sofrem opressões precisam ser protagonistas de sua luta, definindo seus próprios caminhos, suas formas de resistência e as soluções que atendem às suas realidades. Sem essa autonomia, qualquer tentativa de "emancipação" pode ser apenas uma forma de controle ou dominação disfarçada.

CL Pfeil também aponta para as violências institucionais que sustentam essa estrutura, como a patologização compulsória das identidades trans em contextos acadêmicos e de saúde. As dificuldades enfrentadas por pessoas trans para acessar cuidados médicos, retificar documentos ou mesmo serem reconhecidas como sujeitos plenos revelam a cisnormatividade profundamente enraizada nestas instituições. Esses desafios não são isolados, mas parte de um histórico sistemático que marginaliza pessoas trans e nega suas contribuições e narrativas.

No entanto, o autor enfatiza que a violência não define as identidades trans, embora evidencie a unidade das opressões enfrentadas em relação ao “cistema”. Essa reflexão é fundamental para entender que a resistência das pessoas trans vai além do enfrentamento de agressões pontuais; trata-se de um embate contra um sistema estrutural que busca apagar e controlar suas existências. A análise de Pfeil é, portanto, um convite à desconstrução das normas cis-hegemônicas e à valorização da pluralidade das identidades trans. É um chamado para repensar as práticas sociais e institucionais, construindo narrativas que reconheçam e respeitem a autodeterminação de pessoas trans em suas múltiplas expressões. Dessa forma, a luta pela legitimidade dessas identidades se transforma em uma resistência à própria lógica de um sistema que perpetua a exclusão e a violência.

Essa abordagem de resistência está intrinsecamente ligada às ideias disruptivas de Paul B. Preciado, especialmente no *Manifesto Contrassexual* (2004), onde ele propõe uma crítica radical às normas biopolíticas que regulam os corpos e as identidades. Para Preciado, a sexualidade não é um dado natural, mas sim um campo de tecnologias sociais e políticas que devem ser questionadas e transformadas. Ele desafia as estruturas de gênero binárias e as

imposições heteronormativas, abrindo espaço para uma reconstrução das sexualidades e corpos dissidentes. Nesse sentido, sua obra estabelece um diálogo fecundo com as reflexões de CL Pfeil sobre a colonialidade e a resistência de corpos trans, ampliando a discussão ao integrar perspectivas que subvertem as bases do sistema normativo.

O pensamento de Preciado converge com a análise das micro e macroviolências enfrentadas por pessoas trans, ao mesmo tempo em que inspira práticas de resistência e a criação de redes de apoio – elementos essenciais para a pesquisa em questão. Ao propor a contrassexualidade como uma ferramenta de ruptura, ele oferece uma base sólida para compreender como as epistemologias trans podem desafiar as estruturas tradicionais de poder e conhecimento. Isso não só fomenta a criação de espaços educacionais e sociais que respeitem as diversidades de identidade e expressão, mas também contribui para a desconstrução de sistemas opressores. Nesse sentido, sua obra complementa outras teorias de resistência e decolonialidade, ao considerar os corpos trans como agentes ativos na transformação dessas estruturas.

Preciado vê a contrassexualidade como uma resposta política que questiona não apenas as expectativas de gênero, mas também as próprias normas de conhecimento que sustentam essas lógicas de opressão. Ele propõe que, por meio dessa epistemologia trans, os corpos trans, ao se afirmarem, se tornam formas de resistência ativa contra a violência cotidiana. Esse processo configura um campo de disputa em que as identidades trans, longe de serem apenas marginalizadas, se colocam como forças disruptivas contra os sistemas que as subordinam.

Por outro lado, as macroviolências, mais explícitas e institucionais, se manifestam nas práticas estruturais que determinam as condições de vida das pessoas trans. A criminalização das identidades de gênero não conformes, a violência policial direcionada aos corpos trans e a exclusão dessas pessoas do acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho são exemplos claros de como essas violências se perpetuam. Contudo, a análise de Preciado vai além da simples denúncia dessas violências, propondo uma reflexão crítica sobre o papel das instituições na reprodução dessas normas opressivas. Ele sugere que, por meio da contrassexualidade e das epistemologias trans, seja possível promover uma reconfiguração radical dessas instituições, abrindo caminho para a desconstrução das macroviolências que sustentam o sistema de desigualdade.

Portanto, a resistência, conforme Preciado, não se limita apenas a combater a violência física e simbólica imediata, mas também desafia a estrutura de conhecimento e a organização social que define o que é normal e legítimo, em detrimento da pluralidade de identidades. Assim, a reflexão proposta não apenas ilumina a opressão enfrentada por pessoas trans, mas

também aponta para a possibilidade de uma transformação profunda das bases que sustentam essa opressão.

Outra figura de grande importância nos estudos transmasculinos é João W. Nery, cuja obra *Viagem Solitária: Memórias de um Transexual Trinta Anos Depois* se destaca como um marco no movimento trans e na construção de epistemologias transmasculinas. Reconhecido como uma das figuras mais influentes do movimento trans no Brasil, Nery utiliza sua autobiografia para relatar os desafios, as violências e as formas de resistência que marcaram sua trajetória como homem trans em um contexto profundamente cisnormativo e transfóbico. Seu relato não só ilumina as experiências de indivíduos transmasculinos, mas também contribui significativamente para a visibilidade e reconhecimento das questões que permeiam suas vidas.

Ao relatar suas experiências, Nery não apenas dá visibilidade à vivência de pessoas transmasculinas, mas também denuncia as estruturas opressivas que moldam a vida de pessoas que desafiam as normas de gênero impostas. Seu relato é uma fonte poderosa de inspiração e resistência, pois evidencia as estratégias de enfrentamento e sobrevivência frente à exclusão social, à violência institucional e à patologização compulsória de corpos dissidentes.

No meu caso, desidentificava-me como homem na medida em que me vestia de mulher. Ao mesmo tempo, um pequeno detalhe que escapasse poderia ser suficiente para não convencer as pessoas do que era e botar tudo a perder. Vivenciei mais de perto a ameaça de colapso quando o mecanismo se inverteu, ao abandonar esse curioso mundo feminino e viver uma dupla identidade social. Mantinha ao mesmo tempo duas vidas: a de homem e a de mulher. O táxi foi o veículo que me permitiu viver esse processo enlouquecedor (Nery, 2004, p. 44).

Nery compartilha a experiência de como, ao se vestir de mulher, sentia-se desidentificado como homem, mas, ao mesmo tempo, sabia que qualquer "detalhe" que escapasse poderia invalidar essa identidade construída, colocando "tudo a perder". Esse "detalhe" se refere à constante vigilância sobre a própria performance de gênero e ao risco da "revelação" da identidade de gênero verdadeira, um temor que muitos trans experimentam. Esse processo de "dupla identidade social" descrito por Nery é emblemático de uma vivência de transição em que o sujeito se vê forçado a manter, simultaneamente, duas facetas: uma que reflete o gênero atribuído no nascimento e outra que corresponde à identidade genuína que busca afirmar. No contexto em que Nery se coloca, viver essa dualidade é uma estratégia de sobrevivência, mas também uma forma de resistência ao sistema cisnormativo que impõe uma identificação rígida e binária de gênero.

O táxi mencionado por Nery como o veículo que lhe permitiu viver esse processo enlouquecedor representa mais do que um meio de transporte; ele simboliza a transitoriedade, a possibilidade de deslocamento entre os espaços e identidades que ele ocupa. O táxi, no caso,

é um espaço onde Nery poderia, ainda que temporariamente, viver sua identidade trans sem as pressões externas e com maior liberdade, uma metáfora para os momentos de fuga e liberdade que as pessoas trans buscam em suas jornadas. Esse trecho também evidencia o desgaste psicológico que acompanha a transição, pois viver “duas vidas” significa negociar constantemente com a invisibilidade, a deslegitimação e a necessidade de esconder a verdadeira identidade para se adequar às normas sociais. O que Nery descreve aqui não é apenas um conflito pessoal, mas um reflexo das imposições sociais que forçam as pessoas trans a viverem sob uma constante vigilância, onde qualquer falha na performance de gênero pode resultar em exposição, violência simbólica e até física.

A obra também se destaca por sua abordagem sensível e contundente sobre questões como a invisibilidade das pessoas transmasculinas, os impactos das violências sociais e institucionais, e as dificuldades para acessar direitos básicos, como saúde e reconhecimento legal. Nesse sentido, João W. Nery oferece uma contribuição inestimável para o entendimento das complexidades que envolvem a transmasculinidade, destacando a importância de construir espaços de reconhecimento, acolhimento e respeito à diversidade de corpos e identidades.

Assim, *Viagem Solitária* dialoga com outras produções teóricas e autobiográficas que questionam as normas cis-heteronormativas, como as análises críticas de Preciado e as reflexões de Pfeil. Em conjunto, essas obras enriquecem o debate sobre gênero, sexualidade e resistência, promovendo uma visão plural e inclusiva sobre as múltiplas possibilidades de existir.

bell hooks, (2020), em suas obras propõe uma pedagogia que vai além da transmissão de conhecimento e se centra na prática da liberdade. Ela defende uma educação que reconhece a importância das identidades e experiências dos indivíduos, criando um espaço onde as vozes marginalizadas possam ser ouvidas e valorizadas. hooks explora a interseccionalidade de raça, gênero e classe e como essas categorias afetam a dinâmica educacional, um ponto de grande relevância para a análise de como as pedagogias trans podem emergir como formas de resistência e criação de novas epistemologias. Sua abordagem enfatiza a necessidade de uma prática educacional inclusiva que desafie as normas opressivas e celebre a diversidade de experiências.

Arroyo (2014) propõe uma análise crítica sobre o currículo escolar, abordando temas centrais como a identidade docente e a formação de professores, especialmente em um contexto de transformações educacionais e políticas que impactam diretamente a prática pedagógica. O autor discute como a disciplina ensinada pelos professores pode interferir na construção de sua identidade profissional, gerando crises que surgem das pressões externas para a adoção de práticas padronizadas.

Se há muita vida lá fora, também há muita vida disputada nas salas de aula. Há muitas disputas lá dentro e muitas disputas fora sobre a função da escola e sobre o trabalho de seus profissionais. Sinal de que o território da escola ainda é importante para a sociedade e, sobretudo, para as crianças, os adolescentes, os jovens e adultos populares e para seus professores(as). A escola é disputada na correlação de forças sociais, políticas e culturais. Nós mesmos, como profissionais da escola (Arroyo, 2014, p.10).

A escola, como espaço de formação, não é apenas um lugar de ensino técnico ou de repasse de conteúdos, mas um território de disputa de valores e significados, que envolve questões de classe, raça, gênero e poder. As identidades que se constituem no ambiente escolar, portanto, não pode ser compreendida de maneira simplista, pois está imersa em uma complexa rede de tensões que desafiam a atuação dos professores. Essas pressões, oriundas de políticas educacionais que priorizam a eficiência técnica e o cumprimento de metas, moldam a atuação docente de maneira muitas vezes dissociada das perspectivas e valores pessoais dos educadores, afetando sua autonomia e inovação pedagógica.

Ao refletir sobre as políticas neoliberais que predominam no sistema educacional, Arroyo denuncia o enfraquecimento da identidade do professor, cuja atuação se vê limitada por um currículo que privilegia a homogeneização e a quantificação dos resultados. Ele critica a visão burocrática e conservadora dessas políticas, que reduzem a educação a um processo técnico e impessoal, afastando-a das realidades vividas pelas comunidades e dos saberes emergentes dos próprios sujeitos. Em sua análise, Arroyo defende uma reformulação radical do currículo, que não apenas aborde a diversidade de sujeitos sociais, mas que também ofereça um espaço de acolhimento para essas diferenças, permitindo que novas epistemologias possam surgir e ser reconhecidas.

Nesse contexto, a reflexão de Arroyo se conecta de maneira importante à realidade das pessoas trans no espaço educacional. Ele sugere que o currículo escolar, ao não contemplar as múltiplas identidades e experiências, acaba por marginalizar e invisibilizar aqueles que não se encaixam nos moldes tradicionais. As questões de gênero, frequentemente negligenciadas ou distorcidas, revelam a necessidade de uma revisão das práticas educacionais que permita um espaço mais inclusivo, onde a diversidade de gênero seja respeitada e valorizada, contribuindo para a construção de uma educação que se distancie da homogeneização e favoreça a construção de novas formas de saberes.

Paulo Freire, por sua vez, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1968), defende uma educação dialógica e crítica que permita aos oprimidos se conscientizarem de suas realidades e lutarem por transformações. Sua pedagogia fundamenta-se na ideia de que o ensino deve ser uma prática libertadora, onde professores e alunos constroem conhecimento de forma

colaborativa. Freire propõe uma abordagem que subverte as estruturas hierárquicas tradicionais da educação, empoderando os alunos a serem agentes ativos em suas trajetórias de aprendizagem. Essa visão é essencial para compreender como pessoas trans podem se apropriar da educação como um espaço de resistência e criação de novas epistemologias, que reconheçam e valorizem suas vivências.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos (Freire, 1968, p. 20).

Freire ilustra uma das bases da pedagogia libertadora proposta, a qual é extremamente relevante para a construção de uma epistemologia trans. Esse conceito de luta pela recuperação da humanidade, tanto dos oprimidos quanto dos opressores, ressoa diretamente nas experiências da comunidade trans, que busca não apenas a libertação de suas próprias condições de opressão, mas também a desconstrução das normatividades que desumanizam aqueles que buscam manter o status quo. Assim, a luta trans, em suas diversas formas de resistência, pode ser vista como um processo de restaurar a humanidade, desafiando a cisnormatividade e as violências que a sustentam, em um movimento coletivo de emancipação e transformação social.

Ainda que os autores não abordem diretamente sobre a comunidade trans, a contribuição de bell hooks e Paulo Freire é essencial para a pesquisa, pois ambos oferecem perspectivas que destacam a importância da educação como um meio de transformação social e questionamento das normas opressoras. Eles fornecem uma base teórica para discutir como práticas pedagógicas inclusivas e críticas podem abrir caminho para a resistência e o fortalecimento das redes de apoio dentro dos ambientes educacionais, ajudando a reconfigurar o espaço acadêmico em um lugar mais justo e acolhedor para a diversidade de identidades.

Quijano (1928 - 2018) em sua teoria sobre a colonialidade do poder, que se refere à continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após a independência formal dos países, pode ser aplicada para entender como as normas de gênero e sexualidade, como a cisnormatividade, foram historicamente construídas e mantidas. Segundo o autor:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural

global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005 p.121).

Essa análise evidencia que o processo colonial não se restringiu à dominação territorial, mas se expandiu para a construção de uma ordem cultural e epistemológica que centralizou a visão europeia do mundo, impondo suas concepções de identidade, sexualidade e gênero como universais. Nesse contexto, a cisnormatividade a norma que naturaliza e privilegia identidades de gênero binárias e heterossexuais emerge como um produto direto dessa lógica colonial de homogeneização das subjetividades. Quijano nos provoca a refletir sobre como as práticas coloniais ainda persistem nas estruturas sociais e culturais contemporâneas, moldando as formas de entendimento e controle sobre identidade sexual e de gênero, perpetuando desigualdades históricas.

O autor argumenta que a modernidade não apenas impôs uma divisão hierárquica entre culturas, mas também consolidou a cisnormatividade como um padrão dominante, que subordina outras formas de viver o gênero. Nesse sentido, a cisnormatividade não é apenas uma norma social; é também um mecanismo de controle que se inscreve nas relações de poder globais, moldadas pela colonialidade. Utilizando os conceitos de Quijano, podemos situar as experiências trans dentro de uma análise decolonial, compreendendo como as opressões ligadas à identidade de gênero são estruturadas pela colonialidade e como a luta trans, ao desafiar essas normas, se configura como uma forma de resistência a essas mesmas estruturas coloniais. A perspectiva decolonial oferece, assim, uma ferramenta fundamental para pensar a descolonização das subjetividades de gênero e a importância da luta trans para a reconstrução de um mundo mais plural e inclusivo.

Em relação ao aporte teórico sobre a compreensão das micro e macroviolências, recorro às contribuições de autores que discutem essas questões no contexto da colonialidade e das relações de poder. As microagressões, conforme descritas por Nadal (2016), podem ser entendidas como manifestações da colonialidade, uma vez que, mesmo em contextos onde as formas mais explícitas de discriminação racial e de gênero parecem diminuir, essas microagressões continuam a operar como mecanismos sutis de subordinação.

No caso específico das microagressões relacionadas a insultos ou microinsultos, o autor destaca:

Microinsultos são declarações ou ações que podem menosprezar ou menosprezar a identidade marginalizada de uma pessoa. Um microinsulto para uma pessoa LGBTQ pode incluir alguém que estereotipa que todas as lésbicas são masculinas ou que todos os homens gays são femininos (por

exemplo, fazer uma piada de que um homem gay não poderia gostar de esportes ou comentar que uma mulher é “bonita demais para ser lésbica”). Embora comentários como esses possam não ter a intenção de ofender os outros, ou às vezes sejam disfarçados como “piadas”, as mensagens transmitidas podem fazer com que uma pessoa LGBTQ se sinta menosprezada, magoada ou estereotipada (Nadal, 2016, p.03). Essas microagressões, embora muitas vezes não sejam visíveis ou diretamente percebidas como agressivas, operam dentro de um sistema mais amplo que perpetua e reproduz as desigualdades históricas. Elas não são apenas incidentes pontuais, mas reforçam, de maneira velada, as hierarquias sociais estabelecidas pela colonialidade. A discriminação, frequentemente disfarçada ou mascarada, se entrelaça com as práticas sociais cotidianas, muitas vezes invisíveis, mas profundamente estruturantes. Isso reflete a análise de Quijano sobre as estruturas sociais, que carregam os vestígios da colonialidade e continuam a subordinar corpos e identidades marginais.

Ao compreender as microagressões dentro dessa lógica colonial, é possível perceber como essas formas de violência, ainda que sutis, desempenham um papel fundamental na manutenção das hierarquias de poder. Elas se inserem no contexto maior das relações coloniais, em que a normalização de certos corpos, identidades e comportamentos é reforçada constantemente. Nesse sentido, as microagressões são mais do que apenas falhas na convivência social; elas são, na realidade, parte integrante de um sistema que continua a marginalizar e submeter grupos historicamente oprimidos, perpetuando as lógicas coloniais de controle e discriminação.

No contexto das pessoas LGBTQI+, Nadal (2016) destaca como as microagressões são intensificadas por fatores interseccionais como raça, gênero e sexualidade. Essa análise ressoa com a proposta de Quijano, que argumenta que as identidades são sempre construídas dentro de um sistema de relações de poder. O impacto dessas violências, por mais sutis que sejam, reflete a perpetuação da colonialidade. Portanto, a resistência a essas microagressões vai além do enfrentamento individual, estendendo-se à luta contra as formas coloniais de subordinação que se atualizam e se reproduzem de maneiras mais disfarçadas.

Assim, ao considerar as micro e macroviolências, é fundamental reconhecer que a violência não se manifesta apenas de maneira explícita, mas também por meio de práticas cotidianas que sustentam as relações coloniais de poder, como as microagressões. A compreensão dessas violências exige uma análise profunda das estruturas de poder que ainda moldam nossas sociedades, como propõe Quijano, e aponta para a urgência de uma descolonização das práticas sociais que continuam a marginalizar certos grupos.

Collins (2024) oferece a teoria da interseccionalidade, essencial para entender como as opressões relacionadas ao gênero, à raça e à classe não atuam de maneira isolada, mas interagem e se amplificam. Collins defende que a análise das violências, seja em nível micro ou macro, deve levar em conta como as identidades das pessoas são formadas a partir de múltiplos e interconectados eixos de poder, incluindo raça, gênero, classe social e sexualidade. No caso das pessoas trans, essa abordagem interseccional é particularmente relevante, pois suas experiências de discriminação não se baseiam apenas no gênero, mas também são muitas vezes exacerbadas por fatores como raça e classe. A pesquisa de Collins oferece uma visão abrangente sobre como essas múltiplas formas de opressão se entrelaçam, demandando uma análise cuidadosa das violências enfrentadas por esses indivíduos no cotidiano, inclusive no ambiente acadêmico. Assim, a análise interseccional de Collins nos ajuda a entender que, em contextos de violência sistemática, como as zonas de guerra sociais descritas:

Massacres são atos terroristas que mudam a política dos lugares, que deixa de ser de proteção e comunidade para se tornar um teatro de violência. Atos espetaculares de violência são a ponta do iceberg que oculta as relações interseccionais de poder que os respalda. À medida que a violência armada se torna mais rotineira, ninguém se sente protegido. Aldeias, bairros, comunidades, cidades e países inteiros podem deixar de ser ambientes de relativa proteção para se tornarem lugares perigosos. Para as pessoas que vivem em bairros onde a violência não é anomalia, onde ela está entremeadada ao cotidiano, a vida pode se assemelhar à de quem se encontra em uma zona de guerra. A expressão "zona de guerra" é um conceito elástico que descreve a violência localizada. Em linhas gerais, as zonas de guerra são lugares geográficos onde a violência sistemática em curso, ou a ameaça de violência, é evidente (Collins, 2024, p.71).

Enquanto eventos visíveis e impactantes, os massacres representam apenas a superfície de um problema muito mais profundo. As dinâmicas de poder e as relações sociais subjacentes são as responsáveis por sustentar essas atrocidades. Quando a violência armada se torna parte do cotidiano, a sensação de segurança é corroída, e comunidades antes consideradas seguras são transformadas em territórios perigosos e instáveis.

Nesse contexto, as pessoas trans estão particularmente vulneráveis à violência, que se torna um reflexo das interações complexas entre gênero, raça, classe social e outras formas de discriminação. A interseccionalidade, portanto, surge como uma ferramenta essencial para entender e combater as violências que afetam as pessoas trans, exigindo um olhar atento e multidimensional sobre suas realidades. Reconhecer as "relações interseccionais" significa entender que a violência não atinge todas as pessoas de maneira igual; ela é mais severa para aqueles já marginalizados por fatores como classe, raça e gênero. Dessa forma, o massacre, em sua forma mais extrema e visível, não é apenas um ato isolado de terror, mas sim um reflexo de uma estrutura social mais ampla, que não só permite, mas também alimenta essa violência.

Segundo dados da ANTRA (2024), em 2024, foram assassinadas 122 pessoas trans e travestis. No comparativo entre os anos de 2023 e 2024, observou-se uma queda de 16% no número de assassinatos contra pessoas trans, de 145 em 2023 para 122 em 2024. No entanto, apesar dessa diminuição, o Brasil permanece como o país que mais mata pessoas trans no mundo, o que evidencia como a violência contra essa população segue enraizada em uma estrutura social de opressão e marginalização.

É justamente essa estrutura que torna visível, mas também invisível, a violência vivenciada pelas pessoas trans. Ao conectar as contribuições de Nadal (2016), Quijano (2000) e Collins (2024), entendemos que as microagressões direcionadas aos indivíduos trans são uma extensão dessa violência sistêmica, que não se limita a atos extremos, mas permeia o cotidiano. Essas agressões não são práticas isoladas, mas refletem a perpetuação de sistemas históricos de poder e desigualdade, e estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais, culturais e políticas que sustentam hierarquias coloniais e cisnormativas.

A cisnormatividade, enquanto expressão da colonialidade, continua a marginalizar formas alternativas de vivência do gênero, e as pessoas trans, por consequência, seguem sendo vistas como “anormais”, sempre à margem da sociedade. Nesse sentido, a interseccionalidade, conforme proposta por Collins, se torna crucial para entendermos como a opressão contra as pessoas trans se amplifica quando entrelaçada com outras formas de discriminação, como a raça e a classe social.

Portanto, ao refletirmos sobre o impacto da violência no cotidiano das pessoas trans, devemos reconhecer que, embora os números possam variar, a estrutura que sustenta essa violência permanece firme, alimentada por um sistema que reforça as desigualdades. A violência visível, como os massacres, é apenas o extremo de uma violência cotidiana, mais sutil, mas igualmente devastadora, que exige um olhar crítico e transformador para que se possam efetivamente criar condições de igualdade e dignidade para todos/todas e todes.

Desse modo, a resistência a essas microagressões não se resume a uma ação individual, mas configura uma resistência coletiva contra as formas coloniais de subordinação ainda presentes nas instituições, incluindo as universidades. A luta trans, ao se afirmar no contexto acadêmico, representa uma resistência à colonialidade do poder e à cisnormatividade, com o objetivo de transformar os espaços educacionais em ambientes mais inclusivos e acolhedores.

Estas perspectivas teóricas, ao integrar diversas perspectivas oferecem uma análise mais profunda das micro e macroviolências no contexto da educação superior, com ênfase nas experiências dos estudantes trans. Estes autores e autoras não apenas expõem as barreiras que são enfrentadas por nossa sociedade, mas também apontam as possibilidades de transformação

que podem emergir a partir do reconhecimento e enfrentamento dessas dificuldades. Ao analisar as dinâmicas de poder presentes no contexto educacional, os autores e autoras nos permitem enxergar como as estruturas de opressão e exclusão ainda impactam de maneira profunda e contínua a experiência de muitos estudantes, especialmente aqueles que se identificam com identidades de gênero não hegemônicas. Ao compreender essas dinâmicas, é possível abrir novos caminhos para uma educação mais inclusiva, que não apenas reconheça as diferentes realidades e vivências de gênero, mas que, acima de tudo, as celebre, promovendo um ambiente acadêmico onde a diversidade seja vista como uma riqueza e não como uma ameaça.

Essa mudança de perspectiva pode ser um ponto de partida para a verdadeira descolonização das práticas educacionais, desconstruindo os modelos tradicionais e rígidos que muitas vezes marginalizam determinadas identidades. Uma educação inclusiva é aquela que respeita, valoriza e promove a liberdade de expressão e o direito à identidade, oferecendo a todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, a oportunidade de viver e aprender em um ambiente seguro e acolhedor. Esse processo de transformação é fundamental para perspectivas de construção de um espaço acadêmico mais justo, onde a pluralidade de vozes, histórias e corpos seja não apenas aceita, mas também celebrada, criando uma verdadeira cultura de respeito e empatia nas instituições de ensino.

6. SOBRE O OUVIR EXISTÊNCIAS, EXERCITAR ESCUTAS E AS TRANSCENDÊNCIAS

Esta seção da pesquisa apresenta e analisa os resultados obtidos a partir das narrativas de cinco (05) estudantes transgêneros, oriundos/as de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Amapá. Com o intuito de preservar a identidade dos/as participantes e garantir sua integridade, foram utilizados pseudônimos inspirados nas cores da bandeira LGBTQIAPN+, criada em 1978 por Gilbert Baker²² e exibida pela primeira vez na Parada do Orgulho em São Francisco, Estados Unidos. Originalmente composta por oito faixas coloridas, a versão mais difundida atualmente mantém seis: vermelho (vida), laranja (cura), amarelo (luz do sol), verde (natureza), azul (serenidade) e violeta (espírito). Segundo Baker (1951–2017), a bandeira foi concebida como um símbolo de diversidade e inclusão, utilizando elementos da natureza para afirmar que a sexualidade é um direito humano inalienável.

A análise das narrativas está articulada aos referenciais teóricos apresentados ao longo deste estudo. Serão evidenciadas, a relevância das redes de apoio na mitigação dos impactos da violência e da marginalização, assim como reflexões sobre pedagogias afirmativas e práticas de resistência trans. A discussão busca problematizar a cisnormatividade e suas implicações na vida acadêmica, adotando uma perspectiva interseccional para compreender as múltiplas dimensões da exclusão e da resistência.

Complementando essa análise qualitativa, serão apresentados documentos institucionais relacionados às taxas de matrícula, à distribuição de cursos e às políticas de ações afirmativas nos cursos de graduação e pós-graduação em educação das universidades estaduais e federais da região Norte do Brasil. Esses dados foram solicitados via plataforma Fala.BR no período de novembro de 2024 a fevereiro de 2025.

Inicialmente, é importante destacar que cada narrativa apresentada nesta seção é fruto de encontros marcados por diálogo sensível e escuta atenta com os/as/es colaboradores/as/es da pesquisa. Buscou-se construir um ambiente de confiança, acolhimento e respeito, no qual cada narrador/a/e pudesse se expressar com liberdade e segurança ao compartilhar aspectos de sua trajetória pessoal, vivências e percepções.

²² Gilbert Baker foi um artista, ativista dos direitos LGBT e designer estadunidense, conhecido como o criador da bandeira do arco-íris.

Esse cuidado metodológico foi essencial para que as vozes trans emergissem de forma autêntica, revelando não apenas os desafios enfrentados, mas também as potências e resistências que atravessam suas experiências no contexto universitário. Afinal, nesse movimento de falar sobre si e sobre o outro, é comum que surjam dificuldades, hesitações ou mesmo lacunas nas memórias. Narrar a própria trajetória especialmente para pessoas trans é também um exercício de (re)construção de identidade, de busca por pertencimento, por laços de afeto e redes de apoio, e, muitas vezes, de resgate do amor-próprio. Trata-se de um processo que, além de íntimo, exige a invenção de caminhos próprios dentro de espaços que nem sempre foram pensados para nos acolher.

Como aponta Pfeil (2023), acessar as ferramentas oferecidas pela academia demanda, muitas vezes, encontrar brechas, criar nossos próprios espaços e subverter as barreiras que nos são estrategicamente impostas.

Esse processo, embora potente, não é isento de dor: ele atravessa silenciamentos, violências e apagamentos que, por vezes, nos fazem tropeçar nas palavras ou nos perder em lembranças fragmentadas. Ainda assim, é justamente nesse atravessamento que se revela a força da narrativa como gesto de existência e resistência. Ao priorizar esses relatos como centrais na pesquisa, desafia-se a lógica acadêmica hegemônica que tende a objetificar corpos trans, relegando-os a meros dados ou exceções exóticas uma prática ainda presente nas universidades ocidentalizadas, que, como destaca Grosfoguel (2016), frequentemente negam às pessoas trans o estatuto de sujeitos epistêmicos.

Faço essa ressalva porque, ao longo do processo de escuta, deparei-me com uma dificuldade que atravessou não apenas os relatos, mas também a mim, enquanto pesquisador e sujeito implicado nessa temática. Percebi que muitas vezes, os/as/es estudantes ao compartilharem suas narrativas de forma sensível e honesta, enfrentavam obstáculos para acessar plenamente suas memórias. Essa fragmentação, por vezes silenciosa, parece estar ligada ao próprio processo de transição não apenas corporal ou social, mas existencial em que deixamos para trás um modelo cisnormativo que, historicamente, nos foi imposto.

Nesse percurso, perdemos laços, famílias, registros e até mesmo partes de nossas existências. A transição, então, não é apenas um ato de afirmação, mas também um processo de luto e reconstrução. O silêncio, nesse contexto, não é ausência: ele é sintoma. É reflexo do impacto das violências sutis e escancaradas que marcam os corpos, as mentes e os desejos de pessoas trans. Nesse sentido, as ciscolonialidades podem ser compreendidas como desdobramentos da colonialidade cisgênera, assim como as opressões patriarcais sobre corpos femininos derivam da colonialidade de gênero (Lugones, 2020). Escutar essas vozes, mesmo

quando entrecortadas por pausas e esquecimentos, é reconhecer os apagamentos estruturais e afirmar que cada memória resgatada é, por si só, um gesto político de reexistência.

O processo de construção dessas narrativas foi profundamente colaborativo, envolvendo a participação generosa de pessoas trans que me concederam a oportunidade de escutá-las. Essa rede se formou a partir de indicações feitas por meus amigos que em sua maioria são pessoas LGBTQIAPN+, meu orientador, e outros colegas do ambiente acadêmico e, sobretudo, pelas próprias participantes, que indicaram outras pessoas trans dispostas a contribuir com a pesquisa. Foi nessa teia de confiança e apoio mútuo que as entrevistas foram sendo organizadas.

Cada encontro foi estruturado em dois momentos: inicialmente, realizava-se uma conversa introdutória e explicativa sobre a pesquisa e sobre quem sou eu nesse processo investigativo o que permitia estabelecer uma relação de respeito, transparência e escuta. Em seguida, era encaminhado um questionário socioeconômico online, e posteriormente era agendada a entrevista propriamente dita. Das cinco (05) entrevistas realizadas, apenas uma (01) ocorreu presencialmente, a pedido do próprio colaborador, que, de forma muito acolhedora, abriu as portas de sua casa e doou parte do seu tempo para esse diálogo tão significativo.

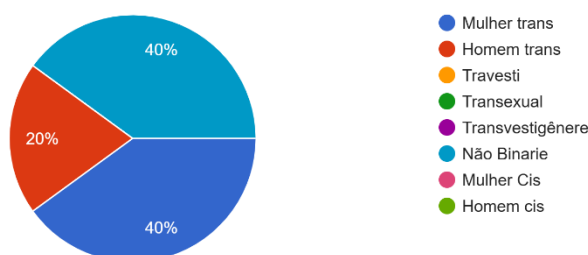
6.1 MAPEAMENTO INTERSECCIONALIDADES PARA COMPREENDER AS EXISTÊNCIAS

Antes de adentrar as narrativas de cada colaborador (a/e), será apresentado as respostas obtidas do questionário socioeconômico encaminhado aos/as estudantes colaboradores/as, composto por (39) perguntas. Os /as cinco estudantes cujas narrativas compõem esta pesquisa incluem (02) duas pessoas não binárias, (02) duas mulheres trans e (01) um homem trans, A análise do questionário socioeconômico aplicado junto aos (as) estudantes trans da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) permite observar uma série de interseccionalidades que atravessam essas existências no contexto acadêmico.

Os dados coletados revelam um panorama em que gênero, classe, raça, origem geográfica e trajetória educacional se entrelaçam de maneira complexa, construindo realidades marcadas tanto por vulnerabilidades quanto por resistências.

No questionário socioeconômico, as opções presentes na identificação de gênero apresentadas incluíam mulher trans, homem trans, travesti, transexual, travestigênera, não binária, mulher cis e homem cis como apresentado na figura abaixo:

Gráfico 1 - Identificação de gênero



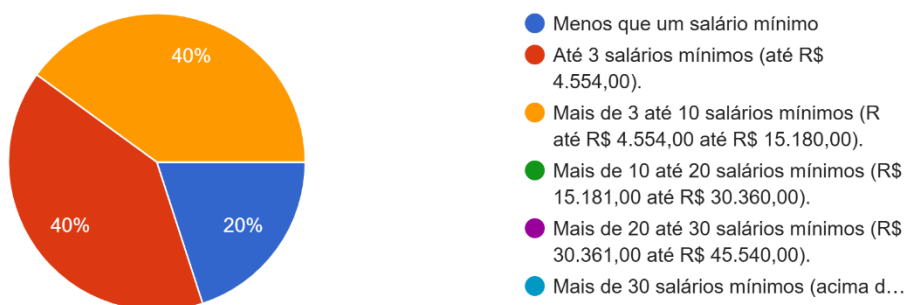
Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2025

Quanto à localidade, todos os/as/es participantes residem em Macapá - Amapá, e estão matriculados/as/es em cursos de graduação na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Das cinco respostas obtidas no questionário socioeconômico, quatro participantes são naturais do estado do Amapá e apenas uma pessoa é do estado do Pará. Em relação ao estado civil, todos/as/es declararam ser solteiros/as/es. Nenhum estudante possui alguma deficiência.

Quanto à autodeclaração étnico-racial, três pessoas se autodeclararam pardas e duas se autodeclararam brancas. Sobre moradia, quatro pessoas moram com os pais e apenas uma pessoa reside com cônjuge e filhos/as/es. Sobre irmãos, duas pessoas possuem quatro ou mais irmãos, duas possuem dois irmãos e uma possui três irmãos.

A respeito da faixa de renda apresenta algumas variações como pode ser percebida no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Qual a faixa de renda da sua família?



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2025

A análise da questão 8 do questionário, que trata da faixa de renda familiar mensal, evidencia uma realidade de restrição econômica: 20% dos respondentes declararam renda familiar inferior a um salário mínimo, enquanto 40% situam-se na faixa de até três salários mínimos e outros 40% na faixa de três a dez salários mínimos. Nenhuma das respostas indicou rendimentos acima desse patamar. Além disso, 60% das respostas declararam depender financeiramente da família, o que revela uma autonomia financeira limitada e reforça a importância das políticas de assistência estudantil para garantir a permanência desses estudantes na universidade. Isso reforça a tese de que a maior parte desses estudantes provém de contextos de baixa renda, o que impacta diretamente suas possibilidades de acesso e êxito no ensino superior.

Segundo dados do Censo 2022 do IBGE, o rendimento médio real habitual do trabalho principal de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais, em trabalhos formais, foi de R\$ 2.998. No caso do Amapá, esse cenário de vulnerabilidade é ainda mais evidente: o estado ocupa a 25ª posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com um índice de 0,688, e figura na 23ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com nota 3,6 ensino médio em escolas públicas. Esses indicadores revelam desafios históricos no acesso à renda, à educação de qualidade e a condições básicas de bem-estar, o que aprofunda as barreiras enfrentadas por estudantes oriundos desse território no percurso universitário.

Ao correlacionar esse dado com o grau de escolaridade dos pais, observa-se um perfil de 40% possuem ensino superior, 20% possuem pós-graduação, 20% possuem ensino técnico e 20% ensino fundamental tanto em relação a mãe e pai as respostas são iguais. Esse perfil indica que, apesar das restrições econômicas e das fragilidades estruturais do estado, há uma presença significativa de capital educacional no núcleo familiar.

No entanto, é fundamental reconhecer que o capital cultural, embora relevante, não é capaz de neutralizar por completo os efeitos das desigualdades econômicas, tampouco as violências simbólicas e institucionais que atravessam os corpos e trajetórias de estudantes trans.

O acesso à universidade, nesses casos, não se resume ao mérito individual ou ao incentivo familiar: ele é atravessado por dinâmicas de exclusão historicamente naturalizadas, que vão desde a precariedade do ensino básico até a insuficiência de políticas públicas efetivas de permanência. Mesmo quando há apoio e valorização da educação no ambiente familiar, o enfrentamento cotidiano das barreiras sociais, econômicas e identitárias impõe desafios que ultrapassam o esforço individual, exigindo resistência contínua, estratégias coletivas e, sobretudo, o fortalecimento de políticas afirmativas com enfoque interseccional. Longe de

amenizar os impactos da desigualdade, a sobreposição de opressões como gênero, classe, raça e território pode tensionar até mesmo os suportes familiares mais sólidos, revelando que, para muitos estudantes trans, o percurso acadêmico não é apenas uma jornada intelectual, mas um campo constante de disputa por existência e dignidade.

A maior parte dos/das estudantes trans participantes está ou esteve envolvida(o/e) em projetos de pesquisa, monitoria ou outras atividades acadêmicas e culturais, o que evidencia não apenas engajamento intelectual, mas também uma presença ativa e crítica na vida universitária. Longe de ser um indicativo de "superação individual", esse dado deve ser lido à luz das estratégias coletivas de resistência e afirmação que essas pessoas constroem no cotidiano, muitas vezes em contextos marcados por precariedade e exclusão. A participação em projetos e atividades extracurriculares não representa privilégio, mas sim uma forma de disputar os espaços institucionais que historicamente marginalizam sujeitos trans um modo de reivindicar presença, visibilidade e direito à produção de conhecimento a partir de outras epistemologias e vivências.

As atividades de lazer preferidas, como shows, literatura, cinema e dança, apontam para formas de expressão e elaboração subjetiva que transcendem o entretenimento: são dispositivos de construção identitária, de afirmação existencial e de enfrentamento às violências simbólicas cotidianas. A escolha por essas formas de lazer também revela o investimento em práticas culturais que alimentam o imaginário, ampliam repertórios e potencializam resistências. Como aponta bell hooks (2013), a transformação profunda de nossa sociedade exige uma revolução de valores, em que as pessoas estejam no centro e não as coisas, os lucros ou os sistemas. Nesse sentido, ao reivindicar espaços de fruição estética, criação e sensibilidade, esses sujeitos não apenas resistem: eles reencantam a vida, desafiando os pilares de uma sociedade que frequentemente coloca a humanidade em segundo plano.

A questão 23 do questionário revela que 60% dos/das estudantes trans participantes escolheram o curso com base na expectativa de oportunidade profissional, enquanto 40% declararam motivação por interesse pessoal. Esse dado não reflete uma simples preferência individual, mas sim um complexo jogo de estratégias de sobrevivência em um contexto social marcado por precariedades. Essa ambivalência revela as tensões vividas por esses sujeitos, que precisam conciliar a aspiração por um projeto de vida pessoal e profissional com as condições adversas impostas pelo contexto social.

Para muitos estudantes, a escolha do curso representa antes de tudo uma estratégia de sobrevivência e mobilidade social. Em uma sociedade onde a população trans enfrenta índices

alarmantes de desemprego e exclusão, a formação superior surge como um escudo contra a marginalização econômica. Os dados sobre o mercado de trabalho confirmam essa realidade.

Segundo levantamento divulgado pela Agência Brasil (2022), pessoas trans ainda ocupam majoritariamente posições em que são minoria absoluta, o que favorece situações de isolamento e solidão identitária no ambiente profissional. O estudo aponta que 27,6% dos entrevistados relataram ter vivenciado diretamente a transfobia; 14,2% mencionaram o racismo; e 9%, a homofobia. Além disso, 16,4% afirmaram já ter tido o nome social desrespeitado, e 6% relataram terem sido impedidos de usar o banheiro compatível com sua identidade de gênero. A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) (2020) reporta que apenas 4% das pessoas trans e travestis no Brasil estão empregadas formalmente.

Não se trata apenas de construir uma carreira, mas de garantir o direito básico à existência social através do trabalho. Por outro lado, os 40% que mencionaram interesse pessoal como fator decisivo demonstram a resiliência do desejo mesmo em condições adversas. A ambivalência entre necessidade e desejo se torna ainda mais profunda quando cruzada com outro dado revelador: a maioria dos respondentes já considerou abandonar a universidade.

Esse fato expõe as contradições vividas cotidianamente no mesmo espaço que promete emancipação através da educação muitas vezes se revela hostil e excludente. A permanência na academia se transforma, assim, em um ato de resistência política. As questões 25, 26 e 27 do questionário abordam diretamente a experiência dos estudantes trans em relação à violência e à recepção institucional no ambiente acadêmico, evidenciando dimensões fundamentais para a compreensão dos desafios enfrentados por esse grupo.

As agressões relatadas não se limitam ao físico, mas incluem a violência simbólica aquela que opera através de microagressões, invisibilização e negação cotidiana da identidade de gênero. Essa violência sutil é particularmente perversa por se naturalizar nas relações acadêmicas, tornando-se quase imperceptível para quem não a vivencia.

As respostas evidenciam como a universidade, enquanto instituição, muitas vezes falha em proteger e acolher adequadamente seus estudantes trans. A falta de políticas concretas de combate à transfobia transforma o ambiente acadêmico em um campo minado, onde a simples existência como pessoa trans pode se tornar um ato político de resistência.

Na Universidade Federal do Amapá episódios que evidenciam a persistência de tensões e desafios relacionados à segurança e ao ambiente institucional. Segundo reportagem da Agência Estado (2023), Em 2023, alunos denunciaram a veiculação de símbolos supremacistas por parte de um professor, em uma aula do curso de Enfermagem, o que suscitou apurações por apologia ao nazismo. Além disso, em resposta a frequentes relatos de assédio, estupro e assaltos

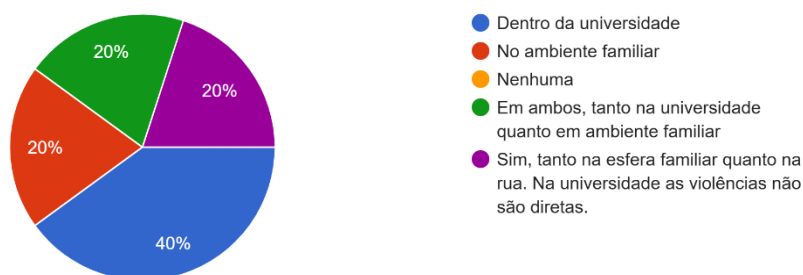
no campus, conforme reportagem do G1 Amapá (2018) um grupo de estudantes implementou a distribuição de kits de prevenção, contendo alfinetes e apitos, como medida emergencial para aumentar a segurança.

Esses eventos revelam tanto as violências explícitas quanto a ausência de proteção efetiva por parte da universidade, que deixa os estudantes vulneráveis a situações de risco. A precariedade fica evidente no fato de que os próprios alunos precisem recorrer à distribuição de kits improvisados, com alfinetes e apitos, para tentar garantir sua segurança, o que denuncia a urgência de políticas institucionais mais eficazes para promover um ambiente acadêmico verdadeiramente seguro, inclusivo e acolhedor.

A questão 25 “Você sofreu alguma violência (verbal, simbólica ou física)?” destaca a prevalência da violência em múltiplas formas, manifestando-se tanto no plano explícito, como a agressão física e verbal, quanto no simbólico, que envolve práticas e discursos que deslegitimam ou invisibilizam a identidade de gênero. A violência simbólica, em particular, é uma forma insidiosa de opressão, pois se naturaliza no cotidiano acadêmico, permeando relações e estruturas institucionais de maneira silenciosa, mas profundamente excludente.

Embora como aponta Nadal (2011), muitos possam acreditar que não participam de comportamentos discriminatórios ou que tais preconceitos não existem mais, devido à ausência de hostilidade ostensiva, a realidade demonstra que formas sutis e internalizadas de opressão como o racismo, sexismo, homofobia e transfobia ainda persistem e causam danos significativos. Abaixo o gráfico que ilustra as respostas obtidas

Gráfico 3 – Você sofreu alguma violência (verbal, simbólica ou física)?



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2025

A questão 26 “Postura de professores e colegas em relação à sua identidade de gênero” permite analisar o grau de acolhimento ou hostilidade presentes na instituição. A postura de docentes e estudantes configura um ambiente que pode ser tanto um espaço de resistência e afirmação identitária quanto um cenário de marginalização e exclusão. A atuação dos

professores, em especial, é determinante, pois pode contribuir para a construção de um clima de respeito e valorização da diversidade, ou reforçar estigmas e preconceitos, impactando diretamente na trajetória acadêmica e no bem-estar dos estudantes trans.

60% dizem que a postura dos professores e colegas é neutra e 40% dizem ser positiva. À primeira vista, a neutralidade pode parecer uma postura de respeito ou indiferença benigna. No entanto, em contextos de opressão sistemática, ser neutro não é sinônimo de ser acolhedor. Pelo contrário, a neutralidade pode operar como uma forma de omissão frente à violência, funcionando como mecanismo de perpetuação do silenciamento e da invisibilização. Em um ambiente onde a transfobia é estrutural, adotar uma postura “neutra” equivale, muitas vezes, a não se posicionar diante das desigualdades, deixando intocadas as dinâmicas de exclusão.

Foucault (1926-1984) nos alerta que todo discurso carrega implicações de poder inclusive o silêncio e a omissão. Assim, não se posicionar, não reconhecer ativamente a identidade do outro, constitui também um ato político. Como afirma o autor, *"o poder é exercido antes de tudo como uma rede de relações"* Foucault, (1978). Nesse sentido, a chamada neutralidade pode representar um elo dessa rede, reproduzindo hierarquias simbólicas e contribuindo para a invisibilização de sujeitos já vulnerabilizados.

Para Foucault, o poder não emana de uma única fonte soberana, mas se encontra disseminado nas relações sociais, operando de forma difusa, e multifacetada. Ele se infiltra nas microrrelações cotidianas, estruturando normas, discursos, saberes e instituições. Essa dinâmica é particularmente evidente nos dispositivos disciplinares, como a escola, a prisão e o hospital, onde se exercem formas sutis, contínuas e muitas vezes naturalizadas de controle sobre os corpos e comportamentos.

Nesse contexto, a neutralidade especialmente quando se trata do reconhecimento de identidades de gênero dissidentes pode ser entendida como uma forma de violência simbólica. Ao não afirmar, nomear ou reconhecer tais identidades, o discurso neutro **deixa de ser ausência e passa a ser presença de exclusão**, participando das redes de poder que silenciosamente sustentam desigualdades.

A “ausência de posicionamento”, portanto, revela-se um posicionamento ativo e politicamente significativo. Assim, o fato de a maioria dos estudantes perceberem seus professores e colegas como neutros não configura, necessariamente, um indicativo de um ambiente seguro ou afirmativo. Pelo contrário, aponta para a ausência de uma postura ativa de acolhimento, validação e reconhecimento da identidade de gênero dos estudantes trans. **60% dos/das participantes afirmaram ter presenciado episódios de violência contra outras pessoas trans no ambiente universitário.** Além disso, 20% relataram ter presenciado tais

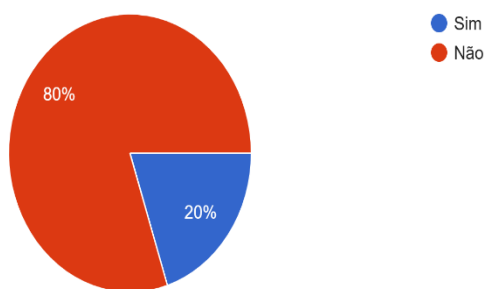
situações fora da universidade e outros 20% vivenciaram essas violências em conjunto com outras pessoas trans, também fora do contexto acadêmico.

Esses dados reforçam o entendimento de que a violência contra pessoas trans é um fenômeno estrutural e recorrente, que se manifesta tanto dentro quanto fora da universidade, atravessando as fronteiras institucionais. O fato de a maioria dos episódios relatados ocorrerem no ambiente universitário evidencia a urgência de repensar o papel das instituições de ensino como espaços que, embora se proponham emancipatórios, ainda reproduzem lógicas de exclusão, opressão e marginalização.

Mais do que números, esses relatos sinalizam que a presença de sujeitos trans nos espaços educativos continua sendo marcada por vulnerabilidades cotidianas, onde a violência não se restringe à experiência individual, mas é também testemunhada, compartilhada e, muitas vezes, naturalizada. O testemunho coletivo de tais violências denuncia não só a precariedade das políticas institucionais de acolhimento, como também aponta para a necessidade de estratégias de resistência e cuidado que sejam construídas de forma coletiva e interseccional.

Outro dado que merece atenção especial diz respeito às estratégias (ou à ausência delas) de enfrentamento diante das situações de violência e discriminação. Apesar da expressiva presença de casos de violência relatados, 80% dos/das estudantes afirmaram não ter procurado ajuda em situações de discriminação. Como aponta Nadal, (2016), responder às microagressões no cotidiano acadêmico é um desafio marcado por dilemas complexos. Nem sempre os episódios são percebidos da mesma forma por todas as pessoas envolvidas, o que pode gerar silenciamentos ou minimizações. Além disso, confrontar esse tipo de violência sutil pode acarretar consequências emocionais, sociais e até físicas para quem já se encontra em situação de vulnerabilidade. Muitas vezes, estudantes trans simplesmente não dispõem de tempo, energia ou segurança emocional para reagir a essas situações, o que torna o enfrentamento ainda mais difícil e solitário.

Gráfico 4 – Você procurou ajuda institucional dentro da universidade para situações de discriminação?



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2025

Esse dado aponta não apenas para a naturalização da violência, mas também para a sensação de isolamento social e institucional vivida por sujeitos trans nas universidades. Além disso, 80% dizem não saber se existe uma comunidade trans na universidade, o que denota a invisibilidade dessas redes de pertencimento e apoio, fundamentais para a construção de uma experiência acadêmica menos hostil. E 100% dos/das respostas afirma não participar de grupos ou movimentos trans no espaço universitário. Essa ausência de articulação coletiva pode ser compreendida como reflexo direto da falta de políticas de incentivo à organização e à visibilidade de sujeitos trans nos espaços institucionais, bem como do medo ou desgaste de se expor a ainda mais estigmas.

Diante desse quadro, os colegas e não a universidade, tampouco a família são apontados por todos/as como a principal e, muitas vezes, única fonte de apoio. Essa realidade reflete, entre outros fatores, a magnitude do problema das expulsões e da falta de apoio familiar, já que uma parcela significativa das pessoas trans e não binárias deixam o convívio familiar muito cedo, muitas vezes antes dos 15 anos, em razão de rejeição e transfobia (Henrich BOLL, 2024). Tal dado, embora evidencie a importância das relações interpessoais para a sobrevivência e resistência desses estudantes, denuncia o profundo vácuo de acolhimento institucional e familiar, revelando que a solidão não é apenas uma circunstância, mas uma estrutura. A confiança nos pares, embora vital, não substitui a responsabilidade das universidades e dos núcleos familiares na promoção de ambientes seguros, solidários e afirmativos.

Essa rede de apoio informal, embora essencial, não pode carregar sozinha o peso da inclusão e da permanência. Como já alertava Foucault, (1978) o poder circula nas microrrelações e, portanto, é no cotidiano das interações nos discursos, nos silêncios e nos gestos que se constroem (ou se negam) os espaços de reconhecimento. A universidade, enquanto espaço de produção de saber e de subjetividades, precisa assumir um papel ativo na construção de políticas que não apenas garantam a permanência dos estudantes trans, mas que

os reconheçam como sujeitos plenos de direito, existência e voz. Isso exige o rompimento com a neutralidade institucional e a criação de estratégias concretas que rompam com o ciclo de exclusão que ainda marca profundamente as vivências trans no ensino superior.

Os dados extraídos das questões finais do questionário traçam um retrato contundente da realidade enfrentada por estudantes trans no espaço universitário. A pergunta 32 “Você sente que pode ser plenamente quem é dentro da Universidade?” recebeu 60% de respostas negativas, o que indica que, para a maioria, a vivência de sua identidade de gênero no espaço acadêmico ainda é cerceada por barreiras simbólicas, estruturais e relacionais. Esse dado ecoa em outra estatística alarmante: 60% dos/das estudantes afirmam não se sentir seguros (as/es) na universidade, o que compromete não apenas o processo de aprendizagem, mas o próprio direito à existência e circulação nesses espaços.

Mais grave ainda é o consenso entre os/as participantes: 100% afirmaram já ter percebido a presença da transfobia na universidade, e todos relataram terem sido vítimas dela. Esse dado revela não apenas pela sua totalidade, mas pelo que aponta: a transfobia não é um desvio pontual, mas uma prática recorrente, sistemática e normalizada nos corredores acadêmicos. A sua presença não é excepcional, mas estrutural.

Ao se analisar os principais agentes dessa violência, observa-se que **40% dos casos de transfobia foram atribuídos a professores**, o que agrava sobremaneira a situação, uma vez que esses profissionais detêm não apenas autoridade formal, mas também o poder de mediar o acesso ao conhecimento, à avaliação e ao pertencimento simbólico dentro da instituição. Outros 20% atribuem a transfobia à DERCA (Departamento de Registro e Controle Acadêmico), 20% à administração universitária e 20% responderam “não sei”, o que, longe de minimizar o dado, revela a dificuldade de identificar, nomear e localizar os agentes institucionais da violência sendo preocupante pois pode contribuir para a impunidade e para a perpetuação das práticas transfóbicas. Embora autores como Paulo Freire enxerguem a escola e, por extensão, os espaços educativos como a universidade como lugares de esperança, de vida e de transformação, é justamente por esse potencial emancipador que as violências simbólicas e institucionais praticadas por seus agentes se tornam ainda mais contraditórias e inaceitáveis.

Quando professores universitários, que deveriam ser mediadores do conhecimento e promotores de práticas libertadoras, figuram como principais agentes de transfobia, como apontam os dados desta pesquisa, a contradição entre o ideal pedagógico e a prática cotidiana salta aos olhos. A universidade, enquanto espaço privilegiado de relações humanas e de produção de saber, carrega a potência da transformação, mas também o risco constante de reproduzir estruturas de opressão quando não confronta criticamente suas próprias práticas e

seus sujeitos. Não basta reconhecer a beleza das intenções pedagógicas: é preciso encarar os conflitos, responsabilizar os agentes e transformar as relações acadêmicas em práticas realmente libertadoras, como propõe Freire, sob pena de esvaziar a própria função social da educação.

Esse conjunto de dados revela um campo acadêmico que, longe de ser neutro ou inclusivo, opera como um ambiente hostil e excludente para sujeitos trans. A ausência de segurança, de reconhecimento e de liberdade identitária denuncia um fracasso institucional no compromisso com os princípios de equidade, diversidade e dignidade. Como afirma Foucault (1979), o poder se exerce por meio de uma rede de relações cotidianas e, nesse caso, o que se configura é uma rede de exclusão simbólica e material, alimentada por silêncios, omissões e práticas violentas, muitas vezes legitimadas pela autoridade institucional.

Essa realidade reforça a urgência da criação de políticas afirmativas específicas, que ultrapassem a retórica da inclusão e atuem diretamente na transformação das estruturas de poder e dos dispositivos disciplinares que regulam quem pode ser reconhecido, acolhido e permanecer dentro da universidade. Mais do que garantir acesso, é necessário assegurar pertencimento e isso passa por romper com a neutralidade cúmplice que, ao não se posicionar contra a transfobia, contribui para sua perpetuação.

Nesse contexto, os dados da pesquisa apontam um importante ponto de inflexão: 80% dos respondentes afirmaram conhecer a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Amapá (Resolução nº 21, de 13 de dezembro de 2022), que reserva vagas para pessoas trans nos cursos de graduação e pós-graduação. Ainda mais significativo é que 100% deles concordam plenamente com essa política. Tal dado não indica apenas a percepção da relevância dessas ações, mas revela um desejo ativo e coletivo de reparação histórica e redistribuição de oportunidades. O reconhecimento da legitimidade das ações afirmativas pelos próprios sujeitos beneficiados não deve ser encarado como mera estatística, mas como um clamor por justiça cognitiva e social.

As políticas afirmativas, portanto, não representam privilégios, mas respostas institucionais imprescindíveis a um processo estrutural e contínuo de exclusão. Nesse sentido, Cello Pfiel chama atenção para o fato de que o ensino universitário e o método científico, aliados à pretensão de neutralidade axiológica, reprimem e deslegitimam saberes produzidos por sujeitos que, mesmo inseridos na academia, permanecem marginalizados ou rejeitam seus critérios. Isso contribui para a ausência significativa da participação direta de pessoas trans na produção de conhecimentos academicamente reconhecidos sobre suas próprias experiências.

Além disso, como observa Collins (2018), as escolhas epistemológicas sobre quem é digno de crédito, em que acreditar e quais versões da verdade prevalecem são longe de neutras são centrais para compreender as dinâmicas de poder que atravessam o conhecimento e a justiça social. No epicentro dessas dinâmicas está a heteronormatividade, conceito que Haddock-Lobo (2016) define como uma norma social que se inscreve nos corpos para moldá-los segundo categorias rígidas de gênero e sexualidade homem ou mulher, ativo ou passivo, heterossexual ou homossexual sempre hierarquizando um corpo em relação ao outro a partir da diferença sexual. Essa normatividade corporal atua como dispositivo de poder, subjugando, regulando e legitimando práticas de exclusão e violência simbólica.

Quando confrontada com esses dados, a suposta neutralidade institucional se revela como forma de violência simbólica, ao ignorar as profundas assimetrias históricas que dificultam o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. Romper com essa neutralidade não é apenas urgente, mas um imperativo ético, um posicionamento político em defesa da vida e da dignidade.

É também fundamental compreender que a violência patriarcal transcende a oposição entre homens cisgêneros e mulheres cisgêneras, como ressaltam Pfeil & Pfeil (2021). Essa violência se expande para abranger tentativas sistemáticas de aniquilamento de corpos trans e de corpos que desafiam as normas cisgêneras e heterossexuais corpos que vivem o feminino, que transcendem barreiras do masculino, assim como corpos negros e indígenas. Essa perspectiva amplia a compreensão das interseccionalidades do poder e das opressões, alinhando-se ao entendimento de Grosfoguel (2012), que destaca que os homens detentores dos maiores privilégios sociais não são homens trans, evidenciando como o sistema patriarcal favorece predominantemente os homens cisgêneros e exclui corpos trans e outras identidades marginalizadas.

Juntas, essas reflexões evidenciam como a universidade, enquanto espaço social e institucional, pode reproduzir dinâmicas opressoras mas também se configura como um potencial locus de transformação e resistência. Analisar essas múltiplas dimensões é essencial para a formulação de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas, que não apenas assegurem o ingresso e permanência dos estudantes trans, mas garantam sua plena participação, reconhecimento e valorização.

6.2 TRANSBORDAMENTOS NARRATIVOS

As cinco entrevistas realizadas desvelam percursos marcados por conquistas, resistências e, sobretudo, violências experienciadas em diferentes âmbitos familiar, social e institucional. Minha postura investigativa foi orientada por uma escuta sensível e comprometida, ciente de que analisar tais vozes não é mero exercício de organização de dados, mas extensão da luta coletiva do movimento trans por oportunidades, acolhimento, educação e vidas plenas de afeto. Cada recorte feito neste processo constitui-se em decisão política, ética e afetiva: ao silenciar um fragmento, silencia-se também uma história, uma dor, uma memória que corre o risco de se perder.

Recortar, quando se trata de narrativas trans, é um gesto delicado. Cada palavra dita ou não carrega marcas de silenciamentos institucionais, familiares e acadêmicos. Aqui, “transbordamento” não é exagero, mas resistência: vozes que insistem em existir mesmo quando os espaços não as comportam, narrativas que escorrem pelas frestas da norma, desorganizando a linearidade da linguagem e afrontando convenções analíticas. Escrever sobre essas vivências significa implicar-se; reconhecer que quem escreve também é atravessado, tensionado e transformado pelo que escuta. O foco não está no que *se diz sobre*, mas naquilo que *se permite transbordar* na escuta, na escrita, no corpo, no sentir.

Por isso, caro(a/e) leitor(a/e), justifico a densidade deste trabalho. Poderia escrever e escutar muito mais, mas muitas dessas vozes jamais tiveram oportunidade de chegarem até aqui: foram ceifadas, silenciadas na infância ou na vida adulta por uma transfobia estrutural que opera diariamente para negar nossa existência. Até 2019, éramos oficialmente classificados como transtorno mental na Classificação Internacional de Doenças (CID); a CID-11 a transexualidade foi deslocada para a categoria de “condições relacionadas à saúde sexual”, sob a designação de “incongruência de gênero” (Conselho Federal de psicologia, 2019). Esse dado revela o quanto nossa humanidade e nosso direito de falar e ser ouvidos segue negado em múltiplas dimensões.

Cada página, portanto, é gesto de memória, resistência e reparação. Atravessamos e provocamos um processo de transformação que não recua diante da violência cotidiana. Que se acostumem a nos ver como somos: plurais, vivos, presentes. Eu, que vos escrevo, também sou parte desse processo. Escrevo sobre o outro sem me estranhar nele, **pois esse outro sou eu**, pois faço parte desta comunidade que resiste, sonha e transforma. Temos muito a contribuir, muito a ensinar. Mas, acima de tudo, temos novas formas de amar, de produzir saberes e de viver com dignidade e coragem. É nesse espírito que apresento as narrativas de cinco estudantes e, acima de tudo, pessoas que generosamente me acolheram nesta pesquisa. Suas vozes transbordam

escuta, potência e existência. Para colorir estas páginas, cada relato recebe um título pensado para que você, ao ler, também vá colorindo ou, melhor, **TRANSformando** sua própria leitura.

Reconheço que esta investigação não abarca todos os estudantes trans da Universidade Federal do Amapá, **pois sequer encontramos nesta instituição, dados precisos sobre sua presença**. Ainda assim, o diálogo com esses participantes provocou profunda reflexão sobre minhas práticas docentes mesmo enquanto integrante da comunidade trans e sobre as múltiplas formas de perceber e exercer o respeito. A escuta transformou-se em espaço de (re)aprendizagem contínua sobre o viver trans em contextos educativos, reforçando meu compromisso de seguir atuando e fortalecendo a luta nos movimentos LGBTQIAPN+.

6.2.1 Amarelo – Luz do sol

Na construção de sua narrativa, a estudante que chamo aqui de “*Amarelo*” pseudônimo escolhido com base nas cores da bandeira LGBTQIAPN+ criada em 1978 por Gilbert Baker. A estudante revela aspectos importantes de sua trajetória enquanto pessoa trans. A partir de suas falas, é possível compreender o percurso singular que trilhou para reconhecer-se e afirmar-se em sua identidade de gênero. Sua história é marcada por experiências de negação simbólica e material vividas desde a adolescência, especialmente dentro de um contexto familiar conservador e fortemente influenciado por valores religiosos.

Ela relata:

Assim, o meu processo de entendimento como pessoa trans foi bem conturbado no início, assim como para a maioria das pessoas, né? No meu caso, porque eu vim de uma família evangélica, uma família mais conservadora. Então, os primeiros sinais que eu dava de desvio de gênero foi mais ou menos na época dos meus 13, 14 anos assim. Desde essa época, meus pais já percebiam e ficavam tipo pegando no meu pé, né enfim com preconceito e tal.” Narrativa da estudante (Narrativa da estudante “Amarelo”, 2025).

Esse trecho evidencia a operação da lógica hegemônica que Dussel, (1972) denomina de totalidade: estruturas de poder que tentam absorver ou silenciar o Outro, impondo normas universais que desconsideram as experiências existenciais singulares dos sujeitos periféricos. No entanto, como propõe o filósofo, é precisamente da negação que emerge o grito ético da exterioridade. A interpelação do sistema por parte de um sujeito que, mesmo sem pleno vocabulário ou reconhecimento social, já intui sua dissidência de gênero, constitui um ato ético: é o rosto do Outro que se faz presente e exige resposta.

A estudante “*Amarelo*” narra ainda que, por muito tempo, teve uma compreensão limitada sobre a transgeneridade:

Eu não tinha muito entendimento do que era ser uma pessoa trans, porque na minha cabeça pessoas trans tinham que ter uma certa disforia, questão genital, enfim, outras questões. Eu achava que era uma caixinha, sabe? Eu não tinha muito conhecimento sobre a transgeneridade nessa época (Narrativa da estudante “Amarelo”, 2025).

Esse relato evidencia como os discursos biomédicos, normativos e coloniais moldam a compreensão do ser, confinando a diversidade das experiências trans a um conjunto rígido e restrito de critérios. Aqui, o papel da escola se revela ambíguo: enquanto espaço formal de produção e circulação de saberes, ela muitas vezes reproduz e reforça essas epistemes dominantes, naturalizando exclusões e limitações identitárias. Enrique Dussel (1986) adverte que os saberes hegemônicos operam como instrumentos de exclusão, pois o sujeito colonizado epistemicamente é aquele que não pode nomear-se a partir de sua própria vivência.

Nesse sentido, a trajetória da estudante “*Amarelo*” pode ser interpretada como um processo de descolonização do saber de si uma ruptura com a episteme dominante que impunha limites à sua compreensão identitária. A escola, portanto, mesmo ao reproduzir saberes excludentes, pode também ser um espaço de resistência e transformação, onde a desconstrução desses discursos hegemônicos abre caminhos para o reconhecimento e a afirmação da diversidade.

A virada crítica acontece em 2022, quando a estudante ingressa na Universidade Federal do Amapá – Unifap. Embora já se percebesse como uma pessoa trans antes desse momento, é nesse contexto que ela encontra com o passar do tempo compreensão e os referenciais para nomear sua identidade de forma mais precisa, passando a se reconhecer inicialmente como pessoa trans não-binária e, posteriormente, como mulher trans e travesti:

Enfim, eu só fui entender realmente com o passar do tempo o que é ser uma pessoa trans e tals. E aí eu, de fato, me reconheci como uma pessoa não-binária, uma pessoa trans, em 2022. E com o passar do tempo, eu fui me reconhecendo como uma mulher trans, como uma travesti, enfim. É assim, 2022 foi também a época que eu entrei na Unifap (Narrativa da estudante Amarelo, 2025).

Nesse contexto, a universidade emerge como um espaço liminar de fronteira e fricção onde o confronto entre a totalidade e a exterioridade se intensifica, abrindo-se à possibilidade de reconstrução subjetiva e política. Para Dussel (1986), é precisamente nesse espaço de tensão que a totalidade pode ser desafiada e transformada por meio de uma nova práxis, guiada por uma ética da libertação.

A experiência universitária, portanto, não apenas oferece acesso ao conhecimento formal, mas inaugura condições para que a estudante se afirme como sujeito de direito, de saber e de existência. Como ressalta Dussel:

A dialética é um movimento negador das determinações finitizantes do absoluto; ao aniquilar as limitações, deslimita-se ou abre-se o objeto a novos objetos. [...] A experiência é o movimento dialético, e este é o ser do ente, já que o ente é o objeto enquanto sabido. A consciência realiza este movimento ‘sem que ela saiba como isto ocorre, o que sucede para nós, por assim dizê-lo, às suas costas’ (Dussel, 1986, p. 83).

Como Preciado (2022) aponta a existência trans e travesti é profundamente política, pois desafia os dispositivos de controle dos corpos, do gênero e da verdade. Ambos denunciam como os sistemas biomédicos, jurídicos e sociais tentam capturar e patologizar essas vivências, ao passo que a travessia entendida como um ato de resistência reinventa a linguagem, o corpo e a própria vida. O trecho em que a estudante “*Amarelo*” relata o início de sua vivência universitária revela um momento de transição identitária atravessado por tensões subjetivas e sociais.

Ao afirmar que se encontrava “naquele processo de me entender como uma mulher trans” e que já se reconhecia como pessoa trans e não-binária, a estudante situa sua experiência em um campo de complexidade identitária que não se resolve em categorias estanques, mas que está em constante construção.

Uh no início, foi um momento um pouquinho conturbado também da minha entrada na Unifap, porque eu estava naquele processo de me entender como uma mulher trans. Eu já tinha entendimento de que era uma pessoa trans e tals, não-binária, só que enfim... E assim eu passei por algumas discriminações ali tipo, por nunca por professores, mas por alunos em si é mas assim, foram casos bem específicos, eu diria que não foi uma violência tão generalizada, sabe? (Narrativa da estudante “*Amarelo*”, 2025).

João W. Nery, em *Viagem Solitária*, evidencia com profundidade a dimensão existencial e política da travessia trans, mostrando que o reconhecimento de si enquanto sujeito trans exige uma coragem radical: a de afirmar a própria existência em um mundo que insiste em negá-la. Ao narrar as violências simbólicas e institucionais que marcaram sua trajetória, Nery revela como a cisnormatividade opera desde a infância, gerando sofrimento, confusão e silenciamento.

A experiência relatada por “*Amarelo*” dialoga com esse mesmo movimento de enfrentamento. Ao comentar os episódios de discriminação vividos no contexto universitário, ela ressalta que, embora os casos não tenham sido generalizados, deixaram marcas significativas. Sua observação nos convida a reconhecer que a violência contra pessoas trans e travestis nem sempre assume a forma de agressões explícitas ela se infiltra nos gestos cotidianos, nas omissões, nos olhares atravessados e nas exclusões sutis, que também ferem e silenciam.

Esse sentimento de não pertencimento ecoa nas palavras de Nery, ao lembrar sua infância marcada pela deslegitimação de sua identidade:

Não conseguia entender por que me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado (Nery, 2011, p. 24). Esse “ser acuado” de Nery encontra ressonância na estudante que se vê obrigada a disputar espaços de reconhecimento mesmo em um ambiente que deveria acolher sua existência. A universidade, nesse contexto, aparece não apenas como um lugar de formação acadêmica, mas como um campo de batalha pela dignidade, pelo saber e pelo direito de ser.

Dussel, (1972) nos oferece uma chave filosófica fundamental ao conceituar o que chama de *irrupção da exterioridade*. A narrativa da estudante pode ser compreendida como essa irrupção uma presença que desafia a totalidade vigente e inaugura a possibilidade de uma nova práxis. Sua vivência encarna, assim, o movimento dialético descrito por Dussel como o “aniquilamento das determinações finitizantes”, abrindo espaço para modos inéditos de ser, saber e estar no mundo Dussel, (1972).

Para Dussel, esse processo não é apenas racional, mas também profundamente experiencial: trata-se de uma vivência espiritual em que a consciência, mesmo sem compreender plenamente seu funcionamento, transforma-se e se atualiza ao reconhecer a si mesma, produzindo novos objetos e sentidos a partir da negação criadora. Nesse sentido, a experiência é a própria manifestação do ser em movimento, pois o ente se constitui enquanto objeto sabido.

Ela relata:

É no caso eu tive problema com uma pessoa lá de dentro. é também tinha também uma outra pessoa me chamava pelo pronome errado, mas depois que fui tipo mostrando quem eu era, as pessoas foram me conhecendo aí a pessoa não voltou a me chamar por esse pronome errado. Mas assim acho que foram casos assim acho que foram exceções né. Porque de resto eu não cheguei a sofrer outras transfobias. Questão dos professores também, respeitam meu nome, meus pronomes tal. É eu achei que seria uma questão que eu iria ter que passar, essa questão de sofrer transfobia por parte dos professores achei que seria realmente isso que iria acontecer. Mas acabou que não foi, foi um ambiente ok né. Eu não digo que o ambiente em que eu estou inserida não seja transfóbico, mas as violências que eu sofri não são tão na cara, não são tão na cara enfim (Narrativa da estudante “Amarelo”, 2025).

Esse relato revela a complexidade das violências trans em contextos educacionais, que nem sempre se apresentam de forma explícita ou generalizada, mas se manifestam em nuances sutis e em interações interpessoais fragmentadas. A passagem demonstra também o papel ativo do sujeito trans na afirmação de sua identidade, um movimento que, mesmo diante da resistência, permite a reconstrução e o reconhecimento gradativo.

A fala da estudante “Amarelo” sobre as discriminações sutis vivenciadas no ambiente universitário encontra eco no conceito de microagressões, definido na literatura especializada

como formas sutis, muitas vezes inconscientes ou não intencionais, de discriminação que transmitem mensagens hostis ou depreciativas a grupos historicamente marginalizados, como as pessoas LGBTQIAPN+ Nadal, (2016).

Como “*Amarelo*” relata, embora não tenha sofrido uma violência transfóbica ostensiva ou generalizada, episódios pontuais como ser chamada pelo pronome errado ou enfrentar atitudes problemáticas de alguns alunos evidenciam a presença dessas microagressões no cotidiano universitário. Essas ações, mesmo que consideradas “exceções” por ela, refletem a persistência de preconceitos implícitos, que muitas vezes escapam à percepção direta tanto dos agressores quanto dos próprios afetados.

Nesse sentido, a experiência de “*Amarelo*” mostra como a transfobia no ambiente acadêmico pode se manifestar de forma velada, alinhada ao que a literatura chama de viés implícito preconceitos inconscientes que influenciam atitudes e comportamentos e que perpetuam um ciclo de exclusão simbólica, mesmo quando não explicitamente reconhecida como tal. Assim, a aparente ausência de violência generalizada não significa a ausência de sofrimento ou exclusão, mas revela a complexidade dos processos discricionários atuais, que se deslocam para formas menos evidentes, porém igualmente eficazes na manutenção das desigualdades.

A participante também observa que, apesar da ausência de agressões explícitas, o ambiente acadêmico é permeado por uma mentalidade cisnormativa dominante. Ela ressalta que seu curso é majoritariamente frequentado por homens cisgêneros, o que reforça uma cultura em que discursos e atitudes problemáticas, como piadas homofóbicas e misoginia velada, são comuns e naturalizadas como humor:

Acho que assim, em questão de pessoas, realmente, as pessoas lá têm uma mentalidade muito cis, né? Enfim até porque meu curso também é muito masculino né. Então, a comunidade lá é majoritariamente homens cis, entende? Então assim vez ou outra a gente vê vários absurdos ali sendo falados em grupos sabe. Pessoas falando besteiras, coisas homofóbicas, piadas homofóbicas. Tem muita misoginia lá também, sendo tratada de maneira cômica. fazer humor com misoginia então, não é um ambiente acolhedor, sabe? Não é um ambiente em que você tipo sente acolhimento de estar lá entende (Narrativa da estudante “*Amarelo*”, 2025).

Essa percepção evidencia que o ambiente, embora não hostil em atos diretos, ainda é um espaço onde preconceitos estruturais se manifestam de forma cotidiana, mantendo a exclusão simbólica e dificultando o sentimento de pertencimento. A naturalização do humor misógino e homofóbico funciona como mecanismo de invisibilização da opressão.

Como ela mesma afirma: “*A minha experiência como pessoa trans lá é aquela coisa da resistência. Sou a única pessoa trans aqui. Então é realmente um negócio de resistência.*” Sua fala remete à ideia de que o corpo trans, ao se inserir em espaços tradicionalmente

cisnormativos, se torna um marcador de dissenso e também de reinvenção dos territórios educacionais, conforme discute Abreu, (2019) Ainda que a participante relate não ter vivenciado episódios explícitos de violência, ela reconhece a sutileza da exclusão nos processos seletivos: *“Eu tô, tipo, quase no último semestre já, e até agora eu não consegui arrumar um estágio, né, e eu já tentei, enfim, já fiz várias entrevistas e tals [...] Eu imagino que talvez tenha [...] um fator da transfobia aí por trás disso.”* Essa percepção aponta para uma transfobia estrutural, mais silenciosa, que atua nos bastidores das oportunidades, o que Collins, (2024) entende como parte das “intersecções letais” entre identidade de gênero, classe e acesso a direitos.

A universidade, portanto, não é apenas um cenário onde se dá o ensino-aprendizagem, mas um campo onde se negociam identidades, silenciamentos e insurgências. A presença da entrevistada desafia a arquitetura simbólica desse espaço e evidencia que, enquanto o reconhecimento pleno não for estruturante, o pertencimento seguirá sendo parcial, condicional e, muitas vezes, doloroso enquanto território simbólico e político, aparece como um espaço em disputa, onde a entrevistada experimenta o não reconhecimento: *“Você não se vê reconhecida naquele lugar, né, se ver reconhecida naquele lugar, mas as pessoas te respeitarem enquanto estão à sua frente, entende?”* Há, aqui, um jogo tenso entre respeito formal e ausência de pertencimento, onde o reconhecimento se apresenta como uma performance superficial, descolada de uma aceitação efetiva e estruturante da presença trans nos espaços acadêmicos.

Esse sentimento de deslocamento aponta para as fissuras de um projeto educacional que, historicamente, opera sob os pilares da cisgeneridade e da heteronormatividade como normas invisíveis. Quando refletimos sobre o currículo nesse ambiente educacional, segundo Arroyo, (2014), percebemos que o currículo não é neutro ele é um território em constante conflito, moldado por disputas de poder, saberes e presenças. A entrada de corpos dissidentes, como o corpo trans, rompe com a lógica do “sujeito universal” promovido pelas instituições, um sujeito que, como alerta a teoria crítica decolonial, é branco, cis, masculino e burguês.

A presença da entrevistada não apenas denuncia a ausência de políticas institucionais efetivas de inclusão, como também desestabiliza os alicerces normativos do que se espera como “corpo legítimo” do saber. Trata-se de uma pedagogia do incômodo, como propõe Maria Clara Araújo, (2022), que convoca a universidade a se repensar não como espaço de mera tolerância, mas de transformação radical.

Nesse contexto, a existência de redes de apoio torna-se não apenas um fator de suporte emocional, mas uma estratégia vital de sobrevivência e reinvenção subjetiva. A entrevistada menciona: *“Eu diria que rede de apoio em si é justamente é ter contato com outras pessoas*

trans [...], fora da universidade em si, né, porque, como eu disse, o meu curso, ele é um ambiente muito cis.” A partir dessa afirmação, evidencia-se que a resistência não se configura de forma isolada ou apenas no interior da instituição, mas se constrói em espaços laterais, marginais e, muitas vezes, subterrâneos em relação à centralidade acadêmica. São redes afetivas e políticas que transbordam os muros da universidade e produzem sentidos outros para a existência trans.

A formação dessas redes extrapola a ideia convencional de apoio e ganha contornos de comunidades de pertencimento insurgente, onde os afetos funcionam como **tecnologia de resistência** frente às violências normativas. Como ela relata: *“Eu também sou artista, e, enfim, eu conheço sim muitos artistas trans [...]. Faço parte também de um coletivo de arte, né, que é o Ap Delas²³, que [...] é feito só por [...] pessoas trans, não binárias, enfim.”* Nesse sentido, a arte deixa de ser um fim em si mesma para se tornar um meio de deslocamento, denúncia e reexistência. O coletivo mencionado atua como um espaço onde é possível não apenas produzir, mas *existir*, algo que a universidade, em sua estrutura cisnormativa, ainda não garante.

Esse coletivo encarna o que Braga, (2022) conceitua como *estéticoativismo* práticas artísticas que transcendem o campo estético e se afirmam como formas de atuação política e subjetiva nos interstícios da exclusão institucional. O estéticoativismo, nesse caso, atua como linguagem de denúncia e como gesto de futuro, criando brechas de respiração onde o ar institucional é rarefeito. São práticas que não apenas tensionam os regimes de visibilidade, mas que também forjam novos códigos de pertencimento.

Dialogando com essa perspectiva, Benevides e Lee (2018) argumentam que as *epistemologias trans* não nascem dos centros consagrados do saber, mas emergem dos territórios da vida ordinária, da experiência coletiva e da resistência cotidiana. Esses saberes transversais, costurados nas margens e nos afetos, colocam em xeque os critérios hegemônicos de legitimidade do conhecimento e propõem uma ruptura com a colonialidade epistêmica. São modos de saber que performam, criam, sobrevivem e inventam outras formas de estar no mundo.

Tais práticas podem ser compreendidas como dispositivos, no sentido foucaultiano, pois articulam relações de força que sustentam determinados tipos de saber e, ao mesmo tempo, são por eles sustentadas. Como afirma Foucault (1979, p. 246):

[...] o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas

²³ O Ap Delas+ é um coletivo LGBTQIANP+, racializado e amazônica que traz na arte, política e produção cultural suas vivências e perspectivas de mundo, em busca de uma realidade melhor, onde todes possam ser quem são.

que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

No caso das redes trans, o dispositivo se desdobra como força contra-hegemônica, desafiando a lógica normativa da exclusão e instituindo um modo de vida que, mesmo fora do centro, afirma a centralidade de outras formas de saber, de ser e de viver. Tais redes funcionam, portanto, como territórios de vida onde a existência trans não é apenas tolerada ela é celebrada, cultivada e politizada.

A exemplo disso, podemos destacar não apenas coletivos artísticos, mas também iniciativas esportivas formadas por e para pessoas transmasculinas e homens trans em diversas regiões do Brasil. Equipes como o Trans United F. C., o Instituto Meninos Bons de Bola, o Transviver F. C., o S.C.T. Mosqueteiros e o Instituto BigTboys Soccer surgem como movimentos de resistência que ressignificam o esporte tradicionalmente um território de vigilância e exclusão de corpos dissidentes e o transformam em espaço de visibilidade, afeto e potência política.

Tais iniciativas ganham ainda mais relevância em um cenário global marcado por um crescente backlash²⁴ contra os direitos das pessoas trans. Nos Estados Unidos, recentes medidas políticas expressam o recrudescimento da transfobia institucionalizada, reforçando a exclusão sistemática de pessoas trans em diversas esferas sociais.

Em fevereiro de 2025, foi divulgada a confirmação da intenção do governo Trump de proibir a participação de meninas e mulheres trans em competições esportivas femininas, uma ação que evidencia uma perseguição política e de exclusão no esporte, tradicionalmente um campo de visibilidade corporal e social G1, (2025). Essa medida soma-se a tentativas anteriores de exclusão de pessoas trans das Forças Armadas, configurando um quadro de avanço da transfobia institucional em instituições-chave do Estado. Paralelamente, diante do aumento das restrições e da hostilidade institucional, diversos países passaram a emitir alertas para pessoas trans que viajam aos Estados Unidos, destacando as dificuldades burocráticas e a crescente vulnerabilidade enfrentada por esse grupo em âmbito internacional CNN Brasil, (2024).

Esse movimento conservador não se limita ao esporte ou à esfera militar. Em janeiro de 2025, a ordem executiva nº 14151 determinou o encerramento imediato dos programas federais voltados para diversidade, equidade e inclusão (DEI), classificando essas iniciativas como

²⁴ É um termo em inglês amplamente utilizado nas ciências sociais e políticas para descrever reações contrárias e conservadoras a avanços sociais ou políticos, especialmente aqueles ligados a direitos civis, igualdade de gênero, diversidade sexual e racial. Trata-se de uma resposta que busca reverter conquistas de grupos historicamente marginalizados, restaurando padrões anteriores de exclusão ou desigualdade. No contexto atual, o backlash é frequentemente associado a políticas antitrans, anti-DEI (diversidade, equidade e inclusão) e outras formas de resistência institucional à justiça social.

“radicais” e “dispendiosas”. Além disso, a medida exige uma revisão rigorosa das práticas de contratação pública, com o intuito explícito de eliminar políticas e formações que promovam a equidade social. Tal ação simboliza um backlash reação política que busca restaurar o status quo, deslegitimando avanços conquistados historicamente por grupos vulnerabilizados.

Para Enrique Dussel (1972), em sua ética da libertação, esses retrocessos podem ser compreendidos como tentativas de manter uma “ordem global de exclusão”, que perpetua as estruturas de poder coloniais e hierárquicas. Dussel nos convida a entender que a luta por direitos e reconhecimento deve romper com essas ordens opressoras, tornando-se um processo contínuo de resistência e reinvenção das possibilidades de existência para os excluídos.

Assim, diante desse cenário de ofensiva política e institucional, a importância dos espaços de resistência sejam eles artísticos, acadêmicos ou esportivos se torna ainda mais evidente. São nesses territórios que as pessoas trans afirmam suas existências, recriam suas identidades e constroem coletivamente formas de vida que desafiam a lógica excludente vigente, mantendo acesa a chama da transformação social e política.

Porém, as estratégias de resistência não se manifestam apenas em espaços coletivos ou simbólicos; elas também permeiam escolhas profundamente pessoais e individuais, como as decisões acadêmicas e profissionais. A trajetória da entrevistada ilustra essa intersecção entre o pessoal e o político, quando ela opta por mudar seu curso universitário da Psicologia para a Ciência da Computação. Essa transição não se reduz a uma simples preferência, mas emerge como um dilema ético-existencial: *“Eu sou muito apaixonada pela psicologia, né, como ciência [...], só que eu queria tentar, né, esse meu lado de exatas, até, mas por uma questão de estabilidade financeira mesmo.”*

Essa fala revela como as aspirações pessoais se entrelaçam com as exigências concretas de sobrevivência dentro de um sistema educacional e social marcado por exclusões estruturais. Tal cenário remete diretamente à ética da libertação proposta por Dussel (1972), que destaca que as decisões dos sujeitos marginalizados não são apenas racionais ou acadêmicas, mas estratégias de resistência e adaptação diante das estruturas de poder que os oprimem. Assim, a escolha da entrevistada representa não só uma busca por estabilidade econômica, mas também uma forma de navegar e resistir às limitações impostas pela transfobia institucional e social, que restringem suas possibilidades dentro e fora da universidade.

Em consonância com as redes de apoio e espaços de resistência já mencionados, essa trajetória evidencia a complexidade da existência trans no ambiente acadêmico, onde a luta pela afirmação identitária e pela sobrevivência material coexistem e se fortalecem mutuamente,

ressaltando a importância de espaços que promovam reconhecimento, acolhimento e estratégias coletivas de empoderamento.

6.2.2 Vermelho – Vida

A seguir, apresento a trajetória de uma outra estudante, que chamaremos de “Vermelho”, de 21 anos. Sua narrativa traz à tona os processos de autodescoberta e afirmação identitária vivenciados tanto no ensino médio quanto no ensino superior. Vermelho compartilha como suas primeiras referências e conexões com outras pessoas trans, especialmente por meio do consumo cultural, como o programa *RuPaul’s Drag Race*²⁵, foram fundamentais para o despertar de sua identidade: “Eu lembro que a base de tudo isso foi muito assistir Drag Race nos canais de televisão, internet e tudo mais, porque eu via aqueles homens realizando a montagem com perucas e muito femininos. Eu falava assim, nossa, isso é muito interessante.”

A partir dessas experiências culturais e afetivas, Vermelho relata a gradual construção do seu senso de pertencimento e a percepção da própria identidade, mesmo quando, inicialmente, a transição parecia algo distante, até mesmo um hobby: “*Com o tempo eu fui achando cada vez mais legal, até que em um certo momento eu já falava assim, poxa, eu queria ser assim.*” Essa narrativa ilustra a importância das redes de convivência, do contato com imagens e representações trans, e do reconhecimento afetivo para a emergência da identidade em contextos escolares e acadêmicos.

“Vermelho” revela a potência das vivências relacionais na construção identitária. Ela relata:

E a partir de vivência com outras pessoas, principalmente dentro da não binariedade de gênero, as pessoas não binárias, eu falei assim, pô, eu acho que eu não sou tão homem assim, sabe? Não era como eu estava mais me identificando, não estava legal. E eu lembro que eu fiquei um ano ou dois anos nessa discussão interna. Eu já tinha falado para alguns amigos sobre essas experiências, eu lembro inclusive que eu já tive dois nomes sociais, esse atual que eu uso e um antigo, que era muito engraçado, porque era Aurora, igual do frango (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Esse processo de “discussão interna” atravessado por interações com outras pessoas não binárias pode ser compreendido à luz de Preciado (2022), que afirma que o gênero não é uma essência, mas uma construção tecnopolítica produzida em regime de atualização contínua. O reconhecimento de que “*não era como eu estava mais me identificando*” expõe a fluidez e o caráter processual da identidade, desmontando noções fixas e binárias de ser homem ou mulher.

²⁵ O reality show de competição RuPaul’s Drag Race estreou em fevereiro de 2009 nos Estados Unidos. Desde então, acumula 175 episódios distribuídos em 13 temporadas. Em seu slogan, o programa busca “a próxima drag queen superstar da América”. Fonte: Leia mais em: <https://www.opovo.com.br/vidaearte/2021/08/26/rupaul-s-drag-race-entenda-o-que-e-como-funciona-e-quem-apresenta.html>

Além disso, a escolha e troca de nomes sociais, com leveza e humor (“igual do frango”), nos lembra que, como diz Berenice Bento (2011), as experiências trans também são atravessadas por reinvenções subjetivas que não precisam estar presas ao sofrimento podem incluir criatividade, ludicidade e agência.

A importância do coletivo é central. Como aponta Lucas Bulgarelli (2017), o contato com outras pessoas trans e não binárias é frequentemente o que desencadeia processos de autorreconhecimento e legitimação de experiências que, em isolamento, poderiam ser silenciadas ou invalidadas.

A narrativa de “Vermelho” continua revelando a complexidade de seu processo identitário, marcado por momentos de leveza e autoafirmação, mas também por estratégias subjetivas de proteção diante da violência simbólica. Ela conta:

E eu lembro que quando eu fui falar esse primeiro nome, era numa área de interior, que eu tinha viajado, aí o pessoal falava frango Aurora. Enfim, foi uma piada meio palhaça, chatinha, mas eu levei com muita leveza, até porque o pessoal me chamava de Aurora, então foi muito tranquilo. Depois disso, eu comecei realmente a me firmar. No início, principalmente como uma pessoa não binária, eu fiquei uns bons anos me identificando como uma pessoa não binária, só que atualmente eu já me identifico como uma mulher trans, e eu percebo que a minha não binariedade vinha do fato de ter medo da própria transfobia, porque para mim era muito mais fácil lidar com alguém me tratando no nome masculino, ou me chamando pelo nome morto, se eu fosse uma pessoa não binária, porque eu teria a desculpa de dizer, não, eu fico fluindo, então isso não me incomoda, hoje em dia me incomoda muito, né? E foi um discurso que eu percebi para mim mesma (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Ao relatar sua trajetória identitária, marcada por passagens entre a não binariedade e a afirmação como mulher trans, “Vermelho” exemplifica como os processos de subjetivação de pessoas trans são também epistemológicos, atravessando disputas de sentido, reconhecimento e pertencimento. Nesse contexto, como aponta Iazzetti (2021), as histórias que contamos sobre nós mesmxxs não estão apenas ancoradas em referências bibliográficas ou acadêmicas, mas em redes de diálogo, cuidado e escuta tanto com saberes tradicionais quanto com produções dissidentes e marginais.

Assim como a autora se vê impelida a transitar entre diferentes campos disciplinares da antropologia aos estudos feministas e transfeministas, “Vermelho” experimenta, em seu corpo e discurso, um trânsito entre categorias identitárias que não apenas denunciam a rigidez das classificações normativas, mas produzem novas possibilidades de existência e linguagem. Como nos lembra Iazzetti, há uma potência radical em aproximar saberes “de dentro e de fora da sala de aula”, colocando-os em interlocução com experiências corporificadas de transgressão e reinvenção.

Também pode ser lida à luz da crítica de Cello Pfeil (2023), que aponta como a modernidade/colonialidade opera por meio de uma engenhosa lógica de convencimento. Essa lógica não apenas invisibiliza as estruturas de opressão, mas também persuade os sujeitos a aceitarem e legitimarem as normas que os subjagam muitas vezes sob o disfarce de ideais como o da meritocracia ou da neutralidade científica.

Nesse sentido, o relato de *“Vermelho”*, especialmente ao narrar sua vivência com a não binariedade como uma espécie de “estratégia de defesa” frente à transfobia, evidencia o modo como sujeitos trans muitas vezes internalizam essas narrativas dominantes como forma de sobrevivência. O não reconhecimento imediato como mulher trans não surge da ignorância, mas de um cenário social que deslegitima sua identidade, levando-a a buscar formas menos “ameaçadoras” de existir socialmente um reflexo claro do que Cello Pfeil descreve como o engano estruturante da colonialidade.

A ciência moderna, quando tomada como infalível, se torna cúmplice dessa lógica, reforçando modelos normativos de gênero e identidade ao invés de questioná-los. Nesse contexto, o percurso de *“Vermelho”* não é apenas pessoal, mas também profundamente político: ao se afirmar como mulher trans, ela rompe com o ciclo de convencimento e reivindica a potência da revolta não como explosão desordenada, mas como recusa à normatividade colonizadora que ainda sustenta muitos dos espaços educativos e científicos.

O trecho em que *“Vermelho”*, compartilha os desafios iniciais ao se afirmar como uma pessoa trans revela com intensidade a sobrecarga emocional e social que acompanha a transição de gênero em contextos marcados por uma normatividade cisgênera estrutural. Os “olhares”, os “deslizes” e a presença do nome morto em documentos oficiais não são apenas incômodos isolados são expressões de um sistema que insiste em deslegitimar identidades trans, mesmo em suas formas mais sutis.

Contudo, é fundamental reconhecer que essa experiência de ser trans e mais especificamente de ser uma mulher trans não se dá de forma homogênea. Como bem discutem pensadoras negras e feministas decoloniais, a condição de mulher não pode ser compreendida como um ponto de partida universal. Odara (2020) reforça que, mesmo compartilhando o marcador “mulher”, existem diferenças profundas entre as experiências vividas por mulheres trans, cis, negras, brancas, indígenas, pobres ou ricas. A interseccionalidade, portanto, deixa de ser apenas um conceito e se torna uma chave ética para pensar justiça social e produção de políticas públicas que não apaguem as singularidades.

A fala de Vermelho, nesse sentido, não apenas denuncia a violência estrutural que marca sua trajetória, mas também evidencia a urgência de se pensar uma solidariedade entre mulheres

que seja sensível às diferenças. Reconhecer que nem todas vivem a mesma opressão embora possam estar submetidas a um sistema patriarcal comum é um passo necessário para descolonizar os feminismos e tornar efetiva a luta pela equidade.

Ela relata:

Acho que uma das piores fases é quando você realmente se assume, como uma pessoa trans, tem os olhares, tem a adaptação das pessoas, de vez em quando, um desliza aqui, um desliza lá. Tem a parte documental também, que é de ver o seu nome lá em prova, os documentos oficiais, e você fica assim, pô, chato. Você vai aprendendo a lidar, né? Querendo ou não, quando você se assume uma pessoa trans, você tem que lidar com essas coisas e não pode fingir que elas não existem, né? Que são pequenos atos de transfobia, micro agressões também (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Além disso, o relato de “*Vermelho*”, dialoga com a literatura sobre microagressões (Nadal, 2016), ao identificar como esses “pequenos atos” deslizes, olhares, falhas burocráticas operam cumulativamente na constituição de um ambiente hostil. A microagressão, embora sutil, carrega a potência da exclusão simbólica, reiterando o não pertencimento do sujeito trans às estruturas sociais vigentes.

Por outro lado, sua afirmação de que a melhor fase da transição foi o ingresso na universidade “como seu nome oficial²⁶” marca um ponto de virada simbólico: entrar já afirmada é não apenas existir, mas reivindicar espaço com nome e identidade próprios. Esse momento representa, portanto, um deslocamento do lugar da dor para o da potência, onde a experiência universitária torna-se, ao menos em parte, uma zona de respiro e legitimação mesmo que ainda permeada por tensões. Trata-se, afinal, de uma travessia entre o silêncio imposto e a voz conquistada.

Em um trecho de sua narrativa “*Vermelho*” carrega uma densidade significativa ao expressar o que poderíamos chamar de “**pedagogia da resistência cotidiana**”. Quando afirma:

Você tem que assumir essa responsabilidade, por mais que a gente não queira viver com elas, tipo, com essas micro agressões, com essa transfobia estrutural, a gente vai ter que aprender a lidar para conseguir ter a vivência de uma pessoa trans. Enfim. Só que acho que a melhor fase da minha transição foi quando entrei na faculdade, porque eu já entrei como nome oficial, e foi uma experiência incrível, até hoje está sendo (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

O trecho acima, narrado por “*Vermelho*”, escancara o modo como a cisheteronormatividade estrutural impõe à pessoa trans a incumbência de gerir violências que não produziu. Quando ela afirma que é preciso “assumir essa responsabilidade”, não se trata de uma aceitação resignada, mas da denúncia de um sistema que desloca para o indivíduo trans o fardo de uma estrutura que o rejeita. O que se evidencia é uma lógica perversa em que a

²⁶ A fim de preservar a identidade da estudante optei por ocultar seu nome

existência dissidente precisa se adaptar às engrenagens de uma norma que a exclui uma negociação cotidiana entre afirmação identitária e estratégias de sobrevivência.

Essa responsabilização ecoa o que Cello Pfeil (2021) critica como uma das estratégias mais sofisticadas da modernidade/colonialidade: convencer os corpos historicamente marginalizados a naturalizarem suas dores, transformando a violência estrutural em algo esperado, tolerável e até “pedagógico”. Atravessados por esse sistema, os sujeitos são levados a acreditar que aprender a conviver com a transfobia seria parte inevitável do “ser trans”.

Nesse sentido, a “vivência trans” não é apenas uma jornada de autodescoberta, mas também uma luta constante contra o apagamento simbólico e institucional.

Ao relatar que “a melhor fase da transição foi entrar na faculdade já com o nome oficial”, Vermelho aponta para a potência de espaços em que o reconhecimento é possível ainda que limitado. Tal reconhecimento, como destacam Viviane Vergueiro (2022) e Lucas Bulgarelli (2020), não deve ser confundido com inclusão plena, mas pode constituir um marco importante na construção da dignidade trans, especialmente em contextos onde o direito à existência ainda precisa ser reivindicado diariamente.

É também nesse ponto que as reflexões de Judith Butler (2018) se fazem presentes, ao afirmar que os corpos inteligíveis ou seja, os que podem ser reconhecidos como humanos são regulados por normas que delimitam quem pode aparecer como sujeito. Quando “*Vermelho*” se afirma como “uma mulher trans” e se diz feliz com essa identidade, ela está performando uma recusa: a recusa de ser silenciada, a recusa de permitir que o apagamento seja maior que a presença.

Assim, a sua fala não é apenas um relato pessoal, mas um gesto político de afirmação que desafia as engrenagens da normatividade. É o que Maria Clara Araújo (2021) chama de “**pedagogias da travesti**”, ou seja, formas de ensinar ao mundo que existimos apesar de tudo e por isso mesmo, somos potência.

No entanto, há também potência na fala de “Vermelho”. Quando ela afirma que a melhor fase de sua transição foi ao entrar na faculdade já com seu nome e identidade reconhecidos, há aí uma conquista fundamental: o direito de ser nomeada e reconhecida desde o princípio. Diferente de tantas experiências trans marcadas pela retificação tardia ou pela constante negação da identidade, sua entrada na universidade representa um marco de autonomia e de afirmação subjetiva.

Esse trecho nos convida, portanto, a pensar a educação superior como um espaço potencial de reconstrução, onde, apesar das contradições, é possível experimentar alguma forma de legitimação identitária. Tal perspectiva se conecta a autores como Iazzetti (2021), que

destacam a importância dos *re/encontros* entre experiência e conhecimento como parte de uma epistemologia situada, transgressora e transformadora. Em outras palavras, é quando **a vivência se cruza com a possibilidade de ser reconhecida que começa a nascer uma outra gramática do existir.**

A estudante Vermelho lembra:

Já aconteceram umas situações bem chatas na faculdade em relação à transfobia, uma ainda nos meus primeiros semestres, que me deixou bem desgastada, socialmente, psicologicamente, fisicamente também, eu fiquei bem mal. Mas eu acabei conseguindo lidar com isso e está bem tranquilo. Em relação à minha convivência com outras pessoas, é super respeitoso, todo mundo me trata no feminino, me chama pelo meu nome social, incluindo os professores (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025). O que se evidencia na narrativa de “Vermelho” não é apenas um episódio isolado de desconforto, mas a sobrecarga emocional e corporal produzida por um sistema de exclusão que opera de forma persistente. Em seu relato, ela descreve o impacto profundo de uma situação transfóbica vivida nos primeiros semestres da faculdade, indicando que mesmo quando tais eventos são pontuais, seus efeitos se estendem para além do momento vivido. A vivência trans, nesse contexto, não se resume à afirmação identitária, mas à constante mediação entre resistir e suportar.

Autoras como Sue (2010) e Nadal (2018) alertam que essas experiências, muitas vezes subestimadas ou consideradas “acidentes”, correspondem a um padrão recorrente de microagressões pequenas feridas simbólicas que, acumuladas, corroem o senso de pertencimento e segurança. Mais do que eventos isolados, essas ações revelam a normalização de uma violência cotidiana que se esconde atrás do verniz da cordialidade.

Ainda que “Vermelho” aponta avanços nas relações interpessoais dentro da universidade, como o uso correto de seu nome e pronomes por colegas e professores, seu depoimento aponta para a complexidade dos processos de reconhecimento. Como discute Bento (2006), o respeito institucional, embora necessário, não é suficiente para reparar os danos de uma trajetória marcada por negações identitárias e por estruturas cisnormativas que resistem à transformação. Portanto, reconhecer o esforço contínuo para “lidar com isso” é também reconhecer o custo subjetivo imposto a pessoas trans por uma sociedade que insiste em condicionar sua existência à adaptação e não à acolhida.

Essas microviolências operam como dispositivos de normatização e exclusão simbólica. Collins (2024) e Crenshaw (1991) nos lembram que a interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade e classe aprofunda ainda mais o impacto dessas experiências, pois os corpos dissidentes não apenas enfrentam o preconceito, mas também a constante vigilância e

questionamento de sua legitimidade. No caso de pessoas trans, como destaca Bento (2006), esse processo está frequentemente atrelado à patologização histórica das identidades transgênero, o que contribui para a naturalização de práticas discriminatórias no cotidiano universitário.

Além disso, a análise das microagressões no contexto acadêmico é aprofundada por estudos como o de Woodford (2020), que evidenciam como ambientes institucionalmente “neutros”, ou seja, que não adotam posturas ativamente inclusivas — acabam por sustentar, silenciosamente, atitudes discriminatórias veladas. Embora formas explícitas de heterossexismo ainda estejam presentes nos espaços universitários, são as microagressões formas sutis, frequentemente naturalizadas e nem sempre intencionais de preconceito que se manifestam com mais frequência. Tais violências simbólicas têm impactos significativos no bem-estar psíquico e no desempenho acadêmico de estudantes dissidentes da norma cisheterossexual. Em sua pesquisa, o autor propôs e validou uma escala específica para mensurar microagressões interpessoais e ambientais em campi universitários, demonstrando que essas experiências não são incidentes isolados, mas sim estruturais, atravessando o cotidiano e comprometendo diretamente a permanência, a saúde mental e a dignidade de estudantes LGBTQ+.

Essa compreensão é aprofundada por Meyer (2003) na Teoria do Estresse de Minoria, que mostra como ambientes aparentemente “tolerantes” ainda podem gerar sofrimento significativo para sujeitos LGBTQ+, devido à persistência de estigmas culturais e à internalização do preconceito. Aplicado inicialmente a gays, lésbicas e bissexuais, o modelo argumenta que o preconceito e a discriminação estrutural geram um estresse crônico distinto daquele vivido por pessoas fora de grupos estigmatizados, com consequências sérias para a saúde mental desses sujeitos. A lógica do estresse de minoria ajuda a compreender como microagressões constantes e a expectativa de rejeição tornam-se fatores de risco que afetam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas dissidentes da norma cisheterossexual, como a estudante “Vermelho” relata em sua trajetória.

Esses aportes teóricos nos ajudam a compreender as implicações subjetivas de experiências como a de “Vermelho”, cuja trajetória na universidade ilustra não apenas os efeitos dessa violência estrutural, mas também as brechas possíveis para a resistência. Seu relato evidencia formas de enfrentamento que emergem não como triunfos individuais, mas como estratégias coletivas de sobrevivência e afirmação diante de um sistema que insiste em apagar identidades dissidentes. A presença de algum reconhecimento por parte de colegas e professores não deve ser romantizada como conquista plena, mas entendida como um sintoma ambíguo de instituições ainda marcadas por lógicas cisheteronormativas.

O relato de “Vermelho” também evidencia formas de resistência que emergem não como triunfos individuais, mas como estratégias coletivas de sobrevivência e de afirmação diante de um sistema que insiste em apagar identidades dissidentes. A presença de algum reconhecimento por parte de colegas e professores não deve ser romantizada como conquista plena, mas entendida como um sintoma ambíguo de instituições ainda marcadas por lógicas cisheteronormativas.

Como observa Miskolci (2017), a afirmação de identidades trans e dissidentes em espaços públicos é um gesto político que desafia diretamente a hegemonia cisheteronormativa, forçando a ampliação dos marcos de pertencimento e legitimidade social. Contudo, esse processo ocorre em meio a uma crescente ofensiva conservadora, na qual:

[..] a luta contra a “ideologia de gênero” se torne um eixo prioritário de ação política. Ação que não se limita a documentos ou declarações da Igreja, mas também de diversas organizações não governamentais denominadas de “pró-vida” e que se caracterizam por terem um acentuado perfil religioso conservador (Miskolci, 2017, p. 729)

Assim, o gesto de “Vermelho” ao viver sua identidade de forma afirmativa na universidade é também um ato insurgente frente a uma conjuntura que tenta silenciar, patologizar ou apagar vivências trans e que mobiliza estruturas de poder para isso. Não se trata de inclusão, mas de resistência e disputa.

A fala de “Vermelho” reva estratégias de sobrevivência que pessoas trans desenvolvem frente à recorrência de situações de transfobia — muitas vezes sutis, silenciosas, e até naturalizadas. Ao afirmar que evita certos enfrentamentos por entender que “não vale a pena bater cabeça”, ela evidencia um mecanismo de autopreservação comum entre sujeitos constantemente expostos a ambientes hostis. Como aponta Audre Lorde (1984), o silêncio imposto ou assumido pode ser uma tática de proteção, mas também revela o quanto certos espaços seguem sendo inóspitos para a diferença.

A transfobia estrutural termo que “Vermelho” mobiliza com lucidez se manifesta não apenas nos grandes embates ou nas violências explícitas, mas nos olhares inquisitivos, nos gestos sutis de desconfiança e na constante vigilância que recai sobre os corpos dissidentes. Esses olhares que “vasculham” o corpo são práticas de controle e normatização de gênero, como discutem Judith Butler (2018) e Berenice Bento (2011), para quem os corpos trans são atravessados por regimes de inteligibilidade que regulam o que é legível, aceitável ou passível de reconhecimento.

O incômodo relatado por “Vermelho” ao circular em espaços públicos, sendo constantemente “lida” e interrogada com os olhos, denuncia a violência não verbal que perpassa o cotidiano de pessoas trans. Trata-se daquilo que Carla Akotirene (2019) nomeia como

interseccionalidade encarnada: uma experiência que cruza gênero, aparência, classe e corporalidade, acionando dispositivos de opressão que excedem o verbal e o institucional.

Nesse sentido, a fala da participante não apenas descreve experiências, mas aponta para o caráter contínuo da luta por dignidade e pertencimento. Em meio à violência cotidiana, sua decisão de escolher com quem dialogar e onde investir energia revela uma sabedoria estratégica um saber que emerge da experiência vivida e da necessidade constante de autodefesa e afirmação.

A fala de “Vermelho” explicita não apenas um processo de enfrentamento à transfobia, mas, sobretudo, uma reconciliação potente com sua própria identidade. Ao afirmar que “não tem nada que faça eu abrir mão disso”, ela sublinha a centralidade do orgulho e da autoafirmação como formas de resistência subjetiva frente às normatividades de gênero e às investidas ideológicas que tentam invalidar a existência trans.

Esse movimento ecoa os apontamentos de bell hooks (2003) sobre a importância da afirmação do “eu” em contextos de opressão. Para hooks, a resistência começa pela recusa de aceitar as narrativas que inferiorizam e patologizam os sujeitos subalternizados. Ao se posicionar de forma firme e autônoma quanto à sua identidade, “Vermelho” se inscreve num gesto político de reapropriação do próprio corpo, nome e existência.

Além disso, seu relato também dialoga com o que Preciado (2022) chama de *desprogramação do regime heterocisnormativo*: um processo contínuo de recusar a lógica binária, médica e ideológica que historicamente configurou os discursos sobre identidade de gênero. Ao dizer que já “aprendeu a lidar” com determinadas situações, “Vermelho” não está se resignando, mas demonstrando que desenvolveu mecanismos de agência subjetiva, emocionais e políticos para sobreviver, resistir e, mais do que isso, viver com dignidade.

Essa dimensão da “felicidade trans”, como propõe Catriona Mortimer-Sandilands, (2010), embora pouco tematizada nos discursos públicos (que tendem a centrar-se na dor e no sofrimento), é fundamental para compreender os modos de existência que escapam à lógica da vitimização. Ser feliz consigo mesma, como aponta a participante, é um ato revolucionário em uma sociedade que sistematicamente nega essa possibilidade aos corpos trans. Como argumenta Sandilands (2005), “[...] exige simplesmente uma reconfiguração menos heteronormativa e decididamente mais queer sobre como nossa habitação do mundo deveria parecer e se sentir” (p. 68, tradução nossa).

Pensar a felicidade como possibilidade queer é, portanto, não apenas um gesto de resistência, mas uma reimaginação radical das formas de viver, sentir e habitar o mundo fora das margens cisheteronormativas. A reflexão de “Vermelho” sobre o direito de viver sua

identidade sem interferências externas evidencia uma compreensão ética das relações sociais baseada na não-violência e no respeito à autonomia dos sujeitos. Ao afirmar que sua vivência enquanto pessoa trans não causa dano a ninguém, ela questiona as bases morais que sustentam a transfobia social: por que, afinal, corpos dissidentes ainda são vistos como ameaças?

Esse pensamento remete às discussões de Judith Butler (2004) sobre a precariedade das vidas e os limites da inteligibilidade social. Para Butler, há vidas que são reconhecidas como “vivíveis” e outras que, por escaparem às normas de gênero, são desautorizadas em sua existência. O que “Vermelho” propõe, em sua simplicidade política, é justamente uma reconfiguração desse campo: viver, simplesmente viver, já é um ato legítimo e não deveria estar sujeito à aprovação ou interferência alheia.

Além disso, ao compartilhar que não passou por processos hormonais nem sentiu necessidade, “Vermelho” desestabiliza as narrativas medicalizadas e normativas que ainda pairam sobre a transgeneridade. Sua fala desafia os modelos biomédicos tradicionais frequentemente reforçados pela cisnormatividade que insistem em atrelá-la a modificações corporais como condição de legitimidade. Essa experiência reforça o que autores como Bento (2006) e Bento & Pelúcio (2012) vêm discutindo: a transgeneridade é plural, situada e autodeterminada, não devendo ser medida por critérios biomédicos nem pela expectativa do outro.

Ao fazer esse percurso de (re)conhecimento de si ao longo dos últimos anos, “Vermelho” revela também uma maturação subjetiva que não está desvinculada do contexto histórico e social em que se inscreve um tempo em que a existência trans ainda precisa ser justificada, defendida e, muitas vezes, protegida. Sua fala, nesse sentido, torna-se mais que um depoimento: é uma convocação à escuta ética, à desconstrução dos preconceitos e à defesa radical da liberdade de ser.

Só às vezes quando a disforia está mais forte eu penso em fazer, assim, mas não é algo que realmente me afete, falar assim, hum, né, vou fazer tratamento hormonal. Até porque eu acredito muito que esse conceito de passabilidade, como é que eu posso dizer, é bem desgastante, porque tu tenta atingir um padrão que não é você que quer atingir, é outras pessoas que querem que você atinja, né? Elas querem que você seja passável, porque isso na cabeça delas você vai sofrer menos, só que aí elas não entendem que esse preconceito vem delas mesmo, sabe? Por exemplo, eu tenho uma linha de pensamento que, assim, quando as pessoas falam que ser trans é sobre realmente transicionar 100%, tem que fazer terapia hormonal, tem que fazer cirurgia plástica, tem que fazer isso e aquilo, eu fico muito desconfortável, porque além do primeiro ponto de ser pessoas que não têm acesso a esses recursos, né, então é um discurso que alimenta um certo ódio contra pessoas que “não são passáveis”, eu boto isso bem entre aspas porque é um termo bem chato, também é uma coisa, assim, que não vai de acordo com o que a gente defende, que é cada um viver sua expressão de gênero, sabe, de forma livre, de forma correta, de forma

como quer viver, e a partir do momento que outro interfere sobre isso, acaba sendo bem desconfortável (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

A contundência da fala de “Vermelho” desestabiliza os discursos hegemônicos que associam a legitimidade da identidade trans à realização de modificações corporais. O incômodo expresso em relação à ideia de “transição completa” denuncia não apenas a normatividade do olhar cis, mas também a forma como essa norma se infiltra nos próprios debates internos da comunidade trans, reproduzindo um modelo idealizado, excludente e inacessível para muitas pessoas.

Como aponta Amara Moira (2022), a passabilidade muitas vezes é menos um desejo e mais uma exigência imposta: “a sociedade quer que sejamos ‘passáveis’ porque ela não quer lidar com a nossa presença”.

Nessa mesma direção, Rodrigues (2023, p. 20) compartilha uma experiência vivida no convívio com outras pessoas trans, revelando como a passabilidade é exaltada a ponto de se tornar um elogio comum entre mulheres trans: “nossa, como você é passável!”. A autora reflete criticamente sobre esse padrão:

Até então não entendia como aquilo – passabilidade – havia se tornado um marcador tão forte no meio trans a ponto de gerar interesses, intensas discussões e até brigas. [...] Por que se parecer com o outro é tão ou mais importante que a autenticidade de ser quem se é? (Rodrigues, 2023, p. 20)

Esse questionamento evidencia como a passabilidade opera como um marcador hierárquico, que muitas vezes atravessa o próprio meio trans, reforçando uma lógica de validação externa baseada na norma cisheterossexual. Trata-se de um ideal que, como observa a própria autora, pode se tornar invisível para quem se encaixa nele, mas profundamente opressor para quem está fora.

A fala de “Vermelho” se insere nesse debate como um gesto de resistência ao recusar que a experiência trans esteja atrelada obrigatoriamente à transição médica ou à aparência cisheterossexual. Para ela, viver a própria identidade de forma livre, sem interferência de expectativas externas, é o que deve orientar a vivência de gênero.

Essa recusa se articula à crítica de Rosa Luz, que problematiza a naturalização da passabilidade como objetivo último da experiência trans, alertando para os riscos de uma política de identidade que desconsidera marcadores de classe, raça e acesso aos direitos básicos.

Ao mesmo tempo, essa discussão ressoa com a proposta ética de Dussel (1972), do reconhecimento do outro a partir de sua exterioridade ou seja, de sua alteridade radical, não domesticada pelas normas do sistema. Nos convidando a ouvir aqueles e aquelas que historicamente foram empurrados/as para a zona do não-ser, para fora do discurso hegemônico, e a construir uma práxis que coloque a dignidade desses sujeitos no centro.

Assim, quando pessoas trans, como “Vermelho”, recusam o imperativo da passabilidade e afirmam sua identidade à margem dos padrões normativos, estão também realizando o que Dussel chamaria de um ato ético fundante: a afirmação da vida contra sistemas que buscam regulá-la, apagá-la ou assimilá-la.

Em seu relato “Vermelho” desloca o eixo da dor para a afirmação. Ela reconhece sua trajetória como marcada por uma conjunção de apoios fundamentais: o acolhimento da mãe, o respeito familiar, o acesso a roupas condizentes com sua identidade e, sobretudo, uma educação de qualidade. “Eu falo que eu fui muito privilegiada no quesito trans”, afirma rompendo com o imaginário dominante que associa automaticamente a vivência trans à marginalidade e ao sofrimento contínuo.

Ela relata:

Eu acho que na minha vida toda eu tive uma base muito boa para me considerar uma pessoa trans, principalmente na minha mãe, eu sou muito confortável com ela, ela me respeita super e grande parte da minha família também me respeita e me apoia nisso, então eu sempre tive, eu sou uma pessoa, na verdade, que eu falo que eu fui muito privilegiada no quesito trans, porque eu pude ter acesso a comprar as roupas que eu queria, eu tive uma base familiar boa, eu tive uma educação de excelência também, né, porque educação, ela é primordial, né, principalmente para pessoas trans, né, que já são muito marginalizadas e tudo mais, e além disso, eu estou muito feliz de poder participar dessa entrevista, eu acho que ela é muito importante, ela auxilia e exemplifica ainda mais esses lugares de fala que a gente tem que ter, né, no dia-a-dia, são discussões que apesar de serem, entre aspas, discussões pequenas, a gente tem que falar sobre, e é isso, basicamente, a minha experiência enquanto uma pessoa trans e tudo mais (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Essa fala nos convida a reavaliar os modos como narrativas trans são usualmente construídas, tanto nas mídias quanto nas pesquisas acadêmicas. Em vez de um foco exclusivo na dor, a estudante nos oferece o que Catriona Sandilands (2005) chama de *reorientação afetiva queer*²⁷ um convite a imaginar formas de existência em que a felicidade trans seja não apenas possível, mas cotidiana, insurgente, e, sim, revolucionária. Como propõe a autora, é necessário “exigir uma reformulação menos heteronormativa e decididamente mais queer sobre como deve ser e se sentir nossa habitação do mundo”.

Há, também, um gesto ético-político em sua fala final: “eu estou muito feliz de poder participar dessa entrevista... são discussões que a gente tem que ter”. “Vermelho” assume sua

²⁷ A noção de uma *ecologia queer* conceito que articula sexualidade, natureza e existência em chave contra hegemônica foi proposta pela primeira vez em um número especial da revista canadense *Under Currents*, publicado em maio de 1994, sob o título *Queer Nature*. Esse marco inaugurou um campo de reflexão que viria a influenciar autoras como Catriona Sandilands, uma das pioneiras nesse debate, cujos textos estão disponíveis no repositório da revista (<http://www.yorku.ca/currents/>). Sandilands propõe que a presença queer no mundo não apenas desafia categorias estáveis de identidade, mas também reconfigura os próprios modos de habitar e sentir o mundo.

posição de fala não como exceção ou vitrine, mas como agente discursiva. Aqui, ecoa novamente Dussel (1972), ao afirmar que a escuta atenta do/a outro/a o/a transforma em sujeito epistêmico e político. Sua participação na pesquisa se converte, assim, em um ato de insurgência contra o silenciamento histórico das vozes trans e, ao mesmo tempo, numa proposição de mundo.

A experiência de “Vermelho” nos lembra que o cuidado, o afeto e a possibilidade de sonhar e se expressar com liberdade não são bônus, mas parte essencial do que significa resistir à necropolítica cisnormativa. Como nos ensina Mbembe (2021), a luta contra as opressões históricas sejam de raça, gênero ou sexualidade exige o reconhecimento das múltiplas formas de violência simbólica e estrutural que desumanizam certos corpos e subjetividades. Nesse sentido, o que “Vermelho” reivindica é mais do que aceitação: é o direito de existir plenamente, de ser reconhecida não a partir da norma, mas a partir da singularidade e da dignidade de sua vivência.

Essa dignidade, no entanto, segue sendo negada em diversas frentes. Como aponta Luciola Silva, (2020) ainda há forte resistência por parte da sociedade em aceitar plenamente a presença e a inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho, na convivência cotidiana e na legitimidade de suas relações interpessoais. Além disso, persiste o estigma que vincula identidades trans a patologias, como se não se sentir confortável com os papéis de gênero impostos fosse, em si, um desvio. Tal perspectiva reforça barreiras simbólicas e materiais que atravessam a vida de pessoas trans, tornando a afirmação de sua identidade um ato político cotidiano.

Nesse contexto, a fala de “Vermelho” traz à tona uma forma de resistência que não se ancora na confrontação constante, mas na escolha consciente de preservar sua saúde mental frente ao desgaste cotidiano da transfobia:

Eu tenho uma linha de pensamento que fala sobre se impor quando necessário, só quando necessário. [...] Eu fico muito desgastada, tanto fisicamente quanto psicologicamente, de entrar em pequenas discussões que eu sei que as pessoas não vão mudar a opinião, então acho que não vale a pena (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Sua posição desloca o foco da militância heroica e permanente para uma ética do cuidado de si, como forma legítima de resistência. Ao afirmar: **“Eu não quero que me aceitem, eu quero que me respeitem, é diferente”**, ela desloca o debate da esfera da aceitação (ainda carregada de benevolência e condicionada à normatividade) para a do respeito um princípio ético fundamental, como já apontava Mbembe (2021), quando defende a valorização da diferença como pilar de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Essa recusa em se submeter a expectativas externas e o entendimento de que nem toda luta precisa ser travada publicamente revelam o entrelaçamento entre resistência e autocuidado. Como lembra Audre Lorde²⁸ *Cuidar de mim mesma não é autoindulgência, é autopreservação, e isso é um ato de guerra política*” “Vermelho”, ao priorizar sua saúde emocional e estabelecer limites, está, portanto, reinventando os termos da militância: com dignidade, com afeto e com o firme compromisso de existir plenamente.

Ela afirma ainda:

Então, a minha forma de militância, eu digo que ela é bem calma, pelo menos para mim. Às vezes, quando necessário, eu converso com a pessoa, falo assim, *pô, não é dessa forma*. Às vezes, quando tem algumas discussões mais pesadas, eu me abstenho, porque eu acho que não vale tanto a pena assim. Algumas eu já falei sobre. (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Sua fala desafia a noção de que a militância precisa ser sempre ruidosa, pedagógica ou sacrificante. Em vez disso, aponta para um engajamento ético e estratégico, que reconhece os próprios limites como parte da luta. Ao se recusar a alimentar debates infrutíferos e exaustivos, “Vermelho” ressignifica o lugar do silêncio e da escolha como formas legítimas de resistência que, como propõe Dussel (1972), podem operar *a partir da exterioridade ao sistema dominante*, colocando em crise suas normas sem precisar reproduzi-las diretamente.

Trata-se, portanto, de uma militância que se desenha em pequenas ações cotidianas, mas não menos subversivas onde o simples fato de permanecer, existir e cuidar de si já constitui um enfrentamento radical à lógica da cisheteronormatividade e da necropolítica.

Para “Vermelho”, uma das maiores formas de resistência é, justamente, sua própria existência cotidiana. Ela afirma:

Uma das formas, eu acho que é a maior resistência de todas, é simplesmente a minha existência. Porque, a partir do momento que eu acordo, eu me porto como uma mulher cis se portaria, como uma mulher cis se veste, isso já é uma forma de resistência, de ter que ver os olhares, de ter que lidar com microagressões e tudo mais (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Essa fala ressoa profundamente com o entendimento de que existir em um corpo trans, de forma livre e afirmativa, é um gesto político poderoso, que desafia diariamente as normas cisheteronormativas. É resistir aos olhares que tentam controlar, às microagressões que invisibilizam e às expectativas que buscam limitar. Ao viver sua identidade com autenticidade, “Vermelho” encarna a ideia de que a sobrevivência e não apenas a militância explícita é um ato insurgente contra sistemas opressores, reafirmando a máxima de Audre Lorde: cuidar de si mesma não é luxo, mas guerra política.

²⁸ A Burst of Light: Living with Cancer”, escrito em agosto de 1987. Traduzido por: Andrey Santiago.

Para “Vermelho”, a resistência se manifesta de múltiplas formas, muito além dos grandes atos de militância. Ela valoriza o diálogo e a escuta como ferramentas essenciais para a resolução de conflitos:

“Eu gosto de sentar e conversar, né? Isso, para mim, é a melhor forma de resolver as coisas. Não estou dizendo que existe uma forma certa e errada de lidar com as coisas. Estou dizendo que existe a minha forma de lidar, e outras pessoas existem outras formas de lidar.”

Essa postura reflete a diversidade de estratégias de resistência presentes nas experiências trans, ressaltando que não há um único modo de existir ou lutar. Além disso, “Vermelho” destaca a dimensão educacional como campo de resistência política:

“A minha forma de resistência, também, é pelo viés educacional. Por exemplo, eu sou uma pessoa que já fez um curso da saúde que é elitizado, que é farmácia. Então, só de eu estar lá, de ter projetos para apresentar, de já ter sido bolsista de iniciação científica, de laboratório de hematologia, de conseguir me destacar academicamente, com rendimento acadêmico, com notas e tudo mais, eu acho que isso já é uma forma de resistência contra o sistema, né?”

Nesse sentido, sua trajetória desafia estereótipos e dados estatísticos que apontam para uma expectativa de vida drasticamente reduzida entre pessoas trans, mostrando que a sobrevivência e o destaque em ambientes historicamente excludentes são atos políticos poderosos.

“Só de você acordar e dizer assim, hoje eu vou ser (identidade oculta) mais um dia, já é ali uma militância, sabe? Ainda que seja uma militância passiva, ainda é.”

Essa resistência cotidiana, presente na afirmação da existência e na busca por conhecimento, dialoga com os conceitos de “militância passiva” e sobrevivência insurgente, ampliando nossa compreensão sobre as diversas formas que a luta trans pode assumir.

Quando refletimos sobre o acolhimento a estudante revela a importância de uma base familiar sólida para a construção da autoestima e da expressão livre da identidade de gênero. Ela reconhece seu privilégio em contar com um suporte familiar majoritariamente positivo, mesmo com eventuais deslizos, que não foram suficientes para abalar sua segurança:

Eu classifico meu acolhimento como muito bom... essa base me fortaleceu para que hoje eu me sentisse 100% confortável em projetar da forma como eu me projeto, de me expressar da forma como eu me expesso, no cabelo, nas unhas, no estilo, e tudo mais (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Essa percepção se conecta ao trabalho de Jack Halberstam (2017), que valoriza a multiplicidade das experiências trans, rompendo com narrativas únicas e normativas para destacar trajetórias plurais. Halberstam enfatiza que o acolhimento e o suporte social são fatores cruciais para a saúde mental e o bem-estar, ainda que nem todas as pessoas trans tenham acesso

a esses recursos. Além disso, Halberstam (2023) propõe que o estudo sobre pessoas queer e trans vá além da representação literal do corpo, utilizando formas abstratas para ampliar a compreensão de equidade e transgeneridade:

Por outro lado, escrevo sobre arte queer e trans que é abstrata, a fim de dizer que o trabalho sobre pessoas queer e trans não deve se reduzir simplesmente ao corpo ou à figura, pois, assim, você só pode ter a política de representação na qual o corpo humano é central, e isso limita o que pode ser dito sobre o corpo queer ou trans. Por isso, há 20 anos venho defendendo que devemos usar formas de abstração para ampliar o sentido do que é a equidade ou a transgeneridade (Halberstam, 2023, p. S/N).

Ao mesmo tempo, “Vermelho” demonstra uma consciência crítica sobre as desigualdades que atravessam as vivências trans, ressaltando que muitas pessoas enfrentam rejeições familiares muito mais severas. Isso evidencia a diversidade das trajetórias e o impacto profundo que o acolhimento ou sua ausência pode ter. Essa reflexão se alinha ao conceito de “interseccionalidade trans”, discutido por Reina Gossett (2017), ativista e pensadora trans negra, que oferece uma análise contundente sobre as múltiplas camadas de opressão enfrentadas, sobretudo, por mulheres trans racializadas.

Segundo Gossett (2017), o chamado “pânico transfóbico” não pode ser compreendido apenas como uma reação individual, mas sim como sintoma de um sistema interseccional de violências. Em suas palavras:

Eu amo conversar com mulheres trans porque há muita transfobia, até mesmo dentro da comunidade trans. Mas homens cis negros também precisam entender a importância de que mulheres trans tenham o apoio de sua comunidade. Não estou dizendo que comunidades negras não nos apoiam, mas vivemos em uma sociedade que está contra todos nós, por causa do nosso gênero, da nossa classe, ou seja lá qual for o motivo. Eu quero promover diálogo na verdade, quero começar um projeto com homens cis que mataram mulheres trans e investigar o que os levou a esse tipo de violência. É o efeito do ‘pânico trans’. Eu quero perguntar a eles: o que significa trans para você? A defesa do ‘pânico trans’ aquela ideia de que você foi enganado sobre o gênero de alguém, eu acho que é algo mais profundo; é uma questão interseccional que faz parte da violência contra mulheres em geral, e a sociedade precisa se responsabilizar por construir esse tipo de medo. E o pânico trans não afeta só relações sexuais; estou falando de qualquer tipo de relação: primos, irmãos, pais, mães, seja o que for. Até mesmo no Facebook, com postagens alertando homens cis: ‘Rapazes, tenham cuidado’...” (Tradução nossa, apud Gossett, 2017).

Essa reflexão potente evidencia como a transfobia está entrelaçada a outros marcadores sociais como raça, classe e gênero, produzindo formas específicas e cruéis de violência. Ao mesmo tempo, Gossett convoca a responsabilidade coletiva e o diálogo como caminhos possíveis para reconstruir vínculos e desestabilizar o medo social construído em torno da existência trans.

A própria Vermelho reforça esse ponto ao narrar:

Eu sei que existem casos e casos... já tive amigos ou amigas trans, ou até amigas trans, que não tiveram essa mesma base, sabe, esse mesmo privilégio... às vezes eu reclamo da minha vivência, porque eu quero assim, mas isso e aquilo... mas quando você ouve um amiguinho assim, pô, minha mãe quer me expulsar de casa porque eu sou trans, e eu estou reclamando porque um short está me deixando mal, sabe? Essa é a minha concepção (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

Essa consciência sobre desigualdades dentro da própria comunidade trans também revela uma forma sofisticada de resistência, que passa pelo cuidado de si e pela empatia com o outro. Como enfatiza Amara Moira (2020), o reconhecimento dos próprios privilégios e a prática do autocuidado são aspectos fundamentais da sobrevivência trans. Essa consciência, ao mesmo tempo interna e coletiva, amplia as estratégias de resistência frente às múltiplas formas de exclusão, deslocando o foco da resistência apenas para o enfrentamento direto e incluindo também o cultivo da dignidade e da saúde emocional.

Como aponta a pesquisadora e ativista transfeminista Sayonara Nogueira (2020), a transfobia funciona como uma **tecnologia de controle de corpos dissidentes**, sendo especialmente violenta quando esses corpos adentram espaços institucionalizados, como escolas, hospitais ou órgãos públicos. A UBS, nesse caso, deveria ser um local de cuidado e promoção da saúde, mas torna-se um campo de **risco simbólico e emocional** para uma profissional trans.

Assim, ainda não é conhecido o número exato de pessoas trans que sofrem a violação dos seus Direitos Humanos. Centenas de travestis morrem por ano vítimas do uso de silicone industrial ou por problemas causados pelo uso indiscriminado de hormônios. Mesmo com alguns avanços na área de saúde integral para pessoas trans, ainda são escassos os hospitais que atendem essa população (Nogueira, 2018, p. 221).

No momento em que *Vermelho* se posiciona como agente da saúde, e não como objeto dela, essa lógica é desestabilizada e isso incomoda, ameaça, desorganiza.

Esse deslocamento de lugar de corpo a ser tutelado para sujeito que cuida emerge com força no relato da estudante:

Enfim, mas falando sobre acolhimento, eu acho que hoje em dia, no início era mais difícil, e hoje em dia eu consigo lidar. Se aparecer, sabe, algum episódio de transfobia é uma coisa bem tranquila. Aconteceu uma recentemente, foi na UBS onde eu estagiei, e chegou uma paciente com dispensação de ácido fólico, vitamina D, eu acho que a paciente estava grávida, inclusive, que a gente dispensa esse medicamento para grávidas, né? E aí ela foi super educada, e eu também fui muito educada, porque eu gosto muito desse atendimento ao público, essa parte de dispensação de medicamentos, ter contato com o paciente, conversar, é uma coisa que eu gosto muito. E aí ela chegou e tudo mais, super tranquila, e estava tudo bem, até que do nada ‘ela surtou’, em entre aspas assim, porque ela perguntou o meu nome, eu falei, ah, meu nome é tal, tal, né, (oculto para preservar a identidade). Ela falou, ‘não,

seu nome de verdade’, e ficou super grosseira, ela mudou da água para o vinho, aí ela quis ameaçar de inchar lá na farmácia onde a gente estava trabalhando, né, dentro da UBS, quis brigar, a minha preceptora teve que intervir e dizer para ela se afastar, porque ela já estava começando a ser meio agressiva, e ela ainda falou de uma forma como se ela estivesse me observando alguns dias. Então, é um episódio assim que foi muito pesado, porque poderia ter resultado em coisa pior, e pela forma como ela falou, ela poderia estar realmente me observando alguns dias, já trabalhando lá, e ela, sei lá, o que passa na cabeça de uma pessoa assim, né, mas a questão é que, no momento, eu nem tive reação, como eu falei, existem casos e casos que valem a pena bater, e no caso dela eu só falei: tudo bem, acabou o seu atendimento e pode ir. Fora isso, não falei mais nada, fiquei calada o resto do estágio, até fui embora mais cedo esse dia, porque eu fui com medo de ficar no turno da tarde, né, preocupada com alguma coisa (Narrativa da estudante “Vermelho”, 2025).

No episódio narrado, o que está em jogo não é apenas a violência verbal ou simbólica de uma paciente, mas a irrupção de uma subjetividade trans que ousa habitar com dignidade um espaço historicamente negado: o da autoridade profissional, do saber técnico e do direito ao reconhecimento. A paciente, ao exigir um “nome de verdade”, não só questiona a identidade de “Vermelho”, mas tenta reinstaurar um regime de verdade colonial que define quem pode existir e como. Trata-se de um gesto violento que visa recolocar o corpo trans no lugar da subalternidade, da ficção, da anormalidade um gesto que ecoa o velho impulso colonial de nomear o **Outro** como forma de domínio.

Contudo, a resposta de “Vermelho” não é de submissão, mas de recusa. Mesmo no silêncio e no medo, ela opta por não alimentar a lógica da confrontação violenta. Seu gesto de “ficar calada” é ambíguo: ao mesmo tempo que revela a violência internalizada e o desgaste emocional causado pela constante vigilância, também pode ser lido como uma escolha tática, uma ética da sobrevivência, como nos ensina Audre Lorde (1977, p. S/N)

Quebrando silêncios e defendendo utopias! “O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam muitos silêncios para romper”

Ao romper com a expectativa de subalternidade passiva, “Vermelho” inaugura uma posição transgressora no interior da instituição. Uma posição que não é apenas simbólica, mas material, concreta: um corpo trans exercendo cuidado, ciência, técnica e afeto. E é precisamente essa nova configuração de presença que o sistema tenta, de forma violenta, neutralizar. Como nos ensina Dussel (1972), quando os corpos historicamente empurrados à exterioridade do sistema se afirmam como sujeitos éticos, denunciam por contraste a falência moral das instituições que se pretendem neutras e universais.

A narrativa de “Vermelho” evidencia que resistir não é simplesmente suportar. Resistir, aqui, é desorganizar os termos do possível. É desestabilizar a grade de inteligibilidade colonial que define o que pode ou não ser reconhecido como humano, como legítimo, como profissional.

É afirmar, como propõe Dussel, um horizonte ético-outro não pautado na assimilação ou na concessão, mas na radicalidade da justiça e na insurgência da dignidade.

“Vermelho”, portanto, não apenas sobrevive à violência. Ela descoloniza o campo do cuidado ao habitar, com presença e potência, uma posição que lhe foi historicamente negada. Sua existência torna-se um ato de reconfiguração ética do mundo. E como toda reconfiguração profunda, ela assusta, desloca, desestabiliza, mas também anuncia o que está por vir: um mundo em que viver trans não seja exceção ou resistência, mas simplesmente... existir com plenitude. É, como diria Dussel, (1972) afirmar um horizonte outro, ético e solidário, onde a dignidade de existir não dependa da conformidade, mas da justiça.

6.2.3 Laranja – Cura

O que é a cura senão a possibilidade de se recompor e se reconstruir? Mas, neste caso, não se trata de voltar ao que era, e sim de (re)inventar-se a partir daquilo que foi rompido. A narrativa de Laranja nos conduz por um caminho de reconhecimento e reconstrução de si que é tudo, menos linear. Seu processo de compreensão identitária que começa aos 15, 16 anos e segue até hoje, aos 21 não se apresenta como revelação repentina, mas como uma travessia: lenta, às vezes confusa, profundamente sensível e marcada por pequenas iluminações. Quando Laranja diz: *“foi um negócio novo que chegou pra mim”*, ele traduz o estranhamento e, ao mesmo tempo, a potência de um corpo que começa a se perceber fora das molduras impostas pelo gênero normativo. Sua narrativa não gira em torno de uma certeza, mas de uma inquietação e é justamente aí que reside a potência de sua *cura*. Ele nos mostra que curar-se, no contexto trans, não é apagar a dor ou eliminar a dúvida, mas construir uma forma própria de habitar o mundo, com os nomes e os pronomes que reverberam verdade.

Ele narra:

Tanto que, por um tempo, eu pensei, eu acho que eu gosto de todos os pronomes. Só que eu acabei, depois, percebendo que não era exatamente isso. Então, atualmente, eu uso pronomes ELE/DELE, pronomes neutros também, que são os pronomes que eu tenho afinco, que eu gosto de ser chamado (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

O desconforto com os pronomes femininos, o flerte inicial com a ideia de “gostar de todos os pronomes” e, por fim, o encontro com os pronomes *ele/dele* e os *neutros* tudo isso evidencia um movimento profundo de escuta de si, de elaboração afetiva e linguística de uma identidade em fluxo. E, nesse fluxo, “Laranja” reinventa a linguagem e, com ela, reinventa também as formas possíveis de existir. Cura, aqui, não é retorno à origem, mas criação de sentido. Cura é autonomia sobre o próprio nome. Cura é linguagem insurgente.

Assim, ao compartilhar essa parte de sua história, “Laranja” não apenas narra uma transição. Ele testemunha um processo de subjetivação que desestabiliza a lógica da cis-verdade universal. Ele afirma que ser trans não é um destino trágico nem um equívoco a ser corrigido mas uma possibilidade legítima, complexa e digna de ser vivida com inteireza.

A narrativa de “Laranja” segue desenhando um percurso sensível de autoconhecimento e afirmação, atravessado por tensões, acolhimentos e silêncios. Ao dizer: *“Naquela época em que eu era adolescente, eu contei para o meu grupo de amigas, porque eu era rodeado de muitas meninas”*, “Laranja” já nos apresenta um dado fundamental: o primeiro espaço de escuta foi um círculo feminino. A presença de mulheres como figuras de acolhimento não é apenas uma coincidência afetiva, mas revela a importância das redes de solidariedade informais, que muitas vezes antecedem ou substituem as instituições no processo de afirmação identitária de pessoas trans.

Esse movimento de descoberta e afirmação, descrito por Laranja, nos lembra que a identidade não emerge no vazio, tampouco de forma espontânea ou natural. Como ele mesmo diz: *“quando eu ainda estava tentando compreender exatamente o que eu estava, de certa forma, fazendo sobre a minha identidade”*, percebemos que não se trata apenas de nomear-se, mas de fazê-lo em meio a relações sociais, afetivas e institucionais que autorizam ou não certas verdades a aparecerem.

É nesse ponto que se torna especialmente pertinente a reflexão de Louro (2009, p. 88): *“uma 'verdade' só aparece quando pode aparecer. Em um dado momento, um conjunto de circunstâncias se combina e possibilita que algo seja admitido como verdade. Esse conjunto de circunstâncias está atravessado e ordenado por relações de poder”*.

No caso de “Laranja”, as primeiras condições de emergência dessa “verdade” sobre si se deram em espaços afetivos entre amigas e não em instituições formais como a escola, onde ele se descreve como “mais fechado”.

Assim, podemos entender que a experiência de “Laranja”, ao narrar sua trajetória de identidade, não trata apenas de um processo interno, mas de uma disputa de legitimidade. Suas dúvidas e descobertas não estão fora do mundo, mas *no mundo*, atravessadas pelas possibilidades (ou impossibilidades) discursivas oferecidas por ele.

Como sugere Louro, (2009) é preciso interrogar os saberes e verdades que nos constituem, inclusive aqueles que hoje abraçamos, pois eles também operam dentro de regimes de poder. A própria ideia de “identidade de gênero”, de “transgeneridade”, ou mesmo de “masculinidade”, são moldadas por jogos de força, e por isso, sua aparição no discurso não é neutra ela exige condições de possibilidade, exige terreno fértil.

“Laranja” não apenas encontra esse terreno, mas o cultiva com cuidado, mesmo entre pedras. Seu relato nos mostra que a verdade sobre si mesmo, mais do que um ponto de chegada, é uma prática contínua de construção e reinvenção. E é justamente nessa prática que reside a *cura*: não como destino final, mas como processo ético de criar sentido para si num mundo que tantas vezes insiste em negar essa possibilidade.

Ainda em sua narrativa, Laranja compartilha:

Quando eu ainda estava tentando entender, quando eu ainda estava tentando compreender exatamente o que eu estava, de certa forma, fazendo sobre a minha identidade, sobre como eu deveria ser (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

Aqui, o verbo “fazer” se destaca ele não fala de uma essência a ser descoberta, mas de uma identidade em construção, em processo. Isso está profundamente alinhado ao que Preciado (2022) propõe ao dizer que o gênero não é um destino ou uma essência, mas uma *tecnologia de produção de subjetividades*. Laranja não “descobre” sua identidade, ele *a fábrica*, *a experimenta*, *a vivencia*. Isso, por si só, é recusar a ideia de que há um modelo de ser homem, ser trans, ser sujeito e, em vez disso, criar caminhos a partir das próprias potências.

O trecho “*Na época do ensino médio, eu era muito mais fechado*” não deve ser lido como um mero dado biográfico, mas como reflexo direto do contexto escolar enquanto um espaço que ainda opera, majoritariamente, como um dispositivo de normatização. “Laranja”, ao se dizer “fechado”, nos mostra o peso do não-dito, do não-pensado, do não-autorizado e aponta para a necessidade de reinventar espaços educativos que não apenas tolerem, mas celebrem a diversidade de identidades.

Sua trajetória revela um deslocamento sutil, porém potente: da dúvida para o desejo, do silêncio para a palavra, do medo para a cura como bem evoca o nome simbólico que o representa nesta pesquisa. E essa cura, como apontam autores como Berenice Bento (2011), não se dá *apesar* da transgeneridade, mas *por meio* dela. Cura, aqui, é a possibilidade de habitar o mundo com mais inteireza, mesmo sabendo que ele ainda é hostil.

Quando ele afirma que hoje prefere ser chamado por pronomes *ele/dele* e neutros, há, nesse enunciado aparentemente simples, uma luta por reconhecimento que envolve disputas simbólicas, institucionais e materiais. É justamente nesse ponto que a reflexão de Miguel Missé (2011, p. 270), traduzido por Berenice Bento, se torna essencial:

Lutar pela despatologização é defender que nossas identidades fazem parte da diversidade e que temos direito a modificar nosso corpo quando assim decidirmos. Reivindicar um livre acesso aos hormônios ou às cirurgias é a parte central da luta, não um detalhe, não é uma segunda etapa da luta: é uma luta em si mesma.

A narrativa de Laranja não explicita, neste trecho, o uso de hormônios ou procedimentos cirúrgicos, mas o reconhecimento dos pronomes corretos já se apresenta como um direito que precisa ser conquistado frente à normatividade cisgênera. Ao afirmar quais pronomes deseja que sejam usados, “Laranja” não está apenas expressando preferência: ele está reivindicando agência sobre sua identidade, corpo e presença no mundo um gesto profundamente conectado à luta pela despatologização e à recusa em ser enquadrado nos moldes biomédicos da “normalidade”.

Portanto, “Laranja” nos ensina que compreender-se não é um ato isolado, individual ou súbito. É um processo relacional, social e político. É atravessar camadas de normatividade, acessar afetos insurgentes e reivindicar o direito de não saber tudo de imediato. É fazer da dúvida uma ponte e não um abismo.

A narrativa de Laranja nos convida a perceber como o reconhecimento da identidade de uma pessoa trans não se dá apenas nos marcos legais ou institucionais, mas começa e muitas vezes se sustenta nos laços cotidianos, afetivos e familiares. Ao dizer “*ela sempre entendeu muito [...] me apoiou da forma que deu*”, ao se referir à irmã mais velha, Laranja expressa a potência das alianças possíveis mesmo em contextos marcados por incompreensão ou precariedade simbólica.

As irmãs, ao nomeá-lo corretamente, ao compreendê-lo sem exigir dele uma identidade “pronta” ou “explicada”, criam um espaço onde ser não depende da retificação documental, mas da legitimidade afetiva.

No entanto, como contraponto, a relação mais difícil com a mãe revela os efeitos contínuos das normatividades cisheterocentradas que, como aponta Bento (2006), se infiltram nos laços familiares, impedindo a plena escuta e aceitação do outro. Laranja revela estar ainda em processo de negociação com essa dor: “*ainda estou num processo de trabalho*”. Esse “trabalho” tão comum nas experiências de pessoas trans carrega o peso de precisar justificar sua existência até mesmo dentro do núcleo familiar.

Ao entrar na universidade, Laranja se depara com uma nova camada desse desafio: o da legitimação institucional. Sua preocupação com o uso do nome civil durante as chamadas evidência como o Estado, via burocracia acadêmica, continua a impor limites à sua identidade. A pergunta que ele se faz “*será que eu vou ter que usar meu nome civil durante todo esse período?*” é a materialização do que Spade (2015) denuncia como **violências administrativas**, isto é, a forma como sistemas supostamente neutros reproduz opressões ao impor normas que ignoram as existências trans. Para ele, as violências que atingem as pessoas trans especialmente as mais vulnerabilizadas pelas intersecções de raça, classe e capacitismo não são acidentes do

sistema, mas produto direto de uma “governança administrativa” que organiza quem é reconhecido como sujeito de direitos e quem permanece fora da norma.

Segundo Spade, (2015) essa governança se expressa de formas aparentemente banais, mas profundamente excludentes: nas regras sobre documentos identificatórios, na segregação por sexo em espaços institucionais e no acesso limitado a tratamentos de afirmação de gênero. Mais do que propor reformas legais que prometem igualdade, Spade nos convida a questionar **o modo como o poder opera nas instituições, classificando e hierarquizando vidas**. A transfobia, nesse sentido, não nasce de indivíduos isolados, mas de um conjunto de normas sociais e jurídicas que consolidam a cisgeneridade como regra e empurram as existências trans para os corredores da exceção.

Como alerta o autor, transformar esse cenário exige mais do que boas intenções legislativas: exige repensar radicalmente as formas como produzimos e sustentamos as ideias de “normalidade”, “cidadania” e “vida digna”. Laranja, ao nomear seus medos e aprendizagens dentro da universidade, nos mostra que resistir também é aprender a decifrar os códigos do sistema, encontrar brechas com ajuda de aliados como sua amiga (*nome oculto para preservar a identidade*) e, sobretudo, recusar a invisibilização imposta pelas engrenagens burocráticas. Sua experiência convoca a urgência de repensarmos o que consideramos “inclusão” e a quem ela realmente serve. Nesse cenário, a figura de sua amiga (*nome oculto para preservar a identidade*) emerge como agente de uma pedagogia da solidariedade. Ela não apenas informa sobre a possibilidade do uso do nome social, mas o introduz nos códigos e estruturas da universidade. Laranja diz: “*eu era praticamente um bebê ali na área do ensino superior*” e esse “bebê”, ao ser cuidado, também aprende a cuidar. Trata-se de uma rede de apoio que desburocratiza a vida, que ensina onde os formulários se escondem e onde o nome verdadeiro pode, mesmo que provisoriamente, ser respeitado.

Assim, o relato nos lembra que habitar o mundo com dignidade não depende apenas de mudanças legais ou cirúrgicas, mas também da criação e manutenção de redes afetivas e políticas. Como escreve Maria Clara Araújo (2022), a luta trans não é só pelo direito de existir, mas de viver com autonomia e desejo, construindo cotidianamente espaços em que a identidade não precise ser negociada, mas afirmada.

Aí ela falou, vai lá no DERCA, conta a situação, fala e eles podem deixar tu utilizar o teu nome social. Aí vai aparecendo tua chamada, vai aparecendo teu SIGAA. E assim eu fiz e eu consigo usar o meu nome social. Só que aí foi uma das coisas, de primeira vez na Unifap, que me impactou muito. Foi essa ajuda dela, foi esse direcionamento dela ali dentro e essa possibilidade também de eu poder usar o meu nome social num ambiente acadêmico (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

Além disso, o fato de essa mediação ter vindo de uma amiga explicita o papel das redes informais e afetivas como dispositivos de resistência. “Laranja” nomeia sua condição de “bebê ali no ensino superior”, o que sublinha a vulnerabilidade inicial de quem adentra o sistema acadêmico sobretudo sendo uma pessoa trans. Essa metáfora revela a necessidade de cuidado, de introdução, de partilha de saberes que a universidade raramente oferece institucionalmente, mas que as redes de apoio constroem na prática.

A universidade, nesse contexto, aparece como um campo de disputa simbólica e política. O SIGAA (sistema frio e impessoal) se transforma, nesse caso, em território de afirmação, não por ser pensado para isso, mas porque foi atravessado por uma ação coletiva, por um gesto de cuidado e pertencimento.

Esse episódio reforça que a transformação institucional começa quando pessoas comuns desafiam a normalidade normativa e criam passagens espaços onde a dignidade não é apenas permitida, mas provocada. Laranja nos mostra que cada gesto de acolhimento não é só pessoal, é político; cada reconhecimento não é só simbólico, é material. É pela soma dessas pequenas revoluções que se constrói uma universidade, e um mundo, mais habitável.

A continuação da narrativa de Laranja revela o quanto o reconhecimento da identidade de uma pessoa trans não é apenas uma questão de autodeclaração, mas uma arena de disputas simbólicas e corporais. Seu relato desnuda o quanto os marcadores visíveis como a aparência, a voz, os traços lidos socialmente como “femininos” ainda operam como códigos normativos que autorizam (ou negam) o direito de ser.

No caso de Laranja, sua performance identitária esbarra numa série de expectativas cisnormativas: o corpo que não foi ainda hormonizado, o corte de cabelo que não “basta”, o nome masculino que não convence. O corpo, aqui, é submetido a uma espécie de auditoria coletiva que insiste em negar-lhe legitimidade.

Nesse contexto, a figura da irmã reaparece não só como apoio afetivo, mas como mediadora política. Ela rompe o ciclo de desrespeito ao interromper os gestos de apagamento. Quando ela diz “é ELE, é DELE, é o (nome oculto)”, ela não apenas corrige: ela reinscreve a existência do irmão nos circuitos públicos da linguagem. Como diria Preciado (2020), os nomes, os pronomes, os documentos não são apenas signos: são armas ou escudos numa guerra por subjetivação.

A vergonha de corrigir, expressa por Laranja, também fala alto. Mostra como o peso do “explicar-se” recai constantemente sobre corpos trans, que são obrigados a performar uma pedagogia involuntária ensinando, corrigindo, justificando, suportando. A irmã, ao ocupar esse

lugar de voz, rompe com o silêncio imposto e alivia, ainda que momentaneamente, o fardo do constrangimento.

Essa partilha do enfrentamento cotidiano nos leva a pensar, com Spade (2015), sobre a importância da redistribuição das responsabilidades políticas. A luta por reconhecimento não pode ser individualizada. Quando a irmã de Laranja assume essa função de fala, ela corporifica aquilo que Spade propõe: uma redistribuição das práticas de resistência para que pessoas trans não tenham que estar o tempo todo “em posição de defesa”, mas possam simplesmente estar estudar, conviver, existir.

Por fim, a insistência dos colegas e professores em utilizar pronomes femininos, mesmo diante de um nome marcadamente masculino, revela como a transfobia opera não apenas na ignorância, mas muitas vezes na recusa ativa como se houvesse um prazer perverso em reinstaurar o erro, em negar a existência do outro.

A presença da irmã, portanto, é mais do que um gesto familiar: é um ato de desobediência civil, de pedagogia insurgente e de cuidado radical. É por essas alianças que as existências trans continuam sendo afirmadas, mesmo quando o mundo insiste em negá-las.

Ele narra:

Felizmente, todos os amigos que eu fiz, eles logo de cara já me entenderam, já me aceitaram. Grande parte dos meus amigos que eu tenho dentro do curso são LGBT. Eu tenho muitos amigos LGBTs, incluindo também a minha irmã, que também é LGBT. Então eles sempre foram muito compreensíveis nesse sentido, e eles nunca deram para trás em relação a isso, em relação a minha identidade, em relação a me defender também quando necessário. Foi quando eu tava no primeiro semestre, logo no início do curso, que eu tive uma experiência bem ruim em relação a um professor, que ele era coordenador do curso na época. Ele não está mais dando aula no meu curso agora, mas na época ele estava dando uma disciplina, que era Sociologia Aplicada à Saúde, se não me engano (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

A experiência universitária de Laranja, como a de tantas outras pessoas trans, oscila entre o acolhimento afetivo e o embate institucional. É nesse entremeio que se inscreve sua travessia: se por um lado ele encontra nos colegas majoritariamente LGBTs e na irmã uma rede de apoio sólida, por outro, enfrenta a transfobia encarnada nas estruturas e nos sujeitos que ocupam posições de poder, como o professor e ex-coordenador citado.

A presença de uma comunidade LGBT próxima é fundamental, e sua narrativa evidencia isso com clareza: *“eles nunca deram para trás em relação à minha identidade”*. Aqui, a amizade assume contornos de resistência política. As alianças entre pessoas dissidentes não são apenas emocionais, mas formas de sobrevivência e de reinvenção do mundo verdadeiros cinturões de proteção simbólica contra as violências que, infelizmente, continuam presentes mesmo em espaços que deveriam ser de emancipação, como a universidade.

A narrativa de Laranja atinge um ponto de dor quando descreve a experiência constrangedora em sala de aula, em que um professor, durante uma aula sobre a comunidade LGBT, pergunta publicamente qual era seu nome morto. A violência dessa cena não está apenas no conteúdo da pergunta, mas em sua estrutura: ela parte do pressuposto de que o corpo trans está sempre disponível para a curiosidade alheia, como se fosse objeto de estudo ou espetáculo. Laranja relata: *“ele perguntou na frente da sala toda qual que era o meu nome morto... eu falei, não, eu não vou falar”*. Sua negativa é, ao mesmo tempo, um ato de resistência e de afirmação identitária: recusar o apagamento e o fetichismo da dor.

A situação vivida por Laranja ao ser publicamente exposto por um professor que exigiu que dissesse seu nome morto evidencia um tipo de violência institucional que opera com a roupagem da neutralidade acadêmica, mas que, na prática, reinscreve e legitima sistemas de controle cisnormativos. Dean Spade (2015) chama atenção para esse tipo de violência ao discutir como a *governança administrativa* opera por meio de classificações e normatizações que parecem banais, mas que têm consequências diretas sobre os corpos dissidentes. A exigência do nome morto, nesse sentido, não é um “detalhe incômodo”, mas parte de um sistema que regula e pune identidades que escapam das normas binárias.

Essa violência não ocorre apenas no campo simbólico, mas materializa a produção de corpos legíveis e ilegíveis dentro das instituições. Bento (2006) já alertava para como a escola e, por extensão, a universidade produz “corpos abjetos”, aqueles que são lidos como inadequados, que devem ser corrigidos, ocultados ou expostos como exemplo. A narrativa de Laranja escancara esse processo: ele não foi chamado a existir como sujeito, mas como exceção a ser explicada, como objeto a ser decifrado uma pedagogia do controle travestida de diálogo.

A essa lógica se soma a análise de Preciado (2020, p. 231), que argumenta: *“Quem sou eu diante da tecnologia de ficção da lei? Quem sou eu quando minha cidadania de nascimento for destruída?”* Essa pergunta provoca a reflexão sobre como a identidade trans é frequentemente fragilizada e submetida a processos institucionais que parecem ditar uma narrativa sobre o corpo, o nome e o gênero que desconsideram a subjetividade e o direito à autodeterminação.

Assim, a narrativa de Laranja não apenas expõe a violência cotidiana da cisnormatividade institucional, mas também aponta para a necessidade de desconstruir essas ficções jurídicas e sociais que regulam e limitam a existência trans. O “nome morto” torna-se, aqui, uma âncora que o sistema tenta impor, impedindo a fluidez identitária e o exercício da autonomia sobre o próprio corpo e narrativa.

Além disso, à luz da teoria da **necropolítica** de Achille Mbembe (2003), podemos compreender essa cena como um exemplo de como o poder contemporâneo decide não apenas quem deve morrer, mas quem pode *ter uma vida digna de ser vivida*. O constrangimento de Laranja não é um acidente de percurso, mas parte de uma engrenagem que torna certas vidas “impossíveis” aquelas que não cabem nas normas, que desafiam a ficção da neutralidade.

Por fim, voltando à força da própria narrativa de Laranja, há também um movimento de contra-ataque ético: a recusa em dizer seu nome morto é uma recusa em se submeter à lógica de uma verdade que o apaga. Como diria Preciado, é o corpo dissidente tomando a palavra e quebrando o script imposto. E como ensinou Spade, (2015) não basta lutar por leis e reformas: é preciso dismantelar as formas sutis e profundamente enraizadas de gestão da vida e da morte dentro das instituições.

Ele narra:

E é frustrante, às vezes. Porque, nossa, *mas eu já falei isso mil vezes, eu tenho que falar de novo*. Aí, assim, infelizmente, às vezes eu tenho que falar de novo e eu entendo isso... Eu sei que, às vezes, as pessoas não têm a obrigação de sabê-la de cara, mas eu acho que uma das coisas que me frustra mais é quando eu explico, quando eu tiro tempo para explicar e, mesmo assim, continua. Então, eu falo, *ah, não, meu nome é esse, eu atendo por esses pronomes*. E aí, quando eu vejo depois, por exemplo, um professor uma aula depois já está me chamando no feminino de novo. Aí eu fico, tipo, assim, o que adianta eu explicar? Porque fica nisso toda hora. Aí, assim, tinha uma professora que eu quase desisti de corrigir. Só que aí uma amiga minha, né, ela foi lá, quando eu nem estava vendo, eu acho que eu nem estava em sala, e ela explicou para a professora e a professora me chamou no canto e veio me pedir desculpa e tudo mais. Aí eu falei, nossa, não fui nem eu que tomei a atitude, né, foi a minha amiga que fez isso por mim (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

A frustração expressa por Laranja ao ter que explicar seu nome e seus pronomes repetidas vezes é um sintoma claro dessa tensão institucional. Ele compreende que, muitas vezes, não se pode exigir que as pessoas saibam de imediato, mas a repetição contínua, sem avanço real, sinaliza uma falha estrutural do ambiente acadêmico em acolher identidades dissidentes de forma efetiva e respeitosa. O fato de uma amiga precisar intervir para que uma professora reconhecesse o erro e pedisse desculpas demonstra que o apoio coletivo e as redes afetivas são fundamentais para a sobrevivência e resistência em contextos que ainda negam a plena cidadania trans.

A rede de apoio que Laranja constrói no ambiente acadêmico emerge como um elemento crucial de resistência e sustentação diante das múltiplas adversidades vivenciadas. Segundo bell hooks (2014), os espaços de afeto e solidariedade são essenciais para a sobrevivência e emancipação de sujeitos marginalizados, funcionando como contrapesos às estruturas opressivas. No relato, essa rede não apenas oferece acolhimento, mas também fortalece o

sentido de pertencimento e a determinação para continuar a trajetória acadêmica, mesmo diante dos incômodos e das microviolências diárias.

Assim, a narrativa não apenas sinaliza a importância do apoio comunitário, mas também denuncia a sobrecarga que recai sobre pessoas trans para manterem-se vivas e visíveis em espaços muitas vezes hostis. Por fim, a experiência de Laranja simboliza o enfrentamento contínuo entre a vontade de existir plenamente e as forças que tentam apagá-lo, deixando um convite claro para repensarmos não apenas as práticas institucionais, mas também as formas de solidariedade e luta que garantam um futuro mais justo e inclusivo.

Então, assim, é nesse momento que eu fico feliz de ter a rede de apoio que eu tenho, né, que eu criei com os meus amigos no âmbito acadêmico, né. Então, me ajuda muito esse sentido e me ajuda a continuar a fazer o que eu tenho que fazer, a continuar no curso, fazendo meus trabalhos, meus projetos, me esforçando, né, para poder conseguir a minha formação da forma como eu quero. Mas, às vezes, tem muitos incômodos que me davam... Às vezes, eu fico assim, cara, para quê, sabe? Eu tenho que ficar aguentando (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025).

Essa dimensão comunitária também é abordada por Collins (2024), que destaca como as estratégias de resistência das populações marginalizadas dependem da construção de solidariedades interpessoais e coletivas. Essas redes são fundamentais para enfrentar as interseccionalidades do racismo, sexismo, transfobia e outras formas de opressão. Assim, a resistência individual se liga intimamente ao suporte comunitário que desafia as estruturas normativas e as violências simbólicas. Contudo, a fala de Laranja evidencia o desgaste e a exaustão que acompanham essa luta cotidiana: a pergunta “para que aguentar?” denuncia o peso das microviolências e do esforço constante para ser reconhecido e respeitado em ambientes muitas vezes hostis. Essa frustração revela um desgaste emocional que nem mesmo o apoio afetivo consegue eliminar por completo, destacando a urgência de transformações estruturais profundas que ultrapassem o acolhimento individual e promovam mudanças institucionais efetivas.

Na narrativa de Laranja, emerge com força um medo profundo relacionado à rejeição familiar e à possível perda de espaço social que sua identidade trans pode implicar. Ele relata: “Eu tenho, assim, um medo muito grande que, quando vier a saber [minha família], eu fico de lado, sabe? Eu perco algum espaço que eu tenho quando eu era uma pessoa cisgênera, né? De certa forma.” Esse temor, especialmente em relação à mãe, a quem atribui “uma situação bem complicada”, reflete a dolorosa experiência de conflitos afetivos e a possibilidade concreta de rupturas nos vínculos mais próximos: “Eu tenho medo que dê tudo errado entre a gente e que a nossa relação acabe de uma vez por conta dessa questão, por conta dos próprios preconceitos que ela tem.”

Como aponta (Oswald; Suter, 2004) pessoas LGBT são submetidas a exclusões sutis ou explícitas por seus familiares essa possibilidade de marginalização dentro do núcleo familiar reforça a angústia presente em suas palavras: *“Eu tenho medo que dê tudo errado entre a gente e que a nossa relação acabe de uma vez por conta dessa questão, por conta dos próprios preconceitos que ela tem.”* A narrativa de Laranja ilustra como esse medo não é apenas subjetivo, mas está enraizado em dinâmicas de poder e normas sociais que regulam a legitimidade das existências trans, gerando insegurança e isolamento afetivo.

Além disso, ele expõe o medo do futuro profissional: *“Eu também tenho medo de que talvez, no futuro, por conta de eu ser quem eu sou, que eu não consiga um espaço na área que eu tô, na área que eu gosto de atuar, que eu amo fazer.”* Essa apreensão não é isolada, mas parte de um quadro estrutural de exclusão onde o mercado de trabalho funciona como um espaço seletivo que determina quais corpos são “permitidos existir” com dignidade social e econômica. Laranja, ao dizer que *“vivo vendo relatos de algumas pessoas que têm muita dificuldade de achar o espaço, de conseguir o emprego, de conseguir se sustentar”*, reforça a urgência de políticas públicas que combatam essas exclusões.

Nesse contexto, a fala de Laranja revela não só medos pessoais, mas a tensão entre suas relações afetivas, sociais e as barreiras institucionais que enfrenta. Essa intersecção entre afetos e estruturas opressoras é fundamental para compreender a experiência trans e suas lutas cotidianas, como indicam Preciado (2020) e Spade (2015).

Ambos nos chamam a pensar em estratégias que desconstroem as tecnologias de exclusão, articulando resistências que vão desde o reconhecimento identitário até a transformação das estruturas institucionais que operam a necropolítica contra existências dissidentes.

Preciado (2020, p. 233) destaca a relação entre seu processo de transição de gênero e a forma de habitar o espaço, enfatizando que essa experiência implica um trânsito intenso e a reconfiguração do corpo e do espaço como relações sociais, e não simples objetos. Durante o primeiro ano da transição, as transformações hormonais esculpam seu corpo de dentro para fora, enquanto ele vivia um deslocamento marcado por documentos que não o representavam adequadamente. Somente ao conseguir “parar” em um espaço vazio, livre das relações tecnoburguesas que mediam o cotidiano, percebeu o corpo e o espaço se encontrando em uma interação direta e significativa.

Essa reflexão teórica encontra eco na fala de Laranja, que reconhece a importância e a singularidade do espaço que ocupa atualmente, mas que ao mesmo tempo revela as limitações desse espaço para a maioria das pessoas trans:

Eu sei que no espaço que eu tô atualmente é um espaço que muitas pessoas trans não podem estar, né? Num espaço de tá fazendo a graduação, de poder tá tendo uma formação de nível superior. Mas eu sei que tem muitas pessoas trans que têm nível superior e, mesmo assim, ainda conseguem ter dificuldades na vida, não só na vida profissional, mas também na vida pessoal. Então, isso também me dá muito medo, né?” (Narrativa do estudante “Laranja”, 2025). Essa declaração evidencia que, mesmo quando o corpo trans alcança certos espaços reconhecidos e valorizados socialmente, as barreiras estruturais persistem, revelando a urgência de ampliar a luta para além do reconhecimento individual, em direção à transformação profunda das condições sociais que produzem exclusão e precarização.

A narrativa de Laranja, o ambiente acadêmico da enfermagem aparece como um espaço ambíguo: ao mesmo tempo em que possibilita acesso ao saber e à formação profissional, também escancara a precariedade das estruturas institucionais em lidar com a diversidade. Ele relata uma experiência desconfortável com um professor que, ao abordar questões relacionadas à comunidade LGBT em uma aula introdutória, demonstrou desconhecimento básico: “ele não sabia nem a diferença, assim, de uma mulher trans com um homem trans”. Essa ignorância não é apenas um lapso pontual, mas a face visível de uma ausência estrutural de preparo. “Esse professor está sem capacidade de dar essa aula pra um monte de aluno, que a gente vai precisar disso no assistencial no futuro”, comenta Laranja, evidenciando a gravidade da situação.

A desinformação institucionalizada atua como um dos pilares que sustentam a marginalização de corpos dissidentes. No caso relatado, o constrangimento público sofrido por Laranja é mais do que um incômodo: é a reprodução simbólica de uma hierarquia que insiste em desautorizar o saber encarnado das pessoas trans.

Apesar disso, há resistência. Laranja narra que, conforme o curso avançou, os debates também amadureceram: “foram discussões, na minha opinião, muito mais proativas em relação tanto à questão da identidade trans quanto em relação à sexualidade, identidade de gênero e de constituição social.” Esse processo de construção coletiva do conhecimento se aproxima do que Spade (2015) defende como uma prática de resistência trans não apenas lutar por reconhecimento formal, mas também transformar os próprios modos de produção de saber.

A presença de pessoas trans como protagonistas dessas discussões é, por si só, um gesto político. Laranja reconhece isso ao afirmar: “principalmente quem faz da minha turma que fazia parte da comunidade, né?” Essa autoidentificação como sujeito ativo dos debates tensiona a lógica tradicional da academia, que frequentemente trata pessoas trans como objetos de estudo, e não como produtoras legítimas de conhecimento.

No entanto, nem tudo são flores progressistas no campo da enfermagem. Como ele mesmo aponta, “algumas matérias focam muito mais na questão técnica, do procedimento, do tratamento, da fisiologia da doença”, negligenciando o “processo de humanização que é fundamental quando a gente vai falar em assistência em saúde.”

Assim, a fala de Laranja não apenas denuncia a ausência de preparo docente, mas também propõe uma outra lógica pedagógica, na qual o saber técnico não se sobrepõe ao saber experiencial. Como alerta Preciado (2020), a reconfiguração dos espaços de formação deve passar por uma política de corpo-espço, onde os sujeitos possam existir plenamente, sem mediações que os silenciem ou invisibilizem.

Tal qual um gesto de reconstrução narrativa, Laranja reinscreve seu lugar no mundo por meio dos vínculos que escolhe cultivar, das falas que afirma e das críticas que sustenta. Não se trata de uma "cura" no sentido terapêutico ou normativo, mas de uma travessia existencial e política que reafirma sua dignidade. Ele não se transforma para se encaixar, mas para se expandir em coerência com o nome simbólico que lhe foi atribuído nesta análise. Esse processo é menos sobre superar algo e mais sobre afirmar modos de vida possíveis, mesmo em meio a estruturas que ainda insistem na exclusão. É, sobretudo, sobre estar e permanecer com coragem, sobre existir com intensidade, sobre reinventar os contornos do próprio corpo e da própria presença no mundo.

6.2.4 Verde - Natureza

Logo no início de sua narrativa, “Verde” nos avisa: “*Vou começar pelo começo, né*” e como toda boa travessia, o começo nunca é só o início, mas já é deslocamento. Ao dizer “*Atualmente, eu me chamo (nome ocultado para preservar o anonimato)*”, ele marca o tempo da nomeação como um tempo de agência, mas também de transição. O “atualmente” não é um detalhe: é a consciência de que os nomes, como os corpos, são processos vivos de reexistência.

A descoberta de sua identidade trans se deu aos 16 anos, no início da pandemia, quando as conexões virtuais se tornaram canais de pertencimento e reconhecimento. Verde, (2025) nos diz:

Eu tive meio que um acesso maior a conteúdo, a conviver com pessoas pela internet. E foi aí que virou aquele botãozinho de: nossa, tem coisas na minha vida que não faz tanto sentido assim como eu sempre acreditei que faria (Narrativa do estudante “Verde”, 2025).

Verde começa identificando-se como uma pessoa de gênero fluido:

Naquele momento, eu percebi que, em hipótese alguma, eu era uma pessoa cis, não tinha como isso ser, mas eu aceitaria os pronomes femininos, aceitaria os pronomes neutros, aceitaria os pronomes masculinos... (Narrativa do estudante “Verde”, 2025).

Essa etapa é fundamental para pensar, Não se trata de “chegar a um lugar”, mas de *abrir caminhos*. Como diz o autor, Preciado (2020) o corpo trans é um laboratório vivo de epistemologias marginais que desafiam as fronteiras entre masculino e feminino, entre o que se espera e o que se cria.

Além disso, há na fala de Verde um reconhecimento de que o gênero é, também, um afeto em processo. O sentimento de “*não fazia sentido*” convoca uma pedagogia do estranhamento: o corpo, o nome e os modos de ser deixam de se encaixar e passam a demandar novas palavras, novos sentidos, novas relações. É aqui que a narrativa transbordante de Verde deixa de ser só biográfica para se tornar epistemológica: seu relato é também uma crítica viva à naturalização do cisgenderismo como norma universal.

Bento (2014) nos ajuda a ler esse momento como um rompimento com a matriz da inteligibilidade cisgênera. O “botãozinho” que Verde menciona é, na verdade, o gesto político de dizer *não* ao apagamento gesto que se faz, muitas vezes, no silêncio da tela, no clique de um vídeo, na escuta de outras vozes dissidentes que nos dizem: “você não está só”.

A pandemia, nesse sentido, não foi só isolamento foi, para Verde, conexão. Foi o tempo da suspensão das interações normativas físicas e o florescimento de redes digitais onde a pluralidade das experiências de gênero pôde ser mais visível e compartilhada.

Verde experimenta, ao longo de sua trajetória, diferentes nomeações de si. Inicialmente, compreende-se como uma pessoa de gênero fluido, aceitando múltiplos pronomes, até que a desconexão com o pronome feminino se torna insuportável: “o pronome feminino começou a me incomodar bastante.” Esse incômodo marca uma ruptura, um deslocamento no eixo da conformidade de gênero. Judith Butler (2018) já anunciava que o gênero é performativo, uma prática contínua que se desdobra na tensão entre as normas e os modos de existência. No caso de Verde, o processo não é linear, mas espiralado: ele passa de uma identificação com a fluidez para o entendimento de que essa categoria já não dava conta de sua experiência.

A escolha do nome é um gesto profundamente significativo: “eu estava em busca de um nome que fosse mais masculino naquele momento, e pra mim esse foi perfeito.” Verde (2025), Nomear-se é um ato de soberania sobre o próprio corpo e sua narrativa um movimento de reinscrição simbólica que rompe com a imposição do “nome morto”. Como apontam autores como Dean Spade (2015), essa escolha faz parte de uma política trans de resistência: construir novas possibilidades de existência por meio da linguagem e da visibilidade.

Contudo, Verde logo se vê novamente diante da inadequação: “*não fazia sentido eu ser transmasculino, porque eu não gostava nem um pouco dessa ideia de ser uma figura masculina.*”

Essa afirmação desafia as normativas internas da própria comunidade trans, revelando que mesmo categorias como “transmasculino” podem ser vividas com desconforto quando associadas a uma masculinidade normativa. O que Verde busca, portanto, é uma identidade não subsumida à dicotomia homem/mulher. Sua recusa em ser percebido tanto como mulher quanto como homem evoca o que Fraga (2023) compreende como a vivência da *não identidade*. Tal como na rua, que pode ser tanto abrigo quanto ameaça para pessoas trans, a identidade de gênero pode ser simultaneamente espaço de expressão e de vulnerabilidade espaços ainda em disputa, porém absolutamente legítimos. Verde ilustra isso ao dizer que: “não fazia sentido eu ser transmasculino, porque eu não gostava nem um pouco dessa ideia de ser uma figura masculina.”

Neste ponto da narrativa, percebemos um “transbordamento” da linguagem cisnormativa. Verde não se encaixa e nem deseja se encaixar nas gavetas prontas. Ao contrário, ele produz uma nova estética de si, marcada pela recusa e pela experimentação. A fluidez não está apenas no gênero, mas também na coragem de reformular-se tantas vezes quantas forem necessárias.

A escolha do nome, a oscilação dos pronomes, o incômodo persistente com as classificações: tudo isso compõe uma narrativa que não busca estabilidade, mas verdade. Uma verdade que, como disse Audre Lorde (1984), só pode emergir quando temos a coragem de nomear o que nos fere e de buscar o que nos cura.

A descoberta do termo *agênero* funciona, para Verde, como um momento de virada existencial um verdadeiro “boom”, como ele mesmo descreve. Esse reconhecimento não se dá apenas no plano conceitual, mas como uma experiência profundamente sensível de alívio e alinhamento interno: “Aquele medo e raiva de parecer uma mulher ou de parecer um homem, tudo fez sentido nisso.”

É nesse instante que a linguagem deixa de ser um fardo e se torna ferramenta de libertação. Verde, ao nomear-se *agênero*, escapa tanto da feminilidade compulsória quanto das expectativas da masculinidade normativa. Como propõe Fraga (2023), essa identificação com a *não identidade* opera num campo paradoxal: ao mesmo tempo em que oferece espaço de expressão, não elimina as exclusões e violências vividas especialmente no ambiente escolar.

Ainda que cercado por uma comunidade LGBTQIA+, ele relata: “Eu não tinha muitas vivências com pessoas trans lá, porque não tinha.” Essa ausência é sintomática de um sistema educacional que ainda invisibiliza identidades trans e não binárias, mesmo quando se pretende inclusivo. A presença de Verde nesses espaços se dá como deslocamento ele retorna à escola já com uma compreensão transmasculina de si, mas carregando, em silêncio, a gestação de uma identidade que ainda não encontrou terreno fértil para florescer ali.

Em Verde, vemos a recusa de caber em formas prontas e a coragem de nomear o inominável: o direito de não ter gênero. É um gesto político radical, como diz Paul B. Preciado (2020), pois não se trata apenas de uma reivindicação subjetiva, mas de uma desobediência ao regime de gênero que estrutura nossa sociedade. Verde não apenas transborda o binário ele o contesta com o próprio corpo e com sua escolha de linguagem. A transição de Verde da escola para a universidade não se dá apenas no plano acadêmico, mas também como uma travessia afetiva e política. Se o ensino médio representava o não lugar espaço de apagamento e ausência de referências a universidade se desenha, inicialmente, como um território de possibilidade. Ele expressa essa mudança ao afirmar:

Foi o que eu mais percebi entre a diferença da escola, ensino médio pra faculdade. Essa falta de acolhimento que eu não tinha no ensino médio, na escola, pro acolhimento que eu tive na faculdade (Narrativa do estudante “Verde”, 2025).

Essa virada marca o ponto em que a existência deixa de ser algo a ser “administrado” estrategicamente como no plano de “falar só quando me sentisse confortável” para tornar-se presença afirmativa, pública e inegociável. A coragem de dizer-se trans, naquele ambiente, nasce do reconhecimento de outras presenças dissidentes e da sensação de um espaço minimamente seguro: “Então no momento que eu entrei, eu falei, não tem porque eu esconder quem eu sou”.

Essa fala revela o potencial transformador de espaços institucionais quando há, ainda que de forma embrionária, redes de acolhimento. Mas também deixa entrever o quanto a vivência trans é condicionada por esse “campo de segurança” um campo que, sabemos, nem sempre é garantido ou estável.

O gesto de Verde, ao recusar o medo como guia e ao assumir sua identidade de forma íntegra, é mais do que coragem individual. É estratégia coletiva de sobrevivência. Como nos lembra bell hooks, o ato de se nomear é também um ato de resistência: “falar é resistir à morte” e Verde fala, com firmeza, para continuar existindo em seus próprios termos.

Se a entrada na universidade foi marcada pela possibilidade de se afirmar enquanto Hades, a experiência não se deu sem fricções. Verde aponta que “não faz sentido” se diminuir para caber em um espaço um posicionamento que rompe com a lógica de adequação passiva e reafirma o direito de ocupar os lugares sendo quem se é. No entanto, a realidade institucional não acompanhou esse desejo com a mesma fluidez. Ele relata: “Foi uma dificuldade ter que ajeitar tudo isso. [...] em inúmeros momentos aconteceu essas situações desagradáveis e constrangedoras.”

A contradição entre a promessa de acolhimento e as engrenagens ainda cisnormativas da instituição (como o uso do nome morto nas chamadas e registros acadêmicos) revelam uma estrutura que permite, mas não facilita, a existência trans. É como se o espaço universitário dissesse “você pode estar aqui, mas terá que lutar para ser reconhecido”.

Mesmo assim, Verde encontra brechas. A postura de alguns professores, que corrigem a chamada ou reconhecem o nome social mesmo sem respaldo burocrático, demonstra que o acolhimento pode (e deve) acontecer para além da letra fria das normas. Ele observa: “Da parte dos professores também, eu tive muito apoio, não, mas acolhimento”.

Esse “não, mas” é precioso. Ele sinaliza que nem sempre é preciso idealizar o apoio como algo pleno ou perfeito basta, muitas vezes, que se garanta respeito. E nesse contraste entre escola e universidade, a fala de Verde ressoa como diagnóstico e esperança: “Na escola mesmo, depois que eu me assumi, não tinha esse acolhimento, não tinha esse respeito, na verdade. Faltava muito respeito deles não se importarem em respeitar ou não”.

A travessia que Verde realiza não é só de um espaço educacional para outro é também um deslocamento entre a dor do não reconhecimento e a construção gradual de um lugar possível, onde sua identidade possa ser não apenas dita, mas escutada e validada. A narrativa de Verde expõe a tensão entre o desejo por reconhecimento e os limites das práticas sociais em lidar com identidades não normativas.

Ao relatar que, mesmo sendo algo “novo” para os colegas e professores, houve um esforço para compreender e respeitar sua identidade, ele destaca uma possibilidade de acolhimento que contrasta com o vazio afetivo experimentado no núcleo familiar: “Qualquer pessoa que respeitasse meus pronomes, que respeitasse a minha identidade, sempre foi algo que me chocava, porque não veio de casa”. Esse paradoxo o estranhamento diante do respeito vindo da rua, quando o lar falhou revela uma ferida profunda, que perpassa a construção identitária. Para Verde, a ausência de acolhimento doméstico cria um cenário onde o respeito externo não apenas surpreende, mas se torna fundamental para a constituição do sentimento.

Além disso, Verde traz à tona a complexidade da expressão de gênero, que se manifesta em um “andar de corda bamba” entre o andrógino e o feminino, colocando-o em uma posição de vulnerabilidade às “confusões” sobre pronomes. Essa experiência não é encarada com ressentimento, mas com compreensão: “Eu acho que é compreensível essa confusão na hora de falarem comigo e tal.” Ao mesmo tempo, a presença de colegas e professores que corrigem erros mostra que o reconhecimento não é um processo unilateral, mas um diálogo social em constante construção. Verde ilustra esse momento com a imagem de dois professores

conversando, em que um erra e o outro corrige, como um microcosmo da luta pela visibilidade e pelo respeito cotidiano.

Ao afirmar que faz “artes visuais”, Verde não só delimita sua área de atuação, mas reforça a ideia de que sua existência complexa, fluida e legítima é também uma criação, uma obra em constante transformação. Sua trajetória é, assim, uma pintura viva de resistência e reinvenção, que tensiona o novo e o conhecido, o reconhecimento e o desconhecimento, o silêncio e a voz.

A experiência universitária de Verde, pode ser lida à luz da provocação de bell hooks (2020, 179), que afirma:

Não somos todos iguais na sala de aula. Professores têm mais poder que estudantes. E na cultura do dominador, é fácil para professores usarem mal esse poder. Com frequência, estudantes que foram criados sobre um pensamento dominador se sentem desconfortáveis com qualquer professor que repudie esse paradigma e busquem criar reciprocidade na sala de aula. No contexto da reciprocidade, pode surgir uma parceria entre professor e estudante. Nessa parceria, pode haver afeto e amizade, ao mesmo tempo que pode haver merecido respeito pelo papel do professor (Narrativa do estudante “Verde”, 2025).

No relato de Verde, a universidade emerge como um território de ambiguidades. Se por um lado ele encontra mais acolhimento do que jamais teve na escola ou mesmo em casa, por outro, esse acolhimento vem permeado por constrangimentos sistemáticos como o uso do nome morto nas chamadas, a negligência burocrática quanto ao nome social e os frequentes equívocos em relação aos pronomes.

Esses “erros” não são meros deslizes são vestígios de uma estrutura cisnormativa que insiste em atravessar até os espaços que deveriam proteger. A dor de Verde ao narrar essas situações revela que o respeito, quando existe, não é dado, mas arrancado com esforço e, muitas vezes, com uma dose de desgaste emocional. No caso de Verde, essa parceria não nasce pronta, ela precisa ser construída em meio a resistências, tensões e persistência.

Quando um professor corrige outro, ou quando um colega intervém diante de um equívoco, não se trata de um ato isolado de empatia, mas de um gesto político de reconhecimento. E, sobretudo, de desestabilização de uma lógica de ensino que historicamente apagou e silenciou corpos dissidentes.

6.2.5 Azul – Serenidade

A narrativa de Azul começa no tempo da infância aquele território onde o mundo ainda é um emaranhado de sensações e interditos. Como em tantas histórias de pessoas trans, o corpo de Azul é convocado desde cedo a obedecer a um roteiro: agir, sentir e existir de acordo com

um padrão esperado. Mas esse padrão já não lhe servia. Como ele mesmo relata: *“Eu percebia que as pessoas agiam de uma forma e nem sempre eu seguia o mesmo padrão, o mesmo padrão de sentimento.”*

Aqui já emerge a primeira fissura na norma de gênero. Azul não performa a cisgeneridade com a fluidez que se espera. E é nesse “descompasso” que sua subjetividade começa a se esculpir entre o que é dito e o que é sentido. Crescer em um “berço cristão, evangélico” adiciona uma camada densa de culpa e repressão à experiência. O discurso religioso, estruturado em torno de moralidade e salvação, não oferece abrigo, mas sim o terror do fogo eterno: *“Como eu era bem doutrinada, eu tinha esse medo de ir para o inferno, de queimar e tal.”*

A cisheteronormatividade, nesse contexto, atua como doutrina paralela: para ser amado, é preciso renunciar a si. A dor relatada por Azul, ao relembrar os pensamentos “muito ruins” e a rejeição antecipada da família, revela que a fé vivida não foi uma ponte para o divino, mas uma cerca para o indizível.

Como apontam Dias e Colling (2018, p.97):

Os espaços religiosos, que deveriam acolher indistintamente as pessoas que os procuram para um bem-estar espiritual, têm afastado determinadas pessoas do convívio e da afetividade religiosa. [...] O problema se agrava ainda mais em relação às identidades transexuais e travestis, em geral porque as suas próprias histórias, estigmas socioculturalmente construídos, existências e seus corpos já contestam e evidenciam pressupostos heteronormativos e cisgêneros.

A identidade de Azul não é apenas descoberta ela é exorcizada antes de ser acolhida. Esse processo evidencia o quanto a religião, quando atravessada pelo fundamentalismo, atua como mecanismo de controle biopolítico, organizando corpos e desejos sob a vigilância do “divino”. Azul, nesse cenário, é forçado a conjugar fé com medo, e existência com penitência.

Mesmo dentro desse contexto hostil, o caminho de autoconhecimento começa pela sexualidade um campo em que ele se experimenta como bissexual, pansexual, até que surge a consciência de que seu incômodo não se encerrava na esfera do desejo, mas atravessava também o gênero. A aceitação como pessoa trans surge de forma mais lenta e dolorosa, o que revela um ponto importante: o processo de se reconhecer como trans nem sempre é imediato ou linear. Muitas vezes, é uma travessia com mapas rasgados, onde a identidade se constrói entre tentativas e ruínas.

Além disso, a figura da prima aquela que, mesmo criança, era “*expert* em tecnologia” aparece como um elo de cuidado e descoberta. É a partir dessas relações horizontais e não-institucionais que Azul começa a acessar discursos dissidentes e a encontrar outras narrativas

possíveis para si. Aqui, a internet e os pares se apresentam como uma espécie de *epistemologia underground*, uma fonte de saber e validação que subverte a lógica hegemônica das famílias e igrejas.

Azul narra que “*passou boa parte da infância sofrendo com isso*”. Com “isso”, ele se refere à constante negação do seu ser. Mas também é nesse “isso” no que não cabe, no que escapa, no que arde que ele começa a se tornar quem é. Sua narrativa nos lembra que, muitas vezes, o processo de transição não começa com hormônios ou cirurgias, mas com um silêncio que grita e com o medo de arder no inferno por simplesmente existir.

É nesse sentido que a provocação contida na seguinte reflexão de Kramer, (2000, p.03) se torna pertinente:

Reconheço a relevância destas indagações, mas não consigo evitar a pergunta: término da infância, desaparecimento da infância ou destruição da própria dimensão humana do homem? É a ideia de infância que entra em crise ou a crise é a do homem contemporâneo e de suas ideias em geral? (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

Ao invés de pensar que vivemos o “fim da infância”, talvez devamos reconhecer que nunca houve espaço real para a infância de quem foge às expectativas cisheteronormativas. Azul não teve a chance de viver uma infância plenamente como uma “criança trans” ou como uma criança em descoberta legítima de si; teve, sim, uma infância marcada por silenciamentos, medo e solidão espiritual.

A crise, portanto, não é da infância em si, mas da ideia de infância como um campo homogêneo e universal. Como aponta a citação, “esta miséria acompanha a história humana, desde sempre marcada por injustiça social e desigualdade.” No caso de Azul, essa miséria assume a forma de uma infância trans impedida de florescer, sufocada sob camadas de doutrinação religiosa, moralismo e ausência de modelos identificatórios positivos.

Assim, o que seu relato revela é menos o desaparecimento da infância e mais a negação da possibilidade de ser criança com liberdade. Azul nos mostra que a infância trans não precisa ser inventada ela já existe, mas luta para ser reconhecida.

A análise de Azul nos convida a pensar não apenas sobre identidade de gênero, mas sobre **sobrevivência subjetiva**. É sobre resistir em contextos onde ser quem se é representa, ainda hoje, uma espécie de pecado, uma ameaça à ordem estabelecida seja ela familiar, religiosa ou institucional.

Azul carrega nos ombros o peso de uma infância marcada pela abnegação de si, mas também a força visionária de quem se permite continuar buscando. Sua história não é linear, não é leve, mas é profundamente verdadeira e é nela que habita a potência de quem, mesmo diante do fogo, aprendeu a dançar nas brasas.

O encontro com um homem trans alguém que apenas *vive* sua transgeneridade com dignidade, mesmo diante das adversidades foi o gatilho para Azul se permitir a pergunta que a cisnormatividade nos impede de formular: *E se for isso mesmo? E se eu não me encaixo porque simplesmente não sou o que dizem que eu devo ser?*

Esse momento de epifania é seguido por uma explosão emocional que também é política: o choro após a festa, o desabafo na casa da amiga, o acolhimento e a escuta não-julgadora. Aqui, o que poderia ser lido como fraqueza se revela como um dos momentos mais fortes de sua trajetória o início da recusa à norma e a abertura para uma vida mais autêntica.

A fala da amiga “*pensa bem. Faz isso. Olha, eu tô aqui*” carrega uma ética do cuidado radical. Um cuidado que não vem da instituição, da religião ou da família, mas das redes de afeto que se constroem entre jovens que reconhecem uns nos outros a urgência de existir plenamente.

Neste sentido, Azul nos lembra que a descoberta da identidade de gênero não é um evento isolado, mas um processo tecido entre vínculos, afetos e pequenas fagulhas de reconhecimento. Como escreve bell hooks (2023, p. 280)

Quando aceitamos que todo mundo tem a habilidade para usar o poder da mente e integrar pensamento e prática, reconhecemos que o pensamento crítico é uma forma totalmente democrática de saber. Ao nos convidar para examinar criticamente o nosso mundo, nossa vida, a sabedoria prática, eu mostro que todo aprendizado genuíno exige de nós uma abertura constante, uma disposição de se engajar na invenção e na reinvenção de forma que possamos descobrir esses espaços de transparência radical onde o conhecimento pode empoderar (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

Azul destaca o suporte recebido de suas amigas, um acolhimento que assume caráter vital num contexto onde a família, especialmente a figura materna imersa em uma religiosidade rígida, oferece resistência. O apoio dessas redes de afeto, em especial femininas, aparece como um contraponto aos entraves familiares, funcionando como espaço de respiro e afirmação identitária.

Azul relata:

Falei tudo sobre essa minha dúvida de identidade de gênero. E ela, como já tinha experiência com o amigo dela, né?! Que era o melhor amigo dela. Ela me auxiliou. Ela falou, olha, pensa bem. Faz isso. Olha, eu tô aqui. E ela me deu muito suporte na época. Ela foi uma das pessoas que mais me deu suporte. E aí eu falei assim, aí, eu não sei como é que vai ser com os meus pais. E ela sempre me acalmando. E as minhas outras amigas também, né? Sempre foram pessoas femininas que me acolheram até então (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

A afirmação do nome social na escola, embora represente um passo libertador, não configura uma ruptura total com o passado, mas um processo contínuo de afirmação do eu genuíno. É uma transição entre um “eu imposto” e um “eu emergente”, que revela a potência

transformadora da autoidentificação. A dificuldade da mãe em aceitar o processo de transição reforça como a religiosidade, quando impositiva, pode se constituir numa barreira afetiva e simbólica para pessoas trans, como já apontam Dias e Colling (2018) na crítica às “pseudoaceitações” que demandam conformidade a normas cis-heteronormativas.

Esse relato expõe a tensão entre o afeto e o preconceito, entre a esperança e a rejeição, dimensões que atravessam a experiência trans e que demandam políticas educativas e sociais sensíveis às complexidades das famílias e suas crenças.

Azul expressa uma percepção de avanços no ambiente familiar, sobretudo devido ao aumento do acesso à informação:

Se ela pode respeitar outras pessoas, trans, por que ela não pode me respeitar, sabe? Tiveram momentos que ela conseguiu. Então... Hoje em dia eu não sofro tanta violência em casa, sabe? Tipo... Eu milito muito também dentro de casa” (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

Esse ativismo pessoal em sua própria casa revela uma luta contínua por reconhecimento e respeito, mesmo diante das dificuldades ainda presentes. No processo de afirmação e mudança documental, Azul destaca o papel fundamental de amigades trans que auxiliaram na orientação prática:

Aquele amigo trans, lá de trás, da minha amiga, virou meu amigo também. E ele que me auxiliou nessa parte de documentação. Ele falou... Dá pra tu fazer. E de graça. E aí ele me mostrou os caminhos, né? Muitos vídeos no YouTube também. Fui atrás de vídeos no YouTube sobre pessoas trans falando sobre esse processo. Me ajudou bastante (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

Essa rede de apoio, construída por vivências compartilhadas e colaboração, fortalece a trajetória de autodefinição. Contudo, Azul também narra episódios de exposição indesejada que evidenciam a vulnerabilidade das pessoas trans em instituições ainda pouco preparadas:

Eu tinha conseguido passar na Unifap pelo Sisu em Artes Visuais Licenciatura... Uma mana... Que não tinha nada a ver comigo, mandou meu nome pra ele. Meu nome de registro. Sendo que eu tinha usado meu nome social no Enem... Ela mandou lá meu nome. Falou assim, ah... Fulaninho. E falou assim, passou em Artes Visuais. Pegou uma foto minha no Facebook (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

A fala de Azul revela uma dolorosa e comum violação de privacidade enfrentada por pessoas trans no espaço acadêmico: a exposição do “nome morto” (deadname), que não apenas desrespeita a identidade de gênero, mas também pode acarretar riscos sociais e emocionais profundos. Ao narrar que uma terceira pessoa, alheia ao seu círculo íntimo, enviou seu nome de registro oficial ao diretor da universidade, Azul expõe uma situação que evidencia falhas institucionais na proteção da identidade de estudantes trans.

O episódio demonstra a fragilidade das práticas institucionais em garantir o uso correto do nome social, mesmo quando já formalmente adotado em processos oficiais como o ENEM. Essa desconexão entre as políticas afirmativas e a cultura institucional cria um ambiente em

que o nome de registro pode ser utilizado como instrumento de “outing” não autorizado, gerando sofrimento e colocando em xeque a segurança psicológica do estudante.

De acordo com Friedman, (2021, p.06):

Outing refere-se à revelação da orientação sexual ou identidade de gênero de um indivíduo para outras pessoas. Embora os indivíduos possam se assumir, o que geralmente é chamado de "coming out" (sair do armário), "outing" ocorre quando alguém que não seja o indivíduo revela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Outing pode ocorrer com a permissão do indivíduo, mas a expressão geralmente se refere a informar outras pessoas sobre a orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo sem a permissão do indivíduo. Outing tem sido usado por alguns ativistas dos direitos das minorias sexuais como uma arma política, expondo figuras públicas que são percebidas como antiLGBTQ+, mas que são, elas próprias, LGBTQ+.

No caso de Azul, a exposição não autorizada do seu nome de registro legal e sua imagem, apesar do uso oficial do nome social, revela as continuidades da lógica cisnormativa nas instituições. Essa lógica trata corpos e identidades trans como algo “exótico” ou “fora do padrão”, passível de ser exposto, comentado, silenciado ou invisibilizado conforme interesses normativos e institucionais. A divulgação pública do nome legal, diante do uso legítimo do nome social, configura uma microviolência simbólica que reforça mecanismos de controle, exclusão e negação da existência plena das pessoas trans.

Azul deixa claro que a divulgação não autorizada do seu nome de registro, feita por terceiros e amplificada pelo diretor da instituição, representou uma violação do seu direito ao controle sobre sua própria identidade Azul narra:

E mandou pro diretor pra ele postar. Aí ele foi lá e postou. Eu fiquei tipo, que isso? Sendo que todo mundo na escola conhecia o meu nome social. Tipo, todo mundo conhecia o meu nome social. Porque eu tinha dado um jeito lá de fazer... Entrar no nome social e tal. E aí eu... Eu lembro de mandar mensagem pra ela e falar tipo... Olha, foi tu que mandou. Porque tu tava falando, né? Que tu queria mandar aqui. Tipo, foi tu que mandou e tal. Tipo, tu não tinha esse direito. Era uma coisa minha. Se eu quisesse ser exposta assim... Eu mandava pro diretor lá pra ele colocar. Aí ela, *ai, desculpa* (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

A justificativa da outra pessoa a ausência de documentação regularizada não reduz o impacto da exposição, pois tal documentação, conforme Azul destaca, envolve processos custosos e burocráticos que não são triviais para a maioria das pessoas trans. Azul narra sua experiência após a divulgação não autorizada de seu nome de registro pelo diretor da universidade:

Eu tava trabalhando de vendedor ambulante. Peguei o celular, vi tudo isso e fiquei tipo... Meu Deus, que isso? [...] Eu mandei mensagem pro diretor. Ele foi super receptivo. Apagou o post. Perguntou qual nome eu queria que ele postasse e colocou meu nome social, né? Que é o que eu tenho hoje. (nome olcutado). Foi muito importante pra mim (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

No entanto, o impacto da ação da colega que divulgou seu nome legal sem autorização permaneceu:

Logo depois ela começou a me mandar uns áudios... dizendo que dava pra trocar o nome, mas quando falei do custo e do processo, ela falou 'Ai, poxa. Que pena. Sinto muito.' E ela não fez nada. Fui eu que fui no diretor retirar. Pra mim, assim... foi a primeira violência que eu sofri... Foi uma das primeiras violências que eu senti (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

No caso de Azul, essa análise revela como a omissão e o “sinto muito” da colega não são meros gestos de indiferença individual, mas manifestações de um sistema normativo cisheteronormativo que perpetua a exclusão das pessoas trans. O silêncio e a inação dela reproduzem uma violência simbólica que reafirma a vulnerabilidade do sujeito trans e sua posição subalterna dentro das instituições sociais e familiares.

Como lembra Dussel (2012, p. 24):

Desejo apenas lembrar que a primazia do bem comum, a da sociedade, estava em jogo para Maritain no nível do que ele chamava de 'indivíduo'. Ao contrário, a 'pessoa' era transcendental ou ultrapassava o bem comum, e este devia ser subordinado àquele; esta era, de certa forma, a futura exterioridade de E. Levinas. Naquela época, porém, ele propunha um 'comunitarismo' (baseado na primazia do bem comum), um 'pluralismo' (referente à distribuição dos bens produzidos em comum) e um 'personalismo' (referente à realização concreta de cada pessoa em particular). Era como um presságio ou um começo para vislumbrar o que ele mais tarde chamaria de 'alteridade' do Outro (a 'pessoa') em relação à 'totalidade' (o sistema social dos 'indivíduos').” (tradução do pesquisador)

Dussel (1972) nos lembra que a verdadeira ética demanda um compromisso ativo com a alteridade radical o reconhecimento incondicional do Outro enquanto sujeito de direitos e dignidade. O que Azul experimentou foi justamente a negação dessa alteridade, um abandono ético que o obriga a agir sozinho para garantir sua existência e seus direitos. Essa situação revela como as estruturas sociais ainda falham em assegurar a justiça e o cuidado necessários às vidas trans, impondo sobre elas uma constante luta pela afirmação e reconhecimento.

Azul em sua narrativa aborda sobre o processo de conquista do reconhecimento de seu nome social na universidade, destacando a importância desse gesto para sua afirmação identitária e confiança no ambiente acadêmico. O relato evidencia as barreiras burocráticas e institucionais enfrentadas, ainda que o procedimento fosse, em teoria, simples: “Eles tentam burocratizar um pouco, né? Tipo... Era só eles adicionarem o nome e trocar. Tipo, eles fizeram todo um auê lá.” Essa dificuldade institucional reflete a resistência normativa que ainda permeia os espaços educacionais, dificultando a plena inclusão das pessoas trans.

A convivência com a “colega” que expôs seu nome legal, mesmo após o uso do nome social, revela as tensões interpessoais e a falta de compreensão sobre a dimensão da violência simbólica que isso representa. Azul reconhece a “falta de noção” da colega, que não

compreende o erro cometido nem demonstra empatia suficiente para pedir desculpas, o que aponta para a persistência da ignorância sobre as especificidades das vivências trans.

Além disso, a insistência em utilizar o nome morto em ambientes públicos, como na chamada da aula, e a intervenção da colega ao se referir a Azul pelo nome de registro, mesmo quando “ninguém tava prestando atenção”, expõe uma dinâmica de microviolência e exposição não consentida, que reforça o controle e a normatividade cisheteronormativa dentro da universidade.

Por fim, Azul expressa um movimento de afirmação identitária, ao se assumir “uma pessoa... binária, né? Transbinária” e levantar “bandeira de homem trans”, mas também revela a sensação de incompletude e limitação das categorias normativas: *“Ainda faltava alguma coisa. Porque... Eu não me sentia completamente... Contemplado... Pelo... Pela caixa que ele representava.”* Isso evidencia que, para pessoas trans, as categorias identitárias convencionais podem não abarcar a multiplicidade e fluidez das experiências vividas, indicando a necessidade de uma abordagem pedagógica e institucional mais sensível, plural e aberta.

Azul relata um episódio emblemático das microviolências e invasões cotidianas que pessoas trans enfrentam em espaços institucionais, como a universidade. A situação descrita uma colega que, em uma exposição, começa a apalpar seu corpo, fazendo perguntas invasivas sobre seu binder e características físicas vai além de um simples gesto de curiosidade. Trata-se de uma violação da integridade física e emocional que materializa uma forma de **violência simbólica**, conforme Pierre Bourdieu (1977), na qual a dominação se expressa por meio de práticas e comportamentos naturalizados que reforçam a marginalização e a desigualdade.

Ao tocar o corpo de Azul sem consentimento, a colega não só desrespeita limites físicos básicos, mas também reafirma a lógica cisnormativa e o exotismo imposto ao corpo trans como algo “anormal” e “exótico”, um objeto de curiosidade pública. Essa situação reforça o conceito de **“exotização”** das identidades trans, que as torna vulneráveis a serem objetos de escrutínio, espetáculo e até mesmo humilhação.

Além disso, a insistência em perguntas invasivas *“Como é que tu quer ser um homem peludo?”* evidencia a negação e o questionamento da legitimidade da identidade de gênero de Azul. A reação dos colegas também é reveladora: um amigo percebe o desconforto e age para proteger Azul, um gesto que, apesar de valioso, expõe a dependência de redes de apoio pessoais para sobrevivência em ambientes potencialmente hostis, mostrando a fragilidade das instituições em garantir segurança e respeito.

O fato de a agressora persistir no uso errado dos pronomes mesmo após Azul deixar claro sua identidade é outra forma clássica de **microagressão transfóbica**, que pode parecer

sutil, mas tem efeitos cumulativos graves na vivência cotidiana. Isso evidencia um ambiente universitário que ainda reproduz a **cisnormatividade institucional**, onde não há protocolos ou cultura efetiva para o respeito às identidades de gênero.

Por fim, a ausência de denúncia por parte de Azul revela uma barreira frequente enfrentada por pessoas trans: o medo, a falta de amparo institucional, e a sensação de que suas reclamações serão ignoradas ou minimizadas. Isso denuncia uma falha estrutural nas instituições educacionais em proteger seus estudantes trans contra violências físicas, simbólicas e institucionais.

Ao relatar que “*sempre foi algo muito íntimo meu*”, o narrador reivindica o direito à opacidade de sua experiência identitária um direito que confronta diretamente a lógica colonial de exposição e decifração do outro. A insistência de professores e colegas em perguntar “demais”, em buscar respostas imediatas sobre sua identidade de gênero, revela mais do que curiosidade: trata-se de uma forma de **violência epistêmica**, que busca constituir o sujeito dissidente como objeto a ser compreendido, classificado, e, assim, neutralizado.

Spivak (2010) analisa como a constituição do sujeito colonial como *Outro* se dá justamente por meio de uma operação epistemológica assimétrica uma obliteração da subjetividade que, embora travestida de racionalidade ou de ciência, é profundamente atravessada por relações de poder. Essa violência não se restringe à história europeia: ela se espalha pelas colônias e reverbera até hoje, inclusive nas instituições que deveriam acolher a diversidade. Assim, a universidade se mostra como um espaço onde múltiplos projetos de “revisão epistêmica” operam simultaneamente: ora redefinindo o que é considerado *são*, legítimo ou inteligível, ora apagando os rastros daqueles corpos que escapam à norma como no caso do estudante trans cuja interioridade é tratada como um problema a ser solucionado pelos outros. O que está em jogo, portanto, não é apenas a identidade de gênero do narrador, mas o modo como seu silêncio e sua interioridade são desautorizados em nome de uma lógica que exige explicações públicas e moldagens normativas. Ele não se recusa a dizer por não saber quem é, mas sim porque sua subjetividade não se encaixa nas coordenadas epistemológicas que o mundo acadêmico ainda colonizado insiste em manter.

O narrador está dizendo algo profundo: “**não me traduzam, me escutem.**” E Dussel (1972) diria: “escutar o outro é reconhecer seu lugar como origem do sentido ético.” A universidade falhou. Mas o silêncio do narrador grita: não porque não sabe quem é, mas porque o mundo ainda não aprendeu a **escutá-lo sem invadir**. Azul, (2025) relata outro episódio de violência sofrido:

E, na época, eu usava umas roupas bem ousadas, assim... Bem... Bem rasgadas... Bem punkzinho... E eu usava a *binder*. Inclusive, eu tenho... Uma grande história com o *binder*, também. É... E aí... Eu estava dissociando, né? Porque, na época, eu não sabia que eu era neuro divergente, mas... Ali eu estava meio que dissociando... E ela estava começando a fazer umas perguntas para mim... E eu não estava entendendo o que ela estava querendo dizer. Mas teve um momento que eu entendi que ela estava me perguntando sobre eu ser trans. E aí eu fiquei... Será que uma pessoa... Tem... Interesse em saber mais, né? Vai que é uma pessoa que está se descobrindo agora, também. Só que aí ela começou a pegar em mim. Tipo, a pegar no meu binder, né? Nessa parte do meu peito, assim... Tipo, me apalpar real. Tipo, aí... *Nossa, como é que fica? Fica assim, é? Nossa, como é que tu consegue? Nossa, como é que tu é trans? E começou a passar a mão em mim.* E aí a minha... A minha calça era bem rasgada. Bem rasgada mesmo. E aí ela olhou para as minhas pernas e ela falava assim... *Como é que tu quer ser um homem peludo? Como é que tu quer ser? E fazendo perguntas muito invasivas.* E na época eu já tinha alguns amigos, assim... De confiança. E eu lembro que eu olhei para um, assim... E ele me olhou... E aí... Ele percebeu que estava rolando alguma coisa estranha e ele me tirou dali. E... Enfim... Isso foi no meu primeiro semestre, né? Em artes visuais. E até hoje eu lembro disso. E não satisfeito, né? Até hoje essa pessoa... Ela sempre erra os pronomes comigo. É uma coisa bem estranha. Sempre me chama de garota e tal (Narrativa do estudante “Azul”, 2025).

A forma como o corpo de Azul é abordado especialmente com relação ao uso do *binder*²⁹ evidencia o que Spivak (2010, p. 47) descreve como violência epistêmica: um processo de constituição do outro como objeto, por meio da anulação assimétrica de sua subjetividade. A abordagem da colega, que toca e comenta o corpo de Azul sem consentimento, é menos sobre curiosidade e mais sobre controle. Ela não quer conhecer: quer *traduzir, explicar, domar* o que lhe escapa à norma. Esse gesto revela o funcionamento de um dispositivo colonial que persiste nas relações cotidianas mesmo (ou especialmente) nas universidades.

Azul menciona estar dissociando durante a interação um sintoma de sobrecarga emocional comum entre pessoas neurodivergentes em situações de estresse ou violência simbólica. A dissociação, nesse caso, pode ser entendida como um **mecanismo psíquico de defesa** que ocorre diante de experiências traumáticas ou fortemente angustiantes, gerando um distanciamento parcial ou completo da realidade imediata. “Embora comumente associada ao Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI), a dissociação também pode se manifestar de forma mais branda, como um “desligamento emocional” ou sensação de estar “fora de si” em situações de intenso desconforto” (Drauzio Varella, 2023).

Essa experiência revela o quanto o ambiente universitário, quando não é preparado para acolher a pluralidade neurodivergente e identitária, pode se tornar um espaço de retraumatização. Enrique Dussel propõe que uma ética verdadeiramente libertadora começa

²⁹ É uma peça de vestuário ou faixa utilizada para reduzir a aparência do volume do peito.

pela escuta radical do outro em sua concretude. Quando essa escuta falha, resta ao sujeito dissociar-se, como forma de preservar-se da agressão simbólica, epistêmica e física. A universidade, nesse caso, não apenas falha em proteger, mas **produz** o sofrimento.

Esse sofrimento, entretanto, não opera de forma isolada. Azul está situado em um cruzamento de múltiplas opressões: identidade de gênero dissidente, expressão corporal transmasculina, neurodivergência, juventude, e pertencimento a um campo artístico-acadêmico ainda marcado por estruturas normativas. Como aponta Collins (2024), as **violências interseccionais ou as intersecções letais** operam precisamente nesses entrelugares, onde múltiplas formas de dominação (como o racismo, o capacitismo, o sexismo e a transfobia) se entrelaçam e **intensificam a vulnerabilidade do sujeito**. Segundo a autora, o poder se manifesta de forma mais brutal quando a diferença do outro não é apenas visível, mas também desautorizada, ridicularizada ou transformada em objeto de controle e curiosidade.

Dessa forma, o episódio relatado por Azul não pode ser compreendido como um caso isolado de desrespeito, mas como um sintoma de uma **estrutura universitária cisnormativa, capacitista e epistemicamente colonial**, onde o outro só é tolerado se se torna inteligível dentro das normas do mesmo. O resultado disso são experiências de desumanização que operam tanto no plano simbólico quanto material e que se cristalizam, por exemplo, no erro deliberado dos pronomes, na exploração corporal, na ausência de escuta e na ausência de responsabilização institucional. Aqui, Azul descreve um episódio de violência que, à primeira vista, parecia confuso, nebuloso, mas que se revela como assédio e transfobia após a troca com outras pessoas:

Eu achei estranho. Eu não sabia dizer se era mesmo [...] Eu percebi que ela era uma pessoa que assediava muito [...] que reproduzia a transfobia de forma mais velada (Narrativa do estudante “Azul”, 2025). O fato de não conseguir nomear de imediato o ocorrido já revela os efeitos da **naturalização da violência simbólica** e da **sutilização das práticas transfóbicas**, que muitas vezes se escondem sob o manto da curiosidade, da informalidade ou da “desatenção”. O falso acolhimento e a Retraumatização Institucional é expressada por Azul: *“Apesar de ter os recursos... Não é como se eles falassem assim... Vamos abraçar vocês. [...] Nunca senti isso.”*

Esse trecho evidencia uma das maiores armadilhas das políticas institucionais de diversidade: o **acolhimento de fachada**. A universidade até dispõe de normativas e serviços voltados às pessoas trans como o uso do nome social, mas não constrói espaços efetivos de pertencimento, nem promove uma cultura institucional inclusiva.

Isso se encaixa nos pensamentos de Paulo Freire (1987) que nos alertava para a **educação bancária**, que deposita saberes nos estudantes sem considerar suas realidades,

enquanto Bell Hooks (2013) denuncia a **educação como prática da dominação**, que silencia e aliena os sujeitos. Combinando essas perspectivas, podemos entender que o espaço universitário, ao falhar em acolher e proteger suas diversidades, realiza uma espécie de **pedagogia da indiferença** diante da exclusão uma prática que naturaliza a invisibilidade e legitima a exclusão institucionalizada.

6.3 ARCO-IRIS – (TRANS)FORMANDO SILÊNCIOS EM PALAVRAS

Assim como o arco-íris que surge após a chuva, atravessado pela luz do sol, este capítulo final se abre como um feixe de luz refratada uma tentativa de dar forma, cor e visibilidade às vozes que, por tanto tempo, permaneceram em suspensão. Tal como esse fenômeno óptico e atmosférico, que só se revela quando gotículas d'água encontram a luz em ângulo preciso, aqui também as falas ganham contorno quando escutadas com atenção, cuidado e afeto.

Este arco-íris não se limita a ser uma imagem simbólica: ele é um corpo coletivo que se curva no céu da universidade, anunciando que estivemos e estamos aqui. **Olhe para o Norte. Sim, para o Norte.** Esse ponto cardeal tantas vezes negligenciado no imaginário nacional, esquecido nas políticas públicas, silenciado nas pesquisas acadêmicas, ele brilha com as cores de quem resiste. **Cores** que não apenas colorem, mas denunciam, brilham, sobrevivem. Cores que contam histórias de dor, mas também de reinvenção e esperança. Cada banda desse arco luminoso carrega um fragmento das experiências de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) da Universidade Federal do Amapá experiências que, agora reunidas, deixam de ser pontos isolados para compor um espectro mais amplo de existência e resistência.

As narrativas revelam percursos singulares, mas entrelaçados por vivências comuns de exclusão, apagamento e resistência. As/os estudantes ouvidos neste processo relataram experiências marcadas por violências cotidianas, tanto nos espaços familiares quanto institucionais. A transfobia, ainda presente de forma estrutural, manifesta-se através de práticas de silenciamento, da ausência de reconhecimento nominal, da invisibilização curricular e da precariedade de políticas de permanência que contemplem suas realidades. Tais violências são agravadas quando articuladas a outras opressões como o racismo e a pobreza, o que reforça a importância de uma abordagem interseccional e decolonial, como propõe este trabalho.

azul, por exemplo, compartilhou como o respeito recebido fora do ambiente familiar lhe causava surpresa:

Então, eu acho que qualquer tipo de respeito e acolhimento vindo de fora, pra mim era meio que um choque, uma surpresa, porque eu não tive isso de dentro de casa. Então, qualquer pessoa que respeitasse meus pronomes, que respeitasse a minha identidade, sempre foi algo que me chocava, porque não veio de casa. Então, que estranho isso estar vindo da rua (Estudante Azul, 2025).

Já **vermelho** aponta a resistência como estratégia seletiva e de sobrevivência psíquica diante do cansaço gerado pelas constantes disputas:

Em relação às minhas formas de resistência, eu tenho uma linha de pensamento que fala sobre se impor quando necessário, só quando necessário. [...] Eu não quero que me aceitem, eu quero que me respeitem, é diferente (Estudante Vermelha, 2025).

A narrativa de **verde** também revela o impacto de conquistas aparentemente simples, mas que exigem múltiplos esforços institucionais e emocionais:

Eu fui lá [...] e troquei. E foi incrível, assim... Apesar de que o processo lá, também... Eles tentam burocratizar um pouco, né? [...] Foi um processo de dois dias. Que dava pra fazer em um. Aí... Isso me ajudou muito (Estudante Verde, 2025).

Laranja, por sua vez, enfatiza o papel de uma colega e dos amigos como suporte fundamental no processo de afirmação de identidade e permanência acadêmica:

Acho que uma das coisas mais importantes assim para mim foi os amigos que eu construí dentro do curso. [...] Porque é na visão de muitas pessoas, as pessoas não me veem como um garoto, não me veem como um homem trans. [...] Estou começando agora os primeiros passos para poder conseguir fazer (Estudante Laranja, 2025).

Por fim, a estudante **amarelo** reforça a importância do acolhimento institucional por parte de docentes sensíveis, que contribuíram diretamente para sua inserção na vida acadêmica:

Recebi sim certo apoio de um professor [...] e também da professora XXXX [...]. Ela foi uma pessoa assim que me acolheu bastante em questão de me inserir na vida de pesquisadora, bolsista, porque ela sempre tá procurando projetos pra me encaixar (Estudante Amarela, 2025).

Tais narrativas se tornam ainda mais marcantes porque, enquanto pesquisador e pessoa trans, também sou atravessado por elas de maneira visceral. Ouvi-las é, ao mesmo tempo, um gesto de escuta e um espelho que reflete dores que também me atravessam. Compreendo, na carne e na memória, o quanto a recorrente incapacidade humana de reconhecer o outro sobretudo quando esse outro desafia as normas cisgênero e heteronormativas impede não apenas a construção de laços de afeto, mas o próprio acesso à dignidade. No caso de pessoas trans, essa recusa em nos reconhecer como sujeitos legítimos produz silenciamentos, exclusões e violências que se acumulam ao longo da vida. Viver e pesquisar, nesse contexto, é um ato de resistência: é afirmar que nossos corpos e nossas vozes não são erro, mas potência. São experiências que carregam saberes profundamente transformadores, ainda que frequentemente ignorados por uma sociedade que insiste em nos marginalizar.

Diante disso o foco principal desta pesquisa foi compreender a vida acadêmica de estudantes trans na UNIFAP mostrou-se não apenas necessário, mas urgente. No decorrer desta jornada, busquei incansavelmente dados oficiais que pudessem quantificar e qualificar essa presença no espaço universitário. Fiz uso dos instrumentos disponíveis, inclusive por meio da plataforma Fala.BR, solicitando formalmente à própria instituição informações básicas sobre estudantes trans matriculados nos cursos da universidade.

A resposta, infelizmente, revelou o que já se intuía no silêncio institucional:

Infelizmente, no momento, não dispomos de todas as informações solicitadas referente a pessoas trans. A ausência desses dados se deve a algumas limitações em nossos sistemas de registro e à forma como os dados históricos foram armazenados ao longo dos anos [...] A UNIFAP passou por diversas atualizações e migrações de sistemas de gestão acadêmica, o que ocasionou a perda ou a indisponibilidade temporária de certos conjuntos de dados (Fala.BR/SIC-UNIFAP, 2024).

Este trecho não apenas responde, mas denuncia: a invisibilidade trans é também um projeto estrutural, sustentado por omissões técnicas e institucionais. A ausência de dados institucionais, somada ao apagamento sistemático de suas vivências, evidencia o quanto precisamos avançar na construção de uma universidade que não apenas tolere, mas celebre a diversidade de corpos, existências e saberes.

No enfrentamento, os dados indicam que a permanência universitária é um ato contínuo de resistência. Trata-se não apenas de um esforço acadêmico, mas de afirmação de existência em um espaço historicamente excludente. A construção de redes de apoio muitas vezes entre estudantes LGBTQIAPN+ e docentes aliados(as) surge como pilar essencial para sustentar o percurso acadêmico e emocional. Essas redes tornam-se ainda mais vitais diante da ausência de suporte institucional e da escassez de políticas afirmativas voltadas à comunidade trans.

Quanto às práticas de resistência, observou-se uma diversidade de estratégias: desde o engajamento militante até o gesto cotidiano de permanecer e se afirmar, mesmo sem garantias de acolhimento. Essas formas múltiplas de resistência mostram que a universidade, apesar de ser um espaço de formação, ainda precisa se transformar.

A pesquisa alcança, assim, seu objetivo geral: compreender como as interseções de gênero, raça e classe constroem sentido nas trajetórias de estudantes trans na UNIFAP, especialmente no enfrentamento das violências, na constituição de redes de apoio e na formulação de práticas de resistência. Evidencia-se que essas interseções não atuam isoladamente, mas se imbricam em um cenário de desigualdade complexa que impacta o acesso, a permanência e o bem-estar desses sujeitos no ensino superior.

De forma articulada aos objetivos específicos, a análise permitiu:

- Compreender, sob uma perspectiva interseccional e decolonial, como a transfobia se entrelaça a outras opressões, afetando diretamente as condições de permanência estudantil;
- Mapear a diversidade de experiências educacionais, evidenciando o papel central das redes de afeto e solidariedade como práticas pedagógicas;
- Analisar as percepções sobre o clima institucional da UNIFAP, sinalizando a urgência de políticas específicas de acolhimento, nome social, formação docente continuada e enfrentamento da LGBTfobia.

Finalizo este capítulo reconhecendo que a escuta das vozes aqui transcritas me atravessou profundamente como pesquisador e como pessoa trans. Esta dissertação é fruto de uma travessia coletiva, **colorida** por gestos de coragem e afetos partilhados. Que este arco-íris, portanto, não se encerre aqui, mas se projete em outras pesquisas, políticas e práticas que possam ampliar a presença trans no ensino superior e transformar radicalmente os espaços educativos em territórios de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é fruto de uma travessia que, embora chegue aqui a um ponto de pausa, não encerra sua caminhada. Pelo contrário, marca um novo passo na continuidade do meu compromisso com a escuta, a visibilidade e a valorização das existências trans, especialmente no campo da educação e da arte. Este trabalho foi construído a partir das vozes de estudantes trans da Universidade Federal do Amapá, corpos que desafiam normas, que enfrentam ausências, que resistem e que também sonham. Diante da escassez de dados institucionais e da recusa estrutural da universidade em reconhecer plenamente essa população, o que se fez aqui foi gesto de reparação e insistência. A falta de respostas concretas da própria UNIFAP, como evidenciado na negativa institucional em fornecer informações mínimas via Fala.BR, escancarou uma omissão que é política.

Neste silêncio, encontramos ecos de outras ausências históricas, mas também a urgência de ocupar os vazios com nossas narrativas. As análises revelaram que ser estudante trans no contexto universitário amapaense é, quase sempre, uma experiência solitária, tensionada por micro e macroviolências, precariedade de políticas de permanência e falta de reconhecimento. Mas também é lugar de invenção de afetos, construção de redes e reinvenção de si. As trajetórias ouvidas aqui compõem um arco-íris que não se curva apenas no céu: curva-se nas salas de aula, nos corredores, nos corpos, nos textos e na esperança de que outro presente é possível. Essa pesquisa atendeu ao seu objetivo central: compreender como as interseções de gênero, raça e classe atravessam a vivência de estudantes trans no ensino superior.

Ao mesmo tempo, abriu caminhos para seguir refletindo e atuando. Como pesquisador, artista e pessoa trans, sigo comprometido em manter a pauta trans viva, fluida, provocadora. Sigo acreditando que é possível (e necessário) construir uma universidade onde possamos existir sem ter que justificar nossa presença o tempo todo. Finalizo não com um ponto final, mas com a decisão de continuar transitando entre a academia e a arte, entre o rigor da pesquisa e a delicadeza do afeto. Que esta travessia se multiplique em outras. Que as cores que aqui emergem inspirem novos movimentos, novas escutas e novos saberes. Porque viver, para nós, é também um ato de criar, resistir e acima de tudo TRANSSbordar.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. **Pe-drag-ogia como modo tensionar/inventar territórios educacionais heterotópico**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2019.

ANDES. **UnB é a 18ª universidade pública a adotar cotas para pessoas trans na graduação**. 2023. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/unB-e-a-18a-universidade-publica-a-adotar-cotas-para-pessoas-trans-na-graduacao1>>. Acesso em: 25 out. 2024.

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota ANTRA: Cotas em universidades para pessoas trans**. 17 dez. 2020. Atualizada em: jun. 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, 2022.

BARBOSA, Angie. **Transcestralidades: trauma, violência e futuro fora do parentesco**. Ruido Manifesto, [s.d.]. Disponível em: <<https://ruidomanifesto.org/transcestralidades-trauma-violencia-e-futuro-fora-doparentesco-por-angie-barbosa/>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BARBOSA, Luanna. Muxes: entre localidade e globalidade transgeneridade em Juchitán, Istmo de Tehuantepec. **Revista Mandrágora**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 5-30, 2016.

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BRAGA, Cleber. Sexilios: fantasmografias e estéticoativismos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 12, 2022.

BRAGA, José Ricardo Marques. “Não cabemos na escola, mas fazemos caber”: experiências juvenis LGBT “de frente” à cishétero-norma escolar. In: **VIII Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**, GT 06: Gênero na escola: formação discente e reconhecimento de corporeidades múltiplas, Belém, 2023.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO]** – Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Márcia Corrêa. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CNN BRASIL. **Leia o discurso de posse de Donald Trump na íntegra**. CNN Brasil, 20 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-2024/leia-o-discurso-de-posse-de-donald-trump-na-integra/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Países emitem alertas para pessoas trans viajando para os EUA**; entenda. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/paises-emitem-alertas-para-pessoas-trans-viajando-para-os-eua-entenda/>>. Acesso em: 8 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Intersecções letais: raça, gênero e violência*. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics [1989]. *Contemporary Sociological Theory*, v. 1, p. 354, 2022.

CUNHA, Maria Clara. O terceiro gênero na Índia: o paradoxo social das hijras e as consequências da colonização britânica. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 21, n. 42, 2022.

DAMÁSIO, Maxwell Aleixo. **De Manicongo a Manicongo: saberes travestis**. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) — Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2023.

DE ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DE MELO, Roberta Madeira. Carta à população LGBTQIA+. In: CALAZANS, Márcia Esteves de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; PINHEIRO, Isael da Silva; ESTIVALET, Anelise Gregis (Orgs.). **Juventudes, Educação e Interculturalidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

DE OLIVEIRA JUNIOR, Ribamar José; MARCONI, Dieison. A força do fracasso, o levante dos selvagens: uma entrevista com Jack Halberstam. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 1, p. 357-376, 2023.

DE OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante; PORTO, Tauane Caldeira. A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**, 2016. p. 332-336.

DOS PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogias das travestilidades**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2022.

DUSSEL, Enrique. **La dialéctica hegeliana:** supuestos y superación o del inicio originario del filosofar. Mendoza: Ser y Tiempo, 1972.

_____. **Filosofia da libertação**. Petrópolis: Vozes; Campinas: Unimep, 1977.

_____. **Ética da libertação:** em busca de uma ética para a humanidade global. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. São Paulo: Loyola, 1993.

DUSSEL, Enrique et al. La filosofía de la liberación ante el debate de la postmodernidad en los estudios latinoamericanos. **Devenires**, n. 1, p. 39-57, 2000.

ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I:** A Methodological Novel About Autoethnography. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

FARIAS, Francisco. A nova esquerda socialista. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 26, n. 2, 2011.

FINE, Michelle; WEIS, Lois; WESEEN, Susan; WONG, Loonmun. Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 115-362.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural: para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

G1. **Trump vai banir meninas e mulheres transgêneros de eventos esportivos femininos**. *G1*, 5 fev. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/05/trump-vai-banir-meninas-e-mulheres-transgeneros-de-eventos-esportivos-femininos.ghml>>. Acesso em: 8 jun. 2025.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 345-362.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 21-64, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GUZMÁN, Manolo. “Pa’ La escuelita con mucho cuida’o y por la orillita”: a journey through the contested terrains of the nation and sexual orientation. In: _____. **Puerto Rican Jam:**

Essays on Dance and Popular Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 202-228.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Preciado e o pensamento da contrassexualidade (Uma prótese de introdução). **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, v. 9, n. 2, 2016.

HALBERSTAM, Jack. **Trans: A quick and quirky account of gender variability**. Oakland: University of California Press, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

IAE BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016**. 2016. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2024.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Narrative interviewing. In: _____. **Qualitative researching with text, image and sound: a practical handbook**. London: Sage, 2000. p. 57-74.

KEEGAN, Cael M. Review of Trap Door: Trans Cultural Production and the Politics of Visibility, edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley, and Johanna Burton. **Journal of Cinema and Media Studies**, v. 58, n. 4, p. 183-186, 2019.

LA FOUNTAIN-STOKES, Lawrence. De sexilio(s) y diáspora(s) homosexual(es) latina(s): el caso de la cultura puertorriqueña y nuyorican queer. **Debate Feminista**, v. 29, p. 138-157, 2004.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 205-220, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOBBAN, Rosemary; LUYT, Russell; MCDERMOTT, Daragh. **(Hetero)sexist microaggressions in practice**: Gender and Language, v. 16, n. 2, p. 125-148, 2022.

LOURO, Guacira Lopes; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 11-36.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016.

_____. **Necropolítica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: 10.1037/0033-2909.129.5.674.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Crítica y Emancipación**, v. 2, p. 251-276, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MISSÉ, Miguel. Epílogo. In: MISSÉ, Miguel; COLL-PLANAS, Gerald (Orgs.). **O gênero desordenado: críticas em torno à patologização da transexualidade**. Barcelona/Madrid: Egales, 2011.

MOGROVEJO, Norma. **Del sexílio al matrimonio:** cidadania sexual na era do consumo liberal, migração e sexílio político; mães lésbicas, famílias resignificadas; pouco sexo, mais classe e muita raça. 2. ed. Cidade do México: Centro de Documentación y Archivo Histórico Lésbico de México, América Latina y Caribe Nancy Cárdenas; Escuela para la Libertad de las Mujeres Siembra Autonomía, Cosecha Libertad; Coletivo Editorial Pez en el Árbol, 2017.

MOIRA, Amara et al. **Vidas trans:** coragem de existir. São Paulo: Editora Tainã Bispo, 2017.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis [Ação]**, v. 22, n. 2, p. 1-25, jul./dez. 2022. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: 7 out. 2024.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona. Paixões desnaturadas? Notas para uma ecologia queer. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 175-195, 2011.

MORTIMER-SANDILANDS, Catriona. Whose there is there, there? Queer directions and ecocritical orientations. **Ecozon@: European Journal of Literature, Culture and Environment**, v. 1, n. 1, p. 135-148, 2010.

NADAL, Kevin L. et al. The injurious relationship between racial microaggressions and physical health: implications for social work. In: _____. (Org.). **Microaggressions and social work research, practice and education**. London: Routledge, 2020. p. 7-18.

NADAL, Kevin L. **That's so gay!** Microaggressions and the lesbian, gay, bisexual, and transgender community. Washington, DC: American Psychological Association, 2013.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da cartografia da resistência ao observatório da violência contra pessoas trans no Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência:** travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2019. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

OSWALD, Ramona Faith; SUTER, Elizabeth A. Heterosexist inclusion and exclusion during ritual: a “straight versus gay” comparison. **Journal of Family Issues**, v. 25, n. 7, p. 881-889, 2004.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello L. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Cello L.; PFEIL, Bruno L. (Orgs.). **Corpos transitórios: narrativas transmasculinas**. Salvador: Editora Devires, 2021. p. 157-175.

PFEIL, Cello Latini. **Uma crítica à cisnormatividade pelas perspectivas decolonial e anarquista**. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PODOLAN, Plínio Gevezier; REIS, Pedro Henrique Baptista. A construção colonial da homotransfobia e a sua perpetuação na era algorítmica em prol do fascismo eterno. **Revista Espirales**, v. 8, n. 1, 2024.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 201-246.

RADI, Blas. Políticas del conocimiento: hacia una epistemología trans. In: LÓPEZ, Mariano (Org.). **Los mil pequeños sexos: intervenções críticas sobre políticas de gênero e sexualidades**. Sáenz Peña: EDUNTREF, 2019. p. 139-154.

REZENDE, Lucas Felicetti. Sexílio, alteridade e reconhecimento: uma análise teórica sobre o refúgio de LGBTs. **O Social em Questão**, v. 21, n. 41, p. 283-306, 2018.

RODRIGUES, Alex. **Universidade Federal do Amapá autoriza travestis e transexuais a usar nome social em documentos acadêmicos**. Agência Brasil, out. 2009. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/procuradoria/files/2009/07/unifap-autoriza-travestis-e-transexuais-a-usar-nome-social-em-documentos-acad%C3%AAmicos.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES, Júlia Naomé Costa et al. Passabilidade e possibilidades. In: **Anais do Encontro Nacional de Educação em Sexualidade**, 2023.

SCHWANDT, Thomas A. Análise qualitativa de dados: um livro-fonte de novos métodos. Prefácio à edição em português. In: MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Análise de dados qualitativos: estratégias para a teoria fundamentada**. Trad. Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994. p. 13-30.

SEELMAN, Kristie L.; WOODFORD, Michael R.; NICOLAZZO, Z. Victimization and microaggressions targeting LGBTQ college students: gender identity as a moderator of psychological distress. In: NADAL, Kevin L. (Org.). **Microaggressions and social work research, practice and education**. London: Routledge, 2020. p. 113-126.

SILVA, Edna Carvalho da. **A transfobia e suas implicações na permanência e afirmação da identidade de gênero de estudantes travestis e transexuais da graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SILVA, Luciola Carla Correia. A visibilidade transgênero no Instagram. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 4, p. 09001-09011, 2020.

SOUZA, Lucas José de. **Gêneros e sexualidades nos currículos de formação docente: um florilégio de discussões e teorias nas instituições públicas do Rio Grande do Sul**. 2022. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Gestão Educacional) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

SPADE, Dean. **Una vida normal: políticas trans críticas y los límites del derecho**. Barcelona: Bellaterra, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Márcio Suzuki. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STONE, Sandy. O império contra-ataca: um manifesto pós-transexual. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 19, p. 254-277, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i19.53117>.

UFABC. **Em defesa das cotas trans nas universidades brasileiras**. UFABC na Mídia, 2024. Disponível em: <<https://www.ufabc.edu.br/ufabc-na-midia/em-defesa-das-cotas-trans-nas-universidades-brasileira>>. Acesso em: 4 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução nº 39, de 29 de novembro de 2017**. Estabelece a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Amapá. Macapá: UNIFAP, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução nº 21/2022 - CONSU, de 13 de dezembro de 2022.** Institui a Política de Ações Afirmativas na UNIFAP. Macapá: UNIFAP, 2022. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/geografia/2023/01/12/politica-de-acoes-afirmativas-paaf-resolucao-n-21-2022-de-13-de-dezembro-de-2022/>>. Acesso em: 10 set. 2024.

VEJA. **Trump proíbe participação de mulheres trans em esportes femininos.** Veja, 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/trump-proibe-participacao-de-mulheres-trans-em-esportes-femininos/#google_vignette>. Acesso em: 8 jun. 2025.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. **LGBTfobia na escola: possibilidades para o enfrentamento da violência.** Cascavel: Editora Appris, 2020.

VIDICH, Arthur J. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-40.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: _____. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** São Paulo: Cortez, 2020. p. 11-36.

YORK, Sara Wagner; VILELA, Fabrício Marçal. Uma travesti da/na educação: entrevista com Sara Wagner York. **Cadernos de Educação em Sexualidade (CEF)**, v. 36, n. 1, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/CEF-v36n1-2023-18>.

ANEXO 1 TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “_____”. O objetivo deste trabalho é _____. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, etc _____ agendadas a sua conveniência (de acordo com o seu _____), onde será _____, Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar _____. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são _____, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: _____ (celular), _____. O senhor (a) também poderá entrar em contato com _____, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo pesquisador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “_____”

Macapá, _____ de _____ de 20____.

Assinatura(s) do pesquisador ou pesquisadores

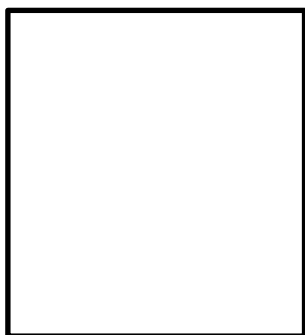
Nome por extenso
Instituição.....
Cel: (XX)
e-mail:

Assinatura do participante

Caso o (a) participante esteja impossibilitado (a) de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do
presente termo na integra para o(a) participante
_____ ,

o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta
pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha nº1: _____

Testemunha nº2: _____

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE
PESQUISA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Autorização para Uso de Imagem em Trabalho Acadêmico

Eu, _____ nacionalidade: _____, portador(a) do RG nº _____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente na _____, por meio deste documento, autorizo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e seus representantes a utilizarem minha imagem em fotos e documentos para fins exclusivos de pesquisa e produção acadêmica.

Esta autorização concede permissão para o uso da minha imagem em materiais relacionados ao trabalho acadêmico, incluindo, mas não se limitando a: apresentações, dissertações, teses, artigos, publicações acadêmicas, e quaisquer outros produtos resultantes deste estudo, seja em formato impresso ou digital.

Declaro que esta autorização é concedida de forma gratuita e abrange seu uso em âmbito nacional e internacional. Esta autorização inclui, mas não se limita a: divulgação em sites, redes sociais, material impresso, eventos acadêmicos e científicos, desde que relacionados ao contexto do trabalho acadêmico.

Por meio deste, isento qualquer reivindicação futura referente ao uso da minha imagem no contexto descrito acima, não cabendo a mim ou a quaisquer terceiros o direito a compensação financeira ou reclamações posteriores.

Local e data:

Assinatura: _____

Telefone para contato:

(Obs.: Cada pessoa que aparecer na filmagem, ou gravações de áudio deverá assinar um termo como este).

ANEXO 2 – RESPOSTA INSTITUCIONAL DA UNIFAP VIA PLATAFORMA**Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação****Dados Básicos da Manifestação**

Tipo de Manifestação:

Acesso à Informação

Esfera: Federal

NUP:

Órgão Destinatário: Órgão de Interesse: Assunto:

Subassunto:

Data de Cadastro:

Situação:

Data limite para resposta:

23546.076284/2024-29

UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá Acesso à informação

19/08/2024

Concluída

09/09/2024

Canal de Entrada: Internet

Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email) Registrado Por: Cidadão

Tipo de formulário:

Serviço:

Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Acesso à Informação

Resumo: Solicito informações sobre o número de estudantes trans, atualmente matriculados na Universidade Federal do Amapá.

Extrato:

Proposta de melhoria: Município do local do fato: UF do local do fato: Local:

Solicito informações sobre o número de estudantes trans, atualmente matriculados na Universidade Federal do Amapá e seus respectivos cursos. Esse dado é essencial para a execução de minha pesquisa, de mestrado que visa investigar as características sociodemográficas e educacionais dessa população no ambiente universitário. Peço que o levantamento seja realizado de forma a preservar a confidencialidade e o anonimato dos estudantes envolvidos. Solicito que o órgão responsável pela gestão de registros acadêmicos forneça o número atualizado de matrículas de estudantes que se identificam como trans. A informação será utilizada exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica, conforme descrito.

Não há anexos originais da manifestação. Não há anexos complementares.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Não há textos complementares.

Não há envolvidos na manifestação.

Campos Adicionais

Não há campos adicionais.

Dados das Respostas

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Tipo de Resposta	Data/Hora	Teor da Resposta	Decisão	

Resposta Conclusiva	27/08/2024 19:48	Olá, cidadão(ã)! A equipe deste Serviço Eletrônico de Informação tem o prazer em lhe atender, ao tempo em que esperamos te encontrar bem. Quanto à sua solicitação, segue abaixo, documento enviado do setor responsável pelo assunto. "Infelizmente, no momento, não dispomos de todas as informações solicitadas referente a pessoas trans. A ausência desses dados se deve a algumas limitações em nossos sistemas de registro e à forma como os dados históricos foram armazenados ao longo dos anos. Especificamente, enfrentamos os seguintes desafios: 1. Fragmentação dos Registros: Parte dos dados antigos está armazenada em sistemas que não são mais utilizados pela universidade, o que dificulta a recuperação e a integração com os sistemas atuais. 2. Atualizações e Migrações de Sistemas: Ao longo da última década, a UNIFAP passou por diversas atualizações e migrações de sistemas de gestão acadêmica, o que ocasionou a perda ou a indisponibilidade temporária de certos conjuntos de dados. Estamos cientes da importância desses dados para a análise e a tomada de decisões, e estamos trabalhando continuamente para melhorar nossos processos de coleta, armazenamento e recuperação de informações. Nossa equipe de tecnologia da informação está empenhada em atualizar e consolidar os registros históricos para facilitar futuras solicitações de dados. Agradecemos pela compreensão e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional." Informamos que v. senhoria poderá recorrer no prazo de 10 dias, e o recurso será encaminhado aos superiores imediatos responsáveis. Prezando pelo fiel cumprimento das normas e zelando pelo bom relacionamento entre o cidadão e a Instituição, esta Ouvidoria mantém seus esforços no sentido de atender ao máximo, na medida do possível, todas as solicitações que chegam até nós. Neste sentido, esperamos ter atendido sua solicitação a contento. Na oportunidade, com o intuito de	Informação Inexistente
------------------------	------------------	--	---------------------------

		melhorar nossos serviços e oferecer um atendimento de qualidade para os usuários, te convidamos para participar da nossa pesquisa de satisfação. Estamos abertos a ouvir a sua opinião e buscar sempre melhorias em nossos serviços. Agradecemos a sua compreensão e estamos à disposição para esclarecimentos adicionais. Equipe SIC/UNIFAP	
--	--	--	--

Denúncia de descumprimento

Não há registro de denúncias de descumprimento.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Incidente de correção - Admissibilidade**Incidente de correção - Decisão****Dados de Encaminhamento**

Não há registros de encaminhamento.

Dados de Prorrogação

Não há registros de prorrogações.

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 17/04/2023 | Edição: 73 | Seção: 1 | Página: 169

Órgão: Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro

PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 71, DE 10 DE ABRIL DE 2023

Aprova enunciados referentes à aplicação da Lei nº 12.527, de

18 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 6º e o parágrafo único do art. 25 da Portaria CGU nº 1.973, de 31 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa aprova 12 (doze) enunciados referentes à aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), conforme constante do Anexo Único a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação. **VINÍCIUS MARQUES DE CAVALHO**

ANEXO ÚNICO

ENUNCIADOS REFERENTES À APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI)

Enunciado CGU nº 1/2023 - Registros de entrada e saída de prédios públicos

Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos do Poder Executivo federal, inclusive no Palácio do Planalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se referirem estiverem enquadradas em hipótese legal de sigilo (art. 22), sido classificadas (art. 23), ou sob restrição temporária de acesso (art. 7º, § 3º), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 2/2023 - Registros de entrada e saída de residências oficiais

Os registros de entrada e saída de pessoas em residências oficiais do Presidente e do Vice-presidente da República são informações que devem ser protegidas por revelarem aspectos da intimidade e vida privada das autoridades públicas e de seus familiares (art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), salvo se tais registros disserem respeito a agendas oficiais, as quais têm como regra a publicidade, ou se referirem a agentes privados que estejam representando interesses junto à Administração Pública, nos termos do art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Enunciado CGU nº 3/2023 - Procedimentos disciplinares de militares

Aplicam-se aos pedidos de acesso a processos administrativos disciplinares conduzidos no âmbito das Forças Armadas as mesmas regras referentes aos servidores civis, cabendo restrição a terceiros somente até o seu julgamento (art. 7º, §3º), sem prejuízo da proteção das informações pessoais (art. 31) ou legalmente sigilosas (art. 22), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 4/2023 - Segurança do Presidente da República e familiares

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Durante o mandato presidencial, a classificação de informações sob o fundamento de que sua divulgação ou acesso irrestrito pode colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as), nos termos do art. 24, § 2º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, deve restringir-se estritamente às informações que, de fato, se enquadram nessa categoria, devendo as autoridades competentes para classificação do sigilo atentar-se para o cumprimento do princípio geral da Lei de Acesso à Informação de que o acesso é a regra e o sigilo a exceção.

Enunciado CGU nº 5/2023 - Sigilo de licitações, contratos e gastos governamentais

Informações sobre licitações, contratos e gastos governamentais, inclusive as que dizem respeito a processos conduzidos pelas Forças Armadas e pelos órgãos de polícia e de inteligência, são em regra públicas (art. 7º, VI) e eventual restrição de acesso somente pode ser imposta quando o objeto a que se referem estritamente se enquadrar em uma das hipóteses legais de sigilo (art. 22) ou forem classificadas, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 6/2023 - Abertura de informações desclassificadas

Transcorrido o prazo de classificação da informação ou consumado o evento que consubstancie seu termo final, a informação tornar-se-á automática e integralmente de acesso público (art. 24, § 4º), ressalvadas eventuais outras hipóteses legais de sigilo (art. 22) e a proteção de dados pessoais (art. 31), devendo o órgão ou entidade pública registrar tal desclassificação no rol de informações classificadas, que é de publicação obrigatória na Internet, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 7/2023 - Títulos acadêmicos e currículos de agentes públicos

Informações sobre currículos de agentes públicos, como títulos, experiência acadêmica e experiência profissional, são passíveis de acesso público, uma vez que são utilizadas para a avaliação da capacidade, aptidão e conhecimento técnico para o exercício de cargos e funções públicas.

Enunciado CGU nº 8/2023 - Provas e concursos públicos

A divulgação de documentos e informações relacionados a candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos, inclusive provas orais, são passíveis de acesso público, visto que a transparência dos processos seletivos está diretamente relacionada à promoção dos controles administrativo e social da Administração Pública, ressalvadas as informações pessoais sensíveis.

Enunciado CGU nº 9/2023 - Telegramas, despachos telegráficos e as circulares telegráficas produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores

Os telegramas, despachos e circulares telegráficas produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores são documentos que devem ter seu acesso restringido somente quando o objeto a que se referem estritamente se enquadrar em uma das hipóteses legais de sigilo. A proteção das negociações e das relações diplomáticas do País não pode ser utilizada como fundamento geral e abstrato para se negar acesso a pedidos de informação. Havendo informações pessoais no documento ou processo que não podem ser disponibilizadas, aplica-se o disposto no § 2º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegurando-se o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Enunciado CGU nº 10/2023 - Informações financeiras a respeito de programas e benefícios sociais

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Informações referentes a valores de benefícios pagos e a identificação de beneficiários de programas sociais, mesmo que operados por instituições financeiras, são de acesso público, em razão do disposto no art. 29, § 2º, XII, da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, desde que respeitado a privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Tais dados não são protegidos pelo sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional ou industrial, de que trata o art. 6º, I, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Enunciado CGU nº 11/2023 - Restrições de acesso em virtude da desarrazoabilidade ou desproporcionalidade do pedido

Pedidos de acesso à informação somente podem ser negados sob o fundamento da "desarrazoabilidade" se o órgão ou entidade pública demonstrar haver risco concreto associado à divulgação da informação ou se a contextualização do pedido de acesso não for real ou quando os fatos que consubstanciarem o pedido não estiverem expostos conforme a verdade; e, por sua vez, somente podem ser negados sob o fundamento da "desproporcionalidade" se o órgão evidenciar não possuir recursos, humanos ou tecnológicos, para atender o pedido. Para as duas situações, não podem tais argumentos serem utilizados como fundamento geral e abstrato para a negativa de acesso. Além disso, quando restar configurada a desproporcionalidade do pedido, o órgão ou entidade deve disponibilizar os meios para que o cidadão realize a consulta in loco, para efetuar a reprodução ou obter os documentos desejados, em conformidade com o disposto no art. 11, §1º, I, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 12/2023 - Informação pessoal

O fundamento "informações pessoais" não pode ser utilizado de forma geral e abstrata para se negar pedidos de acesso a documentos ou processos que contenham dados pessoais, uma vez que esses podem ser tratados (tarjados, excluídos, omitidos, descaracterizados etc.) para que, devidamente protegidos, o restante dos documentos ou processos solicitados sejam fornecidos, conforme preceitua o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, assegurando-se o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo. Além disso, a proteção de dados pessoais deve ser compatibilizada com a garantia do direito de acesso à informação, podendo aquela ser flexibilizada quando, no caso concreto, a proteção do interesse público geral e preponderante se impuser, nos termos do art. 31, § 3º, inciso V da Lei n. 12.527, de 2011, e dos arts. 7º, § 3º, e 23, caput, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

ANEXO 3 – PARECER COMITÊ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP		
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: ENTRE A FORMAÇÃO E A (TRANS)FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ		
Pesquisador: Kai Henrique Silva Fernandes		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 88361725.1.0000.0003		
Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 7.459.408		
Apresentação do Projeto:		
Este projeto de pesquisa, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), visa investigar as experiências e estratégias de resistência de estudantes trans (travestis, transexuais e transgêneros e pessoas não binárias) matriculados na instituição. O objetivo geral é Compreender como as interseções de gênero, raça e classe constroem sentido nas trajetórias e experiências de vida de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) na Universidade Federal do Amapá, com foco no enfrentamento de micro e macro violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência às dinâmicas de poder e violência dos sistemas de opressão em espaços educativos. A pesquisa parte da premissa de que existe uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre as experiências de estudantes trans no ensino superior, especialmente na região Norte do Brasil. Apesar do crescente número de pesquisas sobre a temática, a maioria delas concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, negligenciando as particularidades do contexto amazônico. Com o intuito de suprir essa lacuna e dar voz a um grupo historicamente marginalizado, o estudo utilizará uma abordagem metodológica qualitativa, combinada com uma perspectiva interseccional e decolonial. As ferramentas de coleta de dados incluem entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e análise documental, que permitirão		
Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero		
Bairro: Bairro Universidade	CEP: 68.902-280	
UF: AP	Município: MACAPÁ	
Telefone: (96)4009-2805	Fax: (96)4009-2804	E-mail: cep@unifap.br

Página 01 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP		
Continuação do Parecer: 7.459.408		
aprofundar a análise das vivências e desafios enfrentados pelos estudantes trans na UNIFAP. A importância do estudo reside em seu potencial para promover a transformação do ambiente acadêmico em um espaço mais inclusivo e acolhedor para a comunidade trans. Ao dar visibilidade às experiências, desafios e estratégias de resistência desses estudantes, a pesquisa busca contribuir para a construção de políticas e práticas institucionais que garantam a equidade no acesso, permanência e sucesso acadêmico da população trans.		
Critérios de Inclusão:		
- Estudantes autodeclarados Trans (travestis, transexuais, não binários).		
- Possuir matrícula ativa na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).		
- Concordar em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).		
- Possuir no mínimo 18 anos ou mais.		
Critérios de Exclusão:		
- Estudantes cisgênero.		
- Pessoas que não aceitarem assinar o TCLE.		
Metodologia Proposta: A pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa interseccional para investigar como as trajetórias de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) são moldadas por interseções de gênero, raça e classe, com foco no enfrentamento de violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência. A pesquisa será realizada na UNIFAP, campus Marco Zero, e os participantes serão estudantes trans matriculados na instituição. Os instrumentos de coleta de dados serão entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e análise de documentos institucionais. O tratamento e a análise dos dados serão feitos por meio da análise. A pesquisa se fundamenta na perspectiva decolonial, buscando romper com abordagens hegemônicas e valorizar as vivências dos estudantes trans. A pesquisa seguirá rigorosos procedimentos éticos, garantindo o cumprimento das normas e a proteção dos participantes.		
- Estudantes sem matrícula ativa na UNIFAP.		
- Menores de 18 anos.		
- Possuir enfermidade que impeça o contato com o entrevistador.		
Objetivo da Pesquisa:		
Objetivo Primário:		
Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero		
Bairro: Bairro Universidade	CEP: 68.902-280	
UF: AP	Município: MACAPÁ	
Telefone: (96)4009-2805	Fax: (96)4009-2804	E-mail: cep@unifap.br

Página 02 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.459.408

Compreender como as interseções de gênero, raça e classe constroem sentido nas trajetórias e experiências de vida de estudantes trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias) na Universidade Federal do Amapá, com foco no enfrentamento de micro e macro violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência às dinâmicas de poder e violência dos sistemas de opressão em espaços educativos.

Objetivo Secundário:

- Compreender, sob a perspectiva interseccional e decolonial, os processos de enfrentamento, às experiências de micro e macro violências, e as práticas de resistência de estudantes trans, considerando as interseções de gênero, classe, raça e outros marcadores sociais. - Mapear a diversidade das experiências educacionais de pessoas trans matriculadas (os / es) em cursos de Licenciatura e Bacharelado na Universidade

Federal do Amapá, por meio da escuta de suas narrativas e relatos de suas vivências em Espaços educativos- Analisar, a partir das narrativas orais, as percepções de estudantes trans sobre o clima institucional da UNIFAP, identificando as principais barreiras para a inclusão, Redes apoio para o bem-estar do grupo e estratégias de Enfrentamentos e resistência frente aos sistemas opressão dos ambientes Educacionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Toda pesquisa pode oferecer riscos e desconfortos mínimos, como, por exemplo, sentimento de arrependimento ou constrangimento. Também poderá ocorrerem níveis de estresse, desgaste emocional ou psicológico, níveis mínimos de ansiedade devido às lembranças, bem como cansaço físico ou mental. Caso o(a) colaborador(a) sintam-se desconfortável ou avalie que os riscos são maiores que os benefícios, o(a) colaborador(a) será informado(a) de que pode recusar-se a participar ou mesmo retirar o seu consentimento a qualquer momento da realização desta pesquisa, sem nenhum prejuízo ao mesmo, inclusive após a análise dos dados. Por outro lado, quanto aos benefícios, a sua participação nesta pesquisa poderá representar avanços no campo da Educação, fortalecimento para a comunidade e a troca de experiências com outros participantes podem enriquecer pessoalmente os envolvidos, proporcionando novas perspectivas e um espaço para diálogos construtivos, reflexivos e sensíveis.

LISTA DE POSSÍVEIS RISCOS E DANOS, OFERECIDOS PELA PESQUISA:

1. Exposição a Potencial Discriminação: Participar da pesquisa pode expor os alunos trans a situações de discriminação, caso suas identidades sejam reveladas. 2. Desconforto Emocional:

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

Página 03 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.459.408

Recordar experiências difíceis pode desencadear desconforto emocional ou relembrar situações traumáticas. 3. Impacto na Saúde Mental: Lembrar eventos negativos ou enfrentar possíveis reações adversas à identidade de gênero podem afetar a saúde mental dos participantes. 4. Preocupações com Confidencialidade: A quebra de confidencialidade pode resultar em problemas pessoais ou profissionais para os participantes. 5. Possível Revitimização: Recordar experiências de discriminação ou marginalização na universidade pode levar à revitimização emocional.

Benefícios: LISTA DE POSSÍVEIS BENEFÍCIOS DA PESQUISA AO PARTICIPANTE:

1. Visibilidade e Reconhecimento: Contribuir para a pesquisa pode aumentar a visibilidade das experiências trans na universidade e promover o reconhecimento das suas vivências. 2. Empoderamento e Representatividade: Ao compartilhar suas histórias, os participantes podem se sentir empoderados e representados, contribuindo para uma maior diversidade de vozes na academia. 3. Contribuição para Mudança: A pesquisa pode ajudar a identificar áreas de melhoria na universidade e contribuir para a implementação de políticas mais inclusivas. 4. Desenvolvimento e aprimoramento de ações afirmativas voltadas para essa população. 5. Compreensão e Sensibilização: O relato das experiências trans pode aumentar a compreensão e sensibilização sobre as questões de identidade de gênero na comunidade acadêmica. 6. Apoio e Solidariedade: Participar da pesquisa pode promover um senso de apoio e solidariedade entre os alunos trans, criando conexões dentro da comunidade universitária. 7. Potencial de Mudança Social: Os resultados da pesquisa podem influenciar positivamente a conscientização e a mudança social em relação à inclusão de pessoas trans na educação superior. 8. Validação das Experiências: Ao ter suas experiências reconhecidas pela pesquisa, os participantes podem sentir uma validação importante de suas vivências na universidade. 9. Oportunidade de Diálogo: Participar da pesquisa pode abrir espaço para diálogos construtivos sobre identidade de gênero e diversidade na universidade. 10. Contribuição para o Conhecimento: As experiências compartilhadas pelos participantes podem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento sobre a vivência trans na educação superior. 11. Autoconhecimento e Reflexão: Refletir sobre suas experiências na universidade durante a pesquisa pode proporcionar aos participantes um maior autoconhecimento e entendimento sobre suas jornadas pessoais. 12. Criação de Políticas Inclusivas: As informações coletadas podem ser utilizadas para a criação de políticas universitárias mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos estudantes trans. 13. Redução de Preconceitos: A divulgação

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

Página 04 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.459.408

dos resultados da pesquisa pode ajudar a reduzir preconceitos e estigmas relacionados à identidade de gênero no ambiente acadêmico. 14. Promoção de Igualdade: Participar da pesquisa pode contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento justo para estudantes trans. 15. Enriquecimento Pessoal: A troca de experiências com outros participantes e pesquisadores podem enriquecer pessoalmente os envolvidos, proporcionando novas perspectivas e entendimentos. 16. Fortalecimento da Comunidade: A pesquisa pode fortalecer a comunidade trans dentro da universidade, promovendo um ambiente mais coeso e acolhedor.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível, vinculado ao Programa de Mestrado em Educação. O foco principal desta pesquisa é entender a vida acadêmica desses(as) estudantes, analisando os desafios que enfrentam desde o momento em que decidem ingressar em um curso de licenciatura e bacharelado até sua permanência e progresso ao longo desse percurso educacional. A ausência de um estudo aprofundado sobre essas experiências impede que sejam reconhecidos os obstáculos reais e implicações disso na obtenção de uma educação de qualidade e na formação profissional desses estudantes, bem como dificulta a implementação de políticas de ações afirmativas específicas para essa comunidade. A pesquisa busca, assim, revelar os fatores que dificultam ou facilitam o acesso e a permanência dessas pessoas no ambiente universitário, explorando suas perspectivas pessoais e narrativas. Isso inclui entender como questões relacionadas à identidade de gênero, discriminação, falta de apoio e preconceito podem influenciar seu desempenho acadêmico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Apresentou todos os termos obrigatórios.

Recomendações:

Recomenda-se inserir cabeçalho no TCLE: Unifap, Propegg, Curso de vinculação, retirar Resolução 466/2012 CNS/CONEP e inserir Resolução 510/20216, que se refere a área das Ciências Humanas e Sociais, a qual a pesquisa está vinculada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto Aprovado, com recomendação quanto ao cabeçalho do TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 7.459.408

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2499517.pdf	11/02/2025 12:05:28		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURAPROJETOPESQUISA.pdf	11/02/2025 11:55:10	Kai Henrique Silva Fernandes	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinado.pdf	11/02/2025 11:51:19	Kai Henrique Silva Fernandes	Aceito
Declaração de concordância	prograd.pdf	11/02/2025 11:51:06	Kai Henrique Silva Fernandes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/02/2025 17:17:49	Kai Henrique Silva Fernandes	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MACAPA, 24 de Março de 2025

Assinado por:
RAFAEL LIMA RESQUE
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
UF: AP Município: MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 Fax: (96)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Olá, meu nome é Kai Henrique Silva Fernandes, pesquisador do mestrado em educação – PPGED UNIFAP. Sou homem trans, e estou conduzindo a pesquisa "**Entre a Formação e a (trans)formação: Experiências e resistências de Estudantes Trans na Universidade Federal do Amapá**", buscando compreender as trajetórias acadêmicas de estudantes trans na universidade. Sua participação é essencial para ampliarmos esse debate e fortalecer a inclusão. Todas as respostas serão sigilosas e usadas apenas para fins acadêmicos.

Agradeço imensamente sua colaboração!  

Data:

Nome (não será divulgado) :

Sugira um pseudônimo (nome fictício para garantir seu anonimato)

Local de realização:

Horário do início:

1. Identificação de gênero:

☐ Mulher trans

☐ Homem trans

☐ Travesti

☐ Transexual

☐ Transvestigênera

☐ Não Binária

☐ Mulher Cis

☐ Homem cis

☐ Outro (especificar)

2. Em qual Estado você nasceu?

☐ AC

☐ AL

☐ AM

☐ AP

☐ BA

☐ CE

☐ DF

☐ ES

☐ GO

☐ MA

☐ MG

☐ MS

☐ MT

☐ PA

☐ PB

☐ PE

☐ PI

☐ PR

☐ RJ

☐ RN

☐ RO

☐ RR

☐ RS

☐ SC

☐ SE

☐ SP

☐ TO

☐ Exterior

--	--

3. Qual o seu estado civil?

- ☐ Solteiro (a/e).
- ☐ Casado (a/e).
- ☐ Separado (a/e)
- ☐ Outro.

- ☐ Divorciado (a/e).
- ☐ Viúvo (a/e)

4. Você possui alguma deficiência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Quantos irmãos você tem?

- ☐ Nenhum.
- ☐ Um.
- ☐ Dois.
- ☐ Três.
- ☐ Quatro ou mais.

6. Como você se considera?

- ☐ Branco (a/e).
- ☐ Negro (a/e).
- ☐ Pardo (a/e).
- ☐ Amarelo (a/e) (de origem oriental).
- ☐ Indígena ou de origem indígena

7. Com quem você mora atualmente?

- ☐ Com os pais e (ou) com outros parentes.
- ☐ Com o (a/e) esposo (a/e) e (ou) com o (s) filho(s).
- ☐ Com amigos (compartilhando despesas ou de favor).
- ☐ Com colegas, em alojamento universitário.
- ☐ Sozinho(a).

8. Qual a faixa de renda mensal da sua família?

- ☐ Menos que um salário mínimo
- ☐ Até 3 salários mínimos (até R\$ 4.554,00).
- ☐ Mais de 3 até 10 salários mínimos (R\$ 4.554,00 até R\$ 15.180,00).
- ☐ Mais de 10 até 20 salários mínimos (R\$ 15.181,00 até R\$ 30.360,00).
- ☐ Mais de 20 até 30 salários mínimos (R\$ 30.361,00 até R\$ 45.540,00).
- ☐ Mais de 30 salários mínimos (acima de R\$ 45.540,00)

9. Quantos membros da sua família moram com você?

- ☐ Nenhum.
- ☐ Um ou dois.
- ☐ Três ou quatro.
- ☐ Cinco ou seis.
- ☐ Mais de seis.

10. Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso.

- | | |
|--|--|
| ☐ Não trabalho e meus gastos são financiados pela família. | ☐ Trabalho e contribuo com o sustento da família. |
| ☐ Trabalho e recebo ajuda da família. | ☐ Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família. |
| ☐ Trabalho e me sustento. | |

11. Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento você recebe ou recebeu para auxiliar a sua formação universitária e/ou custear as despesas do curso? VER AS BOLSAS DA UNIFAP

- | | |
|---|---|
| ☐ Bolsa Permanência | ☐ R.U – Restaurante Universitário |
| ☐ Auxílio moradia | ☐ Programa de Formação, Aperfeiçoamento, Qualificação Profissional e Idiomas (PROFID) |
| ☐ Bolsa monitoria | ☐ Outro |
| ☐ Bolsa de iniciação científica | |
| ☐ Auxílio Vale transporte | |
| ☐ Xerox e fotocópia | |

12. Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa?

- | | |
|---|--|
| ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; | ou inferior a 1 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; |
| ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos com deficiência, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; | ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou quilombolas, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; |
| ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos com renda familiar bruta per capita igual | ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos com deficiência, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; |

- ☐ Sim, por meio de sistema de reserva vagas: Para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- ☐ Sim, por sistema distinto dos anteriores informe qual _____
- ☐ Não
- ☐ Sim por meio de vagas supranumericas para pessoas Trans

13. Qual o grau de escolaridade do seu pai?

- ☐ Nenhuma escolaridade.
- ☐ Ensino fundamental: de 1.a a 4. a série.
- ☐ Ensino fundamental: de 5. a a 8. a série.
- ☐ Ensino médio.
- ☐ Ensino técnico.
- ☐ Ensino superior.
- ☐ Pós Graduação.

14. Qual o grau de escolaridade de sua mãe?

- ☐ Nenhuma escolaridade.
- ☐ Ensino fundamental: de 1. a a 4. a série.
- ☐ Ensino fundamental: de 5. a a 8. a série.
- ☐ Ensino médio.
- ☐ Ensino técnico.
- ☐ Ensino superior.
- ☐ Pós Graduação.

15. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- ☐ Todo em escola pública.
- ☐ Todo em escola privada (particular).
- ☐ A maior parte em escola pública.
- ☐ A maior parte em escola privada (particular).
- ☐ Metade em escola pública e metade em escola privada (particular).

16. Que meio você mais utiliza para se manter atualizado acerca dos acontecimentos do mundo contemporâneo?

- ☐ Jornais
- ☐ Tv
- ☐ Igreja
- ☐ Redes sociais
- ☐ Revistas
- ☐ Internet
- ☐ Rádio
- ☐ Youtube
- ☐ Instagram
- ☐ Tik Tok

17. Que tipo de atividade acadêmica você desenvolve /desenvolveu, predominantemente, durante o curso, além daquelas obrigatórias?

- | | |
|---|---|
| ☐ Atividades de iniciação científica ou tecnológica. | ☐ Atividades culturais |
| ☐ Atividades de monitoria. | ☐ Atividades de extensão promovidas pela minha instituição. |
| ☐ Atividades em projetos de pesquisa conduzidos por professores da minha instituição. | ☐ Nenhuma atividade. |
| ☐ Atividades esportivas | ☐ Outro _____ |

18. Você está / esteve envolvido(a) em algum projeto de pesquisa (iniciação científica)?

- | | |
|---|---|
| ☐ Sim, desenvolvo / desenvolvi pesquisa(s) independente (s). | ☐ Sim, participo / participei de projetos de estudantes da pós-graduação. |
| ☐ Sim, desenvolvo / desenvolvi pesquisa(s) supervisionada(s) por professores. | ☐ Não, porque não me interessei / interessei ou não tive oportunidade |
| ☐ Sim, participo / participei de projetos de professores. | |

19. Que entidade promoveu a maior parte dos eventos (congressos, jornadas, seminários etc.) de que você participa / participou?

- | | |
|---|--|
| ☐ Minha instituição de ensino. | ☐ Sindicato dos docentes |
| ☐ Outras instituições de ensino. | ☐ Programa de pós graduação |
| ☐ Diretórios estudantis ou centros acadêmicos. | ☐ Não participo / participei de eventos. |
| ☐ Associações científicas ou profissionais da área. | |

20. De que atividade(s) extracurricular(es) oferecida(s) pela sua instituição você mais participa ou participou?

- | | |
|--|--|
| ☐ Atividades culturais | ☐ Atividades desportivas. |
| ☐ Palestras, conferências | ☐ Estudos de línguas estrangeiras. |
| ☐ Eventos científicos acadêmicos | ☐ Grupos de estudo |
| ☐ Atividades artísticas (teatro, música etc.). | ☐ Nenhuma. |

21. Entre as atividades artístico-culturais listadas abaixo, qual constitui sua preferência para o lazer?

- ☐ Cinema.
- ☐ Espetáculos teatrais.
- ☐ *Shows* musicais e(ou) concertos.
- ☐ Dança.

- ☐ Literatura
- ☐ outro _____
- ☐ Nenhuma.

22. Qual é a sua percepção sobre as instalações físicas (salas de aula, laboratórios, ambientes de trabalho / estudo) utilizadas no seu curso?

- | | |
|---|--|
| ☐ Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado. | ☐ ventiladas e pequenas em relação ao número de estudantes. |
| ☐ Arejadas, bem iluminadas e com mobiliário satisfatório, embora pequenas em relação ao número de estudantes. | ☐ Mal ventiladas, mal iluminadas, pequenas em relação ao número de estudantes e com mobiliário razoavelmente satisfatório. |
| ☐ Bem iluminadas e com mobiliário satisfatório, embora sejam mal | ☐ Mal arejadas, mal iluminadas, com mobiliário inadequado e pequenas em relação ao número de estudantes. |

23. Sua motivação para escolher o curso:

- | | |
|---|---|
| ☐ Interesse pessoal | ☐ Oportunidade profissional |
| ☐ Influência da família | ☐ Outro |

24. Você já teve algum pensamento sobre desistir do ensino superior?

- | | |
|---------------------------|---------------------------|
| ☐ Sim | ☐ Não |
|---------------------------|---------------------------|

25. Você sofreu alguma violência (verbal, simbólica ou física)?

- | | |
|--|-------------------------------|
| ☐ Dentro da universidade | ☐ Nenhuma |
| ☐ No ambiente familiar | |

26. Postura de professores e colegas em relação à sua identidade de gênero:

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| ☐ Positiva | ☐ Negativa |
| ☐ Neutra | |

27. Você presenciou casos de violência contra outras pessoas trans?

- | | |
|--|--|
| ☐ Sim com outra pessoa trans dentro da universidade | ☐ Sim com outra pessoa trans fora da universidade |
| ☐ Sim junto comigo dentro da universidade | ☐ Sim junto comigo fora da universidade |
| | ☐ Não nenhum |

28. Você procurou ajuda institucional dentro da universidade para situações de discriminação?

☐ Sim

☐ Não

29. Existe uma comunidade trans dentro da UNIFAP?

☐ Sim

☐ Não sei

☐ Não

30. Você participa de grupos ou movimentos trans na universidade?

☐ Sim

☐ Não

31. Quais são suas principais fontes de apoio na universidade?

☐ Professores

☐ Colegas

☐ Funcionários

☐ Terceirizados

☐ Coletivos

☐ NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

☐ NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

☐ Diretórios Estudantis ou centros acadêmicos

☐ Sindicato dos docentes

☐ Outro

32. Você sente que pode ser plenamente quem é dentro da Universidade?

☐ Sim

☐ Não

33. Você se sente seguro (a) na universidade?

☐ Sim

☐ Não

34. Você teve dificuldades para acessar auxílios estudantis?

☐ Sim

☐ Não

35. Você percebe a existência de transfobia no Ambiente Universitário?

☐ Sim

☐ Não sei responder

☐ Não

36. Você sente que já foi vítima de transfobia no espaço da universidade

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei responder

37. Na sua percepção a transfobia na universidade é predominante entre:

- | | |
|--|--|
| ☐ Professores | ☐ Servidores do R.U - Restaurante |
| ☐ Administração | ☐ Universitário |
| ☐ DERCA | ☐ Segurança |
| ☐ Coordenadoria do curso | ☐ Trabalhadores de serviços gerais |
| ☐ Estudantes | ☐ Terceirizados |
| | ☐ Ambulantes |
| | ☐ Não sei responder |

38 - Você conhece a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Amapá - PAAF - Resolução nº21 de 13 de dezembro de 2022 que permite reserva de vagas no âmbito da graduação e da pós graduação para pessoas Trans

- | | |
|---------------------------|---|
| ☐ Sim | ☐ Não sei responder |
| ☐ Não | |

39 - Qual a sua opinião sobre a reserva de vagas para as pessoas Trans na Universidade Federal do Amapá

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo Parcialmente
- ☐ Neutro, não tenho opinião a respeito
- ☐ Concordo Parcialmente

Hora do término:

Assinatura da/do Colaborador (a/e)

Assinatura do Pesquisador

* **Observação:** Junto a este questionário, acompanha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Critérios de Inclusão

- Identidade de Gênero: Estudantes que se autodeclaram como pessoas Trans (travestis, transgênero, transexuais, não binários).
- Participação Voluntária: Disposição para participar voluntariamente da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- Matrícula Ativa: Estudantes ativamente matriculados em cursos de graduação na UNIFAP.

Critérios de Exclusão

- Não Identificação como Transgênero: Estudantes que não se identificam como transgênero (travestis, transexuais, não binários).
- Recusa em Participar: Não dispostos a participar da pesquisa ou a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- Impedimentos de Saúde: Estudantes que apresentem impedimentos de saúde, como problemas psicológicos, que impossibilitem a participação na pesquisa ou a abordagem do tema.
- Estudantes menores de 18 anos

Desenho

Esta pesquisa busca compreender as experiências e estratégias de resistência de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), analisando as interseções de gênero, raça e classe no ensino superior. A hipótese central busca compreender como as trajetórias e experiências de vida de estudantes Trans (travestis, transexuais, transgêneros e pessoas não binárias (es)) são afetadas por esses marcadores sociais, especialmente no enfrentamento de micro e macro violências, na construção de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência frente aos sistemas de opressão coloniais presentes no ambiente educacional. O estudo tem como objetivo geral compreender como essas interseções constroem sentido nas trajetórias desses estudantes, com foco nos processos de enfrentamento de violências, na

formação de redes de apoio e no desenvolvimento de práticas de resistência nos espaços educativos. Especificamente, busca-se (1) analisar, sob uma perspectiva interseccional e decolonial, os processos de enfrentamento das violências e as estratégias de resistência desses estudantes; (2) mapear a diversidade das experiências educacionais de pessoas trans matriculadas nos cursos de Licenciatura e Bacharelado da UNIFAP, por meio de suas narrativas e relatos; e (3) examinar as percepções dos estudantes trans sobre o clima institucional da UNIFAP, identificando barreiras para a inclusão e redes de apoio existentes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas narrativas, questionários semiestruturados e análise documental. A análise dos dados será conduzida com base na analética de Dussel (1999), permitindo compreender as relações entre exclusão e resistência no ambiente acadêmico. Os resultados esperados incluem contribuições para políticas educacionais mais inclusivas e a valorização das trans epistemologias na universidade.

APENDICE 2 - PERGUNTA NORTEADORA PARA AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

Quero te convidar a compartilhar a sua história da forma que fizer mais sentido para você, desde os momentos que considera marcantes na sua vida até a sua trajetória como estudante na UNIFAP. Pode falar sobre como foi crescer, como se reconheceu enquanto pessoa trans, os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade sejam elas de acolhimento, dificuldade ou resistência e as pessoas, espaços ou situações que te ajudaram a seguir em frente. Me interessa muito saber como tem sido sua experiência dentro da UNIFAP, o que te marcou, o que te fortaleceu e o que ainda precisa mudar nesse espaço. Sinta-se à vontade para compartilhar tudo o que fizer sentido e for importante pra você nessa caminhada, e se quiser pode incluir datas, lugares e pessoas que foram importantes para a sua narrativa, pois esses detalhes ajudam a compreender melhor a sua história.

APENDICE 3 – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

1 TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA AMARELO

Data: 30 de Abril de 2025 Hora: 20h15 Entrevistador: Kai Entrevistadx: AMARELO Tempo: 00:16:19

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador: Bom, estamos iniciando hoje essa entrevista no dia 30 do 04 de 2025, às 20h15. Você autoriza a gravação desta entrevista?

Participante: Sim, sim.

Entrevistador: Obrigado.

Participante: Sem problema.

Entrevistador: Eu vou estar te fazendo uma pergunta, primeiramente agradecendo a sua participação. Então, a pergunta é: eu quero te convidar a compartilhar a sua história da forma que fizer mais sentido para você, desde os momentos que considera marcantes na sua vida até a sua trajetória como estudante na Unifap. Pode falar sobre como foi crescer, como se reconhecer enquanto pessoa trans, os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade sejam elas de acolhimento, dificuldade ou resistência e as pessoas, os espaços ou situações que te ajudaram a seguir em frente. Me interessa muito saber como tem sido sua experiência dentro da Unifap, o que te marcou, o que te fortaleceu e o que ainda precisa mudar nesse espaço. Sinta-se à vontade para compartilhar tudo o que fizer sentido

e for importante para você nessa caminhada. E, se quiser, pode incluir datas, lugares e pessoas que foram importantes para a sua narrativa, pois esses detalhes ajudam a compreender melhor essa história.

Participante: É desde quando mesmo?

Entrevistador: No caso, eu queria compreender desde como foi né para você crescer, como você se reconheceu enquanto uma pessoa trans, os caminhos que você percorreu na educação, as suas experiências. No caso, eu queria compreender um pouco melhor sobre a sua vida, até chegar à Unifap, e o que você achar mais importante.

Participante: Assim, o meu processo de entendimento como pessoa trans foi bem conturbado no início, assim como para a maioria das pessoas, né? No meu caso, porque eu vim de uma família evangélica, uma família mais conservadora. Então, os primeiros sinais que eu dava de desvio de gênero foi mais ou menos na época dos meus 13, 14 anos assim. Desde essa época, meus pais já percebiam e ficavam tipo pegando no meu pé, né enfim com preconceito e tal. E aí eu me assumi como pessoa não-binária em 2022, que foi quando eu comecei a me entender de fato. Na verdade, assim, eu sempre me entendi como uma pessoa tipo é de gênero diferente, né? enfim Mas eu não tinha muito entendimento do que era ser uma pessoa trans, porque na minha cabeça pessoas trans tinham que ter uma certa disforia é questão genital, enfim, outras questões eu achava que era uma caixinha, sabe? Eu não tinha muito conhecimento sobre a transgeneridade nessa época.

Enfim, eu só fui entender realmente com o passar do tempo o que é ser uma pessoa trans e tals. E aí eu, de fato, me reconheci como uma pessoa não-binária, uma pessoa trans, em 2022. E com o passar do tempo, eu fui me reconhecendo como uma mulher trans, como uma travesti enfim.

é assim, 2022 foi também a época que eu entrei na Unifap. Antes, eu estudava na Estácio, fiz Psicologia lá.

[00:04:07]

Ih no início, foi um momento um pouquinho conturbado também da minha entrada na Unifap, porque eu estava naquele processo de me entender como uma mulher trans. Eu já tinha entendimento de que era uma pessoa trans e tals, não-binária, só que enfim... E assim eu passei por algumas discriminações ali tipo, por nunca por professores, mas por alunos em si. é mas assim, foram casos bem específicos, eu diria que não foi uma violência tão generalizada, sabe?

É no caso eu tive problema com uma pessoa lá de dentro. é também tinha também uma outra pessoa me chamava pelo pronome errado, mas depois que fui tipo mostrando quem eu era, as pessoas foram me conhecendo aí a pessoa não voltou a me chamar por esse pronome errado. Mas assim acho que foram casos assim acho que foram exceções né. Porque de resto eu não cheguei a sofrer outras transfobias. Questão dos professores também, respeitam meu nome, meus pronomes tal. É eu achei que seria uma questão que eu iria ter que passar, essa questão de sofrer transfobia por parte dos professores achei que seria realmente isso que iria acontecer. Mas acabou que não foi, foi um ambiente ok né. Eu não digo que ooo ambiente em que eu estou inserida não seja transfóbico, mas as violências que eu sofri não são tão na cara, não são tão na cara enfim.

[00:06:16]

Com relação à minha vida acadêmica, recebi sim certo apoio de um professor, o professor *XXXXXX. Ele me acolheu bastante em questão de TCC, em questão de fazer monitoria, né, em fazer outros contatos. Então tipo assim Não só ele mas também a professora XXXXX, que inclusive ela nem é do meu curso ela é de XXXX, professora de XXX ela foi uma pessoa assim que me acolheu bastante em questão de me inserir na vida de pesquisadora, bolsista, porque ela sempre tá procurando né projetos. Pra me encaixar então eu recebi bastante acolhimento por

parte dela, principalmente. né e é isso, sabe? Não sei se faltou eu falar alguma coisa específica, algum assunto específico, mas no geral é isso.

(*a entrevistada pediu para ocultar essa parte ou não identificar os professores)

Entrevistador: Se quiser, posso retomar a pergunta.

Participante: Pode ser.

Entrevistador: Ou, se você lembrar de algo né de alguma coisa que achou importante e ainda não mencionou, pode ficar à vontade.

Participante: Pode retomar.

PERGUNTA INICIAL RETOMADA

Entrevistador: Pode falar

Participante: Acho que assim, em questão de pessoas, realmente, as pessoas lá têm uma mentalidade muito cis, né? Enfim até porque meu curso também é muito masculino né. Então, a comunidade lá é majoritariamente homens cis, entende? Então assim vez ou outra a gente vê vários absurdos ali sendo falados em grupos sabe. Pessoas falando besteiras, coisas homofóbicas, piadas homofóbicas. Tem muita misoginia lá também, sendo tratada de maneira cômica. fazer humor com misoginia Então, não é um ambiente acolhedor, sabe? Não é um ambiente em que você tipo sente acolhimento de estar lá entende.

A minha experiência como pessoa trans lá é aquela coisa da resistência. Sou a única pessoa trans aqui. Então é realmente um negócio de resistência. Mas em questão de sofrer transfobia, foi um negocio tipo menor do que imaginava.

Também a questão de conseguir oportunidades, né, de bolsas e tal, de pesquisa, assim, tipo, isso foi uma coisa que não impactou tanto, assim, o fato de eu ser trans, mas eu diria que a questão de eu conseguir estágios talvez seja um fator que influencie, né, porque assim, eu tô, tipo, quase no último semestre já, e até agora eu não consegui arrumar um estágio, né, e eu já tentei, enfim, já fiz várias entrevistas e tals, inclusive, tipo, teve entrevistas que eu fiz que era para vagas de estágio onde eles estavam contratando mulheres né, a prioridade era mulheres né, e eu não passei se talvez o fato de eu ser trans influencia nisso, entende? Porque, enfim, meu currículo, tipo, é ok, sabe, é, tipo, um currículo mediano, e muita gente, assim, tipo, dos primeiros semestres já conseguiram, tipo, estágios e tals, e, tipo, eu ainda não consegui, entendeu, entende? Então, assim, eu imagino que talvez tenha aquela, tenha, assim, um fator da transfobia aí por trás disso, né, mas no ambiente acadêmico em si, né, eu diria que, assim, realmente aquilo de você não se ver reconhecida naquele lugar, né, se ver reconhecida naquele lugar, mas as pessoas te respeitarem enquanto estão à sua frente, entende? Acho que deu pra passar um pouco, assim, bem a ideia do que eu quis dizer, né?

Participante: Entendi, e você disse sobre sua relação, né, com alguns professores que te apoiam, eu queria compreender um pouquinho melhor, né, sobre essas redes de apoio e maneiras, e formas de resistência que você tem adotado, assim, na sua vida, ou no ambiente acadêmico, que você puder compartilhar.

Olha, eu diria que rede de apoio em si é justamente é ter contato com outras pessoas trans, né, então, assim, amigos, amigas, né, assim, fora da universidade, eu diria, fora da universidade em si, né, porque, como eu disse, o meu curso, ele é um ambiente muito cis, né, então, é complicado ter uma rede de apoio em si lá, mas esses dois professores em si, eles me apoiam como acadêmica, né, tipo, uma questão de me orientar, um me orienta o meu TCC, e, enfim, a outra, ela sempre busca bolsas de extensão pra mim, né, pra eu fazer parte de projetos. Então, assim, tipo, é só isso mesmo, entende? É só isso.

Em questão de redes de apoio em si, eu tenho mais fora da universidade, né, tipo, com amigos, né, amigas, é enfim, até mesmo na questão da dos projetos artísticos que eu faço parte, né, eu

também sou artista, e, enfim, eu conheço sim muitos artistas trans, né, até porque eu faço parte também de um coletivo de arte, né, que é o AP Delas, que é, tipo, é feito só por... os integrantes são todos trans, né, todas pessoas trans, não binárias, enfim, então, tipo, é isso, é isso.

Entrevistador: Tem alguma coisa que você gostaria de falar, que a gente não abordou aqui, alguma dúvida? pode ficar a vontade

Participante: Acho que não, eu não consigo ver, assim, alguma ponta solta, tu consegue, tipo, pensar relacionado a tua pergunta?

Entrevistador: Eu não acredito que você, né, que você tenha bastante pontos, assim, eu só queria que você me explicasse primeiramente o que você fazia psicologia, né, agora você está fazendo outro curso, né, Unifap.

Participante: É, exatamente.

Entrevistador: Essa mudança para Unifap, né, desse outro curso, se não me engano, é Ciência da computação, né?

Participante: É, Ciência da computação.

Entrevistador: Foi, teve algum motivo específico?

Participante: É porque eu não conseguia me enxergar exercendo a profissão mesmo, tipo, eu sou muito apaixonada pela psicologia, né, como ciência, enfim, eu só conseguia, tipo, me imaginar atuando na hora de pesquisa mesmo, só que eu queria tentar, né, esse meu lado de exatas, até, mas por uma questão de estabilidade financeira mesmo. Enfim, não sei se eu fiz a escolha certa, mas foi a escolha que eu tomei na época.

Entrevistador: Entendi, entendi, muito obrigado. Caso tiver alguma dúvida, pode falar, mas eu vou estar finalizando agora, às 20h32, estou finalizando essa entrevista. E muito obrigado mesmo, de coração.

Participante: De nada.

FIM DA TRANSCRIÇÃO

2 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - VERMELHO

Data: 10 de Maio de 2025
Hora:
Entrevistador: Kai
Entrevistada: VERMELHO
Tempo: 00:18:35

TRANSCRIÇÃO

KAI: Então, você autoriza a gravação dessa entrevista, né? Bom, eu vou começar somente com uma pergunta.

Entrevistada: Sim

KAI: Então, eu quero te convidar a compartilhar essa história da forma que fizer mais sentido para você. Desde os momentos que considera marcantes na sua vida, até a sua trajetória como estudante na Unifap. Pode falar sobre como foi crescer, como se reconheceu com a pessoa trans os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade, sejam elas de acolhimento, dificuldade ou resistência. E as pessoas e espaços ou situações que te ajudaram a seguir em frente. Me interessa muito saber como tem sido sua experiência dentro da Unifap. O que te marcou, o que te fortaleceu e o que ainda precisa mudar nesse espaço.

Sinta-se à vontade para compartilhar tudo o que fizer sentido e for importante para você nessa caminhada. E se quiser, pode incluir datas, lugares e pessoas que foram importantes para a sua narrativa, pois esses detalhes ajudam a compreender melhor a sua história.

Entrevistada: Bom, bom dia, boa tarde. Eu me chamo VERMELHO*, eu tenho 21 anos de idade. Eu vou dividir a minha história em transição e vivências tanto no ensino médio quanto faculdade. Deixa eu puxar, calma aí.

Enfim, eu comecei a me descobrir a partir de interações, na verdade, com outras pessoas trans. E eu lembro que a base de tudo isso foi muito assistir Drag Race nos canais de televisão, internet

e tudo mais, porque eu via aqueles homens realizando a montagem com perucas e muito femininos. Eu falava assim, nossa, isso é muito interessante.

E com o tempo eu fui achando cada vez mais legal, até que em um certo momento eu já falava assim, poxa, eu queria ser assim. Só que eu pensava que era para ser um hobby, alguma coisa... Nossa, perdão, é que eu estou com uma secreção presa. A partir dessa experiência, eu comecei a me identificar cada vez mais.

E a partir de vivência com outras pessoas, principalmente dentro da não binariedade de gênero, as pessoas não binárias, eu falei assim, *pô, eu acho que eu não sou tão homem assim, sabe?* Não era como eu estava mais me identificando, não estava legal. E eu lembro que eu fiquei um ano ou dois anos nessa discussão interna. Eu já tinha falado para alguns amigos sobre essas experiências, eu lembro inclusive que eu já tive dois nomes sociais, esse atual que eu uso e um antigo, que era muito engraçado, porque era Aurora, igual do frango.

E eu lembro que quando eu fui falar esse primeiro nome, era numa área de interior, que eu tinha viajado, aí o pessoal falava frango Aurora. Enfim, foi uma piada meio palhaça, chatinha, mas eu levei com muita leveza, até porque o pessoal me chamava de Aurora, então foi muito tranquilo. Depois disso, eu comecei realmente a me firmar. No início, principalmente como uma pessoa não binária, eu fiquei uns bons anos me identificando como uma pessoa não binária, só que atualmente eu já me identifico como uma mulher trans, e eu percebo que a minha não binariedade vinha do fato de ter medo da própria transfobia, porque para mim era muito mais fácil lidar com alguém me tratando no nome masculino, ou me chamando pelo nome morto, se eu fosse uma pessoa não binária, porque eu teria a desculpa de dizer, não, eu fico fluindo, então isso não me incomoda, hoje em dia me incomoda muito, né? E foi um discurso que eu percebi para mim mesma. Enfim, e aí tá. Depois dessa vivência no ensino médio, eu lembro que o meu terceiro ano não foi horrível, mas também não foi o mais de boa possível.

Acho que uma das piores fases é quando você realmente se assume, como uma pessoa trans, tem os olhares, tem a adaptação das pessoas, de vez em quando, um desliza aqui, um desliza lá. Tem a parte documental também, que é de ver o seu nome lá em prova, os documentos oficiais, e você fica assim, pô, chato. Você vai aprendendo a lidar, né? Querendo ou não, quando você se assume uma pessoa trans, você tem que lidar com essas coisas e não pode fingir que elas não existem, né? Que são pequenos atos de transfobia, micro agressões também.

Você tem que assumir essa responsabilidade, por mais que a gente não queira viver com elas, tipo, com essas micro agressões, com essa transfobia estrutural, a gente vai ter que aprender a lidar para conseguir ter a vivência de uma pessoa trans. Enfim. Só que acho que a melhor fase da minha transição foi quando entrei na faculdade, porque eu já entrei como *****, e foi uma experiência incrível, até hoje está sendo.

Já aconteceram umas situações bem chatas na faculdade em relação à transfobia, uma ainda nos meus primeiros semestres, que me deixou bem desgastada, socialmente, psicologicamente, fisicamente também, eu fiquei bem mal. Mas eu acabei conseguindo lidar com isso e está bem tranquilo. Em relação à minha convivência com outras pessoas, é super respeitoso, todo mundo me trata no feminino, me chama pelo meu nome social, incluindo os professores.

Um ou dois eu já tive que conversar mais um pouco para entenderem, e outros eu nem conversava porque eu achava que não valia a pena, né? Tipo assim, eu falava, *ah, não vai mudar, então não vou bater cabeça, acontece*. Com meus amigos também é super tranquilo. Eu

ainda sinto um pouco da transfobia estrutural quando eu saio para os lugares, que as pessoas me olham e tudo mais, né? Elas ficam olhando cima e abaixo, ficam se perguntando se eu sou um homem ou uma mulher.

Enfim, é coisas que eu já aprendi a lidar, né? De certa forma, não me afeta tanto quanto eu achava que iria afetar. Mas enfim. Além disso, hoje em dia eu sou muito feliz com a minha identidade de gênero, né? Eu fico muito confortável em dizer que eu sou uma mulher trans, e não tem nada que faça eu abrir mão disso, né? Seja opiniões ideológicas, de certa forma, de falar: *não, você está errado, não é assim que as coisas funcionam*.

Eu penso muito assim, que se eu estou vivendo a minha vida, no meu espaço, e eu não afeto ninguém com ela, né? Eu falo afetar, tipo assim, de agredir fisicamente ou verbalmente alguém, então eu não acho que tem porquê de outras pessoas se envolverem na sua vida pessoal, né? Eu penso muito dessa forma. Hoje eu tenho 21 anos, eu tenho oficialmente uns, deixa eu ver, acho que uns, talvez, 4 ou 5 anos já, desde que eu me descobri como uma pessoa trans. Eu nunca fiz tratamento hormonal, eu também nunca senti muita necessidade.

Só às vezes quando a disforia está mais forte eu penso em fazer, assim, mas não é algo que realmente me afete, falar assim, *hum, né, vou fazer tratamento hormonal*. Até porque eu acredito muito que esse conceito de passabilidade, como é que eu posso dizer, é bem desgastante, porque tu tenta atingir um padrão que não é você que quer atingir, é outras pessoas que querem que você atinja, né? Elas querem que você seja passável, porque isso na cabeça delas você vai sofrer menos, só que aí elas não entendem que esse preconceito vem delas mesmo, sabe? Por exemplo, eu tenho uma linha de pensamento que, assim, quando as pessoas falam que ser trans é sobre realmente transicionar 100%, tem que fazer terapia hormonal, tem que fazer cirurgia plástica, tem que fazer isso e aquilo, eu fico muito desconfortável, porque além do primeiro ponto de ser pessoas que não têm acesso a esses recursos, né, então é um discurso que alimenta um certo ódio contra pessoas que “não são passáveis”, eu boto isso bem entre aspas porque é um termo bem chato, também é uma coisa, assim, que não vai de acordo com o que a gente defende, que é cada um viver sua expressão de gênero, sabe, de forma livre, de forma correta, de forma como quer viver, e a partir do momento que outro interfere sobre isso, acaba sendo bem desconfortável.

Eu acho que na minha vida toda eu tive uma base muito boa para me considerar uma pessoa trans, principalmente na minha mãe, eu sou muito confortável com ela, ela me respeita super e grande parte da minha família também me respeita e me apoia nisso, então eu sempre tive, eu sou uma pessoa, na verdade, que eu falo que eu fui muito privilegiada no quesito trans, porque eu pude ter acesso a comprar as roupas que eu queria, eu tive uma base familiar boa, eu tive uma educação de excelência também, né, porque educação, ela é primordial, né, principalmente para pessoas trans, né, que já são muito marginalizadas e tudo mais, e além disso, eu estou muito feliz de poder participar dessa entrevista, eu acho que ela é muito importante, ela auxilia e exemplifica ainda mais esses lugares de fala que a gente tem que ter, né, no dia-a-dia, são discussões que apesar de serem, entre aspas, discussões pequenas, a gente tem que falar sobre, e é isso, basicamente, a minha experiência enquanto uma pessoa trans e tudo mais.

KAI: Obrigado, eu queria só tentar um fato, eu queria, na verdade, compreender um pouquinho melhor sobre essas formas de resistência, quando você fala, por exemplo, desses professores, que às vezes não compensava nem falar com eles, quais são as suas formas de resistência, o acolhimento, tanto no ambiente universitário como no dia-a-dia, assim, eu queria compreender um pouquinho melhor. Seja, se você puder falar.

PARTICIPANTE: Em relação às minhas formas de resistência, eu tenho uma linha de pensamento que fala sobre se impor quando necessário, só quando necessário. Eu sei que a militância trans tem que abordar vários temas e vários tópicos, mesmo que sejam pequenas discussões, mas eu, particularmente, fico muito desgastada, tanto fisicamente quanto psicologicamente, de entrar em pequenas discussões que eu sei que as pessoas não vão mudar a opinião, então acho que não vale a pena. O importante que eu cobro das pessoas, eu sempre falo, eu não quero que me aceitem, eu quero que me respeitem, é diferente. A pessoa não é obrigada a me aceitar como pessoa trans, mas ela é obrigada a me respeitar, porque isso já não é nem, como é que eu falo, fixo, não é nem fixo a palavra, mas isso não é nem limitado só à comunidade LGBT, mas, de forma geral, a obrigação de todo ser humano é respeitar o outro, a vivência do outro.

Então, a minha forma de militância, eu digo que ela é bem calma, pelo menos para mim. Às vezes, quando necessário, eu converso com a pessoa, falo assim, *pô, não é dessa forma*. Às vezes, quando tem algumas discussões mais pesadas, eu me abstenho, porque eu acho que não vale tanto a pena assim. Algumas eu já falei sobre.

Uma das formas, eu acho que é a maior resistência de todas, é simplesmente a minha existência. Porque, a partir do momento que eu acordo, eu me porto como uma mulher cis se portaria, como uma mulher cis se veste, isso já é uma forma de resistência, de ter que ver os olhares, de ter que lidar com micro agressões e tudo mais.

Enfim, várias coisas que testam ali o teu limite, sabe? Até onde você... Eu sempre falo assim, que é *até onde você consegue lidar*. Eu, por exemplo, já passei por alguma ou outra situação, tipo em Uber, ou transporte público, até mesmo de pessoas mais próximas, assim, de ter que falar, *ah, pô, é assim, sabe? Meio chato isso daí*. Mas eu nunca me portei assim, de uma forma muito agressiva na hora de falar sobre.

Eu sei que existem pessoas inaudível - 12:17, que são mais confortáveis em dar logo um limite, um baixo, e eu não estou falando que elas estão erradas nisso, só que a minha concepção para mim, *********, eu gosto de sentar e conversar, né? Isso, para mim, é a melhor forma de resolver as coisas. Não estou dizendo que existe uma forma certa e errada de lidar com as coisas. Estou dizendo que existe a minha forma de lidar, e outras pessoas existem outras formas de lidar.

A minha forma de resistência, também, é pelo viés educacional. Por exemplo, eu sou uma pessoa que já fez um curso da saúde que é elitizado, que é farmácia. Então, só de eu estar lá, de ter projetos para apresentar, de já ter sido bolsista de iniciação científica, de laboratório de hematologia, de conseguir me destacar academicamente, com rendimento acadêmico, com notas e tudo mais, eu acho que isso já é uma forma de resistência contra o sistema, né? Porque, teoricamente, pelos dados, eu sou uma pessoa, pelo estereótipo, né? Eu sou uma pessoa que não tem acesso ao conhecimento, sem acesso à educação, que sou uma pessoa que, socialmente, eu não posso ser, né? Assim, destacada.

Tanto que a gente vê isso nas estatísticas, né? Por exemplo, a estatística para a expectativa de vida é o quê? Uns 30 anos, né? Até a última vez que eu vi, seria isso, basicamente. Então, eu acho que o básico mesmo de tudo é que, quando você acorda, já é uma forma de resistência contra o sistema. Só de você acordar e dizer assim, hoje eu vou ser xxx xxxxx mais um dia, já é ali uma militância, sabe? Ainda que seja uma militância passiva, ainda é.

KAI: E sobre acolhimento, você poderia pontuar, relatar, e até mesmo perguntar se tem alguma coisa que não foi perguntada, que você queira falar? pode ficar à vontade.

PARTICIPANTE: Sobre acolhimento, assim, eu acho que foi bom. Eu classifico meu acolhimento como muito bom, na verdade, como eu disse, eu me considero uma pessoa muito privilegiada de conseguir ter tido uma base, por mais que nessa base tenha tido um empecilho ou uma situação ou outra que foi desconfortável, acontece, não tem como dizer que não vai acontecer, né? Talvez em alguns casos a parte realmente não aconteça, e que bom que eles não acontecem nesses casos a parte, mas no meu caso eu tive uma base familiar muito boa, com um deslize aqui e um deslize lá. Essa base me fortaleceu para que hoje eu me sentisse 100% confortável em projetar da forma como eu me projeto, de me expressar da forma como eu me expressei e tudo mais, no cabelo, nas unhas, no estilo, e tudo mais. Eu sei que existem casos e casos, eu já tive casos de amigos ou amigas trans, ou até amigas trans, que não tiveram essa mesma base, sabe, esse mesmo privilégio, é muito kitsch, porque eu sei que, por exemplo, às vezes eu reclamo da minha vivência, porque eu quero assim, mas isso e aquilo, eu não estou dizendo que eu vou desmerecer o que eu estou vivendo, mas quando você ouve um amiguinho assim, *pô, minha mãe quer me expulsar de casa porque eu sou trans*, e eu estou reclamando porque um short está me deixando mal, sabe? Essa é a minha concepção.

Enfim, mas falando sobre acolhimento, eu acho que hoje em dia, no início era mais difícil, e hoje em dia eu consigo lidar. Se aparecer, sabe, algum episódio de transfobia é uma coisa bem tranquila. Aconteceu uma recentemente, foi na UBS onde eu estagiei, e chegou uma paciente com dispensação de acidofólico, vitamina D, eu acho que a paciente estava grávida, inclusive, que a gente dispensa esse medicamento para grávidas, né? E aí ela foi super educada, e eu também fui muito educada, porque eu gosto muito desse atendimento ao público, essa parte de dispensação de medicamentos, ter contato com o paciente, conversar, é uma coisa que eu gosto muito.

E aí ela chegou e tudo mais, super tranquila, e estava tudo bem, até que do nada “ela surtou” em entre aspas assim, porque ela perguntou o meu nome, eu falei, ah, meu nome é tal, tal, né, XXX XXX. Ela falou, *não, seu nome de verdade*, e ficou super grosseira, ela mudou da água para o vinho, aí ela quis ameaçar de inchar lá na farmácia onde a gente estava trabalhando, né, dentro da UBS, quis brigar, a minha preceptora teve que intervir e dizer para ela se afastar, porque ela já estava começando a ser meio agressiva, e ela ainda falou de uma forma como se ela estivesse me observando alguns dias, então, é um episódio assim que foi muito pesado, porque poderia ter resultado coisa pior, e pela forma como ela falou, ela poderia estar realmente me observando alguns dias, já trabalhando lá, e ela, sei lá, o que passa na cabeça de uma pessoa assim, né, mas a questão é que, no momento, eu nem tive reação, como eu falei, existem casos e casos que valem a pena bater, e no caso dela eu só falei tudo bem, acabou o seu atendimento e pode ir, fora isso, não falei mais nada, fiquei calada o resto do estágio, até fui mais, embora mais cedo esse dia, porque eu fui com medo de ficar no turno da tarde, né, preocupada com alguma coisa, mas fora isso, acho que eu nunca passei por situações assim que realmente foram, extremamente perigosas, até porque o meu círculo, tanto de amigos, quanto da família, me acolhem muito, sabe, então.

KAI: Eu queria te agradecer muito, e fique tranquila, vai ser tudo transcrito, e eu vou te repassar, no caso tenha alguma coisa que você tenha votado, o que queira que eu retire, aí você me comunica, vamos falar um pouco desse diálogo, mas muito obrigada mesmo, foi uma participação muito importante poder ouvir vocês, obrigada decoração. Você gostaria de falar alguma coisa? Fique à vontade.

PARTICIPANTE: Não, não é demais, eu acho que o projeto é importante, eu estou animada e ansiosa para ver o resultado dele.

KAI: Obrigado, obrigada, de verdade.

PARTICIPANTE: Obrigada.

KAI: Tchau, fica bem, melhoras.

PARTICIPANTE: Valeu, boa tarde.

FIM DA TRANSCRIÇÃO

3 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - LARANJA

Data: 10 de Maio de 2025 Hora: 15h16 DATA: 10/05/2025 Entrevistador: Kai Entrevistado: LARANJA Tempo: 00:26:31
--

TRANSCRIÇÃO

KAI: Bom, hoje é dia 10 de maio de 2025, às 15h16. Você autoriza a gravação dessa entrevista?

Entrevistado: Autorizo, sim.

KAI: Eu vou te fazer uma pergunta, que é essa. Eu quero te convidar a compartilhar a sua história da forma que tiver mais sentido para você. Desde os momentos que considera marcantes na sua vida, até a sua trajetória como estudante na Unifac.

Pode falar sobre como foi crescer, como se reconheceu em relação à educação, os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade, sejam elas de acolhimento, faculdade ou resistência, as pessoas, os espaços ou situações que te ajudaram a seguir em frente. Me interessa muito saber como foi ser estudante dentro da Unifap? O que te marcou, te fortaleceu? O que ainda precisa mudar nesse espaço? Sinta-se à vontade para compartilhar tudo, se tiver sentido, o que foi importante para você nesse caminho. E, se quiser, pode incluir dados, lugares, e pessoas que foram importantes para a sua narrativa. Todos esses detalhes ajudam a compreender melhor essa história.

Entrevistado: Tá bem. Às vezes é um pouco difícil falar, né? Eu me entendo como um garoto trans desde mais ou menos o ano de 2019. Na época, eu tinha uns 15 para 16 anos. Atualmente, eu tenho 21 anos. Naquela época, foi uma coisa muito estranha. Foi um negócio novo que chegou para mim.

E eu ainda não sabia direito como eu me sentia. Eu só comecei a pensar muito sobre a questão da masculinidade e ser chamado por pronomes diferentes do que eu usava sempre. Eu percebia que eu já sentia desconforto com a questão dos pronomes femininos.

Tanto que, por um tempo, eu pensei, eu acho que eu gosto de todos os pronomes. Só que eu acabei, depois, percebendo que não era exatamente isso. Então, atualmente, eu uso pronomes ELE/DELE, pronomes neutros também, que são os pronomes que eu tenho afínco, que eu gosto de ser chamado.

Naquela época em que eu era adolescente, eu contei para o meu grupo de amigas, porque eu era rodeada de muitas meninas. Até hoje, eu ainda tenho muitas amigas mulheres. Naquela época, elas não sabiam muito bem o que era, mas foram muito acolhedoras comigo, naquele momento.

Quando eu ainda estava tentando entender, quando eu ainda estava tentando compreender exatamente o que eu estava, de certa forma, fazendo sobre a minha identidade, sobre como eu deveria ser. Da minha questão de compreensão de origem, foi muito mais isso. Na época do ensino médio, eu era muito mais fechado.

O que eu sabia mesmo eram essas minhas amigas. Eu não tinha dado nenhum passo num processo de transição, nem nada parecido. Eu ainda tinha bastante medo de muitas questões.

E foi passando o tempo. Logo depois, eu vinha contar para as minhas irmãs. Eu tenho duas irmãs.

Nós somos três, três filhos. Eu vim contar para elas. Foi uma das melhores coisas que eu fiz. Eu recebi muito apoio por parte delas. Eu tenho uma irmã mais velha, uma irmã mais nova. Uma irmã mais nova de sete anos, mais nova que eu. E uma mais velha de um ano. Eu sempre fui muito próximo dessa minha irmã mais velha. Ela foi a primeira das primeiras a saber dessa parte da minha família. Ela sempre entendeu muito. Ela sempre me apoiou muito da forma que deu. Em relação, por exemplo, ao meu nome, aos meus pronomes, a entender o que eu era, quem eu era e como eu era. E a minha irmã mais nova sempre foi muito tranquila. Uma menina muito inteligente, muito esperta para a idade dela. E ela sempre me compreendeu muito bem também.

Eu tenho umas relações um pouco difíceis com a questão da minha mãe. Que é uma coisa que eu ainda estou num processo de trabalho. Por toda uma situação em relação a preconceitos, em relação a outras coisas que impedem ela de uma compreensão total de quem eu sou, de certa forma. Um pouco da minha história em relação a isso, da minha identidade a isso. Atualmente, eu entrei na Unifap no ano de 2023, no curso de enfermagem. Estou já na metade do meu curso. E quando eu entrei, eu pensei, meu Deus, será que eu vou ter que usar... Porque, infelizmente, eu ainda não tenho o meu nome retificado. Estou procurando agilizar esse processo. Eu pensei, meu Deus, será que eu vou ter que ficar usando o meu nome civil durante todo esse período? Será que eu vou ter que aguentar a chamada para o professor usar o meu nome? Vou ter que usar para tudo? Só que aí eu descobri, por conta de uma amiga próxima né, que foi ela até que me indicou para a entrevista, que foi a Celeste. Ela já estava na Unifap um tempo mais antes que eu. Ela entrou antes de mim, um ano, eu acho. E aí eu perguntei para ela, *amiga, tem como eu usar o meu nome social, mesmo que eu não tenha retificado?* Aí ela me ajudou nesse início né, que eu era praticamente um bebê ali na área do ensino superior. Eu não sabia como é que

funcionava. Eu não sabia o que era a DEPLA, eu não sabia o que era a DERCA, eu não sabia o que era nada.

Aí ela falou, *vai lá no DERCA, conta a situação, fala e eles podem deixar tu utilizar o teu nome social. Aí vai aparecendo tua chamada, vai aparecendo teu SIGAA*. E assim eu fiz e eu consigo usar o meu nome social. Só que aí foi uma das coisas, de primeira vez na Unifap, que me impactou muito. Foi essa ajuda dela, foi esse direcionamento dela ali dentro e essa possibilidade também de eu poder usar o meu nome social num ambiente acadêmico.

Aí acho que uma das coisas mais importantes assim para mim foi os amigos que eu construí dentro do curso. Porque é na visão de muitas pessoas, as pessoas não me veem como um garoto, não me veem como um homem trans. Então é um negócio um bem complicado, por conta que eu ainda não comecei a hormonização. Estou começando agora os primeiros passos para poder conseguir fazer.

Eu sempre tive uma aparência, não importa como eu me vestisse, como eu corto o cabelo, eu sempre tive uma aparência mais feminina. Então a primeira interpretação de todos os professores e também dos colegas de turma era que eu fosse uma mulher, que eu fosse uma garota mesmo que não feminina. E a minha irmã faz curso comigo, a minha irmã mais velha, a gente está na mesma turma, então a gente entrou junto na Unifap.

E ela foi meio que fundamental para eu poder quebrar esse estigma. Porque toda vez que alguém chegava e me chamava com o pronome feminino ou me chamava de ela, dela, a minha irmã falava, *não, é ele, é dele, é o...* *É o Ryan, não é o Ryan*. Porque apesar do nome masculino, o pessoal ainda insistia em me chamar no feminino. O que eu achava muito absurdo. Porque eu sei que nome não expressa nada, só que me frustrava muito. Mesmo apesar de eu ter um nome consideravelmente masculino, que as pessoas continuassem me chamando, insistindo no pronome feminino.

Então a minha irmã foi muito importante nesse sentido para mim, porque às vezes eu tinha muita vergonha de corrigir. Eu sempre fui meio acanhado com pessoas que eu não conhecia. Então ela foi a pessoa que... Meio que ela me defendia nesse sentido.

Felizmente, todos os amigos que eu fiz, eles logo de cara já me entenderam, já me aceitaram. Grande parte dos meus amigos que eu tenho dentro do curso são LGBT. Eu tenho muitos amigos LGBTs, incluindo também a minha irmã, que também é LGBT. Então eles sempre foram muito compreensíveis nesse sentido, e eles nunca deram para trás em relação a isso, em relação a minha identidade, em relação a me defender também quando necessário. Foi quando eu tava no primeiro semestre, logo no início do curso, que eu tive uma experiência bem ruim em relação a um professor, que ele era coordenador do curso na época. Ele não está mais dando aula no meu curso agora, mas na época ele estava dando uma disciplina, que era Sociologia Aplicada à Saúde, se não me engano.

Então tinha uma aula que ele trazia que ele falava sobre a comunidade LGBT. Falava sobre algumas questões. Então acabou vindo à tona que eu era uma pessoa trans dentro do momento de discussão e tudo mais. E foi muito incômodo, porque ele perguntou na frente da sala toda qual que era o meu nome morto. Então ele falou, *ah, tu pode falar o teu nome morto para todos nós aqui na turma?* E eu fiquei assim, eu falei, *não, eu não vou falar, porque se eu insistir para poder conseguir usar meu nome social, é porque eu não quero que usem o morto, ainda mais, anunciar para a sala toda qual que era meu nome*.

E foi uma situação bem constrangedora assim. Mas os meus colegas de classe, na hora, eles falaram assim, não, não tem porque ele falar isso. Meio que foram contra o professor. *Por que ele tem que falar isso? Não é necessário.* Não diz mais, meu nome morto não diz mais respeito a mim, de certa forma. Então, na época, foi bem constrangedor. E, infelizmente, outros colegas, não necessariamente colegas LGBT, mas outros colegas já tiveram situações constrangedoras com esse professor.

E, na época, ela foi direcionada a mim nesse sentido. Mas, pelo menos, apesar de ter sido incômodo, os meus colegas não foram ruins. Eles não reagiram mal. Eles reagiram bem, eles me ajudaram, de certa forma. Deram um apoio ali. Então, em relação aos professores, eu sempre tive essa questão.

Tem alguns professores que, logo de cara, eles foram muito bacanas comigo. Entenderam minha questão logo. Tinha uma professora que, ela não está mais dando aula para mim, porque ela era mais de ciclo básico. Agora eu estou no ciclo profissional do curso. Mas ela sempre foi muito bacana, muito legal. Ela sempre acertou meus pronomes, sempre me tratou da forma como era para tratar. Mas sempre tem um ou outro professor que não entende direito. Que, para ele, sabe? Lê o nome assim, usa os pronomes que, na cabeça dele, ele olha para mim. *Ah, deve ser isso.*

Então... E, assim, até onde eu sei, eu sou a única pessoa trans do meu curso. Eu conheço uma outra moça, uma moça trans que ela formou, mas ela formou bem tempo antes de mim. Acho que ela era da turma de 2016, no curso de enfermagem. Ela é muito bacana. Eu até conheço ela, já conversei com ela. Só que, assim, era ela muito tempo atrás. Depois veio eu e, assim, não tem mais ninguém no curso. Então, é meio que só eu de pessoa trans ali. Então, tem outras pessoas LGBTs, tem muitas pessoas LGBTs, inclusive meu grupo de amigos. Mas eu falo que, assim, apesar de que a gente está na mesma comunidade, a identidade de ser uma pessoa trans é algo, às vezes, completamente diferente da relação de sexualidade. A gente tem outras questões, outras causas que diferem muito nesse sentido. Então, eu sempre me senti muito sozinho nessa questão.

Por ser o único do meu curso, né? Eu conheço outras pessoas de outros cursos, mas, às vezes, assim, é um pouco triste eu olhar para o meu curso e ver que só tem eu. Aí eu fico, tipo, nossa, eu gostaria que tivesse outra pessoa aqui, porque eu sei que essa pessoa ia me entender igual dentro da nossa área, né? Da nossa área de pesquisa, da nossa área de saúde e tudo mais. E... Então, assim, eu tive muitas questões de acolhimento pelos meus amigos, pelos meus colegas de turma, que, apesar de não ser tão próximos, sempre foram muito respeitosos, né? Com a minha questão e tudo mais.

Eu tive algumas experiências ruins, assim, com uma colega em específico, que ela não era mais, na verdade, ela era o nosso grupo de amigos. E depois ela não foi mais, porque ela começou a usar LGBTfobia como piada. Então, me atacou, atacou meus amigos, né? A minha amiga que é lésbica e o meu amigo que é gay.

Então, a gente teve uma experiência bem ruim, assim, com ela. E a gente afastou, assim, de uma vez, sabe? Porque estava fazendo muito mal. Então, no meio, teve coisas muito boas, né? Mas também teve coisas, assim, bem ruins.

Professores inconvenientes. Mas também teve professores que foram compreensíveis e que me ajudam, assim, até hoje. Eu faço uma pesquisa também dentro da área da saúde voltada para a comunidade trans também.

Então, o meu professor orientador, ele me ajuda muito nessa questão. Meu TCC também eu estou planejando para ser, assim, algo mais voltado para a comunidade trans. E o meu orientador, minha co-orientadora, eles têm me apoiado muito em relação a isso.

E me ajudaram a achar maneiras de desenvolver o meu projeto, de ampliar. Então, tem professores, assim, que são super compreensíveis, que eles pesquisam muito, que eles me ajudam. E não só me entendem como pessoa, mas também como pesquisador, como acadêmico.

Então, isso me conforta bastante dentro da área acadêmica, né? E... Assim, cada vez se torna uma caminhada um pouco mais complicada, né? Agora a gente está indo para as áreas de estágio. E não é necessariamente todos os profissionais que entendem sobre a minha identidade, né? Então, às vezes eu tenho que tirar um tempo ali para explicar, falar. Não, eu sou garoto trans, eu uso ele/dele, eu não atendo pronomes femininos.

Então, assim, normalmente, quando a gente vai para as áreas de estágio, a gente sempre tem ali um profissional, né? No caso da gente que é da enfermaria, a gente tem um enfermeiro que cuida da gente ali, leva a gente para poder fazer a prática. Então, eu tenho que estar, às vezes, explicando, né? Para poder que eu não passe a minha prática toda sendo tratada de forma errada. Então, às vezes, para mim é um pouco desgastante ter que estar toda hora explicando e reexplicando.

E é frustrante, às vezes. Porque, nossa, *mas eu já falei isso mil vezes, eu tenho que falar de novo*. Aí, assim, infelizmente, às vezes eu tenho que falar de novo e eu entendo isso... Eu sei que, às vezes, as pessoas não têm a obrigação de sabê-la de cara, mas eu acho que uma das coisas que me frustra mais é quando eu explico, quando eu tiro tempo para explicar e, mesmo assim, continua.

Então, eu falo, *ah, não, meu nome é esse, eu atendo por esses pronomes*. E aí, quando eu vejo depois, por exemplo, um professor uma aula depois já está me chamando no feminino de novo. Aí eu fico, tipo, assim, o que adianta eu explicar? Porque fica nisso toda hora.

Aí, assim, tinha uma professora que eu quase desisti de corrigir. Só que aí uma amiga minha, né, ela foi lá, quando eu nem estava vendo, eu acho que eu nem estava em sala, e ela explicou para a professora e a professora me chamou no canto e veio me pedir desculpa e tudo mais. Aí eu falei, nossa, não fui nem eu que tomei a atitude, né, foi a minha amiga que fez isso por mim.

Então, assim, é nesse momento que eu fico feliz de ter a rede de apoio que eu tenho, né, que eu criei com os meus amigos no âmbito acadêmico, né. Então, me ajuda muito esse sentido e me ajuda a continuar a fazer o que eu tenho que fazer, a continuar no curso, fazendo meus trabalhos, meus projetos, me esforçando, né, para poder conseguir a minha formação da forma como eu quero. Mas, às vezes, tem muitos incômodos que me davam... Às vezes, eu fico assim, cara, para quê, sabe? Eu tenho que ficar aguentando.

Então, às vezes, eu me sinto muito frustrado nesse sentido. Aí eu acho que é só... Eu não sei se eu tenho mais alguma coisa para falar.

KAI: Bom, logo no início, você fala sobre medo, né? *Ah, tem medo.* Aí eu queria compreender um pouquinho melhor se você puder me dizer sobre esses medos. E também, a outra parte que você fala, eu queria compreender sobre esses debates, como eles ocorrem no curso, como isso só foi naquela manhã que você começou a ter um mente, como é que isso tem se dado durante a carreira acadêmica. Eu queria que você pudesse me dizer.

Entrevistado: Em relação a medos, eu acho que eu tenho, assim, um medo muito grande de rejeição. Eu tenho, assim, principalmente da parte da minha família, né? Não é todo mundo da minha família que sabe sobre a minha identidade. Então, às vezes, eu tenho um medo muito grande que, quando vier a saber, eu fico de lado, sabe? Eu perco algum espaço que eu tenho quando eu era uma pessoa cisgênera, né? De certa forma.

E principalmente, assim, das pessoas mais... Principalmente da minha mãe, assim. Porque é uma situação bem complicada que ocorre entre eu e ela. E, às vezes, eu tenho medo que chegue num estopim que não vai mais dar certo. Que o conflito não vai mais dar pra aguentar uma briga, assim, de um lado que a gente tem, né? De certa forma. Devido a essa questão.

Então, eu fico muito medo de que dê tudo errado entre a gente e que a nossa relação acabe de uma vez por conta dessa questão, por conta dos próprios preconceitos que ela tem. E acho que, em relação aos meus medos, é isso. E eu também tenho medo de que talvez, no futuro, por conta de eu ser quem eu sou, né? Que eu não consiga um espaço na área que eu tô, na área que eu gosto de atuar, que eu amo fazer, né? Que eu tô atualmente. Então, porque eu sei que, às vezes, eu vivo vendo relatos de algumas pessoas que têm muita dificuldade de achar o espaço, de conseguir o emprego, de conseguir se sustentar, e eu tenho muito medo disso.

Eu sei que no espaço que eu tô atualmente é um espaço que muitas pessoas trans não podem estar, né? Num espaço de tá fazendo a graduação, de poder tá tendo uma formação de nível superior. Mas eu sei que tem muitas pessoas trans que têm nível superior e, mesmo assim, ainda conseguem ter dificuldades na vida, não só na vida profissional, mas também na vida pessoal. Então, isso também me dá muito medo, né?

E, em relação aos debates, né? A gente, assim, na enfermagem, a gente acaba falando muito sobre políticas de humanização. Então, na maioria das matérias, especialmente matérias relacionadas a, por exemplo, saúde coletiva, sociologia aplicada à saúde, antropologia, a gente fala muito sobre grupos em vulnerabilidade, né? Então, acaba que esses debates sobre a comunidade LGBT, eles não acabam sendo tão focais. Então, eles aparecem em várias matérias e eles acabam retornando. Nesse ponto, em específico, era a nossa primeira introdução, né? Era a introdução ao curso, era o ciclo básico. Então, a gente estava tendo os primeiros contatos com algumas coisas. Então, a política de saúde LGBT, né? Que existe, a gente estava tendo ali o primeiro contato nessa aula. E depois a gente veio trabalhar também mais profundamente em outras aulas também de saúde coletiva. E nessa aula, basicamente, o professor, ele fazia algumas perguntas sobre o que a gente sabia e o que a gente não sabia. Aí, acabou chegando na comunidade trans, aí alguns alunos começaram a opinar. Aí, alguém comentou sobre eu ser trans e, assim, eu não tenho problema com isso, né? Em que comentem sobre a minha identidade. Assim, meio que a torta é direita, né? Eu não tenho muito problema em particular. Mas, aí, acabou surgindo, né? Aí, o professor direcionou a palavra pra mim, perguntou *ah, não sei o que, tu é trans*, mas ele não sabia nem a diferença, assim, de uma

mulher trans com um homem trans. Então, ele estava perguntando, *ah, tu é uma mulher trans? E eu falei, não, eu sou um homem trans, né?* Então, ele estava achando, né? Errado.

Aí, teve uma hora que ele falou assim, ah, tinha um homem trans aqui no curso. Aí, eu falei que não era um homem trans, era justamente aquela moça que eu falei pra ti. Era uma mulher trans, só que ele chamava errado, né? Então, assim, logo de primeira foi uma coisa, assim, bem incômoda.

Aí, eu lembro que eu fiquei me perguntando como é que esse professor, ele está dando uma aula de uma coisa que ele não está capacitado pra dar, né? Ele não está capacitado pra dar, que ele não sabe a diferença de várias coisas, né? Sobre identidade de gênero, sobre sexualidade. Então, assim, eu ficava, esse professor está sem capacidade de dar essa aula pra um monte de aluno, que a gente vai precisar disso no assistencial no futuro. E ainda por cima, né? Me constrangendo na frente da turma toda, eu fiquei assim, graças a Deus, assim, foi só nesse momento específico, foi só esse professor, porque em outros momentos em que esses debates sobre a comunidade LGBT vieram dentro do curso, né? Conforme a gente ia avançando nas matérias, foram discussões, na minha opinião, muito mais proativas em relação tanto à questão da identidade trans quanto em relação à sexualidade, identidade de gênero e de constituição social.

Então, assim, acho que em relação a esse incômodo, a esse constrangimento que eu senti foi mais nesse momento específico, mas depois com os debates evoluindo com a galera do curso também tendo mais conhecimentos, a gente conseguiu desenvolver discussões mais proativas em relação a esses assuntos, né? Cada um contribuindo como podia, principalmente quem faz da minha turma que fazia parte da comunidade, né?

Então, esses debates, eles continuam assim, a fundo, conforme a gente vai avançando no curso. Em algumas matérias, não, porque às vezes algumas matérias elas focam muito mais na questão técnica, sabe? Do procedimento, do tratamento, da fisiologia da doença e a gente acaba não focando tanto nesse processo de humanização que ele é fundamental quando a gente vai falar em assistência em saúde, né? A gente que é da enfermagem, a gente estuda muito sobre isso, sobre urbanização, sobre as políticas específicas para grupos de vulnerabilidade. Então, esse debate, ele continua muito a fundo, apesar dos pesares, né? Acho que é isso.

KAI: Tem alguma pergunta que não foi feita?

Entrevistado: Acho que não, eu acho que da minha experiência, assim, eu acho que eu falei quase tudo.

KAI: Eu queria te agradecer imensamente.

FIM DA TRANSCRIÇÃO

4 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - VERDE

Data: 1º de maio de 2025

Hora: 15h00

Entrevistador: Kai

Entrevistadx: Verde

Tempo: 00:33:07

TRANSCRIÇÃO

KAI: Você autoriza a gravação dessa entrevista?

PARTICIPANTE: Autorizo.

KAI: Então, hoje, no dia 1 de maio de 2025, às 15 horas, a gente vai estar iniciando essa entrevista. Vou estar te fazendo uma pergunta, que é... Eu quero te convidar a compartilhar a sua história da forma que fizer mais sentido para você, desde os momentos que considera marcantes na sua vida até a sua trajetória como estudante na Unifap.

Pode falar sobre como foi crescer, como se reconheceu enquanto pessoa trans, os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade, sejam elas de acolhimento, dificuldade ou resistência, e as pessoas, espaços ou situações que te ajudaram a seguir em frente. Me interessa muito saber como tem sido sua experiência dentro da Unifap, o que te marcou, o que te fortaleceu e o que ainda precisa mudar nesse espaço. Sinta-se à vontade para compartilhar tudo o que fizer sentido e for importante para você nessa caminhada.

E, se quiser, pode incluir datas, lugares e pessoas que foram importantes para a sua narrativa, pois esses detalhes ajudam a compreender melhor a sua história.

Entrevistado: Do começo, tudo começa quando eu era criança e eu já sentia que tinha alguma coisa. Eu percebia que as pessoas agiam de uma forma e nem sempre eu seguia o mesmo padrão, o mesmo padrão de sentimento.

E eu lembro que, nessa época, minha prima foi uma pessoa muito próxima de mim e ela era uma pessoa muito formada. Ela era um ano mais velha que eu e ela já era expert em tecnologia, com sete, dez anos. Então, tipo... A gente tinha noção de certas coisas já sobre comunidade LGBT, mas ainda era algo muito... muito... cru.

E a gente era muito criança, né?! Eu cresci em berço cristão, evangélico, então, para mim, foi muito difícil me aceitar também como uma pessoa LGBT no sentido de sexualidade, além da minha identidade de gênero. Tanto que eu me aceitei, sei lá, bi e pan. Várias vezes eu me autoafirmei como bi e pan.

E eu consegui me aceitar mais rápido do que me aceitar como uma pessoa trans. E eu passei boa parte da minha infância sofrendo com isso. E eu lembro de ter pensamentos muito ruins,

assim, tipo, da minha família me rejeitando e quase como orando, assim, né?! Porque, como eu era bem doutrinada, eu tinha esse medo de ir para o inferno, de queimar e tal.

E eu ficava, tipo, cara... E eu descobri o que era trans. Só que aí eu fiquei, tipo, cara, não dá, eu vou sofrer. Não, não posso ser isso, não dá para ser, cara.

Só que aí eu fui crescendo. E aí eu cheguei no ensino médio. E 2019 foi quando eu entrei no primeiro ano do ensino médio.

E eu estava... É uma época de mais descobertas ainda, né?! Da gente interagindo realmente com as pessoas, os hormônios, etc. E aquilo não saiu da minha cabeça. E aí eu lembro que eu tive contato com uma pessoa trans, né? Um homem trans, que era amigo de uma amiga minha da escola.

E eu lembro que a gente teve uma das melhores conversas, assim, sabe? Um papo besta, assim, nem era sobre tanto gênero, mas... Fiquei, tipo, nossa... E ele é tão legal, sabe? E ele vive de boa a vida dele. Ele corre atrás do trabalho dele. Ele sofre, porque ele era uma pessoa que não era branca.

Então ele passava por mais perrengues.

Mas... Fiquei, assim, nossa... Deu um choque de realidade, assim, de certa forma. E aí eu fiquei pensando sobre isso o ano todo. E eu fiquei, assim... Eu acho que é isso, cara. Eu acho que é isso. Eu não me sinto assim desse jeito que as pessoas querem que eu me sinta.

E aí eu lembro que foi numa festa. Na minha primeira festa de ensino médio. Eu bebi vinho. Não, fui catuaba. E aí eu fui pra casa da minha amiga, né?! Falei assim, não, amiga, eu vou dormir na sua casa e tal. E aí eu tive um surto. Eu comecei a chorar. Eu falei, ai, amiga, eu não aguento mais. E aí eu desabafei.

Falei tudo sobre essa minha dúvida de identidade de gênero. E ela, como já tinha experiência com o amigo dela, né?! Que era o melhor amigo dela. Ela me auxiliou. Ela falou, olha, pensa bem. Faz isso. Olha, eu tô aqui.

E ela me deu muito suporte na época. Ela foi uma das pessoas que mais me deu suporte. E aí eu falei assim, ai, eu não sei como é que vai ser com os meus pais. E ela sempre me acalmando. E as minhas outras amigas também, né? Sempre foram pessoas femininas que me acolheram até então. E aí eu lembro que eu comecei a me afirmar nas escolas, né? Comecei a me afirmar como Timothy, na época, com outro nome. Outro nome social. Mas eu já dei esse passo. E foi libertador, tipo... É como se eu realmente, tipo... Não que eu tenha matado o meu eu do passado, mas que eu tinha realmente virado quem eu realmente era, sabe? Assumido quem eu realmente era.

E aí... Passa um tempo, a minha família descobre. Meu pai foi tranquilo. Ele nunca foi contra as minhas questões pessoais. Mas a minha mãe sempre foi uma pessoa muito religiosa, né?! Então foi difícil pra ela aceitar isso. Até hoje, tipo... Ainda é complicado.

Mas assim... A gente tá numa época, assim... Com mais informação. Então, tipo... Se ela pode respeitar outras pessoas, trans, por que ela não pode me respeitar, sabe? Tiveram momentos que ela conseguiu. Então... Hoje em dia eu não sofro tanta violência em casa, sabe? Tipo... Eu milito muito também dentro de casa.

Aí, beleza. Aí passa o momento que eu tava... Saindo da escola, depois da pandemia, depois do apagão. E eu já tava com um plano de mudar o meu nome.

E nessa época... Aquele amigo trans, lá de trás, da minha amiga, virou meu amigo também. E ele que me auxiliou nessa parte de documentação. Ele falou... Dá pra tu fazer. E de graça. E aí ele me mostrou os caminhos, né? Muitos vídeos no YouTube também. Fui atrás de vídeos no YouTube sobre pessoas trans falando sobre esse processo. Me ajudou bastante.

E aí... Nesse processo... Eu lembro de uma coisa engraçada que aconteceu, assim... Que eu fiquei... Meu Deus, olha como o ser humano é sem noção. Eu tinha conseguido passar na Unifap pelo Sisu em Artes Visuais Licenciatura. E aí... O professor, né? O diretor. Ele gostava de postar, né? Tipo... Passou... Estudante do Alexandre Vaz Tavares. Passa em tal, tal, tal. E até hoje eu tenho um post marcado lá. Mas é um post atualizado.

Porque uma mana... Que não tinha nada a ver comigo, mandou meu nome pra ele. Meu nome de registro. Sendo que eu tinha usado meu nome social no Enem. Que eu tinha aprendido a colocar. Ela mandou lá meu nome. Falou assim, *ah... Fulaninho*. E falou assim, *passou em Artes Visuais*. Pegou uma foto minha no Facebook.

E mandou pro diretor pra ele postar. Aí ele foi lá e postou. Eu fiquei tipo, que isso? Sendo que todo mundo na escola conhecia o meu nome social. Tipo, todo mundo conhecia o meu nome social. Porque eu tinha dado um jeito lá de fazer... Entrar no nome social e tal. E aí eu... Eu lembro de mandar mensagem pra ela e falar tipo... Olha, foi tu que mandou. Porque tu tava falando, né? Que tu queria mandar aqui. Tipo, foi tu que mandou e tal. Tipo, tu não tinha esse direito. Era uma coisa minha. Se eu quisesse ser exposta assim... Eu mandava pro diretor lá pra ele colocar. Aí ela, *ai, desculpa*.

Ai, é que você não tem, né? A documentação e tal. Aí eu falei, pois é. Porque é uma documentação... Que exige esforço. Que exige dinheiro.

E isso é muito chato, cara. Porque... Tu me expôs, assim. Me deixou fragilizado ali no momento que era de felicidade.

E nessa época eu tava trabalhando de vendedor ambulante. Ou seja, a gente acabaram de chegar do trabalho. Peguei o celular, vi tudo isso e fiquei tipo... Meu Deus, que isso? Sabe? E aí logo... Eu mandei mensagem... Antes de mandar mensagem pra ela começar essa conversa... Eu mandei mensagem pro diretor.

Ele foi super receptivo. Ele apagou o post. E aí ele falou... *Qual o nome que você quer que eu poste? Qual o nome que você quer que eu coloque?* Aí ele foi lá e colocou o meu nome... Social, né? Que é o que eu tenho hoje. O Timothy Lucas. E... Foi muito importante pra mim. Ele fazer isso.

Mas também foi muito importante pra mim... Esse momento dela fazendo essa palhaçada, sabe? Porque logo depois ela começou a me mandar uns áudios... Falando tipo assim... *Ai, mas tu sabia que dá pra trocar o nome? É só tu ir lá... Fazer o negócio... É só tu ir lá no... Esqueci o nome do... É só tu ir lá. Não é super fácil. Aí eu falei assim... Mas tu sabe quanto é... Pra pagar uma segunda via da RG? Mais de 60 reais.*

Sabe quanto é pra tirar tal documentação? Pra entrar num processo, sabe? Às vezes é um processo judicial que tu tem que passar. E eu mandando em áudio, né? Pós-trabalho. E eu lembro dela falando assim... Ai, poxa. Que pena. Sinto muito.

E ela não fez nada. Ela não foi lá no diretor retirar. Fui eu que fui. Então... Pra mim, assim... Foi a primeira violência que eu sofri, assim... Que eu lembro, né? Porque a pandemia me deixou meio sacolada. Foi uma das primeiras violências que eu senti. Que eu fiquei assim... Cara, não é possível que uma pessoa fez isso. E aí... Quando eu entrei na Unifap... Eu já tava pensando.

Tipo, eu não quero passar por isso de novo. Eu sei que na universidade agora, né? Todos adultos, eu posso dar um jeito nisso. E aí, logo que eu passei... Eu falei, né? Pros meus colegas veteranos.

Que eu era uma pessoa trans e tals. E um desses colegas me falou, tipo... Olha, dá pra tu colocar o teu nome social lá pelo DERCA. E aí fica tudo certo. Vai pra chamada. E eu fiquei, tipo... Cara, perfeito. E aí, nesse dia... Nos dias da semana do calouro, eu fui lá. E aí, eu troquei. E foi incrível, assim.. Apesar de que o processo lá, também... Eles tentam burocratizar um pouco, né? Tipo... Era só eles adicionarem o nome e trocar. Tipo, eles fizeram todo um auê lá. E eu... Voltando dias lá... Foi um processo de dois dias. Que dava pra fazer em um. Aí... Isso me ajudou muito.

Já me deixou super confiante pra começar as aulas. E aí, quando eu comecei as aulas... Aquela menina que tinha passado lá... E tinha entregado o meu nome de registro pro diretor pra ele postar... Ela tava na mesma turma que eu. E aí, eu fiquei... Putz... Porque, tipo... Ela não entendia onde ela tinha errado.

Ela podia ter falado, desculpa. Mas ela não entendia, realmente. Porque eu conhecia ela.

Ela podia não ser uma pessoa próxima de mim. Mas eu conhecia ela. Então, eu sabia que ela era meio sem noção.

E aí, durante esses primeiros semestres... É... Tipo, assim... Deu um erro. Eu lembro que deu um erro... Na lista de algum professor. E aí, ele me chamou pelo meu nome de registro.

Só que eu não respondi, porque... Enfim... Poderia falar com ele depois, sabe? Tipo, tava numa sala lá, todo mundo. Poderia falar com ele depois. Só que ela fez questão... De levantar a mão e falar... *Ah, fulaninha de tal.*

Só que ninguém tava prestando atenção, né? Porque... A hora da noite, todo mundo cansado. Mas aí, eu fiquei, tipo... *Caramba, véi. Olha... Que perturbação.*

Mas eu também nunca cheguei a conversar... Propriamente com ela. Eu sempre falei, né? Toda vez que ela... Da vez que ela... Fez isso... No ensino médio. Eu cheguei a falar... *Olha, foi errado isso que tu fez.*

Não tem que fazer essas coisas, não. Mas as outras vezes, tipo... Fiquei cansada. Fiquei, tipo... Mano... Eu não... Não era pra ser... Ser pai de alguém... E ser mãe, então... E tudo isso, nesse processo... Eu me afirmava ainda... Como uma pessoa... Binária, né? Transbinária.

Levantava muita bandeira de homem trans. Só que... Na época... Era como se eu me libertasse... Da... Do cis. Que era mim imposto antes. Mas... Ainda faltava alguma coisa. Porque... Eu não

me sentia completamente... Contemplado. Sabe? Tipo, como homem trans... E também... Na... Não me sentia contemplado... Pelo... Pela caixa que ele representava, sabe? Pela caixa que era imposta, também.

Eu ficava, tipo... Sinto que ainda não é isso. Mas eu fiquei de boa, né? Fiquei, tipo... Tá, mas agora... Vou ficar assim... Quando... Se no futuro... Pensar, né? Eu vejo direito. Mas era algo íntimo meu.

Não ficava, tipo... Ah, gente, acho que... Me ajudem aqui a decidir. Não, era uma... Sempre foi algo muito íntimo meu. E aí... Uma coisa que me marcou muito, também... É... Top violências que eu senti e sofri... Na universidade... É... Além de, óbvio, né? Os professores achando estranho... Fazendo muitas perguntas, sempre... Querendo saber demais... É... Aconteceu... Mais uma vez... Uma... aluna... numa... Uma vez que a gente estava na galeria... Numa exposição... Ela chegou em mim... E eu estava de boa, assim... Olhando... As obras... E aí ela começou a conversar.

E, na época, eu usava umas roupas bem ousadas, assim... Bem... Bem rasgadas... Bem punkzinho... E eu usava a *binder*. Inclusive, eu tenho... Uma grande história com o *binder*, também. É... E aí... Eu estava dissociando, né? Porque, na época, eu não sabia que eu era neuro divergente, mas... Ali eu estava meio que dissociando... E ela estava começando a fazer umas perguntas para mim... E eu não estava entendendo o que ela estava querendo dizer.

Mas teve um momento que eu entendi que ela estava me perguntando sobre eu ser trans. E aí eu fiquei... Será que uma pessoa... Tem... Interesse em saber mais, né? Vai que é uma pessoa que está se descobrindo agora, também. Só que aí ela começou a pegar em mim.

Tipo, a pegar no meu *binder*, né? Nessa parte do meu peito, assim... Tipo, me apalpar real. Tipo, aí... *Nossa, como é que fica? Fica assim, é? Nossa, como é que tu consegue? Nossa, como é que tu é trans? E começou a passar a mão em mim.* E aí a minha... A minha calça era bem rasgada.

Bem rasgada mesmo. E aí ela olhou para as minhas pernas e ela falava assim... *Como é que tu quer ser um homem peludo?* Como é que tu quer ser? E fazendo perguntas muito invasivas. E na época eu já tinha alguns amigos, assim... De confiança.

E eu lembro que eu olhei para um, assim... E ele me olhou... E aí... Ele percebeu que estava rolando alguma coisa estranha e ele me tirou dali. E... Enfim... Isso foi no meu primeiro semestre, né? Em artes visuais. E até hoje eu lembro disso.

E não satisfeito, né? Até hoje essa pessoa... Ela sempre erra os pronomes comigo. É uma coisa bem estranha. Sempre me chama de garota e tal.

00:16

Apesar de eu não usar pronomes dela, sabe? Terminados em A. Já deixei isso bem claro. Mas enfim, foi uma coisa e eu não denunciei. Não denunciei.

Eu nem consegui reagir na época. Foi... Eu achei estranho. Eu não sabia dizer se era mesmo.

Se eu tinha, tipo... *Meu Deus! Por que eu soube que foi um assédio? Uma violência? O que foi isso?* E aí... Depois, conversando com os meus amigos... Eu percebi que ela era uma pessoa que assediava muito as outras pessoas, sabe? Que ela era uma pessoa muito sem noção. Que ela era uma pessoa que... Reproduzia a transfobia, né? De forma um pouco mais velada. E... E isso me pegou muito. Porque outros amigos meus... Vieram falar sobre esses assédios também. Sabe? Mas aí eu decidi ignorar essa pessoa, né? Porque eu me afastei um pouco da universidade. Não só por causa disso. Porque eu tava me sentindo meio... Sobrando, sabe? Tipo, era como se eu fosse... Tipo, tinha outra pessoa trans na minha turma. Só que ele também tava meio de fora. E a gente não era melhor amigo. Porque todas as pessoas trans não são melhores amigas, sabe? Somos indivíduos e tal. Precisamos de individualidades.

Então, tipo... Eu ficava muito sozinha. E aí... Eu fiquei um semestre fora. E depois eu voltei. Quando eu voltei... Eu conheci... Mais uma pessoa não binária. Que virou parte da minha rede de apoio. E foi incrível. Porque a minha vida na Unifap... Se tornou mil vezes mais leve. Mil vezes melhor. E a gente se ajudava. E eu ajudava ela. Eu falava assim... *Não amiga, mas... A gente vai botar teu nome social.* Tanto que... Foi nesse momento que eu percebi... Que eu queria estar à frente... Dessa questão de políticas públicas, sabe? Pra pessoas trans. Que eu queria estar ajudando as pessoas trans na universidade.

Porque eu percebi que apesar de ter os recursos... Não é como se eles falassem assim... *Vamos abraçar vocês. Vamos guiar vocês.* Não tem disso. Nunca senti isso. Se alguém sentiu isso... Essa pessoa é especial. Mas eu nunca senti.

E... Durante todo esse processo... Eu entrei em centros acadêmicos. Virei representante de Cent. Hoje em dia... Quando chega calor... A primeira coisa que eu faço é... *Venham falar comigo. Deixa eu instruir vocês.* Tanto que... Já ajudei... Já levei muita gente no Deca. Já levei muita gente no Deca... Pra colocar nome social. Muita gente no Deca. Já alertei também, né? Porque apesar de adicionar o nome social... Quando tu te forma... Vai estar o nome de registro. Então tu precisa trocar. Sempre incentivo as pessoas... A fazerem os processos de defensoria pública... Que tem no evento.

Mas... A universidade, no geral... Assim... Das outras... Vezes que eu sofria... Misgender... De outras pessoas ali... Em festas... Em eventos de bloco... Em reuniões... Eu realmente ignorava, sabe? Tipo... As vezes os meus... Os meus amigos que eu fiz no Caminho... Me defendem muito... Mas as vezes eu tô... Assim, ó... Não tô nem ligando. Mas não é... Eu não vejo a Unifap como um lugar... Realmente acolhedor, né? A universidade, pra mim... Ela não me acolhe. Quem acolhe são as pessoas... Que estão lá dentro. As vezes. E que, as vezes, estão lá dentro.

É... Mas eu acho que é isso. E hoje em dia... Eu me meto muito nisso, sabe? Tipo... Eu tento ajudar as pessoas que estão ali. Eu tento... Não criar essa rede do zero. Essa comunidade do zero. Porque... A gente existe. A gente tá ali. A gente definitivamente está ali. Ocupando. Já tem... Direcionada vagas pra pessoas estranhas. A gente definitivamente tá ali. Mas ainda falta muito. Ainda falta a universidade caminhar muito. Pra se tornar um lugar realmente inclusivo. Até por conta dos professores, sabe? Eles não têm formações, às vezes... Que... Garantem que eles vão saber lidar com a gente. E digo a gente. Não só pessoas LGBTQs. Pessoas LGBTQs e pessoas neuro divergentes. E pessoas LGBTQs que são neurodivergentes. Então... É complicado. Mas é isso.

KAI: Tem alguma... Pergunta? Alguma dúvida? Ou alguma coisa que você queira falar que... Que ainda não foi relatado? Ou perguntado a você?

Entrevistado: Eu acho que não...

KAI: Tá, eu só... Só vou fazer mais uma pergunta. Que seria... A respeito... Assim... Das formas de resistência, né? Que você... Tenta... Tem, assim... Tanto na sua... Seja na vida acadêmica, social... Né? Quais são as formas de resistência que você vê, assim? Que você adota? A compreensão que você tem sobre isso?

Entrevistado: Formas de resistência? Tu pode simplificar mais formas de resistência? Tu pode me dar um exemplo?

KAI: Bom, você relatou várias... Em vários momentos, né? Situações que lhe causaram, assim... Dor, constrangimento... Violências... E... Como você... Resistência no sentido de... Pra lidar, né? Tanto no ambiente acadêmico, social... Até mesmo você relata, né? Sobre as questões da sua família.

00:22:12

Entrevistado: Formas de resistência... A verdade é que, tipo, assim... É até uma questão de sociedade mesmo, né? Eles criam pessoas com buceta, né? Ditas socialmente como mulheres... Pra gente engolir porra calada. Pra gente... Engolir os problemas e... Tentar lidar. Então, foi sempre muito assim. Eu internalizando. É... Até que... Como eu tava num curso de artes visuais... Nada mais justo do que eu liberar na arte... Nada mais justo do que eu fazer desenho... Nada mais justo do que eu escrever... Então... Nessa época... Que aconteceu esses assédios do primeiro semestre... Eu escrevia muito... Eu pintava muito... E isso me ajudava, mas não o suficiente. Porque eu precisava de uma rede de apoio boa. Eu precisava de uma terapia. E eu só fui atrás disso bem depois. Quando eu... Realmente, tipo, acho que eu fui... Dois anos depois. Quando eu percebi que eu precisava. Que não dava mais. Porque eu tava... Eu sempre fui uma pessoa com problemas. Entendeu? É... Porque... Eu era uma pessoa neuro divergente. E eu fui o primeiro filho. E os meus pais nunca quiseram me validar por causa disso. Tipo... É... A minha mente sempre tava a mil. Eu era uma pessoa claramente TDAH. Mas os meus pais não achavam isso. Eles não tinham tempo pra pensar nisso, né?

Então, eu passei por um... Processo de automutilação. Sabe? Tipo... Que me pegou por muito tempo. A questão da... Da dismorfia corporal. A disforia de gênero. Meio que me fez... Ficar com dismorfia corporal, também. E aí, eu não sei como é o meu corpo. Na real, até hoje eu não sei. Me resultou num... Numa relação horrível com transtorno alimentar também. Tipo... E muitas coisas que eu podia ter tratado, sabe? Se eu tivesse ido atrás de terapia até no ensino médio. Quando eu me assumi. Entendeu? Mas aí, eu sempre fui atrás dos meus amigos. É... Comecei a fazer terapia. Uma época só que... É aquilo, né? Terapia em UBS. Com uma médica que eu não sei... Como ela trabalha. Quais são os valores dela. Então, tipo... Quando eu vi que ela tava tentando basicamente me evangelizar. Eu pulei fora. Mas... Eu absorvi alguns conhecimentos, né? Peguei alguns métodos que me ajudaram muito a passar por todo esse processo. Mas foi isso.

Essas foram as minhas formas de lidar, assim. Mais pela arte mesmo. Depois pela terapia. E hoje em dia... Mesmo sem terapia, eu sou muito mais consciente. Assim, eu... Tipo, eu não deixo ninguém passar por cima de mim. Eu não aceito mais passar por certas coisas, sabe? Eu tô completamente fortalecida. E eu não suporto que pessoas ao meu redor também passem pela mesma coisa. Que eu passei ou até pior. Entendeu? E aí, normalmente, é isso que eu faço.

KAI: Entendi. Queria te agradecer imensamente. É... Conceder essa entrevista. Caso você tiver alguma dúvida, qualquer coisa, pode me falar. Mas, sério, muito obrigado mesmo por esse momento. Compartilhando um pouco da sua história.

É... É isso. Obrigado.

Entrevistado: Acho que é isso. Eu até ia falar uma história sobre binder, só que... Eu não sei onde se encaixaria, né? Mas, assim... Pode ficar à vontade. Uma parte da jornada da pessoa trans com peitos e seios fartos. Tipo, mano... Primeiro que ainda é ensinado para pessoas com seios que existe um padrão. Que existem os seios perfeitos. Então, tipo, quando eu percebi que eu não tinha, eu já fiquei assim. *Cara, não vai dar certo isso*. E aí, quando eu percebi que eu era realmente uma pessoa trans. Que eu não me entendia como cis. Que eu não aceitava isso para mim. Eu fiquei, tipo, meu Deus. *Como que tira, velho? Como que arranca?* Só que o processo na época que eu era adolescente e até adulto, né? Com 18, 19 anos. O processo de cirurgia para mastectomia era muito... Burocratizado. Nem tinha aqui no estado. E se tinha era, tipo, sei lá, uma pessoa bem rica que conseguia. Hoje em dia a gente tem ambulatório trans, né? Uma grande vitória. Mas, assim, na época não tinha. E aí, eu acho que logo depois de eu sair do ensino médio. Eu fiquei, tipo, beleza, eu preciso de um binder. Os tops de academia não estão dando mais certo. E aí eu tive a brilhante ideia. Mesmo sabendo que era errado. Mesmo sabendo que o binder não podia usar por mais de oito horas. Oito horas é o limite, assim. Eu falei, tipo, cara, não dá pra viver com isso. Eu não consigo.

E aí eu lembro de pedir ajuda da minha irmã. Ela foi minha cúmplice. Eu pedi ajuda da minha irmã. E eu falei, tipo, eu tenho umas fitas aqui. E eu quero que tu me ajude. E eu lembro de pegar aquelas fitas crepes. Grossas, transparentes. Junto com umas fitinhas coloridinhas, assim, também. E aí eu passei papel filme no meu corpo. E aí, com a ajuda dela, eu conseguia passar a fita crepe, assim, por todo o meu corpo. Só nessa área do busto, né? E eu lembro que foi só uma vez que eu fiz, assim, pra testar. Só que foi tão bom. E a sensação foi tão boa, sabe? Eu me sentia livre. *Fiquei, tipo, caralho, mano*. Ainda tá pesado. Mas, tipo, me sinto mais leve. E aí, senti a blusa passando, assim, pela primeira vez. Foi incrível. Fiquei, tipo, meu Deus, agora eu posso usar todas as minhas roupas. Todas as roupinhas floridas que eu tinha comprado, eu podia usar. As camisetas floridinhas, né? As famosas. E aí... Só que aí eu fiquei, tipo, *pô, mano, pra tirar isso aqui*. E era um... Horrível. Horrível. E nessa época, aquele amigo trans lá da minha amiga, lá atrás, no Ensino Médio. A gente se juntou pra vender docinhos lá na Praça do Coco, que eu morava lá perto. E aí, quando eu descobri que dava pra eu fazer um, tipo, um binder caseiro. Mano, o papel filme era meu. Não era mais da casa, era meu. O papel filme chegava em casa e ele sumia. No meu quarto. E aí, toda vez que a gente saía, todo final de semana que a gente saía, eu ia lá e botava.

Só que, tipo, com o tempo, obviamente, deu errado, né? Por quê? Um, eu queria usar mais do que eu deveria. Né? Eu extrapolava as oito horas. E... Tipo assim, Macapá é uma cidade muito quente. Coisas que o papel filme é como se eu tivesse me embrulhando, assim, pra me cozinhar. Ou seja, me deu muita alergia durante um tempo. Eu ficava com alergias horríveis. Ficava com a pele vermelha. É... E me causou muitas dores. Muitas dores que eu sinto até hoje. Eu nunca fui no médico, inclusive. Eu preciso ir no médico. Mas me causou muitas dores. Muitas dores mesmo. Só que os meus amigos, eles viram, inclusive, a minha dor, né? Eles viram como eu tava sofrendo. Eles se ofereciam pra comprar um binder pra mim. Então... Eles viram, inclusive, a minha dor, né? Eles viram como eu tava sofrendo, eles se ofereciam pra comprar

um binder pra mim. E aí a gente ficava nesse de planos, né? Só que eu nunca cheguei a comprar propriamente.

Mas dois amigos trans me presentearam. Um me presenteou com um binder colete, só que era muito folgado e eu tinha que levar pra costureira. E o outro me presenteou com a faixa. O amigo que eu vendia doce me presenteou com a faixa. E aí, pra mim, foi o sonho, assim. Apesar de já tá meio usado, meio foló, já... *Falei com a minha avó, falei... Ei, você consegue tirar só um pedaço desse paninho aqui?* E aí ela foi lá, tirou. Ela depois me entregou. Sem saber ainda, né? É... E... E aí eu usei, assim, um binderzinho com a minha medida pela primeira vez. Só que... Apreço de nada, porque... Quando eu fazia o binder caseiro, eu fiquei fazendo por muito tempo. Tipo, por um ano e meio. Por aí. Não era toda semana, né? Não era todos os dias da semana. Mas eram, por muito tempo, nos dias que eu usava.

Então... As dores que eu sentia, elas não passaram. Até porque eu não fui atrás de tratamento. Então eu sentia dores na costela, eu sentia dores no peito. Eu sentia meu peito doendo, tipo, em áreas específicas, sabe? Tipo, como se ele tivesse amassado, mas ele não tava mais amassado. E aí, quando eu comecei a usar um binder de faixa, já ajustado, ele tava perfeito.

Perfeito, até hoje ele encaixa perfeitamente. Mas... É... Doía. E aí eu falei, cara, eu só tenho duas opções aqui. Na verdade, eu só tenho algumas opções. Ou eu uso isso aqui e me mato. Usando isso aqui. Ou eu vou atrás de uma cirurgia. Ou... Eu... Esqueço, sabe? Tipo, eu aceito, tento desconstruir isso em mim, de que meus peitos não são legais e eu posso fazer as pazes com eles.

E aí, dito e feito, eu consegui fazer as pazes com ele e hoje em dia eu sou mais tranquilo, mais de boa. Mas tem vezes que eu penso assim, ah, e se eu sair hoje de binder? Mas até hoje eu ainda sinto muitas dores. E foi, tipo, principalmente por causa desse... Dessa urgência de... Tipo, eu preciso disso agora, sabe? Eu vi o resultado e eu preciso disso, sabe? Eu não tenho dinheiro pra isso. E eu nunca tive, eu nunca comprei.

Eu ganhei. E aí, até hoje eu tenho o meu de faixa, mas o meu de colete eu dei pra uma outra pessoa transluminária que eu conheci, né? Que ela falou, tipo... Queria me assumir, queria isso. Mas eu não tenho nem um binder.

Eu falei, calma, binder, eu vou te dar um binder. E aí eu fui lá e presenteei ela. Repassando o binder ancestral pra ela. E ela ficou bem feliz. E é isso. Hoje em dia eu não uso mais binder. E eu aprendi a ser feliz não usando. Até vou fazer uma cirurgia na costela, sei lá, não sei. Mas é isso.

Fim.

FIM DA TRANSCRIÇÃO

5 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - AZUL

Transcrição de Entrevista

Data: 10/05/2025

Entrevistador: Kai

Entrevistado: AZUL

Tempo: 16:56

TRANSCRIÇÃO

KAI: Bom, eu vou te fazer uma pergunta, que é, eu quero te convidar a compartilhar a sua história da forma que fizer mais sentido para você. Desde os momentos que consideram marcantes na sua vida, até sua trajetória como estudante na UnifaP. Pode falar sobre como foi crescer, como se reconheceu enquanto pessoa trans, os caminhos que percorreu na educação, as experiências vividas dentro da universidade, sejam elas de acolhimento, dificuldade ou resistência.

E as pessoas, espaços e situações que te ajudaram a viver diferente. Me interessa muito saber como tem sido sua experiência dentro da UnifaP, o que te matou, o que te fortaleceu e o que ainda precisa mudar nesse espaço. Sinta-se à vontade para compartilhar isso que fizer sentido e foi importante para você essa caminhada.

Se quiser, pode incluir datas, com outros lugares ou pessoas que sejam conscientes da sua idade. Diz-nos esses detalhes, ajuda com mais ou menos.

Entrevistado: Tá bom, vou começar pelo começo, né. Atualmente, eu me chamo Hades, Hades Castro. Atualmente eu tenho 21 anos. Eu me descobri como uma pessoa trans com 16 anos. A gente estava no início da pandemia, quando eu tive meio que um acesso maior a conteúdo, a conviver com pessoas pela internet. E foi aí que eu virou aquele botãozinho de, *nossa, tem coisas na minha vida que não faz tanto sentido assim como eu sempre acreditei que faria*. Então, a partir desse momento, no começo de 2020, eu passei a buscar mais sobre.

Porque eu percebi que eu me identificava muito, mas como foi algo que eu nunca tinha parado para pensar, porque eu sempre me conformei muito em ser aquilo que eu achava que eu era, então eu nunca parei para pensar sobre isso, até que eu comecei a conviver em um meio com pessoas trans. E dúvidas surgiram, respostas foram dadas e as coisas começaram a fazer mais sentido para mim. Só que nesse momento, eu achava que eu era uma pessoa de gênero fluido, porque eu... como é que eu explico isso? Naquele momento, eu percebi que, em hipótese alguma, eu era uma pessoa cis, não tinha como isso ser, mas eu aceitaria os pronomes femininos, aceitaria os pronomes neutros, aceitaria os pronomes masculinos e achava que, de fato, existia uma fluidez de gênero naquele momento.

E eu passei por essa sensação de que eu era uma pessoa de gênero fluido por um período, acho que uns oito meses, até que o pronome feminino começou a me incomodar bastante. E nisso, como a gente ainda estava na pandemia, eu comecei a trocar nas redes sociais, tirar que eu usava todos os pronomes e tal, e tirei o feminino. E foi aí que eu escolhi o nome Hades, porque eu

estava em busca de um nome que fosse mais masculino naquele momento, e pra mim esse foi perfeito. E eu passei a usar só o pronome masculino.

Nisso eu, mais uma vez, achei que eu era uma pessoa não mais gênero fluido, mas agora uma pessoa transmasculina, e passei uns dois anos nisso só usando os pronomes masculinos, mas também não parecia certo, porque eu odiava, eu odeio a visão de que tenho que eu seja uma mulher, odeio totalmente essa visão, mas eu também não gosto da visão de ser vista naquela época como um homem. Então isso passou a me incomodar muito, mas eu sabia que não tinha mais a fluidez, então não tinha como eu ser gênero fluido, mas também não fazia sentido eu ser transmasculino, porque eu não gostava nem um pouco dessa ideia de ser uma figura masculina.

Foi aí que eu conheci a não-binaridade, e dentro da não-binaridade o termo agênero, que foi o que eu me identifiquei, uma pessoa gênero que não tem nenhum gênero, porque eu sabia sobre a não-binaridade desde o início, só que eu nunca tinha lido esse termo agênero, e no momento que eu li, que eu me aprofundei mais, lendo mais coisas sobre, vendo vivências de outras pessoas, pra mim fez um *boom*, e tudo fez sentido, tudo se alinhou, aquele medo e raiva de parecer uma mulher ou de parecer um homem, tudo fez sentido nisso. Aí nesse meio tempo eu voltei já pra escola, eu tava no ensino médio, e eu voltei, mas eu voltei como uma pessoa transmasculina, que eu falei que durou alguns anos, até eu me entender de fato como uma pessoa não-binária. E na escola foi algo difícil de lidar, porque mesmo tendo uma comunidade, mesmo tendo pessoas da comunidade, eu não tinha muitas vivências com pessoas trans lá, porque não tinha.

Então eu sentia falta desse acolhimento, porque mesmo os meus amigos me entendendo, eles não me entendiam de fato. A gente tinha alguma ou outra vivência parecida, mas nada vai se comparar. Tu ser uma pessoa gay, cis, e tu ser uma pessoa gay trans, não tem como comparar isso. Então nossas vivências acabavam sendo bem diferentes.

E foi algo que eu estranhei, não, mas foi o que eu mais percebi entre a diferença da escola, ensino médio pra faculdade. Essa falta de acolhimento que eu não tinha no ensino médio, na escola, pro acolhimento que eu tive na faculdade.

Porque eu tive muito receio e medo de já entrar na faculdade como uma pessoa trans. A minha ideia era ir falando quando eu me sentisse confortável. Então se eu não me sentisse confortável, eu não iria falar.

Só que no momento que eu entrei lá, e eu vi outras pessoas como eu, e pareceu um ambiente seguro, pareceu um ambiente confortável. Então no momento que eu entrei, eu falei, não tem porque eu esconder quem eu sou. Não faz sentido isso, é uma vida adulta, não tem porque eu negar quem eu sou, eu ter medo de quem eu sou.

Só pras pessoas ficarem confortáveis, só pra me deixar os outros confortáveis, não faz sentido. Eu me diminuir pra caber em um meio que, sabe? Então eu entrei lá como Hades, e como eu não tinha colocado meu nome social ainda lá, eu tive que ir no DERCA tudo pra ajeitar essas coisas, foi uma dificuldade. Não vou mentir, foi uma dificuldade ter que ajeitar tudo isso. Porque tu chega lá, eles só pedem tipo, passa teu nome social aí, e pronto. Mas na hora de chamada, não tava meu nome social lá, então eu passei por momentos desagradáveis. E documentação, essas coisas também, porque no SIGAA as coisas estão certinhas lá, matrícula tá certinho, tudo tá certinho, entretanto não sei porquê. Em chamada tava meu nome morto, então em inúmeros momentos aconteceu essas situações desagradáveis e constrangedoras. Mas

como eu sempre me apresentei no masculino, eu sempre me apresentei como Hades os professores foram entendendo, então tinha uns professores que mesmo na chamada testando meu nome morto, eles iam lá e corrigiam e aceitavam de uma boa. Da parte dos professores também, eu tive muito apoio, não, mas acolhimento. De novo, lembrando a diferença da escola pra faculdade, que na escola mesmo, depois que eu me assumi, não tinha esse acolhimento, não tinha esse respeito, na verdade. Faltava muito respeito deles não se importarem em respeitar ou não.

Já na faculdade, não, eu senti muito isso, de mesmo sendo algo novo, algo que eles não estão ali tipo 100% na vida deles, eles tentavam entender, tentavam me respeitar. E eu acho que é isso, não sei mais o que falar. Tanto de resistência, desse acolhimento, do seu curso, ou até mesmo na sua vida, que é um pouco melhor. Tá.

KAI: Eu queria compreender um pouco melhor, caso você possa relatar, sobre a sua resistência, do seu acolhimento, do seu curso ou até mesmo da sua vida INAUDÍVEL 11:20

Entrevistado: Quando eu me assumi pra poucas pessoas em casa e tudo e tal, então meio que faltou muito esse acolhimento, porque a primeira vez que eu me assumi, eu tinha 16 anos, e foi pra uma prima específica. E essa prima minha era carne e unha, e quando eu me assumi, meio que a gente se distanciou. E isso acabou me afetando de certa forma, porque eu esperava um acolhimento dela, e eu não tive.

Então, eu acho que qualquer tipo de respeito e acolhimento vindo de fora, pra mim era meio que um choque, uma surpresa, porque eu não tive isso de dentro de casa. Então, qualquer pessoa que respeitasse meus pronomes, que respeitasse a minha identidade, sempre foi algo que me chocava, porque não veio de casa. Então, que estranho isso estar vindo da rua.

O que aconteceu na faculdade também foi que, às vezes, querendo ou não, pela minha expressão de gênero, que eu não sigo uma expressão tão masculina, eu sigo mais uma linha andrógina ou algo mais feminino. Então, querendo ou não, as pessoas vão se questionar, vão se questionar o meu gênero, e o que acaba acontecendo é de errarem os pronomes, ou não perguntarem antes. É uma coisa que eu entendo, porque querendo ou não, a minha expressão faz com que as pessoas se questionem. Então, eu acho que é compreensível essa confusão na hora de falarem comigo e tal. E o que acontece muito é, às vezes, de errarem e algum colega de faculdade, ou alguma pessoa que tem um convívio comigo, corrigir. Ou então, mesmo até os professores, de estar dois professores conversando, e um acabar errando e o outro corrigindo. Então, acho que é isso as minhas experiências na faculdade. Eu faço artes visuais.

KAI: Tem alguma coisa que não foi perguntado que você queira falar? Eu gostaria de saber também qual o curso que vocês faz?

Entrevistado Faço Artes Visuais. Estou no segundo semestre de artes visuais. Entrei ano passado, não tenho nenhum ano ainda. Eu estava relendo aqui a pergunta para me lembrar de alguma coisa, tentar lembrar, buscar na memória. Mas eu acho que só em questão de curiosidade seria o meu nome, que muitas pessoas acham que é por causa do Deus, mas na verdade não surgiu por causa dele.

Eu gosto muito de mitologia. Eu gosto muito da mitologia nórdica, mas não surgiu por causa dele. Surgiu porque ele, ***** em latim, significa invisível. E quando eu escolhi, eu me sentia muito assim, muito invisível. Muito como se não tivesse, como se as pessoas não fossem me

entender, como se não tivessem outros de mim no mundo, como se só fosse eu. E naquele momento, porque de novo, eu escolhi com 16 anos, então foi um momento de descoberta, eu era muito novo, tudo e tal.

Eu só vi o significado e falei assim, *meu Deus, eu acho que isso é totalmente eu*. Tanto é que quando eu achei que eu poderia ser uma pessoa trans masculino, eu pensei, não, acho que eu devo trocar de nome, procurar algo que seja mais masculino, ou então algo que seja mais brasileiro, já que, assim, quem que se chama antes no Brasil? Eu moro no Amapá, não faz nem sentido isso. Só que eu nunca consegui achar, sempre foi algo que eu bati o olho, eu me vi ali e falei, isso sou eu, não tem como mudar isso, não tem como mudar esse nome. E nunca achei um nome que me agradasse tanto que fosse tão eu.

KAI: Entendi. Queria te agradecer muito por interromper aqui, mas tudo bem? Eu vou interromper aqui na gravação. Tá.

FIM DA TRANSCRIÇÃO